



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
 Secretária Nacional da Proteção Global  
 Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos  
 Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional  
 Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

**25ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
 COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 21 e 22 de novembro de 2019, de 09h às 18h.

**Local:** Sala Master (dia 21) e Sala de Reunião Plenária (dia 22) - 10º andar, SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A. Brasília/DF.

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**Ata da Reunião**

**Condução:** Vitória Buzzi/Vice-Presidente.

**1. Abertura**

**Horário do início do ponto de pauta:** 9h38.

**Quórum para abertura:**

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. Marcos/MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. Esequiel/SNPPIR/MMFDH 4. Bruno/SG/PR 5. Felipe/SEGOV/PR 6. Cintia/MJSP 7. Cláudia/MCidadania 8. Maria Dilma/MS 9. Edivar/MEC 10. Sávio/MD	1. Vitória/CFOAB 2. Pedro Paulo/CFP 3. Henrique/Conectas DH 4. Guilherme/JG 5. Márcia/RENILA 6. Frei Davi/EDUCAFRO 7. Wanderson/MNU 8. Caio/ SOMOS 9. Vergínia/CUT  Ausentes: Cândida/UFRN, COAD e UBM
Soma RG: 10	Soma SC: 9
Total: 19	

**Pauta:**

- Leitura e Aprovação da Pauta da 25ª RO;
- Informe sobre redefinição do modelo de atas de reuniões.

**Encaminhamento:****1.1. Aprovação da pauta 25a Reunião Ordinária**

## Votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. Marcos/MMFDH	1. Vitória/CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. Pedro Paulo/CFP
3. Esequiel/SNPPIR/MMFDH	3. Henrique/Conectas DH
4. Bruno/SG/PR	4. Guilherme/JG
5. Felipe/SEGOV/PR	5. Márcia/RENILA
6. Cintia/MJSP	6. Frei Davi/EDUCAFRO
7. Claudia/MCidadania	7. Wanderson/MNU
8. Maria Dilma/MS	8. Caio/ SOMOS
9. Edivar/MEC	9. Vergínia/CUT
10. Sávio/MD	
11. Débora/MRE	Ausentes: Cândida/UFRN, COAD e UBM
Soma RG: 11	Soma SC: 9
Total: 20	

**2. Representações MNPCT****Pauta:**

- Informes sobre Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP e Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

**Convidados externos para ponto de pauta:** Mateus ANADEP, Sylvia Dias APT, MNPCT.

**Encaminhamentos:**

- ~~2.1. Encaminhamento dos três ofícios ao MNPCT e colher subsídios para responder às autoridades provocadas, no prazo de 15 dias. Com retorno da resposta do MNPCT, Mesa Diretora faz os encaminhamentos fundamentados para os órgãos que requisitaram.~~

## Votação:

Contrários	Favoráveis
1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. SG/PR 5. SEGOV/PR 6. MJSP 7. MCidadania 8. MS 9. MEC 10. MD 11. MRE	1. CFOAB 2. CFP 3. Conectas DH 4. JG 5. RENILA 6. EDUCAFRO 7. MNU 8. SOMOS 9. CUT 10. UFRN
Total: Favoráveis 10 Contra 11 Sem abstenção <b>ENCAMINHAMENTO REJEITADO</b>	

**2.2. Em relação ao ofício do MPF, enviar ofício para o MNPCT para colher subsídios, com prazo de resposta de 15 dias. Com a resposta, encaminhar para o MPF.**

Aprovado por unanimidade.

Presentes: SEGOV/PR, MRE, M.CIDADANIA, MMFDH, MJSP, SG, CONECTAS, SOMOS, MEC, JG, CFOAB, MD, CUT, RENILA, CFP, UFRN, EDUCAFRO, SNPPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, MNU

**2.3. Em relação ao ofício da ABP e CRM/DF, enviar ofício para o MNPCT para ciência. Responder aos ofícios do MMFDH, com cópia para ABP e CRM/DF, reiterando competência do CNPCT para deliberar sobre afastamento cautelar (§ 3º do art. 8º da lei 12.847/2013) e que não se encontrou indícios para tanto. No ofício para o MMFDH, solicitar para ser notificado sobre eventuais encaminhamentos dessas denúncias - abertura de sindicância etc.**

Aprovado por unanimidade.

Presentes: SEGOV/PR, MRE, MS, M.CIDADANIA, MMFDH, MJSP, SG, CONECTAS, SOMOS, MEC, JG, CFOAB, MD, CUT, RENILA, CFP, UFRN, EDUCAFRO, SNPPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, MNU

OBS: encaminhamentos 2.2 e 2.3 discutidos na manhã do dia 22/11/2019.

### **3. Audiência sobre recomendações do MNPCT ao Ceará**

**Horário do início do ponto de pauta: 14h28.**

**Quórum para abertura:**

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. Marcos/MMFDH 2. Lucas/MMFDH 3. Rodrigo/SNPPIR/MMFDH 4. Sávio/MD 5. Maria Dilma/MS 6. Claudia/MCidadania 7. Cintia/MJSP 8. Edivar/MEC  Ausentes: Bruno/SG/PR e Felipe/SEGOV/PR	1. Vitória/CFOAB 2. Pedro Paulo/CFP 3. Henrique/Conectas DH 4. Guilherme/JG 5. Márcia/RENILA 6. Frei Davi/EDUCAFRO 7. Wanderson/MNU 8. Caio/ SOMOS 9. Vergínia/CUT 10. Cândida/UFRN  Ausentes: COAD e UBM
Soma RG: 8	Soma SC:10
Total: 18	

**Pauta:**

- Audiência para tratar das recomendações do MNPCT sobre o Ceará com órgãos convidados.

**Convidados externos para ponto de pauta:**

- MNPCT - RIBAMAR ARAÚJO
- Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJSP - DR. MARCELO STONA (DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL)
- Comissão de Direitos Humanos e Minorias – Câmara dos Deputados - DR. JOSÉ PENNAFORT
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará e - Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - CE - DRA. LÚCIA BERTINI
- Corregedor Geral do DEPEN - MARCOS ARAGUARI DE ABREU

**Encaminhamentos:**

- 3.1. Oficiar o MPF/CE, DPE/CE e 7ª Câmara para pedir retorno às denúncias e recomendações encaminhadas pelo MNPCT. MNPCT passará as referências dos ofícios encaminhados às autoridades.**

Encaminhamento por unanimidade.

- 3.2. Oficiar o Governo do Ceará considerando as novas situações apresentadas durante a audiência pública.**

Aprovado por unanimidade.

- 3.3. A partir da resposta do Ceará (ver encaminhamentos 3.1 e 3.2), realizar missão conjunta Comitê e Mecanismo, com agenda com o governo local e federal e órgãos de controle social, em 2020.**

Aprovado por unanimidade.

- 3.4. Solicitar resposta oficial e escrita do DEPEN sobre o cumprimento das cinco recomendações do MNPCT que estão no relatório do Estado do Ceará.**

Aprovado por unanimidade.

- 3.5. Solicitar cópia ao protocolo do uso da força e material didático da formação da FTIP ao DEPEN.**

Aprovado por unanimidade.

- ~~**3.6. CNPCT e MNPCT apresentar avaliação e sugestão sobre a utilização dos recursos do FUNPEN – quais temas, políticas e programas, etc.**~~

Supressão 3.6 por unanimidade.

- 3.7. Oficiar o Comitê estadual e Conselho estadual sobre como têm feito o monitoramento do relatório do cnpct.**

Aprovado por unanimidade.

Registro dos representantes nas votações:

Presentes		Ausentes	
1.	MMFDH	1.	SEGOV/PR
2.	SNPG/MMFDH	2.	MEC
3.	SNPPIR/MMFDH	3.	UBM
4.	SG/PR	4.	SOMOS
5.	MD	5.	COAD
6.	MJSP		
7.	MCidadania		
8.	MS		
9.	MRE		
10.	CFOAB		
11.	CPF		
12.	Conectas DH		
13.	JG		
14.	RENILA		
15.	EDUCAFRO		
16.	MNU		
17.	CUT		
18.	UFRN		

OBS: Para avaliação da Mesa Diretora: Sylvia, Cintia e Mecanismo em contato para avaliar as colaborações à minuta sobre o sistema de intervenção, sobre a minuta de procedimento correccional e avaliar discussão sobre a segurança dos peritos do MNPCT.

OBS: As pautas “**Seleção do MNPCT**”, “**Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Inspeção do Estado do Pará**”, previstas para o primeiro dia de debate, não foram tratadas e houve nova readequação da pauta pela Secretaria Executiva com a Vice-Presidência do CNPCT. A deliberação em relação aos encaminhamentos na pauta “**Representações MNPCT**” foram adiados para a primeira discussão na manhã do dia 22/11/2019.

#### **4. Instalação do CNPCT no dia 22/11/2019**

**Horário do início:** 9h40.

**Condução:** Vitória Buzzi/Vice-Presidente.

Quórum para abertura: SEGOV/PR, MRE, M.CIDADANIA, MMFDH, MJSP, SG, CONECTAS, SOMOS, MEC, JG, CFOAB, MD, CUT, RENILA, CFP, UFRN, EDUCAFRO, SNPPIR/MMFDH, SNPG/MMFDH, MNU.

Com o retorno dos trabalhos, retomou-se a discussão dos encaminhamentos referente às “**Representações MNPCT**”.

#### **5. Seleção do MNPCT**

**Pauta:**

- Avaliar minuta de Resolução CNPCT- seleções dos peritos do MNPCT (proposta do GT) e 5º Edital para Seleção dos peritos do MNPCT (proposta do GT).

**Convidados externos para ponto de pauta:** ANADEP, APT e MNPCT.

**Encaminhamentos:**

##### ~~**5.1. Aprovar 5º edital com base na redação do 4º edital, com atualização de datas. Sem seguir com o grupo de trabalho.**~~

Favoráveis: CUT, RENILA, CFP, UFRN, EDUCAFRO, MNU, CONECTAS, SOMOS, JG, OAB

Contra: MD, SNPPIR, SNPG, MS, SEGOV, MRE, CIDADANIA, MMFDH, MJSP, SG, MEC

Sem abstenções

Encaminhamento rejeitado.

##### **5.2. Grupo de trabalho apresentará nova proposta de edital até dia 16 de dezembro de 2019 à Presidência/Vice-Presidência. Com a decisão, a Presidência/Vice-Presidência adotaria em caráter urgência *ad referendum* (inciso V art. 14 da Resolução 1/2014) EDITAL e RESOLUÇÃO PARA COMISSÃO DE SELEÇÃO.**

Aprovação por unanimidade.

Presentes: CUT, RENILA, CFP, UFRN, EDUCAFRO, MNU, CONECTAS, SOMOS, JG, OAB, MD, SNPPIR, SNPG, MS, SEGOV, MRE, CIDADANIA, MMFDH, MJSP, SG, MEC

## **6. Pauta política Nota Pública**

### **Encaminhamento**

**6.1. Deliberação para adiar o ponto de pauta para a próxima reunião, conforme inciso II do art. 14 da Resolução nº 1/2014. Abre-se prazo para novas contribuições ao texto.**

## **7. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

### **Quórum para abertura:**

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. MMFDH	1. CFOAB
2. MEC	2. Conectas DH
3. SEGOV/PR	3. CUT
4. MJSP	4. SOMOS
5. MD	5. RENILA
6. SNPPIR/MMFDH	6. JG
7. SNPG/MMFDH	7. UFRN
Ausentes: SG/PR, MCidadania, MS e MRE	Ausentes: EDUCAFRO, MNU, CFP, COAD e UBM
Soma RG: 7	Soma SC: 7
Total: 14	

**Horário de início:** 14h45.

**Convidados externos para ponto de pauta:** MNPCT, APT e ANADEP.

### **Encaminhamentos:**

**7.1. Reforçar convites para os convidados permanentes – CNJ, CNMP, CONDEGE, ANADEP, CNPG.**

Aprovado por unanimidade

**7.2. Oficiar 7a Câmara do MPF para colher informações sobre os procedimentos do MPF em relação as denúncias encaminhadas pelo MNPCT no caso do Pará e solicitar indicativo de data para reunião com a Mesa Diretora (7a Câmara do MPF e PRDC/PA/MPF, com a presença dos procuradores naturais, se possível).**

Aprovada por unanimidade.

- 7.3. Solicitar os relatórios das visitas do MP/PA nos locais visitados pelo MNPCT nos últimos dois anos ao CNMP.**

Aprovada por unanimidade.

- 7.4. Solicitar diagnóstico de implementação da PNAISP à Secretaria de Saúde do Pará.**

Aprovada por unanimidade.

- 7.5. Solicitar diagnóstico de implementação da PNAISP no Brasil ao MS.**

Aprovada por unanimidade.

- 7.6. Oficiar as entidades citadas no relatório do MNPCT e, com as respostas, convidar para audiência pública em relação ao Estado do Pará (governo e sistema de justiça), para que apresentem cronograma do fim das violações apontadas no relatório do MNPCT.**

Aprovada por unanimidade.

## **8. Coordenação Geral do MNPCT**

### **Encaminhamento**

- 8.1. Encaminhar a resolução com indicação do nome de Bárbara Coloniese como Coordenadora Geral do MNPCT e José de Ribamar como Coordenadora Geral substituto, escolhidos pelo MNPCT, para ratificação da Presidente do da CNPCT e publicação no DOU.**

Aprovada por unanimidade.

## **9. 8. Pauta Prevenção e Combate à Tortura**

### **Encaminhamentos**

- 9.1. Oficiar a ALESP sobre a suspensão do veto da Governadoria sobre a criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de São Paulo, pedindo o cumprimento do item 10.2 da Carta de Brasília (item 10.2)**

Aprovada por unanimidade.

- 9.2. Oficiar as assembleias legislativas dos Estados e governos estaduais que não possuem Mecanismo E Comite estaduais, e UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), para conhecimento no caso desta, solicitando o cumprimento do item 10.2 da Carta de Brasília, pedindo para verificarem a efetivação e implementação dos mecanismos estaduais.**

Aprovada por unanimidade.

- 9.3. Criar Comissão Permanente ou GT para fomentar a criação de Comitês e Mecanismos nos Estados que não dispõem dos mesmos, em cumprimento ao item 10.14 da Carta de Brasília.**

Aprovada por unanimidade.

- 9.4. Formular agenda para incidência política do Comitê e CGCTVI nos Estados para pensar em ações conjuntas efetivas de apoio do Estado à criação de Comitês e Mecanismos estaduais.**

Contrários SNPG

Abstenções: MD, MJSP, SEGOV/PR.

Favoráveis: CFOAB, JG, CUT, RENILA, UFRN, EDUCAFRO, MNU e CONECTAS.

- 9.5. Acompanhar e monitorar os encaminhamentos dos Encontros no planejamento do biênio do CNPCT.**

Aprovada por unanimidade.

- 9.6. Mapeamento, a ser realizado pelos membros do CNPCT, em seus estados redes para aumentar a capilaridade às discussões para criação e fomento de comitês e mecanismos nos estados. A Secretaria Executiva do CNPCT compilará as respostas.**

Aprovada por unanimidade.

## **10. Informes institucionais**

### **Encaminhamento**

- 10.1. Ponto de pauta adiado para a próxima reunião (Informes da Secretaria Executiva do CNPCT e informe sobre fluxo de tratamento de denúncias). Adicionalmente, orienta-se que a Secretaria Executiva tenha sempre um ponto de pauta nas reuniões do CNPCT.**

## **11. X. Planejamento do biênio**

### **Encaminhamento**

- 11.1. Realizar oficina de planejamento com duração de um dia. Proposta de que a próxima reunião dure 3 dias, sendo 1 de oficina com o CNPCT e 2 de reunião ordinária.**

Aprovado por unanimidade.

## **12. Leitura e aprovação dos encaminhamentos do Sumário Executivo.**

**25<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO COMITE NACIONAL  
DE PREVENÇÃO E  
COMBATE À TORTURA -  
CNPCT**

**2019**

**BRASÍLIA - DF**

DEGRAVAÇÃO DA 25ª REUNIÃO ORDIÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE  
PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT.

DIAS 21 e 22/11/2019

BRASÍLIA – DF

**Legenda:**

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão;
- 2) **(Interlocutor não se identificou)** – Interlocutor não informa o nome ao se pronunciar;
- 3) **Reticências ...** – Frase não concluída;
- 4) **(Intervenções Simultâneas)** – várias falas ao mesmo tempo, no microfone;
- 5) **(Intervenção fora do microfone)** – várias falas ao mesmo tempo, fora do microfone;
- 6) **(Inaudível)** – Interlocutor fala fora do microfone com identificação apenas de palavras desconexas.

1 Vitória – Bom dia a todos e todas. Obrigada pela presença de todas. Vou dar início à vigésima  
2 quinta reunião ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Todo mundo  
3 recebeu a nossa pauta de reunião, pelo e-mail, porque vamos acompanhando a pauta, eu e Carol  
4 estamos fazendo a relatoria para, no final da vigésima quinta reunião, já conseguirmos já aprovar  
5 nosso sumário executivo. Iniciando, para as nove da manhã, pensamos em fazer a abertura e  
6 aprovação da pauta dessa pauta? Fazemos isso em conjunto para, se as pessoas quiserem propor  
7 alterações, é isso?

8

9 Carolina Castros – Damos uma passada geral e, eventualmente, se necessária alguma alteração,  
10 já faz agora, no início da reunião.

11

12 Vitória – Aprovação da nossa última ata, vai ficar para o início da reunião também, que é esse  
13 segundo informe de alteração do sumário executivo. O item um, abertura, leitura e aprovação  
14 da pauta da vigésima quinta reunião ordinária. Se alguém quiser fazer algum comentário, temos  
15 adotado como estratégia, levantar o prisma, eu vou tentando fazer, porque está difícil enxergar  
16 todo mundo. Item dois: a pauta administrativa de representações contra o mecanismo. Temos  
17 os informes sobre a secretaria de administração penitenciária do Ceará, sobre a Associação  
18 Brasileira de Psiquiatria e o Conselho Regional de Medicina. No item dois e no item três, vamos  
19 pedir para que os nossos peritos do mecanismo se ausentem da nossa reunião, para podermos  
20 tratar sobre isso, depois eles voltam. Estão aqui o Ribamar e a Bárbara, seja muito bem-vinda.  
21 Ribamar, já sei que você quer apresentar a Bárbara, eu vou fazer a leitura, depois fazemos uma  
22 rodada de informe. O item três é a pauta administrativa, que vai ser a seleção do mecanismo,  
23 para avaliarmos a minuta de resolução e o quinto edital para seleção dos peritos. Meio dia e  
24 meia, fazemos o intervalo para o almoço. Item quatro, voltamos às duas horas, para a nossa  
25 audiência sobre o acompanhamento das recomendações do mecanismo ao Ceará. Item cinco, é  
26 a pauta temática da apresentação do mecanismo do relatório de inspeção no Pará. Encerramos  
27 às dezoito horas. No segundo dia, voltamos às nove, com novamente pauta administrativa do  
28 mecanismo, para apresentação da nova coordenação geral. Item sete, pauta administrativa de  
29 informes institucionais, informes da secretaria executiva, do mecanismo, e informe sobre o  
30 fluxo de tratamento de denúncias. Item oito, pauta política, que seria nossa nota de repúdio,  
31 proposta pela sociedade civil. Item nove, pauta administrativa, planejamento do biênio, que  
32 vamos tratar do nosso planejamento para esse biênio, que vai se iniciar no próximo ano, e o  
33 calendário de reuniões de dois mil e vinte, para que todo mundo consiga se organizar e não

34 tenha nenhuma ausência injustificada. Meio dia e trinta, nosso intervalo para o almoço. Item  
35 dez, pauta temática, política de prevenção e combate à tortura, que vai ser feita pela nossa  
36 coordenação geral, Carol, vários informes e questões que você quer trazer, na verdade, de tudo  
37 que vocês têm feito, é uma pauta extensa. Às cinco horas, terminamos com a leitura e aprovação  
38 dos encaminhamentos, para não ficar isso pendente para a próxima reunião. Alguém tem algum  
39 comentário sobre a nossa pauta da vigésima quinta reunião? Bruno.

40  
41 Bruno – Bem rapidamente, bom dia a todos. Inicialmente, queria saudar a todos pelo dia de  
42 ontem, da consciência negra. Mudamos a data da reunião justamente por esse dia importante, e  
43 acho importante lembrar dele no começo da nossa reunião. Queria solicitar que observássemos  
44 os horários, fazer esse esforço, principalmente em relação à hora do almoço e termino da  
45 reunião. Ou, se passar, que nenhuma deliberação fosse tomada após os horários. Se tiver que  
46 continuar discutindo, continuamos, mas que as deliberações obedecessem aos horários, para  
47 não prejudicarmos quem tem que sair, voos, compromissos outros. Era só esse reforço.

48  
49 Vitória – Obrigada, Bruno. Vou pedir, como temos novos nomes na mesa, pelo menos, novos  
50 para mim, se pudermos fazer uma rodada de apresentação e, já aproveitarmos para fazer os  
51 informes que cada instituição pretende dar, se tem algum informe específico de agenda. Eu  
52 posso iniciar por aqui, sou Vitória Busi, sou representante do Conselho Federal da OAB, nesse  
53 comitê. Estou no meu segundo biênio e, agora, na vice-presidência. Caio.

54  
55 Caio – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Caio, eu represento o SOMOS – Comunicação,  
56 Saúde e Sexualidade, uma organização da sociedade civil, baseada em Porto Alegre.  
57 Ingressamos pela primeira vez neste comitê, na vaga temática para acompanhamento das  
58 questões da população LGBT.

59  
60 Sávio Andrade – Bom dia. meu nome é Sávio Andrade, represento o Ministério da Defesa, no  
61 comitê.

62  
63 Marcia Lustosa - Bom dia a todas e a todos. Eu me chamo Márcia Lustosa, represento a  
64 RENILA – Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, em conjunto com o Marcelo.  
65 Já é o segundo biênio que participo. A RENILA é um movimento social, que atua na defesa  
66 intransigente das pessoas com transtornos mentais, pessoas que fazem uso de drogas. Temos

67 trazido esse debate, essa pauta importante, no comitê, com os nossos parceiros, companheiras,  
68 no sentido de trazer esse debate, mas, também, de estarmos vigilante no processo de controle  
69 social, das pessoas que estão em privação de liberdade. Mas, também, no que diz respeito às  
70 pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei. Prazer, para quem está chegando.

71

72 Henrique Apolinário Rolunder – Bom dia, sou Henrique Apolinário Rolunder, represento a  
73 CONECTAS, uma organização de direitos humanos de São Paulo.

74

75 Marcos – Bom dia a todos, meu nome é Marcos, sou representante do gabinete da ministra  
76 Damares.

77

78 Pedro Paulo Bicalho – Bom dia, meu nome é Pedro Paulo Bicalho, represento o Conselho  
79 Federal de Psicologia.

80

81 Ezequiel Roque – Bom dia, meu nome é Ezequiel Roque, represento a secretaria nacional de  
82 políticas de promoção da igualdade racial, do Ministério da Mulher, Família e Direitos  
83 Humanos.

84

85 Carolina Castros – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Carolina Castros, sou vinculada à  
86 coordenação geral de combate à tortura. Nós somos responsáveis pela secretaria executiva do  
87 comitê, queria só um minutinho para apresentar nossas colegas. A Maria José, que já nos  
88 acompanha à uma reunião. A Jusley, que entrou agora no grupo, para nos acompanhar. E a  
89 Cassia, que vocês veem subindo e descendo, mas é para tentarmos fazer uma boa reunião e  
90 auxiliar vocês no que for preciso.

91

92 Lucas - Bom dia a todos, é um prazer participar novamente da reunião do comitê. Me chamo  
93 Lucas, e sou membro titular da secretaria nacional de proteção global, do Ministério.

94

95 Frei Davi - Bom dia, Frei Davi, represento a EDUCAFRO, uma organização que tem lutado,  
96 nos últimos quarenta anos, pela inclusão do negro na universidade e no serviço público e, agora,  
97 a luta está muito forte com as empresas, nacionais e multinacionais. Estamos, pela primeira vez  
98 nesse espaço, porque entendemos que a violência e a tortura contra a população pobre e negra,  
99 estão cada vez mais disseminadas. Aproveito para fazer o informe a todos vocês que, na terça

100 feira agora, entramos no STF, contra o genocídio da população negra, tendo o PSB como a  
101 entidade que nos acolheu. Estamos convocando, solicitando a outras entidades que queiram nos  
102 ajudar, entrando como amigo da corte, que entendemos que é algo muito grave o genocídio  
103 contra a população negra que está, cada vez mais, gerando e fazendo vítimas.

104  
105 Wanderson Pinheiro – Bom dia a todos, meu nome é Wanderson Pinheiro, sou coordenador  
106 nacional de assuntos jurídicos do Movimento Negro Unificado, entidade essa que participa do  
107 seu primeiro biênio junto a essa entidade. A nossa contribuição caminha muito junto com a  
108 EDUCAFRO, no sentido de fazer um recorte racial acerca do combate à tortura. Nos colocamos  
109 à disposição para maiores contribuições.

110  
111 Felipe - Bom dia a todos. Meu nome é Felipe. Eu sou membro titular pela secretaria de governo  
112 da presidência da república.

113  
114 Bruno Callegari - Bom dia a todos. Bruno Callegari, secretária geral da presidência.

115  
116 Cinthia bom dia a todos e a todas. Meu nome é Cinthia, represento o departamento penitenciário  
117 nacional.

118  
119 Edvar – Bom dia. sou Edvar, da secretaria de educação básica, representando o Ministério da  
120 Educação.

121  
122 Claudia Leite - Bom dia a todos. Meu nome é Claudia Leite, represento o Ministério da  
123 Cidadania.

124  
125 Maria Dilma - Bom dia. eu sou Maria Dilma, represento o Ministério da Saúde.

126  
127 Virginia Berriel - Bom dia. eu sou Virginia Berriel, da executiva nacional da CUT. Também  
128 sou do movimento Humanos Direitos, o MHUD, é um movimento que é composto por artistas,  
129 intelectuais, professores, no estado do Rio de Janeiro. Sou do estado do Rio de Janeiro. Hoje, é  
130 o estado que mais mata jovens negros, das favelas, das periferias. Nós temos uma luta pelo  
131 movimento Parem de Nos Matar também, que é um movimento local. Queria pedir desculpas,  
132 não estive na primeira reunião, porque estávamos em congresso nacional da CUT, congresso

133 eleitoral. Tanto eu como meu suplente éramos delegados. Mas, estamos aqui agora para  
134 estarmos sempre. Obrigada.

135

136 Matheus Oliveira Moro - Bom dia a todas e todos. Eu sou Matheus Oliveira Moro, sou defensor  
137 público do estado de São Paulo. Represento aqui, junto com a colega Fernanda Fernandes,  
138 também defensora de Goiás. Representamos como convidados, não como membros com voto,  
139 a ANADEP, que é a Associação Nacional dos Defensores Públicos.

140

141 Guilherme Pontes - Bom dia a todos e todas. Me chamo Guilherme Pontes, represento a Justiça  
142 Global, no comitê.

143

144 Vitória – Obrigada a todas e todos, pela presença. Saúdo os novos rostos que vejo aqui. Vou, a  
145 pedido da Carol, registrar as ausências. Temos ausentes: União Brasileira de Mulheres, titular,  
146 Silvana e, suplente, acho que Mariana. OAD, titular (intervenção simultânea).

147

148 Carolina Castros – Só para fazermos o registro no áudio, a UBM não apresentou justificativa,  
149 nem na reunião anterior, nem nessa reunião. O Rodrigo, na primeira reunião, alegou que não  
150 tinha recebido as passagens, quando todos os outros membros receberam. Nessa reunião,  
151 imprimimos as passagens, ele encaminhou um e-mail para nós, segunda feira, informando que  
152 estava doente, não poderia comparecer. Essa segunda ausência estaria justificada por isso.

153

154 Vitória – A justificativa tem que ser aprovada na plenária. (Intervenção simultânea).  
155 Apresentada e aprovada, para não pedirmos substituição dos membros. A suplente, Helen. Ela  
156 não justificou a ausência dela. Tem que justificar titular e suplente, se não puder aparecer os  
157 dois. Do governo, alguém?

158

159 Lucas – MRE está a caminho.

160

161 Vitória – Quem era? Não lembro.

162

163 Lucas – A Débora, que veio na última reunião, que é suplente. E a Bruna, titular, que está a  
164 caminho.

165

166 Vitória – Registro? Não, porque ela não está ausente. Se ela confirmou. Porque estamos falando  
167 de quem não confirmou.

168

169 Carolina Castros – Eu só coloquei o registro do quórum na abertura. No quórum da abertura,  
170 estavam ausentes, MRE, COAD e UBM. Mas, ao longo das nossas discussões, faço o registro  
171 do MRE, quando ela estiver presente.

172

173 Vitória – É importante registrar as ausências porque, na terceira ausência que não for aceita a  
174 justificativa, na verdade, o nosso plenário encaminha o pedido para a entidade de substituição  
175 dos membros. Só para explicar, as entidades mantem a cadeira dela no comitê, mas pedimos a  
176 substituição do titular e do suplente ou da titular e da suplente, no caso. Três ausências não  
177 justificadas. E a justificativa tem que ser, segundo o nosso regimento, aprovada aqui. Não é  
178 qualquer justificativa. A vida pessoal não é qualquer justificativa, eu diria. Dando início à  
179 questão dos informes, na verdade, de alteração dessa nossa pauta, eu queria, quando chegarmos  
180 no item três, que eu estava ontem analisando nosso sumario executivo, a questão do item três,  
181 que seria: avaliar a minuta de resolução do comitê de seleção dos peritos e o quinto edital, pelo  
182 nosso encaminhamento da última reunião, da vigésima quarta reunião, a proposta nossa de  
183 encaminhamento era de um grupo de trabalho para avaliar o quinto edital para seleção de peritos  
184 e, não a resolução. Lucas, por favor. Só vou pedir para quem não está falando desligar o  
185 microfone, senão ficamos ouvindo a respiração na gravação.

186

187 Lucas – Vitória, encaminhamos no sentido de criar o grupo de trabalho, mas, sem  
188 necessariamente, estipular qual será o instrumento. Podemos tratar da resolução, eventualmente  
189 do edital. Por isso que na pauta estão os dois.

190

191 Vitória – Chegando lá, acho melhor, fazemos esse debate. Informes das organizações, se  
192 alguém tiver interesse em fazer, agora é o momento. Caio tem.

193

194 Caio – São três informes e, talvez, um encaminhamento, se a mesa aceitar. O primeiro, a minha  
195 organização SOMOS, lançou um livro que inclui o resultado de uma pesquisa que fizemos em  
196 cinco estados Brasileiros com pessoas LGBT privadas de liberdade. O nome do livro é  
197 Sexualidade e Gênero na Prisão, LBGT e suas Passagens pela Justiça Criminal. Ele é  
198 gratuitamente acessível à versão e-book, vocês podem encontrar nas nossas redes, nosso site.

199 Quem tiver interesse, pode falar comigo que eu disponibilizo. Disponibilizarei algumas cópias  
200 físicas para o Ministério e para o mecanismo também. No dia vinte e seis, próxima terça feira,  
201 a câmara dos deputados vai fazer uma audiência pública sobre a situação de pessoas LGBTI+  
202 em presídios Brasileiros, vai contar também com a participação da Silvia da (inaudível), que  
203 deve estar chegando logo mais, também o representante do Ministério, para tratar dessa questão.  
204 Dois dias depois, no dia vinte e oito, haverá reunião de altas autoridades em direitos humanos  
205 e, dentro dessa reunião, o seminário LGBT nas prisões do Brasil, diagnóstico da situação LGBT  
206 em privação de liberdade, que é organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos. Nessa  
207 oportunidade, será divulgado um relatório diagnóstico, produzido pelo Ministério, da situação  
208 de encarceramento de pessoas LGBT no Brasil. O que eu gostaria de, como temos uma cadeira  
209 específica para essa população e o meu objetivo é incluir essa discussão cada vez mais, que  
210 pudéssemos fazer um convite para que algum representante do Ministério, representante dessa  
211 pesquisa, talvez na próxima reunião ordinária, pudesse vir aqui apresentar esses dados para nós.  
212 Porque, dificilmente, acredito que todos poderiam acompanhar esse evento, devido as suas  
213 agendas. Minha proposição é de fazermos esse convite aqui dentro mesmo, para o Ministério  
214 para, na próxima reunião, todos termos acesso aos resultados dessa pesquisa, que é a primeira  
215 pesquisa oficial. É a segunda pesquisa no Brasil conduzida sobre o tema, a primeira foi da nossa  
216 organização SOMOS, mas é a primeira pesquisa oficial, que produz dados oficiais sobre a  
217 situação de encarceramento dessas pessoas no Brasil. Basicamente, seria esse o meu pedido.

218

219 Márcia - Esse informe, acho que o Ribamar até ia reforçar, mas é importante que todos possam  
220 participar. Porque, dia dois de dezembro, vai haver o lançamento oficial do relatório de  
221 inspeções nos hospitais psiquiátricos no Brasil. O local é o Ministério Público do Trabalho. O  
222 mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, em conjunto com o Ministério Público  
223 Federal, conselho federal de psicologia, Ministério do Trabalho, realizaram inspeções ao longo  
224 do ano de dois mil e dezenove, em hospitais psiquiátricos no Brasil. eu participei dessa  
225 inspeções no estado do Ceará e, enquanto RENILA, reafirmamos a importância desse relatório,  
226 que todos possam participar e que possamos ter um momento, na próxima reunião, de  
227 lançamento aqui no comitê nacional de prevenção e combate à tortura, para que vocês possam  
228 ver, observar, reafirmar o nosso posicionamento em defesa das pessoas com transtornos mentais  
229 e do que elas tem vivenciado nesses espaços, que também são espaços de privação de liberdade,  
230 de tortura, de violação de direitos. Que possamos encaminhar e tomar medidas em relação à  
231 essas questões apresentadas. Isso é um informe, mas já fica também como uma proposta, para

232 que, nos encaminhamentos possamos retomar essa questão. Um outro informe, Vitória, se você  
233 me permite, diz respeito a uma questão que vivenciamos em relação – hoje à tarde vamos ter  
234 audiência – ao monitoramento das recomendações de um relatório específico, que foi a inspeção  
235 no Ceará. Foi um encaminhamento da reunião passada. É importante que, enquanto comitê,  
236 possamos pensar em criar essas estratégias de monitoramento. A audiência é uma dessas  
237 estratégias. Nós, ao longo do tempo da vigésima quarta reunião e da vigésima quinta reunião,  
238 pensamos nesse processo importante que seria o processo de mobilização dessas entidades  
239 convidadas. Algumas entidades do Ceará foram convidadas, encaminhamos um ofício, no  
240 início de novembro, com o nome dessas entidades, para que se pudesse dar celeridade,  
241 mobilização, que não diz respeito apenas no sentido de enviar um ofício, mas do contato com  
242 essas pessoas, com esses convidados. Mas, infelizmente, isso não ocorreu. Algumas entidades  
243 inclusive receberam o ofício ontem, PFDC recebeu o ofício ontem. A Comissão de Direitos  
244 Humanos, da Assembleia Legislativa do Ceará, recebeu o ofício há alguns dias atrás. O ofício  
245 foi para outra pessoa. Eu entrei em contato com a Vitória, porque eu mesma fiz esse contato  
246 com as entidades, confirmando se tinham recebido, ou não, o convite do comitê de prevenção  
247 e combate à tortura. Quando não receberam, eu fiquei bem preocupada, entrei em contato com  
248 a Vitória, depois entrei em contato com a Carol. É uma situação bem preocupante, acho que até  
249 grave, porque isso impediu, houve um impacto em relação à vinda desses convidados para a  
250 reunião. Eu quis colocar isso, não sei se nesse momento de informe, mas acho importante que  
251 possamos pensar numa proposta de encaminhamento em relação à essa questão, pela questão  
252 até do impacto, o resultado disso no próprio encaminhamento que foi a questão da audiência.

253  
254 Marcos - Presidente, questão de ordem. Gostaria de pedir para que, embora sejam muito  
255 importantes os informes que cada um queira, nós temos uma pauta a seguir, estamos bastante  
256 atrasados com ela, queria que seguissemos, que é a leitura e aprovação da pauta da vigésima  
257 quinta opinião, informe sobre redefinição do modelo de atas. E, seguem os itens. Gostaria de  
258 ver se conseguimos otimizar o nosso tempo, nesse sentido.

259  
260 Carolina Castros – Compreendendo a demanda do doutor Marcos, gostaria de ressaltar que,  
261 enquanto organização da audiência pública, coordenação geral de combate à tortura e violência  
262 institucional, envidou todos os esforços para fazer todos os convites, e nos colocamos à  
263 disposição, tanto da Vitória quanto da Marcia, para realizar toda essa articulação. Entendemos  
264 que existem questões, dificuldade às vezes, e-mails que não são lidos ou mesmo e-mails que

265 não estão confirmados. Mas, da nossa organização, envidamos todos os esforços, adequados e  
266 possíveis na nossa equipe, para organizar essa audiência pública.

267

268 Maria Dilma – Só queria perguntar para a Márcia, com relação à apresentação dos relatórios,  
269 se os relatórios das visitas às instituições psiquiátricas vão ser disponibilizados para nós no  
270 comitê, para vermos. Porque, estou na segunda reunião, eu não os conheço. Seria interessante  
271 que eles pudessem ser disponibilizados. Não sei se, de habito, é apresentado, realmente  
272 desconheço, por isso estou perguntando, se tem algum tipo de validação, ou não. Mas, se não  
273 tiver, se pode ser disponibilizado para nós.

274

275 Vitória – Guilherme.

276

277 Guilherme - Imagino que seja do conhecimento de todos aqui, mas hoje tramitam na Corte  
278 Interamericana de Direitos Humanos, quatro medidas provisórias, que dizem respeito à  
279 estabelecimento de privação de liberdade, sendo três unidades prisionais e uma unidade sócio  
280 educativa. A Justiça Global é representante de beneficiários em três dessas medidas, em  
281 conjunto com outras organizações. me inscrevi para fazer o informe que, nas medidas  
282 provisórias relativas ao complexo de Pedrinhas, que litigamos em conjunto com a CONECTAS  
283 Direitos Humanos e com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, nesse último mês, no  
284 início do mês, fomos notificados de uma nova resolução da Corte Interamericana, que  
285 reconhece a permanência das condições que ensejaram a outorga das medidas provisórias pela  
286 corte, renova as medidas provisórias, tece uma serie de considerações no que toca a  
287 infraestrutura e condições de aprisionamento no complexo prisional de Pedrinhas, a violação  
288 ao direito à Saúde, acesso à Saúde, e traz alguns apontamentos a respeito da ocorrência de  
289 mortes e violência , no interior do complexo prisional. Gostaria de destacar, nesse informe que,  
290 por mais uma vez, a Corte sedimenta seu entendimento de que a questão da tortura e da  
291 violência intramuros, no Brasil, está diretamente relacionada à superlotação e a superpopulação  
292 prisional. Acho que isso é algo que deve ser sublinhado, a Corte reconhece que são fenômenos  
293 distintos. Isso quer dizer que não se trata só de ampliar o número de vagas, mas de reduzir o  
294 número de pessoas presas, é isso que a Corte vem sedimentando no seu entendimento, há anos,  
295 em relação ao Brasil. Nessa resolução, em especial, ela determina que o estado Brasileiro  
296 apresente, no período de quatro meses, um plano de contingencia, que apresente plano para  
297 reforma estrutural das unidades prisionais do complexo de Pedrinhas e, também, medidas para

298 a redução a superlotação e da superpopulação. No ordenamento jurídico pátrio e, nos debate  
299 que viemos travando no Brasil, tendemos a tratar esses dois fenômenos como uma coisa só. A  
300 postura do estado Brasileiro, perante a Corte Interamericana vem sendo, de fora reiterada, de  
301 apontar a ampliação do sistema prisional como solução para esses dois fenômenos. No entanto,  
302 por mais uma vez, a Corte reassenta que não se trata apenas de aumentar o número de vagas,  
303 mas reconhece a existência de uma política que tende a superencarcerar pessoas no Brasil, e  
304 ordena que o Brasil tome medidas para reverter a tendência de superencarceramento. Acho que  
305 esse é o informe. Obrigado.

306

307 Matheus – Bom dia a todos. Fico feliz com a fala do Guilherme, não tinha conhecimento dessa  
308 questão. O trabalho da Justiça Global e da CONECTAS é sempre para ser aplaudido. Em nome  
309 da ANADEP, queria dizer que, na semana passada, no Rio de Janeiro, aconteceu – não lembro  
310 o número – o congresso nacional de defensores públicos, novecentos e poucos, quase mil  
311 defensores, foi o congresso da história que mais teve defensores. Queria tecer algumas  
312 considerações que, no fundo, tem a ver com o superencarceramento, que foi colocado pelo  
313 Guilherme. Teve uma fala do ministro Dias Tófoli, considerando a defensoria pública,  
314 atualmente, como a instituição jurídica principal, mais valiosa do Brasil. Teve uma fala muito  
315 boa do sociólogo português Boa Ventura de Souza Santos. Ele fez uma fala muito interessante,  
316 falou de muitas questões, mas, para não tomar muito tempo, como até o colega já falou da  
317 questão do tempo, o que eu gostaria de destacar? O Boa Ventura colocou que, por causa de uma  
318 suposta guerra às drogas, encarceravam pessoas, matavam pessoas. Depois de uma suposta  
319 guerra ao terrorismo, encarceraram pessoas, torturam pessoas, matam pessoas. Agora, a nova  
320 modalidade, é a guerra à corrupção. O departamento dos Estados Unidos, documentos oficiais  
321 da CIA mostram que, em sete anos, foram gastos seis bilhões de dólares, em sete anos, e foram  
322 gastos para doutrinar juízes e promotores – não vou citar nomes, todo mundo está entendendo o  
323 que estou falando – que, no Brasil, quebraram empresas para, depois, os Estados Unidos em  
324 relação à China, conseguir ter a hegemonia mundial. Nessa linha, EMBRAER, PETROBRAS  
325 e ODEBRECHDT foram quebradas. O Brasil tem uma crise e esse é o pano de fundo e, os  
326 negros, os pobres, os miseráveis, pessoas de baixa escolaridades, e a situação, no final, é o que  
327 o Guilherme detalhou aqui como, por exemplo, Pedrinhas. Uma fala muito interessante, do  
328 professor Conrado, falando do poder judiciário Brasileiro. O poder judiciário Brasileiro,  
329 infelizmente, é autoritário, dinástico e ele é autocrático. Não poderia deixar de tecer essas  
330 considerações porque, como Nelson Rodrigues coloca, não falamos a vida como ela é, ficamos

331 aqui simplesmente colocando um verniz democrático para o que não existe. Em relação ao  
332 COAD, me comprometo a falar com o Rodrigo, porque acho que faz falta uma pessoa a mais  
333 para debater conosco. Não querendo advogar para a Carol, mas, contextualizando um pouco,  
334 depois de dez mês que ficamos sem reunião – teve uma no mês passado e uma um pouco em  
335 cima -, também acho que a pauta acabou vindo muito em cima da hora, os documentos vieram  
336 em cima da hora, tinha que ficar madrugada inteira lendo documentos que vieram em cima da  
337 hora. Presumo e torço para que, a partir do próximo ano, quando as reuniões forem a cada dois,  
338 três meses, tenhamos uma organização melhor porque, independentemente de ser governo,  
339 sociedade civil, todo mundo quer estar bem preparado. A Dilma colocou agora, bem preparado,  
340 com as leituras prévias, até para podermos nos organizar e termos uma reunião mais produtiva.  
341 Obrigado pela atenção.

342

343 Vitória – Frei, por favor.

344

345 Frei Davi – A entidade que represento, EDUCAFRO, enviou duas solicitações a esse comitê, e  
346 vou colocar nesse informe, e já ver se é oportuno botar em pauta. A primeira solicitação é dizer  
347 da nossa preocupação em saber que o Sistema Único de Segurança Pública, que foi aprovado  
348 em dois mil e dezoito, ainda não está sendo levado à sério pelo conjunto das instituições que  
349 estão no comando desse país. Solicitamos que esse comitê faça uma audiência pública aqui,  
350 dando publicidade mesmo à essa audiência pública, sobre o Sistema Único de Segurança  
351 Pública, que é a lei treze mil seiscentos e setenta e cinco, de dois mil e dezoito. Dando ênfase  
352 nessa audiência pública à prevenção social do crime, também enfrentar o legado da escravidão.  
353 Porque, até hoje no país não foi enfrentado esse legado. Também, sair do trabalho da coerção  
354 policial, para um trabalho de inteligência policial. Que esse debate trabalhe essas duas  
355 dimensões. Sair da repressão ao varejo das drogas, onde estão os jovens negros, e ir para o  
356 desmonte do comando do tráfico, onde estão os brancos. Como quando aquele deputado, no dia  
357 dezenove, quebra a placa na câmara, e diz que o problema do negro é que ele está no crime,  
358 queríamos discutir melhor isso com mais qualidade e seriedade. Portanto, o primeiro é esse  
359 pedido de audiência pública, sobre o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. O segundo  
360 pedido da minha entidade é que também tenha uma audiência pública desse comitê, que esse  
361 comitê organize uma audiência pública nesse espaço, em uma das próximas reuniões, sobre o  
362 genocídio da população negra, dando ênfase especialmente àquilo que o governo tem feito, com

363 referência a diminuir essa realidade. Estamos muito preocupados que a coisa está ampliando,  
364 está aumentando, especialmente no estado do Rio de Janeiro.

365

366 Vitória – Cinthia.

367

368 Cinthia – Bom dia. eu queria falar sobre os casos específicos que tramitam na Corte, de  
369 estabelecimentos prisionais. São três casos que existem medidas: Pedrinhas, Maranhão, Plácido  
370 de Sá, no Rio de Janeiro e, Complexo do Curado, em Pernambuco. Compreendemos  
371 perfeitamente que os problemas apresentados nesses estabelecimentos precisam ser discutidos  
372 pelo conjunto da sociedade, especialmente pelas instituições que compõem o sistema de justiça  
373 criminal. Nós estamos com uma parceria com a sétima câmara do Ministério Público Federal,  
374 para constituição de fóruns, o qual possamos discutir especialmente com o poder judiciário  
375 local, medidas alternativas ao encarceramento e, medidas que possam, de alguma forma, reduzir  
376 a população carcerária. Há uma parceria, por parte do departamento penitenciário nacional, com  
377 o CNJ, através do Justiça Presente. Estamos trabalhando com convênios voltados para o  
378 monitoramento eletrônico, para que tenhamos alternativas à prisão. A questão da prisão, é muito  
379 claro para o departamento: a prisão não é uma solução, até mesmo do ponto de vista econômico.  
380 Estive, semana passada, em Porto Alegre, no presídio central de Porto Alegre, que é um dos  
381 casos que não tem ainda medidas cautelares, mas está tramitando, provavelmente vai a  
382 julgamento no início do ano que vem, vai haver essa avaliação. Nós constituímos, junto com o  
383 tribunal de justiça, um grupo de trabalho interinstitucional, para discutir várias medidas.  
384 Criamos, esse ano, firmamos um termo de cooperação com o CONDERJ – Colégio de  
385 Defensores para Defensorias sem Fronteiras. Sabemos que assistência jurídica tem sido o  
386 principal problema observado. Mas, deixar claro que há sim, por parte do departamento, a  
387 compreensão de que precisamos avançar e trazer para esse debate o poder judiciário.  
388 Precisamos discutir porta de entrada e porta de saída do sistema prisional. Infelizmente, colocar  
389 toda a responsabilidade em cima do poder executivo, estadual e federal, não é correto. Nós  
390 precisamos trazer outros atores. Eu sugiro que venhamos a discutir também com o DMF, do  
391 CNJ, mais claramente quais são as medidas que estão sendo colocadas e implementadas, até  
392 mesmo pelo Justiça Presente, para que tenhamos um cenário, ao menos para o ano que vem, do  
393 que teremos.

394

395 Vitória – Virginia.

396

397 Virgínia – É um convite para todas e todos. Na próxima terça feira, dia vinte e seis, a CUT está  
398 puxando uma grande plenária nacional, em Brasília, de nove até as dezesseis horas, também  
399 com ato público, nos Sindicato dos Bancários. É uma plenária em defesa do serviço público, na  
400 esfera municipal, estadual, federal e, evidentemente, nas estatais. É bem importante a presença  
401 das pessoas que puderem participar dessa plenária, no teatro do Sindicato dos Bancários.

402

403 Vitória – Ezequiel.

404

405 Ezequiel Roque – Para informe, para registro, tivemos tantas notícias ruins de coisas ruins  
406 acontecendo. Mas, quero que fique registradas as boas notícias também. Tivemos, nesse  
407 primeiro semestre de dois mil e dezenove, uma redução de vinte e dois por cento das mortes  
408 violentas no país. Isso reduz toda a nossa demanda da população carcerária. São vinte e dois  
409 por cento a menos de mortes violentas. Isso é uma coisa que deve ser louvada, deve ser  
410 registrada, porque estamos tendo um avanço no Brasil ao combate da violência. Isso é uma  
411 coisa muito boa que está acontecendo hoje, que eu quero que fique registrado nessa reunião.

412

413 Vitória – A próxima sou eu. Eu vou fazer uma questão que a Carolina me lembrou, que eu  
414 esqueci, que é a aprovação da pauta da vigésima quinta reunião. Eu fiz a leitura, se ninguém  
415 tem alguma impugnação, eu dou ela como aprovada. A questão da redefinição, só para  
416 voltarmos rapidamente, depois vou fazer uma fala em relação à fala da Márcia. A nossa ideia é  
417 que comecemos a usar esse resumo executivo, que já fica pronto e aprovado no final das  
418 reuniões, como a nossa ata de reunião. Então, ao final, aprovamos o sumário executivo, ele já  
419 fica como ata, e eu pedi para anexar essa ata à transcrição integral das audiências, para que não  
420 haja discussão de que eu falei isso, e está isso no sumário. Como isso demora para acontecer,  
421 depois seria anexada ao nosso sumario executivo, que fica como ata, a degravação integral das  
422 reuniões. Essa é uma proposta, tanto da mesa diretora que, na verdade, já engloba a secretaria  
423 executiva, porque não estão dando conta de fazer a ata a tempo de cada reunião. Márcia, por  
424 favor. Virginia, você está com a fala inscrita?

425

426 Márcia – Só em relação ao ponto três da ata. Só um esclarecimento. Pauta administrativa,  
427 seleção do mecanismo: avaliar minuta de resolução e seleções dos peritos, proposta do GT.  
428 Quem participa do GT...

429

430 Vitória – Márcia, se ninguém tem um comentário específico sobre a fala que eu acabei de fazer,  
431 sobre a questão do sumário executivo com a degravação da audiência integral, eu vou dar isso  
432 como aprovado. Márcia, a sua fala vai ser sobre outro assunto da pauta, que já está aprovada.  
433 Caio.

434

435 Caio – Minha questão não é sobre o conteúdo da pauta, mas só que antes de chegarmos no  
436 ponto três, que temos que avaliar a minuta de uma resolução, se fosse possível termos a  
437 resolução em mãos para, todos juntos, lermos a resolução e avaliarmos os termos dela.

438

439 Vitória – Nós já temos a resolução, ela já está na pasta? (Intervenção simultânea). Maria José  
440 vai distribuir essa resolução, ela foi distribuída na última reunião, mas, se ela vai voltar para  
441 esta reunião, sugiro que redistribuamos esse documento. Em relação à questão, Carol, Lucas,  
442 (intervenção simultânea). Essa é a mesma que a última reunião? (Intervenção simultânea). É  
443 outra. Pelo que me falaram, não é resultado do GT, Lucas, porque não houve discussão no GT  
444 sobre resolução.

445

446 Lucas – É exatamente o que eu ia falar agora. Não houve a discussão, então, só houve propostas  
447 por parte do governo.

448

449 Vitória – Então, vocês estão propondo uma nova resolução que não está incluída na pauta. Não  
450 vou discutir essa resolução, ela não está incluída na pauta.

451

452 Interlocutor não se identificou – Houve reunião, houve discussão, só que pessoas não foram.

453

454 Vitória – Bruna, você que estava no grupo? Só para poder aprimorar o debate? Não? Quem  
455 estava no GT, por favor.

456

457 Lucas – Eu, Felipe, Marcelo e Cândida. (Intervenção simultânea). A Cândida se ausentou, o  
458 Marcelo não apresentou nenhuma contribuição, então, isso é o resultado do nosso trabalho, do  
459 GT. Não posso desconsiderar que seja do GT, só porque os componentes da sociedade civil não  
460 apresentaram contribuições.

461

462 Vitória – A minha questão é que o nosso encaminhamento da última reunião - eu tive que me  
463 debruçar sobre isso, porque eu sabia que ia dar discussão – foi em relação específica à  
464 elaboração de edital. Essa é a minha colocação. Por favor, distribuam a resolução. Vamos lendo,  
465 mas, queria que respeitássemos a memória das nossas reuniões porque, senão, em cada nova  
466 reunião, trazemos coisas que não são exatamente o encaminhamento da última reunião. Essa  
467 seria minha sugestão, mas, por favor, fiquem à vontade para distribuir.

468

469 Lucas – Eu só faço o questionamento em relação a isso: porque não houve encaminhamento no  
470 sentido de ser uma resolução ou edital.

471

472 Vitória – Está no sumário executivo, justamente isso, está exatamente isso, que estávamos  
473 compondo o GT... (Intervenção simultânea). Acho que Carol mandou a todos. Carol, está na  
474 pastinha impressa, ou só foi enviado por e-mail? Que poderíamos resolver isso.

475

476 Caio – Gostaria de registrar a presença da colega Silvia, representante da Associação para  
477 Prevenção à Tortura.

478

479 Vitória – Carol, o sumário executivo foi impresso, da última reunião? Registro seis ponto dois  
480 ponto um: criação do grupo de trabalho para elaboração do quinto edital de seleção de peritos  
481 do mecanismo. O grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta na próxima reunião do  
482 comitê. Está aqui: grupo de trabalho para elaboração do quinto edital de seleção de peritos do  
483 mecanismo. Esse foi o encaminhamento da última reunião. Eu pergunto se foi elaborado o  
484 quinto edital de seleção.

485

486 Lucas – Foi elaborado o quinto edital de seleção também. Nós temos as duas propostas, Vitória.  
487 Eu só faço o questionamento em relação à pauta. Na pauta está, inclusive o que fechamos na  
488 qualidade membros da mesa diretora: avaliar a minuta de resolução CNPCT, eleições de peritos  
489 do mecanismo e quinto edital para seleção dos peritos do MNPCT.

490

491 Vitória - Quando chegarmos no item três, Lucas, sugeriria, já que todos têm a cópia, debatermos  
492 a resolução. Mas, em relação específica ao grupo de trabalho, que é o que esperamos que vocês  
493 nos tragam encaminhamento inclusive, com as colaborações dos integrantes do grupo de  
494 trabalho, para que possamos aprovar o edital mesmo.

495

496 Lucas – Faço destaque, tanto em relação, quanto o edital, a participação foi dos membros de  
497 governo. Infelizmente, não tivemos o diálogo. Não é culpa nossa, não está sob nossa ingerência.

498

499 Vitória – Deixamos registrado isso, que é muito importante. Imagino que vai ser recorrente em  
500 nosso grupo de trabalho. Peço que prezemos pelo diálogo, mas sabemos que nem sempre vai  
501 ser um debate fácil. Sávio, só um minutinho. Não quero ser injusta com ninguém.

502

503 Sávio – Só reforçar a fala. O edital tem uma urgência, precisamos realmente preencher nossa  
504 equipe do mecanismo. Mas, ao mesmo tempo, temos urgência de uma resolução também.  
505 Porque, o edital, nas gestões anteriores, sempre carregou as pautas do CNPCT e, não podemos  
506 cair no mesmo erro de ficar patinando, sempre que tiver um edital do mecanismo, tomar metade  
507 do ano no debate sobre isso aí. A resolução é fundamental que fechemos um texto para dar um  
508 norte para as próximas seleções.

509

510 Vitória – Acho que debatemos isso quando chegarmos no item três, só para fazer o debate  
511 dentro da pauta. Em relação ainda à questão da fala da Márcia, a minha proposta seria de que,  
512 se possível, teríamos que ver isso dentro da instituição do próprio Ministério, que  
513 trabalhássemos com um número maior de pessoas, não sei se são servidores ou terceirizados,  
514 de apoio ao comitê. Porque, do jeito que está organizado, nesse momento, eu não acho que  
515 estamos dando conta. Eu estava assinando ofícios até ontem, até um dia antes, antes de ontem,  
516 dois dias antes da nossa audiência pública. Eu considero, inclusive, falta de educação convidar  
517 alguém dois dias antes de uma audiência pública. A minha intenção seria, na verdade, nem  
518 assinar o ofício, mas assinei porque a pessoa pediu para enviar nominalmente a ela, foi essa  
519 questão que era uma exceção. Mas, sei que enviamos ofício parar presidente que não eram mais  
520 presidentes de comissão, para pessoas que não integravam mais aquele órgão. E, se não fosse a  
521 colaboração da Márcia, que estava atenta a tudo isso, e agradeço muito à Márcia, talvez os  
522 convites não tivessem chegado à pessoa certa. Eu considero isso uma questão organizacional  
523 nossa. Acho que, nas reuniões – já foi uma dificuldade na nossa última reunião -, houve uma  
524 questão de que, do jeito que estamos estruturados, eu não considero que estamos dando conta.  
525 Porque, quem vai construindo o sumario executivo, é a Carol, mas a Carol, sabemos que tem  
526 outras coisas para fazer. É o celular trabalhando ao mesmo tempo, como todo mundo está  
527 também. Se a Carol não digita, eu que tenho que digitar. Se eu não aviso à Maria Jose, ninguém

528 faz inscrição de fala. Acho que fica uma reunião tão desorganizada e tão tensa, que eu queria  
529 colocar como encaminhamento da nossa reunião, que fosse repensada a nossa estrutura de  
530 apoio, e que conseguíssemos, como prevê o nosso regimento inclusive. Porque o nosso  
531 regimento interno prevê que possamos fazer monitoramento de estudos, termos de parceria,  
532 fazer uma memória do comitê. Como vamos fazer tudo isso, se não conseguimos nem dar conta  
533 de uma reunião a cada dois meses, com o número de pessoas que temos? Não temos a menor  
534 possibilidade de cumprir nosso regimento interno. Nossa função não é ficar fazendo reunião,  
535 nossa função é outra, se assemelha muito mais a audiências públicas, que não demos conta  
536 direito de fazer, do que fazer reunião para ficar, de dois em dois meses, batendo boca aqui –  
537 com todo respeito. Eu gostaria de fazer, desde já, uma proposta de encaminhamento, que  
538 possamos requisitar – e pergunto a quem, porque não sei -, para que consigamos aumentar o  
539 número de pessoas que nos apoiam no comitê. Porque, do jeito que está, não acho que estamos  
540 dando conta e, quem perde não somos só nós, são todas as pessoas privadas de liberdade que  
541 dependem das nossas deliberações aqui.

542

543 Henrique – Só fazer coro à fala do Sávio. Ficamos um bom tempo, é também meu segundo  
544 biênio. Até fiquei na dúvida, não aprovamos uma resolução sobre a escolha final dos peritos?

545

546 Vitória – Sim, aprovamos resolução específica sempre para constituir o grupo de trabalho.  
547 Temos resolução sobre isso. (Intervenção simultânea). É importantíssimo. (Intervenção  
548 simultânea). Foi um debate longo. Temos resolução sobre isso. Mas vamos chegar no item três,  
549 só para não ficarmos atropelando. O item um, vou dar por encerrado. Começamos o debate do  
550 item dois, quando vou pedir que os peritos aqui presentes, gentilmente se retirem. Ribamar,  
551 vocês voltam depois do almoço, as duas horas da tarde, já com a pauta específica. Bárbara,  
552 muito obrigada pela presença.

553

554 Matheus – Vitória, só para eu entender, a retirada seria por qual razão?

555

556 Vitória – Por que vamos aqui – posso colocar em debate se acharem interessante – discutir  
557 especificamente as questões das denúncias, que não foi o comitê que recebeu, foi o Ministério,  
558 especificamente a coordenação geral. Uma denúncia enviada à ministra, especificamente, uma  
559 denúncia enviada à coordenadora geral, à Carolina, contra o trabalho e a atuação dos  
560 mecanismos. Eu fiz a minha colocação de que eu discordo da retirada deles, porque eu sou

561 contra julgamentos secretos, mas aqui não se trata de um julgamento e, talvez, deixassem mais  
562 à vontade as pessoas de fazerem colocações, se eles não estivessem presentes. É uma questão  
563 que podemos debater sobre a retirada deles, que não quero parecer autoritária dessa forma.

564

565 Matheus – Era mais uma questão de ordem, mas se eu puder falar e levantar, vivemos tempos  
566 sombrios no Brasil. Todo mundo que está nessa sala sabe disso, ou pelo menos finge que sabe.  
567 O debate vai ser republicano ou o debate é secreto? Eu não penso nem em votarmos isso, porque  
568 vamos estar votando, porque estamos numa democracia. Com todo respeito, o debate é  
569 republicano, as pessoas falam olhando olho no olho: acho que fizeram certo ou errado, ou  
570 vamos estar fingindo que temos uma democracia nesse país, com todo respeito.

571

572 Vitória – Frei.

573

574 Frei Davi – Entendemos que esse debate é fundamental a participação dos peritos, inclusive  
575 pela visão pedagógica. Eles são as pessoas que estão lá na frente do combate, trabalhando e  
576 fazendo o que o comitê quer ver acontecer. Para nós, se tem denúncias e as denúncias precisam  
577 que eles participem, até deem sua opinião, com poder de falar – poder de voto, infelizmente  
578 não -, porque entendemos que esse assunto é também formativo e orienta o futuro do que nós  
579 queremos. Portanto, defendo que eles continuem.

580

581 Lucas – Vitória e demais colegas. Só para deixar claro, não estamos instalando o processo de  
582 apuração da conduta dos peritos. O pedido, a gentileza que a Vitória solicitou da retirada dos  
583 peritos, é pela própria preservação da integridade deles e a deliberação do comitê que, segundo  
584 a lei, tem a atribuição de afastar cautelarmente o perito do mecanismo. Esse é o meu ponto, não  
585 vamos deliberar nada aqui, por hora, para afastar ou para rechaçar essas representações. E, no  
586 momento oportuno, vai haver ampla defesa, o contraditório, e eles vão poder se explicar em  
587 relação a esses fatos. Melhor, não vou dizer que são fatos, são alegações. O que temos aqui são  
588 representações que, eventualmente, se resumem a alegações que precisam ser provadas, então,  
589 não temos, à priori, nada que podemos considerar substancial, ou não. Isso tem que ser  
590 avaliado no processo apuratório. Acho que é uma medida simples, talvez estejamos  
591 polemizando em relação a algo que realmente seja muito simples, muito simples, é para a  
592 preservação da integridade de todos, tanto dos peritos do mecanismo, quanto do comitê que vai  
593 tratar dessas representações.

594

595 Vitória – Silvia. Todo mundo que está com a fala inscrita, por favor, fiquem à mesa, senão vou  
596 passar adiante. Guilherme.

597

598 Guilherme – Eu li atentamente as representações que estão submetidas à nossa pauta e, não me  
599 parece que se justifica a retirada dos peritos para garantir a integridade de qualquer pessoa,  
600 sejam deles ou seja a nossa. De fato, acho que não está colocada a possibilidade de avaliarmos  
601 o mérito dessas representações nesse momento, isso é muito claro, está colocado em relação às  
602 competências desse comitê. E, por obvio, caso eles prefiram, se sintam mais à vontade de não  
603 estar nesse espaço, eles têm esse direito. No entanto, não me parece republicano que nós  
604 determinemos a ausência deles, para que possamos seguir nesse debate.

605

606 Vitória – Matheus.

607

608 Matheus – Eu tinha esquecido, já falei antes, mas, na fala do Lucas, ele falou que seria para  
609 preservar a integridade deles, Lucas, só não entendi porque? Se quiser explicar melhor, não foi  
610 fundamentada a sua fala. Eu falei da minha visão, eu não sei nem dos colegas, se gostaria de  
611 ficar ou não. Falei da minha opinião, sem nenhum mandato, sem nenhuma outorga dos colegas  
612 do mecanismo.

613

614 Vitória – Eu vou pergunta para a Bárbara, que é coordenadora geral do mecanismo, se vocês  
615 preferem ficar ou se retirar, considerando que não vamos fazer nenhum tipo de julgamento, não  
616 temos competência para isso, inclusive. Já expressei minha opinião, de que sou a favor que  
617 fiquem. Acredito que o que quer que falemos aqui, podemos falar na frente de vocês, sobre o  
618 trabalho de vocês, inclusive enquanto pessoas competentes para avaliar a atitude de vocês  
619 perante os relatórios que recebemos. Essa é a minha opinião. Bárbara, se você puder fazer esse  
620 falar. Ezequiel, por favor, questão de ordem.

621

622 Ezequiel Roque – É só em relação à situação da Bárbara ser a coordenadora do mecanismo. Eu  
623 entendo que o decreto oito mil cento e cinquenta e quatro, artigo três, diz que esse cargo vai ser  
624 indicado pelo presidente do comitê e, não, uma designação própria do próprio colegiado do  
625 mecanismo. A designação tem que ser feita pelo presidente do comitê que, no caso, é a ministra.  
626 Ela não pode ser apresentada pelo próprio mecanismo, como o próprio mecanismo escolheu ou

627 passar o cargo. A ministra tem que escolher, porque a lei determina assim. Ela pode falar, mas  
628 não como coordenadora do mecanismo.

629

630 Vitória – É claro que ela pode falar, ninguém vai tirar o direito dela de fala. (Intervenção  
631 simultânea). Bárbara, se você quiser falar, sem o título de coordenadora, você fique à vontade  
632 para fazer sua fala agora.

633

634 Ezequiel Roque – É a lei. Vocês estão achando absurdo o cumprimento da lei?

635

636 Vitória – Me parece que é uma questão de ordem um pouco... levando a lei numa questão que  
637 não faz sentido. (Intervenção fora do microfone). Ribamar. (Intervenção fora do microfone).  
638 Gustavo, tudo bem, eu entendi a fala mas se, oficialmente, o Ribamar continua coordenador  
639 geral, Bárbara, eu peço desculpas. Ribamar, sua fala. (Intervenção fora do microfone).

640

641 Ribamar - (...) para ser redundante, necessariamente redundante, o fundamento fundamental da  
642 relação e da concepção do sistema nacional de prevenção e combate à tortura, reside nessa  
643 mesa, reside em todas as relações, uma coisa fundamental que se chama autonomia. É a  
644 concepção disso. Explicou os fundamentos jurídicos, o Gustavo, apresenta os fundamentos  
645 políticos. Está decidido, no mecanismo, que a coordenadora é a Bárbara. Essa coordenação é  
646 submetida não só por tradição, mas, também, em respeito à lei, à ratificação do comitê. Mas,  
647 aquele que ratifica não compete divergir sobre a decisão já tomada. Já que estou com a palavra,  
648 para ganharmos tempo, antecipo que, como todo órgão plural e autônomo, nós não acumulamos  
649 consenso sobre ficar ou não ficar. O nosso gesto de levantar-nos, em respeito a esse colegiado,  
650 é dizer: fiquem à vontade, assim como estamos à vontade, para ficar ou para sair. Não chegamos  
651 a acumular debate sobre isso. Talvez, é bom que seja assim, num colegiado plural, haja  
652 divergência sobre um e outro. Eu acho que o que há consenso entre nós é que, em respeito a  
653 esse colegiado, sintam-se à vontade para definir.

654

655 Vitória – Marcos, por favor.

656

657 Marcos – Só gostaria de colocar uma posição, no sentido de que, a meu ver e, até conversando  
658 com alguns colegas, tanto faz se fica ou se não fica. Acho que devemos fixar algumas balizas  
659 para essa discussão. Não está se discutindo culpabilidade, não está se discutindo nada. Existe

660 um fato, que é uma denúncia, uma representação, o que seja. E cabe a nós, apenas definirmos  
661 qual o rito dessa discussão, se essa denúncia tem que passar pelo colegiado ou não tem que  
662 passar pelo colegiado, sem fazer qualquer juízo de valor quanto à atuação dos peritos, até  
663 porque isso não cabe, na minha opinião, pela leitura simples da lei, a esse comitê. Acho que  
664 precisaremos, nesse momento, presidente, fixar as balizas dessa discussão, até para podermos,  
665 volto a dizer, otimizar nosso tempo com relação ao tempo de cada um de nós, que é precioso,  
666 precisamos ser objetivos nas discussões.

667

668 Bruno – Eu só vou concordar rapidamente com o Marcos. Vamos discutir e vamos vencer a  
669 pauta.

670

671 Vitória – Obrigada, Bruno.

672

673 Guilherme – Minha questão de ordem é só que, antes de entrarmos numa discussão sobre as  
674 representações em si, precisamos encaminhar se os companheiros vão, ou não, poder participar,  
675 porque eles nos aguardam em pé. ´

676

677 Lucas – Se os peritos quiserem ficar, não vamos nos opor.

678

679 Vitória – Estamos deliberando que eles ficam durante as discussões (intervenção simultânea).  
680 Fiquem à vontade para ficar, ou não. Mas, enquanto comitê, não houve deliberação pela  
681 retirada. Ficamos. Passamos agora, especificamente, às representações. Eu pergunto aos  
682 colegas: todos tiveram acesso às representações? Fizeram a leitura integral das representações?  
683 Eu vou abrir no meu computador, porque sei que nossa coordenadora geral mandou para nós  
684 digitalizado, só vou resgatar.

685

686 Lucas – Pela ordem, rapidinho, uma intervenção. Queria sugerir, como ponto inicial, tratarmos  
687 basicamente do que já tínhamos conversado na reunião passada, que é criar um fluxo. São três  
688 representações, não vamos conseguir tratar no plenário do conteúdo delas. Acredito que não  
689 seja nem do interesse de todos. Talvez, já iniciemos com uma proposta de criação de uma  
690 relatoria, um grupo de trabalho para analisar o mérito dessas representações, em relação  
691 especificamente ao afastamento acautelado, que é o que cabe ao comitê, segundo a lei doze quatro

692 oito sete. A representação pode ser processada, como havíamos conversado, no PAD ou na  
693 sindicância, eventualmente.

694

695 Vitória – Eu acho que são duas, não são três. Eu só recebi duas por e-mail. (Intervenção fora  
696 do microfone).

697

698 Carolina – Um esclarecimento. Na reunião anterior, nós distribuimos para todos os presentes,  
699 uma cópia da representação (inaudível), apresentada pela secretaria de administração  
700 penitenciária do Ceará, e também apresentamos uma cópia do ofício encaminhado pelo  
701 presidente do conselho regional de medicina, do Distrito Federal. Considerando que essas  
702 cópias, nós já havíamos distribuídos e, entre as duas reuniões, só tivemos à mais, a da associação  
703 de psiquiatria, nós incluímos na pasta, somente a da associação de psiquiatria. Compreendendo  
704 também que as outras duas documentações dão quarenta páginas. Foi um pouco uma medida...

705

706 Vitória – Mas essa foi enviada junto com a pauta?

707

708 Carolina – Foi enviada por e-mail.

709

710 Vitória – Essa aqui? Só porque, como eu já tinha lido, eu não abri os links, perguntando se essa  
711 foi enviada. Porque estou com dois links. Um, que é o CRM, na pauta, que me mandaram, e  
712 um do PRDC.

713

714 Carolina – O do Ceará ficou o link errado.

715

716 Vitória – Eu não entendi. Eu não perguntei se está na pasta, não estou na perguntando se está  
717 na pasta hoje, fisicamente, perguntei se foi enviado com antecedência.

718

719 Carolina – Foi enviado com antecedência.

720

721 Vitória – Qual é o link?

722

723 Carolina – Não colocamos um link, porque o link está errado na pauta. Mas, nós encaminhamos  
724 com antecedência por e-mail.

725

726 Vitória – Isso que eu queria saber. Acho que é melhor chegarmos aqui com tudo lido, para não  
727 fazermos leitura integral aqui, senão não acaba. Sugeriria começarmos, Lucas, vou gentilmente  
728 divergir de você, porque acredito que tenhamos que debater um pouco até o mérito, questões  
729 de admissibilidade de mérito, porque tem questões que li aqui que eu discordo  
730 fundamentalmente. Principalmente quando, no final de um relatório que ia muito bem, na  
731 verdade um relatório que estava falando sobre as condutas que considerava inadequada dos  
732 peritos – claro que é um direito do secretário fazer isso -, chega a acusar o nosso perito do  
733 mecanismo de fazerem parte de associação criminosa. Ia muito bem o relatório e, nessa parte,  
734 eu confesso que fiquei chocada, porque achei desnecessário isso no final. Do CRM, na verdade,  
735 o conteúdo é muito mais simples, só que discorda do relatório. Mas, não sei, na minha opinião,  
736 acho que devíamos entrar um pouco no mérito, porque seria até uma questão de admissibilidade  
737 de entender se esses relatórios, essas denúncias, representações, estão vindo até nós como uma  
738 forma de retaliação ao trabalho deles, que é muito importante entendermos. Afinal, tanto o  
739 comitê quanto o mecanismo fazem parte de um sistema mais amplo, que é o sistema nacional  
740 de prevenção e combate à tortura e, não queremos passar a ideia de que estamos em guerra, uns  
741 com outros, não seria nem prudente, até porque seria malvisto até pelas outras entidades de  
742 outros órgãos. Na minha opinião, e gostaria da colaboração dos colegas com certeza, é de que,  
743 se pudéssemos entrar um pouco nisso seria, a meu ver, muito interessante. Não sei se Marcos  
744 ou Lucas, levantou a placa primeiro.

745

746 Marcos – Presidente, eu queria colocar que acho desnecessária a discussão sobre qualquer  
747 situação referente ao mérito porque, volto a dizer, na minha opinião, não cabe a esse colegiado  
748 adentrar no mérito. Vou ler o parágrafo segundo, do artigo nono, da nossa lei doze mil oito  
749 quatro sete: os membros do MNPCT terão independência em sua atuação, garantido o seu  
750 mandato, os quais não serão destituídos senão pelo presidente da república, nos casos de  
751 condenação penal transitado em julgado, ou de processo disciplinar, em conformidade com as  
752 leis oito mil cento e doze, ou oito quatro dois nove. O terceiro fala: o afastamento cautelar de  
753 membro da MNPCT, poderá ser (inaudível) do CPCT. Na minha opinião, já quero adiantar que  
754 não seria nem sequer o caso de afastamento cautelar. A discussão do mérito das denúncias, no  
755 meu entender, deverão ser apreciadas por uma comissão processante do Ministério. Aqui,  
756 discutirmos mérito de denúncia, ou não, iríamos fazer uma discussão vazia, porque não teria  
757 qualquer resultado prático, nesse sentido. Encaminho a proposta de que não haja discussão do

758 mérito e que encaminemos se é, ou não, caso de afastamento cautelar. E já adianto meu  
759 posicionamento, que não é o caso de afastamento cautelar. Quem tem que apreciar isso é a  
760 comissão processante a ser instaurada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.  
761 Apenas isso eu acho que deveria ser a nossa discussão.

762

763 Vitória – Lucas, por favor.

764

765 Lucas – Vitória, permita discordar de um ponto que você discordou. Se tem algum interessando  
766 em resolver logo essas representações, é o nosso Ministério, no âmbito do comitê e no âmbito  
767 da corregedoria, eventualmente. Vocês se recordam que, na primeira reunião, falei: pessoal,  
768 vamos criar um fluxo, seja um GT, seja o estabelecimento de uma relatoria, para vermos do que  
769 se trata, se é uma acusação infundada ou não. Eu tenho agilidade, eu quero que agilizemos nesse  
770 sentido. Mas, o que seria adentrarmos um pouco no mérito? Não tem como adentrarmos um  
771 pouco no mérito de três representações, uma delas tem mais de quarenta páginas. Quando, na  
772 mesa diretora, Vitória, você se lembra bem, colocamos uma hora para tratar dessas  
773 representações. É inviável. Ainda que vocês possam concordar que devemos trabalhar no  
774 mérito, ou não, também acho que não é hora para isso, não temos que adentrar no mérito, não  
775 temos tempo para isso, já estamos há mais de uma hora atrasados em relação à pauta. Vamos  
776 criar um GT, vamos colocar um relator para essas representações e tratamos em relação,  
777 especificamente ao pedido de afastamento cautelar, que é o cabe ao comitê, nada mais. Se eu  
778 estiver equivocado, por favor, me corrijam, mas estou pautado na lei doze oitão quatro sete,  
779 afastamento cautelar, só isso. Artigo oitavo, parágrafo terceiro.

780

781 Vitória – Obrigada. Matheus.

782

783 Matheus – Eu sempre acho que falar em tempo não muda nada, porque as vezes tem fala a mais,  
784 fala a menos. Sinceramente, acho que falar em tempo não acrescenta nada. A questão é a  
785 seguinte: uma representação tem quarenta páginas, acho que é mais complexa. E a outra, que  
786 lemos na reunião passada, que até brinquei que era um recorta e cola de um estagiário, que foi  
787 endossada pela ABP. Se são duas e conseguirmos, já no início, falar que essa que é muito  
788 curtinha simplesmente... até coloquei isso para alguns colegas. Quando fazemos inspeção, o  
789 núcleo de situação carcerária do estado de São Paulo, sempre fazemos um pedido para o  
790 respectivo juiz corregedor. A SAP – Secretaria de Administração Penitenciária, sempre fala: os

791 defensores foram, não viram, olharam, mas não enxergaram. Eles começam a falar coisas que  
792 não tem pé nem cabeça, mas, basicamente, é para dizer que o que estamos falando não é  
793 verdade. Ou seja, não concordar com o conteúdo disso. O documento que lemos na reunião do  
794 mês passado e, esse, que chegou para nós no anexo do e-mail da ABP, simplesmente não  
795 concorda com o relatório. Acho que, de plano, independente se vai entrar um pouco no mérito,  
796 ou não, de plano podemos dizer que ele não acusou de nenhuma falta funcional, de nenhuma  
797 conduta antiética, de nenhum crime, e segue o jogo, isso aqui foi arquivado. Discordo do que  
798 foi falado pelo Marcos, e discutimos isso, Marcos, bastante, na reunião do mês passado – a  
799 Silvia deu aula para nós aqui, todo mundo falou bem, depois veio a Silva e deu aula para nós,  
800 citando normativos nacionais e internacionais - que, assim como o Ribamar colocou aqui em  
801 relação à autonomia do mecanismo, existe a autonomia do comitê. Se um dia tiver que parar  
802 isso nos tribunais, vai parar. Inclusive, o Lucas, Tatiana, vocês foram muito honestas, no sentido  
803 de que chegaram as documentações para o Ministério e vocês tinham que fazer alguma coisa  
804 com eles. Foram muito leais em relação a isso. Mas, se o comitê tem autonomia, o comitê –  
805 falo sem direito a voto, mas entendo com propriedade – vai ter que dizer o que vai fazer, ou  
806 não. Independente do entendimento no sentido de que seria o Ministério a fazer alguma coisa,  
807 discutimos isso e exauriu a discussão. Acho que até seria ruim ficarmos repetindo isso. Na  
808 reunião passada, como coloquei, a Silvia, depois e várias falas muito boas, muito pertinentes,  
809 resumiu a questão, citou fundamentos nacionais, internacionais, falando da autonomia do  
810 comitê, fez um histórico do porquê da criação do comitê, porque dá autonomia do comitê e do  
811 mecanismo. Se formos reascender esse debate, como estamos falando de tempo aqui, vamos  
812 perder todo o tempo que perdemos no mês passado. Na linha do que o Lucas colocou para  
813 otimizar, em relação a uma representação mais complexa, teria que refletir melhor. Mas, em  
814 relação às outras, é um simples descontentamento, não aponta falta funcional, não aponta crime,  
815 não aponta falta de ética. Vamos votar e vamos deliberar que não faz sentido perdermos tempo,  
816 dinheiro, paciência, com algo que não tem nem pé, nem cabeça, que é esse que já lemos na  
817 reunião do mês passado.

818

819 Silvia – Eu queria levantar dois pontos. Um primeiro, é isso, exatamente sobre o papel, que foi  
820 o que conversamos um pouco na reunião passada, não cabe ficar repetindo sempre tudo em  
821 cada reunião. Mas, pensarmos duas coisas: o papel do comitê e a ideia do sistema. O comitê  
822 existe como parte do sistema nacional de prevenção e combate à tortura, que trabalha  
823 juntamente com o mecanismo, que é quem tem esse papel, essa competência, essa atribuição

824 de fazer, realizar as visitas aos locais de privação de liberdade. Sabemos que esse tipo de  
825 atuação de um controle externo, de entrar numa unidade prisional, sempre vai gerar  
826 descontentamento, para dizer o mínimo, para não dizer que não vai gerar (inaudível), tentativas,  
827 muitas vezes, de impedir acesso, que vemos, de impedir o uso de máquina fotográfica, de  
828 registro audiovisual, que está permitido numa lei, lei doze mil oitocentos e quarenta e sete.  
829 Como APT temos visto, não só contra o mecanismo nacional, mas temos visto, recentemente,  
830 representações contra o mecanismo de Rondônia, contra os mecanismos do Rio de Janeiro,  
831 sempre nesses mesmo termos, nessa mesma argumentação, de que houve abuso de autoridade  
832 por parte do mecanismo, que não diziam que iriam, que não quiseram seguir normas de  
833 segurança, que tentaram, às vezes, até criar, provocar os presos a não seguirem ordem, questões  
834 que são totalmente incabíveis. Vemos, em vários estados, esse tipo de atuação sistemática  
835 contra os mecanismos de prevenção e combate à tortura. Tem acontecido em Rondônia, tem  
836 acontecido no Rio de Janeiro, acontece contra o mecanismo nacional, a tentativa de  
837 incriminação, de criminalização muitas vezes, e de intimidação. Os mecanismos estão  
838 realizando uma atuação que é uma atuação que os coloca numa situação, muitas vezes, de  
839 vulnerabilidade perante as autoridades dos estados e das autoridades prisionais. O papel do  
840 comitê é exatamente apoiar o mecanismo e ser um guardião das prerrogativas do mecanismo,  
841 que estão numa lei, a mesma lei que cria o comitê, cria o mecanismo com prerrogativas. O papel  
842 do comitê é exatamente ser o guardião dessas prerrogativas. Eu acho que cabe sim um papel  
843 importante do comitê, quando chega esse tipo de representação, acho que não é um papel  
844 simplesmente de corregedoria, de Ministério, é um papel dos comitês nacionais e estaduais.  
845 Como o Matheus falou, lendo as representações, a do conselho regional de medicina, é  
846 simplesmente: não estão de acordo com o conteúdo, não estão de acordo com as conclusões e  
847 os achados dos mecanismos. Eles têm todo direito de não estarem de acordo, mas isso não é  
848 motivo de representação. Eles podem publicar o que quiserem, um artigo no jornal, o que quiser,  
849 mas não é motivo de representação. Inclusive, a do secretário de administração penitenciária  
850 do Ceará, realmente é mais complexa, demanda realmente uma maior discussão, mas, também  
851 lendo, e eu li ela ontem toda com cuidado, outra vez, basicamente, eles estão contra o  
852 mecanismo, insistindo no uso e na observação das suas prerrogativas. É isso. Inclusive tem até  
853 falhas na representação, porque quando o mecanismo tenta usar a câmera, fazer um registro  
854 audiovisual, fotográfico, e é impedido pelas autoridades penitenciárias, na representação eles  
855 citam o representam o regimento interno do mecanismo, que o regimento interno do mecanismo  
856 não diz nada sobre uso de câmeras. Mas, está na lei, não precisa estar no regimento interno do

857 mecanismo. Eles nem citam a lei, tem uma falha gritante nessa representação. Como comitê,  
858 vale olhar pelo menos o mérito, se isso deve ser recebido, ou não, minimamente, pelo comitê.  
859 Sinceramente, lendo as representações, eu acho que cabe ao comitê essas discussões e  
860 discutirmos o mérito e, até votar pelo arquivamento imediato, de plano, porque é totalmente  
861 incabível. É isso, não vou me estender mais.

862

863 Sávio – Eu também manifesto que sou contrário ao afastamento cautelar, eu acho que isso  
864 precisaria realmente... nós temos denúncias extensas, essa manifestação é da Associação  
865 Brasileira de Psiquiatria, confesso que não olhei ainda. Conheço o trabalho do mecanismo, a  
866 excelência do trabalho do mecanismo, participei de algumas visitas. Mas, ao mesmo tempo,  
867 acho que temos que pensar no aprimoramento de umas normas de conduta, talvez, trabalhar em  
868 resoluções do mecanismo. Aproveitando a fala do Ribamar, o mecanismo tem autonomia  
869 técnica, eu vejo como autonomia técnica, mas ninguém tem autonomia completa, inclusive esse  
870 comitê, os representantes, nós estamos manifestando por órgãos. Autonomia técnica, é clara,  
871 mas existem outros vínculos, inclusive no sistema que funcionam linkados. Eu acho que, dentro  
872 dessa lógica, temos aquele tripé de ouvidoria, comissão de ética e corregedoria. A ouvidoria,  
873 eu acho que está fora do sistema, porque a denúncia bate para o comitê. Mas, ao mesmo tempo,  
874 temos que seguir a normativa, encaminhar, seja para a comissão de ética ou para a corregedoria,  
875 para fazer instrução desses processos, apenas instrução. Esse comitê não tem condição de fazer  
876 instrução aqui. O documento voltando, instruído, ouvindo a posição do mecanismo, a  
877 representação do Ceará coloca vários pontos, o mecanismo tem que fazer um contraponto  
878 daquilo ali formalmente, eu acho que é dentro de um processo administrativo, seja na comissão  
879 de ética, seja na corregedoria. E que retorne instruído esse processo, para o comitê e, nós  
880 teremos condições, realmente, de falar: afastamento cautelar, outra medida ou arquivamento.  
881 Minha posição é que siga o fluxo normativo, encaminhamento para comissão de ética ou  
882 corregedoria e, aguardando o retorno dos autos, esse comitê delibere sobre eventuais  
883 conclusões. (Intervenção simultânea). Toda pasta tem essa estrutura, é o fluxo passar por essas  
884 estruturas.

885

886 Vitória – A próxima fala é minha. Estava agora analisando a nossa lei doze mil que, claro que  
887 a nossa competência é o afastamento cautelar de membro do mecanismo, e a nossa decisão tem  
888 que ser fundamentada. Me parece obvio que, para fazer uma decisão fundamentada, vamos ter

889 que fazer a leitura da denúncia. Como eu vou fundamentar minha decisão, desconhecendo o  
890 caso? Ou vou dizer: não afasto, mas não quero ler.

891

892 Sávio – A fundamentação que vejo, presidente, se me permite, pela ordem (intervenção  
893 simultânea). A fundamentação para o afastamento não cautelar, é que se aguarde a instrução  
894 dos órgãos competentes. Eu vejo que esse comitê não tem condição.

895

896 Vitória – Ótimo, Sávio. Usando minha fala, já que é meu momento de falar, nós estaríamos  
897 delegando nossa competência, dizendo que não afastaríamos porque estamos esperando que  
898 outro órgão delibere sobre isso. Sávio, não vamos fazer bate bola, estou falando, depois você  
899 faz sua inscrição. O que estou falando agora é que, fazendo o afastamento, ou não, nós teremos  
900 que fazer, eu sugiro, a análise da denúncia, para decidir então pelo não afastamento, porque não  
901 há indícios liminares de que a conduta deles contrariaria a nossa lei doze mil e nosso decreto  
902 que regulamenta a nossa lei. Essa é a minha sugestão, mas, ouvindo os colegas, também me  
903 preocupa a questão, que não sei se é uma interpretação correta da lei, de que seria... porque  
904 acredito que os peritos estão vinculados à presidência da república e, não, ao Ministério. O  
905 Ministério é o órgão responsável do secretariado executivo, o apoio operacional do  
906 mecanismo.

907

908 Lucas – O presidente da república só nomeia, eles estão vinculados ao Ministério.

909

910 Vitória – Mas, é um cargo vinculado especificamente ao Ministério. Essa seria uma dúvida que  
911 eu tenho, porque não sei qual seria a comissão de ética, se é a da presidência ou a comissão do  
912 Ministério, capaz para fazer isso.

913

914 Sávio – Pela ordem, para esclarecimento. Se fosse DAS cinco, estaria na comissão de ética  
915 pública da presidência. Todos exercem DAS quatro, então é a comissão de ética do Ministério.

916

917 Vitória – É pelo cargo. Ezequiel, por favor.

918

919 Ezequiel Roque – Temos uma lacuna jurídica, o nosso regimento deixa muito claro e o marco  
920 já foi defendido aqui. No inciso dezenove, artigo segundo, deixa claro: determinar o  
921 afastamento cautelar, como já vimos aqui. Em momento nenhuma fala sobre analisarmos

922 mérito. Não existe essa possibilidade, porque no regimento está muito claro isso. Para que  
923 chegue a esse ponto do afastamento, tem que haver o processo de sindicância normal, que já  
924 sabemos. Há uma falha, e também concordo que isso deveria ser apreciado pelo colegiado, e  
925 tudo mais, entendo também dessa forma e, acho que poderíamos até depois pensar em resolver  
926 essa situação. Mas, no momento, nós não temos, juridicamente, como fazer análise de mérito  
927 aqui, porque não existe essa abertura, nem na lei, nem no nosso regimento interno. Tem que ser  
928 encaminhado para o órgão competente, após a manifestação do órgão competente, aí sim nós  
929 nos manifestaremos sobre qual decisão tomar, sobre o que fazer. Eu acho que é infrutífero nós  
930 discutirmos isso, porque não está amparado por lei, e não temos mais o que discutir sobre esse  
931 assunto.

932

933 Vitória – A Carolina se ausentou, então vou ter que agora determinar quem está falando, além  
934 de escrever nosso sumário executivo, vou pedir paciência.

935

936 Interlocutor não se identificou – Fazendo a leitura do documento, primeiramente da Associação  
937 Brasileira de Psiquiatria, em nenhum momento esse documento faz qualquer tipo de denúncia.  
938 Ele questiona, ele discorda em alguns pontos em relação ao relatório, de forma clara. Quando  
939 observamos o tipo de defesa de uma política, no que diz respeito no âmbito da saúde mental, a  
940 Associação Brasileira de Psiquiatria faz a defesa de um modelo hospitalar de cuidado. O  
941 relatório lido, apresentado aqui e, inclusive, aprovado – não estamos lembrando do nosso rito.  
942 O mecanismo estabelece um processo de visita, de inspeção, elabora um relatório, esse relatório  
943 é apresentado e aprovado por nós. Existe um rito. Quando o relatório é aprovado por esse  
944 comitê, nós aprovamos o relatório com as suas recomendações, com o que está proposto,  
945 inclusive em termos de conteúdo. Como aprovamos um relatório e, se depois, em seguida,  
946 recebemos qualquer tipo de discordância em relação ao relatório que nós aprovamos, é até  
947 contraditório. Acho que nós temos o dever sim de fazermos a defesa do nosso trabalho, do  
948 sistema, e a defesa do mecanismo, enquanto inspeção, enquanto um trabalho que é elaborado,  
949 um relatório, que é aprovado por nós e registrado em ata. Não podemos, depois que vem uma  
950 denúncia, é como se tivéssemos entrado em contradição, vamos desaprovar um relatório, o  
951 relatório foi aprovado com suas recomendações. Como depois vamos questionar isso? Estamos  
952 esquecendo desse processo também, que faz parte do nosso trabalho. Eu estava aqui na reunião  
953 de apresentação do relatório do senhor Vicente. Estava presente, concordei com o relatório,  
954 concordei com as recomendações, e o relatório foi aprovado por todos nós. Depois, recebemos

955 uma denúncia, que não é denúncia. Ela está discordando em relação ao modelo de política  
956 adotado. O relatório faz considerações à lei dez mil duzentos e dezesseis, ao modelo de cuidado,  
957 que é o cuidado em liberdade, ao fortalecimento da rede de atenção psicossocial. Lembro  
958 exatamente de todas as recomendações do relatório do senhor Vicente. Quando ele fala da  
959 questão da interdição, é porque é a defesa que fazemos mesmo, enquanto movimento social,  
960 enquanto cidadão, de um modelo que é recomendado não só por nós, mas por órgãos  
961 internacionais. Se fazemos a defesa desse modelo, se aprovamos esse relatório, como vamos  
962 depois aprovar qualquer tipo de denúncia vinda do hospital, porque entrou em contradição? É  
963 contraditório, inclusive com o nosso trabalho. Vem a SAP. É o mesmo sentido, é a mesma  
964 lógica. Houve a inspeção no Ceará, houve a elaboração do relatório, esse relatório foi  
965 apresentado aqui, na apresentação do relatório eu estava presente, aprovamos em ata o relatório,  
966 o relatório é publicado. Depois, recebemos um documento que questiona o modelo do  
967 mecanismo. Eu acho que não é nem para levarmos isso em consideração, porque nós aprovamos  
968 o relatório. O relatório foi aprovado por nós. Eu acho que não devemos ler a leitura do  
969 documento da SAP, que passa por esse colegiado, por nós. Vamos fazer a leitura, mas eu,  
970 particularmente, discordo, porque eu participei de um momento anterior, que foi a leitura do  
971 relatório, todos nós, leitura e aprovação desse relatório. Qualquer questionamento que tivesse  
972 que ser feito, poderíamos ter feito inclusive no dia do relatório. Não concordo, discordo, o  
973 documento da SAP, quando veio, fazendo um paralelo entre o relatório que nós aprovamos e  
974 as argumentações da SAP, não vejo nenhum tipo de situação que possa questionar o relatório e  
975 suas recomendações. Hoje à tarde, vai ter uma audiência sobre o monitoramento das reuniões  
976 da inspeção, inclusive do Ceará. Eu acho que é até complicado, ao mesmo tempo que fazemos  
977 a defesa do trabalho do mecanismo, a defesa do sistema nacional de combate a tortura, é até  
978 uma contradição fazermos qualquer tipo de leitura e consideração em relação a esse documento,  
979 a meu ver, esse documento veio para nós, para esse colegiado, mas, a meu ver, não faz sentido  
980 porque, com a defesa das nossas prerrogativas e as prerrogativas do mecanismo. É arquivar o  
981 processo.

982  
983 Interlocutor não se identificou – Obrigado. Gostaria de fazer uma proposta, para sermos  
984 objetivos, novamente visando a questão da objetividade. Eu quero propor que encaminhemos,  
985 por votação, se cabe ou não a discussão do mérito, se deve haver ou não afastamento cautelar.  
986 Já adianto, novamente, que acho que seja até um consenso que não deve haver. E enviemos as  
987 representações para a corregedoria do Ministério, para o órgão competente de avaliar. Que isso

988 seja fixado como ponto de votação, senão vamos discutir a manhã inteira e não saímos do lugar.  
989 (Intervenção fora do microfone). Também. Mas, que fixemos pontos objetivos para serem  
990 votados aqui agora, nesse momento. Já deu para entender o ponto de vista de cada um, acho  
991 que já deu para entender, precisamos avançar, a pauta precisa avançar. Podemos votar pelo  
992 menos?

993

994 Vitória – Estou indeferindo isso, vamos continuar o debate. Caio, por favor.

995

996 Caio – Primeiro, concordo com o Sávio, concordo com o Lucas, de que temos que definir um  
997 fluxo do funcionamento e do recebimento dessas denúncias. Na última reunião da mesa  
998 diretora, falávamos sobre isso, Lucas, Rodrigo, Vitória e eu, sobre o estabelecimento disso. É  
999 uma intenção nossa de que, nas próximas reuniões, a mesa diretora defina e crie um  
1000 procedimento. Eu gostaria de fazer encaminhamentos mais práticos, como o colega que deixou  
1001 a sala, mas eu acho que tem algumas questões que nós não estamos concordando ainda. Por  
1002 exemplo, o colega coloca que devêssemos escolher qual a instância e remeter esse procedimento  
1003 para a instância, para o Ministério, sejam quem for. Só que não concordamos ainda sobre quem  
1004 seria, se existe alguém competente para avaliar, para julgar essas representações contra os  
1005 peritos do mecanismo. Vamos mandar para quem? Alguns acham que é para a presidência da  
1006 república, outros acham que é para o Ministério. Não temos isso claro, então não podemos ter  
1007 esse encaminhamento de forma tão pronta. A outra questão, obviamente, também sou contra o  
1008 afastamento cautelar dos peritos, inclusive é importante avisar que, para nós, nesse momento,  
1009 um afastamento cautelar de dois ou três peritos, significa encerrar o mecanismo de prevenção  
1010 e combate à tortura, é fechar as portas do mecanismo nesse momento. Já temos peritos a menos  
1011 e, essas representações, se não me engano, dizem respeito a quatro dos peritos. São sete,  
1012 retirá-los talvez quatro. Só para pontuar essa questão. A outra, é a seguinte: nós estamos  
1013 falando representação, recebemos a representação. Contudo, eu li o caso referente ao Ceará, e  
1014 o que nós recebemos foi um pedido de informações do Ministério Público. Ninguém  
1015 representou para nós, ninguém enviou isso para nós. O que aconteceu foi: a SEAP – Secretaria  
1016 de Administração Penitenciária do Ceará, enviou uma representação ao Ministério Público  
1017 federal, do estado do Ceará e, o Ministério Público fez um pedido de informações para a  
1018 secretária executiva. Na verdade, o que temos que fazer, é responder um pedido de informações  
1019 e, não, responder alguma representação ou tomar alguma decisão disciplinar sobre os membros  
1020 do mecanismo. O que deveríamos fazer exatamente é responder esse pedido de informações,

1021 reafirmando as prerrogativas dos membros do mecanismo. O que o Ministério Público quer é  
1022 que nós possamos dar informações acerca do trabalho dos peritos, de como se desenvolve, quais  
1023 são as suas prerrogativas, o que esse comitê acredita que é o trabalho do mecanismo. Esse é  
1024 meu primeiro ponto. O segundo, que é bem mais fácil resolver, é referente essa denúncia do  
1025 conselho regional de medicina, que é patética. A que veio agora, da Associação de Psiquiatria,  
1026 é um pouco mais consistente. Na verdade, não fomos nós que recebemos, foi endereçada a nós?  
1027 Essa foi endereçada a nós. Mas acho que não preenche requisito nenhum para que avaliemos.  
1028 Como foi dito anteriormente, várias vezes, pelos colegas, não aponta indicio de nenhuma falta  
1029 funcional, apenas se insurge contra o mérito da inspeção dos peritos. Eu queria lembrar quanto  
1030 essas duas questões. A primeira, do Ceará, temos que responder ao pedido de informações,  
1031 frisando quais são as prerrogativas dos membros do mecanismo – não temos que avaliar nada.  
1032 Em relação à do CRM, eu gostaria que todos concordassem comigo: não há condições de avaliar  
1033 aquilo ali, aquilo deve ser arquivado.

1034  
1035 Guilherme – Antes de mais nada, saudar a vice-presidência, por não interromper o debate,  
1036 prezamos muito pela democracia, é importante que possamos divergir e nos escutarmos, para  
1037 chegarmos em soluções possivelmente consensuais, tendo em vista que uma votação pode  
1038 interromper um processo muito mais democrático, que é a formação de consenso. Primeiro, que  
1039 é muito importante essa consideração que o Caio faz. O que chega ao comitê nacional de  
1040 prevenção e combate à tortura, é um pedido de informações, a representação foi direcionada ao  
1041 Ministério Público. Ao Ministério Público cabe receber representação inclusive, não a nós. O  
1042 que nos cabe é deliberar se vamos ou não responder, e concordo com ele que devemos  
1043 responder, afirmando quais são as prerrogativas do mecanismo nacional de prevenção e  
1044 combate à tortura. Não foi submetido à nós nenhum pedido além disso, o que se estabeleceu  
1045 aqui chamar de representação, no entanto, a representação não foi feita a nós. Dito isso, queria  
1046 reafirmar que o comitê nacional de prevenção e combate à tortura não é um órgão judicante,  
1047 não é um órgão correcional, não é um órgão disciplinar. Nossa competência é garantir a  
1048 execução a política nacional de prevenção e combate à tortura e, portanto, o trabalho do  
1049 mecanismo nacional. Essa é a nossa função, somos um órgão que compõe o sistema nacional  
1050 de prevenção e combate à tortura. Nesse sentido, a nossa prerrogativa é tão somente de  
1051 afastamento cautelar, justamente para que possamos garantir que o mecanismo nacional de  
1052 prevenção e combate à tortura cumpra com suas funções legais, estabelecidas em tratados  
1053 internacionais. Se, eventualmente, estivéssemos diante de uma acusação de que há peritos que

1054 estejam sendo coniventes com práticas de tortura, que não estejam cumprindo com a sua função,  
1055 nós teríamos sim a prerrogativa de afasta-los cautelarmente, realizarmos as denúncias nos  
1056 órgãos competentes. Não seríamos nem nós a instruir e julgar qualquer denúncia. Nós não temos  
1057 rito processual para isso, nós não temos competência legal para isso. Nesse sentido e,  
1058 concordando com o Sávio de que, o que nos cabe aqui é observar se estamos diante de um caso,  
1059 ou não, de afastamento cautelar – e me manifestando, acho que isso é um consenso -, não  
1060 estamos. Não nos cabe, divergindo, Sávio, encaminhar denúncia para a ouvidoria, encaminhar  
1061 denúncia para a corregedoria, encaminhar denúncia para a comissão de ética. Esses órgãos  
1062 podem ser acionados. A Associação Brasileira de Psiquiatria, endereça o ofício dela ao ministro  
1063 Sérgio Moro. Se o ministro Sérgio Moro assim quiser fazer, ele vai fazer, ele tem competência  
1064 para isso. Agora nós, do comitê nacional de prevenção e combate à tortura, a única coisa que  
1065 nos cabe aqui, é entender se estamos diante de um caso de afastamento cautelar, ou não. Não  
1066 estando, não temos o que fazer com isso. Separando as duas coisas, como o Caio pontuou, em  
1067 relação ao pedido de informações, devemos responder. Aos outros dois casos, que buscam  
1068 qualquer medida disciplinar, como um pedido ao comitê, acho que nós não temos o que fazer  
1069 com isso, porque não temos competência para tal. Nesse sentido, o máximo que poderíamos  
1070 fazer, é responder aos seus remetentes, esclarecendo que não temos competência para processar  
1071 e julgar uma representação desse tipo e, se ele assim quiser, se as instituições representantes  
1072 assim quiserem, que enderecem suas representações a quem tenha competência instituída por  
1073 lei.

1074

1075 Vitória – Silvia, por favor.

1076

1077 Silvia – Estava pensando no que o Guilherme falou. Agradecer o que a Márcia pontuou, que  
1078 achei muito importante, que tinha escapado de todos nós, que os relatórios do mecanismo são  
1079 apresentados ao comitê, há um espaço para discussão do comitê em relação ao relatório, são  
1080 aprovados pelo comitê, é importante termos em mente. É o que faz o link ao que o Guilherme  
1081 acabou de falar, acho que sempre precisamos pensar – fico sempre repetindo a mesma tecla –  
1082 que o comitê nacional é parte desse sistema nacional de prevenção e combate à tortura e, como  
1083 comitê, vocês possam resguardar exatamente a atuação do mecanismo nacional, que o  
1084 mecanismo possa atuar segundo as suas prerrogativas, livre de qualquer tipo de ingerência,  
1085 intimidação, represália. Acho que esse é o papel, a ideia de se ter um comitê e a ideia de se  
1086 pensar tanto num sistema. Eu acho que, como comitê, entendo que não tem realmente essa

1087 questão disciplinar, esse papel disciplinar, mas eu acho que sim, poderia ter um papel até de se  
1088 manifestar, por exemplo, quando chega esse tipo de denúncia, pedido de informação,  
1089 reclamação que seja, o comitê, nesse papel de guardião do sistema, acho que pode se manifestar,  
1090 por exemplo, até para dizer: esse tipo de... é infundada por tais e tais razões. Acho que poderia  
1091 ter algo em termos de posicionamento do comitê, até para que, se isso chega, em algum  
1092 momento, numa corregedoria da vida, tenha um posicionamento, uma manifestação do comitê,  
1093 explicando porque tal denúncia ou representação, é incabível, por tais e tais razões, as  
1094 prerrogativas são essas e essas. Nada impede que haja sim um posicionamento, um tipo de  
1095 manifestação, alguma coisa, do comitê, nesse sentido, até com esse papel realmente de  
1096 resguardo e de respeito de prerrogativas do mecanismo nacional.

1097

1098 Matheus – Perdão, eu falei que a Silvia tinha dado aula na reunião passada, mas a Márcia só  
1099 deu aula também. O que é importante pontuar? Como o Caio colocou de forma brilhante - isso  
1100 é legal do colegiado, é tipo uma terapia, vamos construindo a conclusão junto –, não houve  
1101 representação. Se não houve representação, estamos aqui, há duas reuniões, perdendo tempo ou  
1102 ganhando tempo, no sentido de afirmar a autonomia e quais são os princípios do sistema  
1103 nacional de prevenção e combate à tortura. Pegando um gancho com a Márcia, não há  
1104 representação, mas, se houvesse, seria contra nós mesmos, porque aprovamos o relatório. Daqui  
1105 para a frente, vamos colocar que a representação é contra o mecanismo, a representação é contra  
1106 o comitê. Porque pensamos no sistema, pensamos que eles teriam que ser eventualmente – a  
1107 hipótese legal – afastados, se eles estivessem fazendo algo contra o combate à tortura e, não, a  
1108 favor. Estava num evento ontem, com o João Marco, juiz de Santa Catarina, sobre remissão por  
1109 leitura, o cara é juiz, e o cara é perseguido também. Nós, defensores, somos perseguidos. Os  
1110 caras estão sendo perseguidos aqui, eles estão aqui para que? Eles estão aqui para prevenir  
1111 tortura, eles não fizeram nada contrário a isso. Acho que isso tem que ser colocado. Outra coisa,  
1112 ainda que a lei fale e, como foi colocado a consenso, não tem o mínimo cabimento pedir  
1113 afastamento cautelar – obviamente poderia ser de ofício -, mas ninguém pediu afastamento  
1114 cautelar. Não existia nem uma representação e ninguém pediu. Estamos aqui, de novo,  
1115 discutindo não sei o que. Estamos retomando a discussão – concordei com toda a fala do  
1116 Guilherme, mas, se eu entendi bem, só o final eu não tenha concordado. Não é que entendamos  
1117 que não tenhamos a prerrogativa ou competência, entendemos que a competência seria do  
1118 próprio comitê e, não, de um Ministério, de um presidente da república, mas, entendemos que,  
1119 nesse caso concreto, não houve representação e, se houvesse representação, como foi colocado

1120 aqui pela Silvia, teríamos que dizer: eles atuaram de forma correta, no sentido de prevenir e  
1121 combater a tortura. Se vamos usar uma linguagem mais coloquial, no sentido que aquilo é choro  
1122 de perdedor, ou como um juiz colocaria num processo, no sentido que é uma insurgência  
1123 inadequada, é isso que estamos falando. Se não há uma representação, vamos parar por aqui,  
1124 não dá nem para votar o que não existe. Podemos votar, a sociedade civil, o governo, tem um a  
1125 mais, tem um a menos, empatou, mas não é disso que se trata. Se não existe representação,  
1126 vamos votar o que? Votar algo que não existe, não faz sentido algum, parece filme do Wood  
1127 Allen, não faz sentido. Se houve simplesmente um pedido de informações, nós informamos e  
1128 falamos: o comitê respalda o trabalho do mecanismo, tanto que, como lembrou a Márcia, nós  
1129 aprovamos o relatório. Aí sim, eu acho que poderíamos deliberar por sermos assertivos e por  
1130 informarmos, se vai ser um GT com dois e dois, três e três, um e um, podemos debater, como  
1131 foi colocado aqui, às vezes, não chegamos num consenso. Mas, acho que deveríamos colocar:  
1132 o mecanismo fez um trabalho adequado, um trabalho correto, um trabalho hercúleo, inclusive  
1133 tentaram violar prerrogativas deles, invertendo, querendo transformar vítimas em algozes,  
1134 como fazem conosco em São Paulo, estamos na corregedoria, temos inquérito policial. Como  
1135 falei, na reunião passada, tomo isso como elogio. Falei isso para o Joao Marcos ontem. Hoje  
1136 em dia, as pessoas são tratadas de forma animalesca, são colocadas como animais, não fazemos  
1137 mais inspeção com as pessoas em banho de sol, só com a tranca. O que o João Marcos fez, é o  
1138 que fazemos em São Paulo, entregamos a câmera fotográfica para uma pessoa que está ali  
1139 dentro, porque não conseguimos entrar na sela para mostrar que tem trinta, quarenta, onde  
1140 cabem dez, para mostrar que não tem vaso sanitário, que o vaso está quebrado, que você gira a  
1141 torneira, fizer uma filmagem, vai ver que não tem agua, vai ver que o pão está verde. Eu vou  
1142 repetir o que eu falei na reunião passada, que os colegas aqui atrás, tomem essas representações  
1143 como elogio ao trabalho deles, porque é isso que eu faço em São Paulo, quando vem SAP, MP,  
1144 judiciário, falar do nosso trabalho, eu tomo como elogio. E foi o que eu falei para o Joao Marcos  
1145 (inaudível) ontem. O João Marcos foi afastado de um processo, porque ele deu uma câmera  
1146 fotográfica para uma pessoa presa tirar uma foto. Esse é o país que vivemos. Chega de ode à  
1147 Ulstra, vamos colocar os pingos nos “is”, ou não fazemos o que temos que fazer. Concluindo,  
1148 o que eu acho que tem que ser deliberado, na linha do que foi falado pelo Guilherme, podemos  
1149 responder um pedido de informações, dizendo: este comitê entende que teria prerrogativa para  
1150 avaliar, dentro da autonomia do mecanismo, alguma coisa que foi feita lá, porque ele delibera  
1151 sobre os relatórios, aprovou os relatórios. Inclusive, achamos que é uma insurgência

1152 inadequada. Sinceramente, não dá para admitir votarmos algo que não existe. Retomamos a  
1153 discussão do mês passado, mas conseguiu evoluir bastante.

1154

1155 Vitória – Temos inscritos o Lucas, a Márcia e a Débora. E fazemos os encaminhamentos. Lucas,  
1156 por favor.

1157

1158 Lucas – O documento, vindo do Ministério Público, apesar de estar nomeado como um pedido  
1159 de informação, estamos tratando como se dependêssemos necessariamente de uma  
1160 representação para tratar de indícios de irregularidade ou desvio funcional, por parte dos peritos  
1161 e, nesse ponto, vou discordar. A lei diz assim: o afastamento cautelar do membro poderá ser  
1162 determinado por decisão fundamentada do comitê, no caso de constatação de indicio de  
1163 materialidade, autoria de crime ou de grave violação ao dever funcional. Bastam os indícios.  
1164 Aqui, não estou concordando que haja os indícios. Isso, podemos chegar num ponto,  
1165 eventualmente, de rechaçar a ideia do afastamento cautelar, não estou concordando com isso.  
1166 Mas, se houve indício, temos que deliberar a esse respeito, temos que conhecer o que foi  
1167 informado, se é chamado de pedido de informação, representação, acho que tanto faz, nesse  
1168 ponto não tem divergência. Eu concordo com que o Guilherme falou também. No âmbito da  
1169 corregedoria, o comitê não tem que se imiscui, não podemos interferir nessa questão, o  
1170 Ministério tem que apurar e, na qualidade de comitê, arquivamos exclusivamente o afastamento  
1171 cautelar. É só isso que podemos deliberar a respeito, segundo a lei. Queria pedir, por gentileza,  
1172 de votarmos se criamos o GT, se já rechaçamos agora, de pronto. A minha proposta é pela  
1173 criação do GT porque são três representações, não tem como esgotarmos tudo que foi alegado  
1174 aqui. Inclusive, se precisarmos pedirmos informações complementares, se necessário, em  
1175 relação à autoridade solicitante, requisitante. Minha proposta é pela criação do GT.

1176

1177 Caio – Só para esclarecer, o GT é para criar o procedimento, como conversamos na outra  
1178 reunião ou, para verificar o conteúdo dessas...

1179

1180 Lucas – Especificamente, no mérito, seria pelo afastamento. O fluxo podemos criar aqui agora,  
1181 é minha sugestão. Um GT de um da sociedade civil, um do governo, um GT para cada  
1182 representação, para as três, eventualmente. Podemos discutir isso.

1183

1184 Vitória – Não é para criar o fluxo, é para deliberar sobre o mérito das representações.

1185

1186 Lucas – Isso. Porque o fluxo criaríamos agora. (Intervenção fora do microfone). Isso. Para  
1187 conhecimento e processamento das representações, não necessariamente para deliberação no  
1188 mérito, seria para conhecimento e processamento.

1189

1190 Vitória – Márcia, por favor.

1191

1192 Márcia – Mais uma vez, fazendo coro à fala do Guilherme e do Matheus, levando em  
1193 consideração esse debate, essa discussão, e o que a Silvia traz, eu acho importante a  
1194 manifestação do comitê na defesa das suas próprias prerrogativas, na defesa do intransigente  
1195 das prerrogativas do mecanismo, no que diz respeito às inspeções, contextualizando a data que  
1196 os relatórios foram apresentados e aprovados. Se fazemos a defesa do sistema, fazemos a defesa  
1197 dos nossos posicionamentos, enquanto comitê. Se tivemos o posicionamento de aprovação do  
1198 relatório, porque concordamos com todas as recomendações e o conteúdo expresso no relatório.  
1199 Eu lembro que todos os dois relatórios eu estava presente, e houve um amplo debate, inclusive  
1200 no que diz respeito ao que foi constatado, das inspeções. Se o Ministério Público do Ceará  
1201 acatou, recebeu uma representação da SAP, o Ministério Público pede a nós algum tipo de  
1202 documento de informação. Eu acho que é importante que responda, fazendo essa defesa, a  
1203 defesa do trabalho, das prerrogativas, do sistema nacional de prevenção e combate à tortura,  
1204 contextualizando não só o mecanismo, mas o comitê, qual o papel do comitê, da defesa  
1205 intransigente do que foi apresentado pela inspeção. Vitória, eu acho que essa já é uma proposta  
1206 de encaminhamento. O comitê deve responder, inclusive no sentido de defesa do nosso trabalho,  
1207 defesa das nossas prerrogativas, enquanto sistema, enquanto conjunto.

1208

1209 Débora – Obrigada, Vitória. Bom dia a todos. Vou pedir licença para fazer uma proposta de  
1210 natureza um pouco mais administrativa, em meio a essa tão bem substantiva. Uma proposta  
1211 com vistas a garantir que (inaudível) todos os pontos da pauta. nos casos em que a discussão  
1212 vai se aprofundando e ficando um pouco mais densa, como é o que está acontecendo agora,  
1213 sugeriria que estabelecêssemos um teto – agora não dá mais para ser o que está previsto na  
1214 pauta, porque já houve um atraso - , atingido esse teto, paramos a discussão, ainda que haja  
1215 mais pessoas inscritas, ainda que haja muito mais a ser debatido, estabeleça algum  
1216 encaminhamento, ainda que seja no sentido de : a discussão precisa ser aprofundada,  
1217 precisamos de mais tempo para isso, vamos prever um horário muito maior na próxima reunião,

1218 e jogamos isso para a frente, porque não tem como continuar discutindo eternamente um tema  
1219 que não vai ser concluído dentro do horário previsto, atrapalhando outros pontos da pauta que  
1220 também são muito relevantes. Uma vez que vejamos que o tempo estabelecido para essa  
1221 discussão desse ponto, já foi ultrapassado – e esse já foi ultrapassado há mais de uma hora -,  
1222 vamos para algum encaminhamento, algo que as pessoas já tenham colocado ou, sugeriria que  
1223 a mesa decida colocar um encaminhamento e continuar essa discussão na próxima reunião, com  
1224 um tempo previsto maior, e prossigamos a votação. Vai ficar um pouco complicado e, acho que  
1225 isso até encorajaria um debate, não vou dizer que está sendo conciso, mas encorajaria temos de  
1226 fala mais curtos, mais concisos, para que consigamos realmente cumprir o que foi proposto.  
1227 Obrigada.

1228

1229 Vitória – Débora, eu vou acolher sua sugestão, e colocar como teto essa discussão para terminar  
1230 meio dia, porque já estava prevendo que íamos nos atrasar em relação à seleção e, se não  
1231 conseguirmos vencer a seleção, não tem problema, voltamos a conversar sobre a seleção dos  
1232 peritos, depois da audiência pública que vamos fazer á tarde, porque a audiência tem gente que  
1233 confirmou a presença, não podemos atrasar. Duas horas, começarmos a audiência e, depois da  
1234 audiência, caso não consigamos vencer a pauta da manhã especificamente, vai ser o primeiro  
1235 ponto após a audiência pública. Eu falei anteriormente que eu terminar as inscrições de fala  
1236 depois da Debora, justamente para não alongarmos. Eu queria propor que começássemos a  
1237 debater os encaminhamentos. Temos várias propostas de encaminhamento, vou tentar sintetizar  
1238 com a ajuda da Carolina, que está fazendo o sumário junto comigo. Na verdade, não junto  
1239 comigo, estou lendo o que ela escreve e não estou dando conta também. Mas, algumas propostas  
1240 que surgiram, que anotei rapidamente, é especificamente em relação às denúncias que  
1241 recebemos e representações, uma das propostas temos a do Lucas, que é pelo encaminhamento  
1242 de um GT, que seria composto de maneira paritária, sociedade civil e governo, para que  
1243 debatamos no GT o conhecimento e o processamento. Nós temos a proposta da Márcia, que  
1244 acredito que se mescla um pouco com a do Matheus que seria, justamente, na defesa das  
1245 prerrogativas dos peritos, enquanto sistema porque, quando recebemos a denúncia, pode ser o  
1246 mecanismo, o mecanismo faz parte de um sistema muito amplo, ele é o competente para fazer  
1247 a missão, mas ele compõe o nosso sistema. Como aprovamos o relatório, a Márcia defende que  
1248 seria contraditório, uma vez aprovado o relatório, voltar a traz e dizer que aquele relatório que  
1249 aprovamos estaria violando questões que foram apontadas às representações, denúncias. Mas,  
1250 teríamos que fazer uma decisão fundamentada, em que alegarias aprovação anterior do nosso

1251 relatório, a defesa das prerrogativas do mecanismo, enquanto defesa de prerrogativas do próprio  
1252 sistema e, que as insurgências seriam inadequadas – essa foi uma fala do Matheus.

1253

1254 Lucas – Questão de ordem. Por favor, retirar minha proposta, por gentileza. O Marcos fez uma  
1255 proposta anterior, para lembrarmos e podermos pautar.

1256

1257 Vitória – Carol, se conseguir me ajudar, o que você escreveu no sumário executivo, que o  
1258 Marcos falou. O Marcos sugeriu uma votação para apreciação do mérito, afastamento cautelar  
1259 – apreciação, não estamos deliberando sobre o afastamento -, mandar para a corregedoria e,  
1260 quatro, arquivamento. Seriam quatro possíveis encaminhamentos.

1261

1262 Marcos – Para haver ou não a discussão do mérito.

1263

1264 Vitória – Se nós seríamos competentes para deliberar sobre o mérito no comitê.

1265

1266 Sávio – Repetir os encaminhamentos, por favor.

1267

1268 Vitória – Vamos retirar o do Lucas, que seria proposta de encaminhamento por um GT. A  
1269 sugestão do Marcos, eu vou ler o que está escrito no sumario executivo. Um, se cabe ou não a  
1270 apreciação do mérito por esse comitê. Dois, se seria o caso ou não de afastamento cautelar.  
1271 Três, se mandaríamos para a corregedoria. Quatro, se estaríamos deliberando pelo  
1272 arquivamento.

1273

1274 Sávio – Só uma observação com relação aos encaminhamentos. Coloca corregedoria / comissão  
1275 de ética, porque algumas questões não são de competência da corregedoria, poderia ser da  
1276 comissão de ética.

1277

1278 Vitória – Retirando o do Lucas, ficamos com o do Marcos, que são quatro propostas de  
1279 encaminhamentos distintos para votação. O segundo encaminhamento seria deliberarmos, de  
1280 pronto, pelo não afastamento cautelar, e fazer uma decisão fundamentada, em que nós  
1281 estaríamos reafirmando que aprovamos o relatório anteriormente, que seria contraditório, uma  
1282 vez aprovado o relatório, nós aceitarmos denúncias que contrariam o nosso relatório, o relatório  
1283 do sistema também. Podem fazer colaborações, porque aqui estão as falas todas juntas.

1284

1285 Márcia – Se o arquivamento for aprovado, que eu acho que estamos encaminhando para isso,  
1286 vai precisar de uma justificativa? (Intervenção simultânea). Eu acho que é isso. (Intervenção  
1287 simultânea). Não seria talvez a representação ao Ministério, mas seria o arquivamento, e o  
1288 arquivamento traria essa justificativa que eu faço a defesa de um documento que possam ter  
1289 subsídios que façam a defesa do mecanismo, do relatório. Juntando essas duas propostas, seria  
1290 o arquivamento.

1291

1292 Vitória – A proposta da Márcia se altera, para que façamos um arquivamento justificado, eu  
1293 chamaria assim. Um arquivamento motivado, explicando as razões do nosso arquivamento.  
1294 Podemos elaborar isso, falar do nosso relatório, falar das nossas competências. A lei, inclusive,  
1295 é expressa em relação às competências do mecanismo. Justificar na lei, eu acho que fica muito  
1296 mais coerente, do que ideias soltas.

1297

1298 Sávio – Um problema que eu queria levantar para os colegas, para ciência. O comitê não aprova  
1299 relatório do mecanismo. O mecanismo tem autonomia técnica nessa situação. Tomamos ciência  
1300 disso. Inclusive, nunca existiu uma reprovação de um relatório de um mecanismo. Não existe  
1301 isso. Dar ciência ao comitê sobre as recomendações.

1302

1303 Vitória – Entendi. Boa colocação. Matheus, vamos começar os encaminhamentos. Se for para  
1304 integrar algum encaminhamento.

1305

1306 Ezequiel Roque – Questão de ordem. Eu fiz um encaminhamento e não foi relatado.

1307

1308 Vitória – É porque estou lendo o sumário executivo, eu li o do Marcos que estava em laranja.  
1309 O do Caio.

1310

1311 Ezequiel Roque – Minha proposta foi que não devemos violar o princípio da legalidade,  
1312 instituído na constituição federal, artigo trinta e sete. Não existe lei que regulamenta qualquer  
1313 um dos procedimentos já apresentados. O regimento é claro, que tem se analisado pela comissão  
1314 de ética, não existe comissão, não existe criação de GT, não existe nada disso. Se há omissão  
1315 da lei, não podemos criar algum sistema, mecanismo, para decidir. Procedimento que eu  
1316 propus: vá para o órgão sindicante, após a resposta deles nós analisaremos, e discutimos criação

1317 de GT, discutimos alteração do regimento interno. Mas, o regimento interno nosso não permite  
1318 isso. Lamentavelmente, estamos infringindo o princípio da legalidade.

1319

1320 Vitória – A do Marcos eu acho que contempla isso. É isso? Vamos só analisar. Seria justamente  
1321 mandar para a corregedoria / comissão de ética, que seria o órgão responsável por fazer a análise  
1322 das representações.

1323

1324 Marcos – Concordando com o que o Sávio colocou, falei genericamente de corregedoria mas  
1325 se, regimentalmente, se for comissão de ética, que seja comissão de ética, mas que aqui se  
1326 delibere para um ou para outro. É nesse sentido mesmo. Contempla o que o Ezequiel falou.

1327

1328 Matheus – Vitória, me permite, bem rápido, uma questão de ordem, em relação às deliberações.  
1329 Até agradeço a ajuda da Fernanda. As propostas estão aí, mas, só para esclarecer alguns pontos,  
1330 vou tentar usar o “juridiquês”. Em nenhum momento esses documentos, sejam representações,  
1331 pedidos de informação, individualizaram condutas. Não há individualização de conduta, não há  
1332 autoria, nem materialidade. Primeiro ponto. Em relação ao princípio da legalidade, existe a lei,  
1333 existem os princípios gerais do direito, existem costumes, existem analogias, existem várias  
1334 outras formas de interpretarmos – me fugiu o termo agora -, de conseguirmos chegar numa  
1335 solução para isso. Não existe só lei. Na Inglaterra, por exemplo, existe o direito dos costumes.  
1336 Se a lei fala que o comitê pode fazer o afastamento cautelar, é um princípio jurídico, vem lá da  
1337 Grécia, Roma Antiga. Em português seria: quem pode mais, pode menos. Se o comitê pode  
1338 afastar cautelarmente, ele pode avaliar, ele pode tomar providências em relação a isso. Se  
1339 estamos votando aqui se pode afastar ou não, que é o mais, nós podemos o mesmo. Outra coisa,  
1340 se estamos votando que podemos afastar, para afastar, já recebemos. Não estamos seguindo  
1341 tramites lógicos e óbvios. Se estamos deliberando, respeito quem quer deliberar em sentido  
1342 contrário, claro. Se estamos deliberando aqui e admitindo o afastamento, já fizemos juízo de  
1343 admissibilidade, o que individualiza a conduta. Para concluir, queria dizer o seguinte: se essa  
1344 votação entender por encaminhamento aos órgãos do Ministério, seja a corregedoria, seja o  
1345 comitê de ética, estamos acabando com o comitê, estamos jogando o comitê na privada, com  
1346 todo o respeito. Estamos aqui, há duas reuniões, falando da autonomia do mecanismo, do  
1347 comitê, e estamos jogando essa deliberação para o Ministério, com todo o respeito que o  
1348 Ministério merece, estamos jogando a história, as atribuições e o papel do comitê no lixo.

1349

1350 Vitória – Então, eu sigo, a princípio, com três propostas de encaminhamentos distintos. E, se u  
1351 sei que o Marcos faz quatro, mas, Ezequiel, se me permite, acho que você está junto na proposta  
1352 três dele, de encaminhamento, que seria...  
1353  
1354 Sávio - A única diferença do Ezequiel, é que ele trata de competência, e o Marcos não entrou  
1355 na questão de competência.  
1356  
1357 Vitória – Vou fazer uma ressalva. Guilherme e Carol.  
1358  
1359 Carol – Desculpa Guilherme, rapidinho. É só de organização. Estou tentando projetar os  
1360 encaminhamentos de acordo com a discussão, para daí todo mundo visualizar direitinho.  
1361 Registro dos encaminhamentos e, para cada encaminhamento, fazemos a votação.  
1362  
1363 Sávio – Acho que se simplificarmos um, podemos até tirar, salvo melhor juízo. Ninguém aqui,  
1364 até agora, manifestou para afastamento cautelar, acho que podemos tirar isso.  
1365  
1366 Vitória – Seria o número dois. Retirar, porque não houve esse pedido.  
1367  
1368 Sávio – Tem que alguém que manifesta por afastamento cautelar? Acho que não.  
1369  
1370 Interlocutor não se identificou – Poderíamos fixar aqui que, por unanimidade, afastamos  
1371 qualquer possibilidade de afastamento. Rejeitamos o afastamento cautelar.  
1372  
1373 Vitória – Esse pedido não foi feito de encaminhamento, então não concordaria com essa  
1374 votação, porque estaria implícito que estaríamos dando admissibilidade a qualquer pedido que  
1375 nunca foi feito. Não vamos agir de ofício, sem sermos instados. (Intervenção simultânea). É o  
1376 seu encaminhamento?  
1377  
1378 Guilherme – A questão é que o afastamento cautelar é a única medida que nos cabe. Não existe  
1379 outra sanção qualquer que possamos deliberar. (Intervenção simultânea). Nós podemos fazer  
1380 de ofício. (Intervenção simultânea). Não tem que haver denúncia externa, esse é o ponto.  
1381 (Intervenção simultânea).  
1382

1383 Vitória – É a Cláudia, a próxima. Depois, o Guilherme.

1384

1385 Cláudia – Eu acho que está tendo uma confusão. O que acontece? Tem que ter um processo  
1386 administrativo. Depois que está decidindo esse processo, após a conclusão desse processo  
1387 administrativo, vai ter uma decisão. Se, por ventura, decidir pelo afastamento cautelar, vem  
1388 para cá e nós vamos nos manifestar. Mas, não teve nada, ainda nada foi avaliado, analisado,  
1389 não teve um processo. Eu acho que estamos discutindo uma coisa que não está fazendo sentido.  
1390 É isso, não existe isso. Se por ventura, eu entendo, o Ministério, por meio do órgão responsável  
1391 verificar que, realmente, seria o afastamento cautelar, viria para cá e nos manifestaríamos. Mas  
1392 a ainda não foi nem definido, nem estudado.

1393

1394 Sávio - (...) isso entrou com a ministra. Essas manifestações vieram para a ministra. A ministra  
1395 apresentou para o comitê. Ao meu ver, com relação ao cautelar, nesse momento, nós não temos  
1396 condição de falar nada sobre um afastamento cautelar. Por isso que é unanimidade. Acho que  
1397 ninguém acha que cabe, eu acho que tem que ficar registrado que, nesse momento, não cabe  
1398 afastamento cautelar. Lembrando a outra questão, a própria ministra poderia, de forma  
1399 individual, encaminhar para a comissão de ética e para a corregedoria. O que ela faz? Comitê,  
1400 faça uma análise disso que chegou para mim. O comitê agora, nesse momento, pode devolver  
1401 para a ministra, falando: nesse momento, acho que não tem subsídios para afastamento cautelar,  
1402 que os órgãos façam a instrução. Inclusive, homenageando o próprio mecanismo. O mecanismo  
1403 tem que documentar as questões que foram colocadas aqui, quando se fizer a abertura de um  
1404 procedimento, o mecanismo vai falar: isso não procede. Tem que ficar documentado, porque  
1405 senão vai ficar apenas documentado o que o Ceará colocou. É isso.

1406

1407 Silvia – Em relação a esse encaminhamento (inaudível) dessa questão do afastamento cautelar,  
1408 não deveria nem ser cogitado, eu acho. Não tem pedido, não tem razão, não sei nem porque isso  
1409 começou a ser discutido. Em questão dos encaminhamentos, acho que deveria até sair do  
1410 encaminhamento, essa é a minha impressão. “Cabe ou não afastamento”, não teria nem que ser  
1411 botado. Em relação ao terceiro encaminhamento, que é mandar para a corregedoria, comissão  
1412 de ética. Eu vou um pouco na linha do que o Matheus falou. As pessoas leram, foi tomado  
1413 conhecimento de alguma forma. Todo mundo leu o que chegou. Entra no mérito ou não. Mas,  
1414 chegou algo do CRM do Distrito Federal, que é tão claramente incabível que, acho que sair um  
1415 encaminhamento do comitê, que é um comitê de prevenção e combate à tortura, que teve

1416 conhecimento do relatório, que está aqui para, de alguma maneira, resguardar que o sistema  
1417 nacional possa funcionar, que saia um encaminhamento que isso vá para a corregedoria,  
1418 comissão de ética, eu acho totalmente absurdo. (Intervenção fora do microfone). Deixa eu só  
1419 terminar. Eu acho que, da mesma maneira que pode haver isso, deveria haver uma deliberação  
1420 pelo arquivamento, ou um pronunciamento. Se não quer chamar de arquivamento, pelo menos  
1421 um pronunciamento do comitê de que, algo assim, aqui não há nenhum tipo de relato de  
1422 violação, de desvio funcional, que isso simplesmente é uma opinião do Conselho Regional de  
1423 Medicina contrária às conclusões do relatório do mecanismo. É simplesmente isso. Ao menos  
1424 uma opinião do comitê, um ofício, dizendo: nós não concordamos com o que está aqui, por essa  
1425 e essa razão. Pelo menos para fundamentar até que isso não vá adiante. Poderia dar uma opinião,  
1426 uma resposta a isso, uma resposta do comitê, um ofício, ao que está alegado aqui.

1427  
1428 Guilherme – Eu acho que o afastamento cautelar veio à discussão, Silvia, porque é única e  
1429 exclusivamente a única medida que poderia, ao comitê, ser adotada, inclusive antes de qualquer  
1430 procedimento administrativo. É cautelar justamente por isso, para acautelar o funcionamento  
1431 do mecanismo. Depois, isso seria avaliado em algum procedimento administrativo. No entanto,  
1432 concordando com você, se chegou à ministra, se chegou ao Ministério Público, se a ministra  
1433 vai encaminhar à corregedoria, à comissão de ética, se o Ministério Público vai oferecer  
1434 denúncia, são órgãos competentes para dar seguimento a isso. Ao comitê, sigo insistindo que  
1435 nos cabe que não temos previsão legal ou regimental, para dar qualquer tratamento ao que nos  
1436 foi enviado. Essa é a defesa que eu sigo mantendo.

1437  
1438 Vitória – Caio, por favor.

1439  
1440 Caio – Eu concordo, e queria insistir que tratássemos dessas coisas separadamente. São três  
1441 coisas que estamos falando aqui, há algum tempo. A primeira, que é externa a esse espaço, que  
1442 acredito que tenha que ser tratado pela mesa diretora, que é criar um fluxo, uma forma de  
1443 trabalho, seja lá o que for, uma proposta de resolução que defina o rito dessas coisas. Os dois  
1444 pontos que temos que tratar aqui, separadamente são: um, referente à SEAP, e um referente ao  
1445 CRM. Qual foi dirigido a nós? O do CRM. Se tivermos que responder para alguém é sobre o  
1446 CRM, que eu concordo com a Silvia de respondermos, que aquilo é sem pé nem cabeça, ali não  
1447 explicita nenhuma conduta dos peritos que poderia ser alvo de deliberação nossa, aquilo ali é  
1448 completamente inepto. A outra, é da SEAP do Ceará, que eu insisto, é um pedido de

1449 informações do Ministério Público Federal. Quem está processando uma representação é o  
1450 Ministério Público Federal. O que nós temos que fazer, enquanto comitê, é responder, porque  
1451 isso foi um pedido de informações destinado à secretaria executiva, inclusive dizendo que tem  
1452 um prazo para responder. Responder o que eles nos perguntaram.

1453  
1454 Vitória – Quem sabe, responder mandando um relatório, pedindo o relatório da visita completo.

1455  
1456 Caio – Temos que responder ao que eles nos perguntaram, que é: houve quebra do decoro,  
1457 houve quebra do desvio funcional, eles agiram fora das funções de perito? É isso que temos que  
1458 responder para o Ministério Público Federal, que está nos perguntando isso. Essas duas  
1459 deliberações, no caso três, que eu teria de colocar.

1460  
1461 Vitória – Henrique, depois da sua fala, vamos para a votação. (Intervenção simultânea). Eu  
1462 entendi. Nosso teto estava estabelecido ao meio dia. podemos levar a reunião até meio dia e  
1463 meio, com discussões. Se não chegarmos a um consenso, nem em relação a quais  
1464 encaminhamentos estamos votando, que eu entendo que há uma confusão em relação a isso,  
1465 inclusive minha. Cada vez que eu acho que fechei encaminhamentos, outras coisas surgem, e  
1466 não quero ser autoritária de falar que vão ser esses encaminhamentos, é isso e ninguém mais  
1467 pode contribuir. Sugiro que possamos levar a reunião até meio dia e meio. Terminamos a  
1468 reunião quando estiver chegado no horário do almoço. Voltamos com a audiência e, depois da  
1469 audiência, podemos voltar para essa proposta de terminar a pauta, porque temos que vencer a  
1470 pauta, é obvio.

1471  
1472 Sávio – Tenho uma sugestão. Se alguém tem um fato novo para colocar, que coloque agora,  
1473 porque senão partimos par ao encaminhamento. Nós debatemos...

1474  
1475 Vitória – O Matheus colocou que não havia clareza ainda em relação a quais encaminhamentos  
1476 estaremos fazendo. (Intervenção fora do microfone).

1477  
1478 Matheus – Alguns colegas estão colocando, Sávio, tanto do governo quanto da sociedade civil,  
1479 que não faria sentido deliberarmos coisas que não são atribuição do comitê, ou que achamos  
1480 que... por exemplo, um dos tópicos era arquivamento. Eu acho que o melhor de tudo, opinião  
1481 minha, de mérito, não para conseguirmos andar, era arquivar, como a colega Débora colocou,

1482 seguimos com a extensa pauta que temos, nessa reunião e na próxima. Estamos colocando  
1483 algumas ponderações, como o Caio colocou muito bem, no sentido de que, claro, podemos agir  
1484 de ofício. Mas, para agir de ofício, tem que ter a proposta de alguém que teria que estar na pauta  
1485 previamente. Mas, sendo objetivo, houve um pedido de informação do Ministério Público  
1486 Federal, como se fôssemos um órgão, sindicante, adjudicante, que pudesse deliberar alguma  
1487 coisa. Vamos poder analisar só isso porque, tudo que mais veio porque, de forma muito leal, o  
1488 Ministério trouxe isso para o debate, ainda que falemos x, o Ministério vai poder fazer y. Não  
1489 dá para deliberarmos o que o Ministério pode fazer ou não. Nessa linha, quanto mais  
1490 restringirmos as deliberações, o debate foi muito valioso, mas quando mais restringirmos o  
1491 número de coisas a serem votadas, vai ficar mais fácil. Como o Caio colocou, houve um pedido  
1492 de informações para o Ministério Público Federal. (Intervenção simultânea). O que podemos  
1493 fazer é o que está na mesa. A única coisa que está na mesa para nós, que chegou para nós, é  
1494 exatamente isso. (Intervenção simultânea). O que o Caio colocou, responder ao Ministério  
1495 Público Federal, na linha do que a Silvia colocou, do que eu coloquei, do que a Márcia colocou,  
1496 do que alguns colegas podem acrescentar, no sentido do que foi feito. Para concluir, isso que  
1497 tem. Senão começamos a entrar em meandros, porque podemos votar alguma coisa aqui e,  
1498 amanhã, algum de nós ingressar em juízo para fazer alguma coisa.

1499

1500 Sávio – O encaminhamento já estava até registrado.

1501

1502 Matheus – Focado nele. Afastamento cautelar ou não. Vão estar, uns achando que entrou no  
1503 mérito, outros, achando que é uma coisa de admissibilidade. Não vamos sair daqui nunca.

1504

1505 Cinthia – Eu tenho uma questão de ordem. Eu fiz o registro de oito encaminhamentos. Qual  
1506 seria a minha gestão, enquanto organização da discussão. Que lêssemos os encaminhamentos e  
1507 procedêssemos a votação de um por um. (Intervenção simultânea). Matheus, se os membros  
1508 quiserem, eles podem fazer depois uma justificativa para os seus votos.

1509

1510 Vitória – Próximo inscrito, se essa foi a questão de ordem. Henrique.

1511

1512 Henrique – Acho que cada documento que chega para nós, é diferente. Tem uma clara diferença,  
1513 pelo menos, do documento do Ministério Público Federal, que pede informações, não tem muita  
1514 deliberação, é mais uma informação. As prerrogativas do mecanismo são essas, analisamos o

1515 relatório em tal data, estamos abertos para o diálogo, e o Ministério Público faz o que ele tem  
1516 que fazer, tem essa prerrogativa, a representação da SEAP local, foi encaminhada para eles, e  
1517 o Ministério Público pede informação. Isso é uma coisa. Quanto a lei doze, oito quatro setes,  
1518 ela é muito expressiva, ela vem de uma obrigação internacional do Brasil que, possivelmente,  
1519 é uma discussão, no meu entender, em caráter supralegal. Ela tem uma série de princípios e, o  
1520 principal deles, é a autonomia e independência. Toda lei tem que ser lida nessa luz. Não é à toa  
1521 que chega para nós. Se eu entendi bem o trâmite, passaram pelo Ministério esses  
1522 encaminhamentos da ABP, e o Ministério encaminha para nós. Eu acho que podemos fazer uma  
1523 manifestação, também forte nesse sentido, falando: o que nos cabe é ver isso, que não vejo  
1524 nada. Se o Ministério depois quiser encaminhar para os seus mecanismos internos, não é o  
1525 poder, inclusive acho que tem até uma discussão boa para a procuradoria do Ministério fazer,  
1526 bem interessante, levando em consideração esses princípios internacionais. Porque o CNPCT é  
1527 um órgão subgêneros, o sistema é muito *suigeneris*, nós escolhemos os peritos, isso está na lei,  
1528 como o Matheus trouxe, temos a prerrogativa do afastamento cautelar, isso pode ser feito se  
1529 chegar uma notícia de fato grave, podemos fazer, não tenho dúvidas quanto a isso. Para mim  
1530 não é simples. O órgão tem uma força tal que, encaminharmos diretamente para os órgãos  
1531 deliberativos de ética, dá uma força que não é válida para a situação. Temos que avaliar no  
1532 nosso âmbito, nosso âmbito é esse: dar afastamento cautelar se vermos alguma coisa muito  
1533 grave. Informar: já analisamos os relatórios. Teve encaminhamentos inclusive que a ABP  
1534 poderia participar, enquanto órgão fiscalizador, e ela se omite, para mim isso é gravíssimo, ela  
1535 não traz nenhum tipo de... É uma associação de representação de classe. (Intervenção  
1536 simultânea).

1537

1538 Vitória – Henrique, dando encaminhamento para a sua fala, é que possamos, em relação ao  
1539 pedido de informações do Ministério Público, possamos responder que não há indícios  
1540 suficientes para um afastamento cautelar, que seria a nossa competência. (Intervenção  
1541 simultânea). Alguma coisa vai ter na resposta. O que vai ter na resposta?

1542

1543 Henrique – Tem que ter, o que já fizemos sobre o relatório, quais são as recomendações para a  
1544 SEAP. Temos até uma audiência pública hoje. Esses aqui são um pouco diferentes, eu acho, me  
1545 parece, embora completamente ineptos, são diferentes. Me incomoda darmos um pouco de  
1546 força para isso. Querem encaminhar para análise. Temos capacidade de analisar isso aqui.

1547

1548 Vitória – Você acabou henrique, desculpa? Agora, Felipe. (Intervenção fora do microfone).  
1549

1550 Débora – Estou uma pouco na dúvida, a resposta desse encaminhamento pressupõe uma  
1551 resposta do comitê substantiva às demandas encaminhadas (inaudível). Porque, se votarmos  
1552 para que seja dada uma resposta do comitê, teríamos de (inaudível) dessa resposta  
1553 anteriormente. Se o encaminhamento é de dar uma resposta, tendo em vista o esgotamento do  
1554 tempo, seria o caso de postergar a discussão. Porque, até onde eu pude perceber, não houve  
1555 apresentação dessa resposta para que pudesse haver (intervenção simultânea).  
1556

1557 Vitória – A minha questão principal é que o Ministério Público se manifeste e não podemos  
1558 negar isso. A Carol, na última reunião, se não me engano, foi a secretária executiva que trouxe  
1559 para nós essa questão, e pedimos para ele, se possível, responder ao Ministério Público que o  
1560 comitê se reuniria na próxima reunião, na de hoje, depois de dez meses sem reunião, para fazer  
1561 a deliberação sobre isso. Mas, a resposta ao Ministério Público, eu acredito que seja mandatória.  
1562 Temos que responder sobre pena de responsabilização, inclusive, que anotaram que, se não  
1563 responder, vai ter a responsabilização de não sei quem. A resposta tem que sair. Imagino que a  
1564 mesa diretora possa pensar no conteúdo dessa resposta, porque a mesa diretora tem a proposta  
1565 de se reunir mensalmente. Felipe.  
1566

1567 Felipe – Bem resumido, considerando que existe um sistema, o mecanismo é um órgão desse  
1568 sistema, e o comitê outro órgão, e que as representações foram feitas a autoridades que deram  
1569 conhecimento ao comitê em relação à atuação do mecanismo, porque não o comitê encaminhar  
1570 para o mecanismo se manifestar, colher essa manifestação, responder as autoridades com o  
1571 conteúdo dessa manifestação do mecanismo.  
1572

1573 Vitória – Encaminharíamos para o mecanismo?  
1574

1575 Felipe – O mecanismo faz um documento, endereçando aquela denúncia para nós, do comitê  
1576 (intervenção simultânea), e respondemos às autoridades que nos avocou, com a resposta da  
1577 manifestação do comitê.  
1578

1579 Vitória – Encaminharíamos então, Felipe, só para tirar minha dúvida, as três?  
1580

1581 Felipe – Eu concordo plenamente com o Guilherme, que não temos competência para tratar do  
1582 mérito da questão do afastamento cautelar. Mas, temos a capacidade de nos manifestarmos  
1583 sobre isso, mas não descendo em detalhe, porque não foi sobre o que nós fazemos, foi sobre o  
1584 mecanismo. Que ele se manifeste e nós encaminhamos, respondemos às autoridades que nos  
1585 avocaram, que foi a ministra Damares, ministro Moro, Ministério Público, informando sobre o  
1586 assunto, encaminhamos a informação.

1587

1588 Vitória – Perfeito. Carol, depois do Felipe, Carol, a sua era questão de ordem ou fala?

1589

1590 Carol – Era questão de ordem para lermos os encaminhamentos.

1591

1592 Vitória – A Cinthia retirou, não sei se colocou de novo. Cinthia.

1593

1594 Cinthia – A minha manifestação era exatamente essa, de que nós nos ativéssemos às  
1595 competências estabelecidas no parágrafo terceiro do artigo oitavo. O comitê não tem  
1596 competência para arquivamento, o comitê não tem competência para instauração de qualquer  
1597 procedimento, a necessidade, essas instituições. Por mais que tenhamos insurgências em  
1598 relação a essas instituições – estamos falando do CRM do DF, estamos falando da ABP,  
1599 estamos falando da Secretaria de Administração Prisional do Estado do Ceará -, são instituições  
1600 que tem direito à petição, lançaram isso a autoridades, que submeteram ao comitê, à nossa  
1601 apreciação. A apreciação se dá: há indício que configure afastamento cautelar? Não. Não há  
1602 mais nada. Devolvemos à autoridade que nos consultou e, que ele promova as ações que sejam  
1603 (inaudível). Eu cheguei até a comentar com os peritos, situações por exemplo de representação,  
1604 da denúncia, o que quer que seja, da Secretaria de Administração Prisional do Ceará, que há no  
1605 seu encerramento, acusações gravíssimas que, sinceramente, eu gostaria que houvesse aberto  
1606 um procedimento disciplinar ou uma sindicância, até para que o mecanismo tenha condições de  
1607 se manifestar em relação a coisas graves que estão ali. Quando falamos em abertura de  
1608 procedimento disciplinar – eu faço em relação ao DPEM, como ouvidoria, encaminho uma serie  
1609 – é, justamente, para que se dê à pessoa que está sendo acusada o direito a apresentar a sua  
1610 defesa, e reforçar suas prerrogativas estabelecidas em lei. Ou, isso vai continuar na próxima  
1611 inspeção que houve no hospital psiquiátrico, e a ABP vai mandar novamente. Analisando por  
1612 esse prisma, essa é a minha contribuição.

1613

1614 Vitória – Muito obrigada. Márcia, você é a próxima. Ezequiel, você tirou sua fala?

1615

1616 Márcia – Só para reafirmarmos, para não esquecermos também, que isso é uma forma de  
1617 retaliação, é assim que entendemos, que esse colegiado, que esse comitê entende de todo o  
1618 trabalho do mecanismo. As palavras fortes que a SEAP coloca, acho que é papel nosso a  
1619 resposta fundamentada na defesa do sistema nacional de prevenção e combate à tortura, na  
1620 defesa do relatório e das recomendações. (Intervenção simultânea). Eu não concordo com o  
1621 encaminhamento, de encaminhar para a corregedoria, acho que não faz sentido. (Intervenção  
1622 fora do microfone). Tirou? Só não concordo. Estou me manifestando. Eu concordo com o  
1623 encaminhamento... não faz sentido o arquivamento, pelo que avaliamos, e acabamos  
1624 amadurecendo aqui (intervenção simultânea), que não seria..., mas, que seria a resposta objetiva  
1625 do que nos foi provocado, que é a resposta, no caso, da Associação Brasileira de Psiquiatria. E,  
1626 se for responder ao Ministério Público, que a resposta seja no sentido da defesa do sistema  
1627 nacional de prevenção e combate à tortura, e no sentido da defesa das recomendações do  
1628 relatório.

1629

1630 Vitória – Acho que ninguém mais está inscrito. (Intervenção simultânea). Não, Matheus, agora  
1631 não. Um minuto. Eu vou fazer a sugestão de que, como a proposta do Felipe foi uma proposta  
1632 bem ampla, se poderíamos tirar como encaminhamento dessa discussão, mandarmos para o  
1633 mecanismo se manifestar sobre o teor, quase dando ciência, já que somos parte de um mesmo  
1634 sistema, como o Felipe colocou e, com o retorno do mecanismo, deliberaríamos sobre o  
1635 encaminhamento não de arquivamento que, imagino, podemos votar, mas, como foi unanime,  
1636 não é nossa competência. Mas, com o retorno do mecanismo, propondo os encaminhamentos  
1637 que estão ali. Carol, você pode ler para nós. Nós deliberaríamos sobre o encaminhamento à  
1638 corregedoria, como está ali. Uma resposta nossa, encaminhando ao Ministério Público, com o  
1639 teor da manifestação do mecanismo dentro.

1640

1641 Carolina – Você quer que eu leia, para dar uma repassada? Você sugere que o encaminhamento  
1642 primeiro para a deliberação é a sugestão do Felipe. Com o retorno do mecanismo, teriam  
1643 algumas questões para avaliar. Ponto um que, nesse momento, não cabe avaliar afastamento  
1644 cautelar. Do doutor Marco, que sugere a votação se cabe ou não apreciação de mérito, se cabe  
1645 ou não afastamento cautelar. Mandar para a corregedoria e deliberação pelo arquivamento, teve  
1646 manifestação contrária essas duas indicações. Encaminhamento do Ezequiel, defende que o teor

1647 deve ser analisado pela corregedoria, sem discutir o mérito, sem indicar GT. Márcia tinha feito  
1648 a indicação do arquivamento motivado. Guilherme reforça responder ao pedido de informação  
1649 e, sobre os outros dois pedidos, o comitê deve se manifestar que não tem competência para  
1650 julgar e processar o teor dos pedidos. O encaminhamento seguinte: pronunciamento do coite  
1651 sobre o teor dos ofícios, que acho que foi da Silvia. O seguinte, seria deixar o fluxo para a mesa  
1652 diretora responder ao CRM, como a Silvia tinha indicado, e responder ao pedido de informação  
1653 ao MPF.

1654

1655 Vitória – Eu acho que não tem o encaminhamento número um, o encaminhamento número oito,  
1656 que seria o último, que seria encaminhar para o mecanismo e, com a volta (intervenção  
1657 simultânea).

1658

1659 Cinthia – Uma última questão, vamos ler o parágrafo terceiro, só para compreendermos: o  
1660 afastamento cautelar de membro de mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura,  
1661 poderá ser determinado por decisão fundamentada do CNPCT, no caso de constatação de  
1662 indício de materialidade, autoria de crime ou de grave violação ao dever funcional, o que  
1663 perdurará até a conclusão de procedimento disciplinar de que trata o parágrafo segundo.  
1664 Significar o seguinte: no bojo de um procedimento disciplinar, o comitê é consultado se há  
1665 indícios para afastamento, de maneira incidental. Está aqui, é só ler o parágrafo.

1666

1667 Vitória – Eu acho que vamos entrar no mérito de debater... toda lei cabe interpretação.

1668

1669 Cinthia – A grande questão é: o parágrafo já dá a impressão de que há um procedimento  
1670 disciplinar instaurado. É só ler o parágrafo. Leiam o parágrafo terceiro. (Intervenção fora do  
1671 microfone). O que perdurará até a conclusão do procedimento disciplinar de que fala o  
1672 parágrafo segundo. (Intervenção fora do microfone).

1673

1674 Matheus – Mas, Cinthia, concordamos no sentido de que, para afastar, estaríamos admitindo  
1675 alguma admissibilidade.

1676

1677 Sávio – O que ela colocou foi que o momento de afastamento é dentro de um procedimento  
1678 onde são apresentados indícios. Ela colocou isso. (Intervenção fora do microfone).

1679

1680 Cinthia – É uma sequência, exatamente, o parágrafo segundo fala no procedimento disciplinar,  
1681 o parágrafo terceiro fala no afastamento cautelar, que é no bojo de um procedimento.

1682

1683 Caio – Embora eu discorde, acho que não é o momento de discutirmos exatamente esse  
1684 procedimento. Acho que temos que voltar para aquilo lá. Me parece que, o que mais se adequa  
1685 às intenções de todo mundo aqui, seria pegar a sugestão do colega, remeter as duas, do jeito que  
1686 estão, para o mecanismo, damos um prazo para o mecanismo responder e, no meu entender, a  
1687 resposta do mecanismo deveria vir para a mesa diretora, que é quem vai elaborar a resposta ao  
1688 Ministério Público (intervenção fora do microfone). Depende do caso. No caso da representação  
1689 da SEAP, respondemos ao Ministério Público, porque o Ministério Público enviou um pedido  
1690 de informações para a nossa secretaria executiva. (Intervenção fora do microfone). Foi dirigido  
1691 a secretaria executiva, o ofício do Ministério Público.

1692

1693 Vitória – A proposta de encaminhamento, Caio, seria aquela que a Carol colocou, em primeiro  
1694 lugar, que é o encaminhamento dos três ofícios ao mecanismo para colhermos subsídios para  
1695 responder às autoridades provocadas. Porque, afinal, não estávamos lá. Tem isso também. Essa  
1696 seria a proposta de encaminhamento do Felipe. Com o retorno, eu sugeriria, como a mesa  
1697 diretora é composta de cinquenta por cento, cinquenta por cento, é paritária, com o retorno da  
1698 resposta do mecanismo, enviaríamos para a mesa diretora fazer os encaminhamentos, mandar  
1699 para o Ministério Público, se for o caso, mandar diretamente para a secretaria, se for o caso.  
1700 Fazer os encaminhamentos, responder ao CRM diretamente, se for o caso, mas, na mesa  
1701 diretora, só para não trazermos novamente essa discussão para o plenário, porque é uma  
1702 discussão que vai se alongar na próxima reunião ainda. Podemos fazer a votação desses  
1703 encaminhamentos?

1704

1705 Interlocutor não se identificou – O do CRM não tenha que voltar para o Ministério?

1706

1707 Caio – Acredito que o do CRM, deveríamos responder ao CRM, com cópia ao Ministério, para  
1708 o Ministério ficar ciente do que está acontecendo.

1709

1710 Vitória – Ao Ministério, com cópia para o CRM.

1711

1712 Interlocutor não se identificou – Porque ele foi encaminhado para o Ministério.

1713

1714 Vitória – Fazendo a proposta desse encaminhamento, de que estamos mandando os três ofícios  
1715 ao mecanismo – proposta do primeiro encaminhamento – colher os subsídios para responder às  
1716 autoridades provocadas. Carol, se puder coloca ali que essa é a primeira proposta de  
1717 encaminhamento. (Intervenção simultânea). Com o retorno, mandaremos para a mesa diretora  
1718 fazer os encaminhamentos para os órgãos que requisitaram: se é o Ministério Público, se é o  
1719 CRM, se é a secretaria. É a mesa diretora que faz a redação desse parágrafo de encaminhamento,  
1720 diremos assim. Fundamentado, claro. Mas, fundamentamos isso na mesa diretora e, não aqui  
1721 na plenária de novo, senão vamos ter que redigir tudo em conjunto, vai ficar difícil. Colocando  
1722 essa primeira proposta de encaminhamento, posso colocar para votação? Se todo mundo puder  
1723 voltar para o lugar, para fazermos votação. A primeira proposta de encaminhamento, partindo  
1724 da proposta do Felipe: encaminhamento dos três ofícios ao mecanismo para recolher subsídios  
1725 para responder às autoridades provocadas. Com retorno da resposta do mecanismo, a mesa  
1726 diretora faz os encaminhamentos fundamentados para os órgãos que requisitaram. Podemos  
1727 colocar um prazo para o mecanismo responder. (Intervenção fora do microfone).

1728

1729 Caio – O MPF pediu um prazo (intervenção fora do microfone). Sim, já venceu porque  
1730 recebemos isso enquanto esse comitê estava fechado.

1731

1732 Vitória – Nós não estávamos funcionando, o comitê em primeiro lugar. Segundo lugar, pedimos  
1733 para a secretária executiva expressamente responder ao Ministério Público, alegando que não  
1734 estaríamos nos reunindo porque não fomos nomeados. É essa a questão, o prazo já passou, mas  
1735 fundamentamos (intervenção fora do microfone). Estamos fazendo a proposta desse  
1736 encaminhamento.

1737

1738 Marcos – Objetivamente, na manifestação do Ministério Público, ele pede informações e, nos  
1739 outros dois, há uma denúncia formal?

1740

1741 Vitória – Não.

1742

1743 Marcos – Eu não lembro o nome do documento. (Intervenção fora do microfone). Só  
1744 completando, se for nesse sentido, aquilo que deve prestar informações, eu acho que eles são  
1745 as pessoas competentes de prestar as informações e apenas encaminharmos ao Ministério

1746 Público, o mecanismo tece tais e tais esclarecimentos. Beleza. Com relação àquilo que há um  
1747 efetivo pedido de instauração de procedimento, eu acho que não devia deliberar para eles,  
1748 porque eles vão ter o momento próprio de fazer, caso entendamos que seja o caso de instauração  
1749 de procedimento disciplinar.

1750

1751 Vitória – Marcos, só para entender, você estaria discordando desse primeiro encaminhamento  
1752 que estamos votando.

1753

1754 Marcos – Não. Só para fazermos uma distinção, entre (intervenção fora do microfone), ao  
1755 microfone. Só para fazer uma distinção entre o teor dos três documentos. Só isso, estou  
1756 querendo fazer essa distinção. Quando o Ministério Público pede informações, acho que  
1757 ficaremos muito desguarnecidos se nós deliberarmos. Nós devemos responde-los, mas quem  
1758 pode prestar efetivamente informação, são os peritos que estão sendo acusados, implicados em  
1759 alguma situação ali. Que fique claro mais uma vez, onde há uma situação de um efetivo pedido  
1760 de esclarecimento ou averiguação, isso eles façam... só queria esclarecer isso.

1761

1762 Vitória – Pela ordem, por favor. Nós podemos votar o primeiro encaminhamento, nos termos  
1763 que a Carolina colocou, redigido na tela.

1764

1765 Carolina – O Felipe fez uma sugestão de correção: encaminhamento dos três ofícios, para o  
1766 MNPCT se manifestar, para responder as autoridades provocadas ou colher subsídios.

1767

1768 Vitória – Não entendo o preciosismo, não consigo entender.

1769

1770 Felipe – Ele vai formular uma manifestação para nos encaminhar. Nosso ofício de resposta vai  
1771 ser muito simples: sobre o assunto, encaminho o documento.

1772

1773 Vitória – Nosso ofício de resposta, como eu estava propondo, cabe à mesa diretora, e a mesa  
1774 diretora é paritária, e a mesa diretora delibera se o nosso ofício é encaminhando, se vamos  
1775 fundamentar em três laudas ou em três parágrafos.

1776

1777 Carolina – Vamos manter subsídios que, dentro do subsidio cabe manifestação também.

1778

1779 Interlocutor não se identificou – O Felipe está falando que o nosso ofício ao Ministério Público,  
1780 seja um mero encaminhamento, só repassar o conteúdo do mecanismo.

1781

1782 Felipe – Dada a incompetência de se manifestar sobre o mérito, o que todo mundo já concordou.

1783

1784 Vitória – É unanime esse encaminhamento? Vou colocar para votação, o primeiro  
1785 encaminhamento no prazo de quinze dias, Carol, desculpa, não tem prazo ali, mas põe quinze  
1786 dias para o mecanismo se manifestar. Podemos colocar para votação esse primeiro  
1787 encaminhamento? (Intervenção fora do microfone). Obrigada, Ribamar. Colocando esse  
1788 primeiro encaminhamento para votação, todos aqueles favoráveis, por favor, se manifestem no  
1789 microfone, para ficar registrado, e a Carol vai fazendo os registros de voto. Eu começo por aqui.  
1790 Conselho Federal da OAB. Eu acho que não é unanime, por isso que eu estou pedindo. Eu  
1791 perguntei, vamos de novo, se esse encaminhamento for unanime – temos que fazer o registro  
1792 de voto no microfone -, mesmo que seja unanime, por favor, registro de voto no microfone.  
1793 Conselho federal da OAB.

1794

1795 Interlocutor não se identificou - UFRN

1796

1797 Interlocutor não se identificou – Favorável à adoção?

1798

1799 Vitória – Favorável à adoção do primeiro encaminhamento. Carol, acho que tem que deixar na  
1800 tela o primeiro encaminhamento, para as pessoas ficarem atentas, e vai registrando o voto.

1801

1802 Interlocutor não se identificou – Eu só queria fazer uma colocação... (intervenção simultânea).  
1803 Estou indeferindo a colocação, estamos no meio da votação. Por favor, todos aqueles favoráveis  
1804 ao primeiro encaminhamento, registrem no microfone. Começando novamente, conselho  
1805 federal da OAB.

1806

1807 Interlocutor não se identificou – Justiça Global.

1808

1809 Interlocutor não se identificou – UFRN

1810

1811 Interlocutor não se identificou – CUT

1812

1813 Interlocutor não se identificou – RENILA

1814

1815 Interlocutor não se identificou – SOMOS

1816

1817 Sávio – É porque não foi diferenciado. Tem duas coisas ali, foi colocado um, o outro não está

1818 embaixo, não tem o outro embaixo. É por isso que a colega colocou.

1819

1820 Vitória – A diferença? Qual seria o segundo encaminhamento?

1821

1822 Sávio – Apenas o encaminhamento que o mecanismo colocou, o comitê vai falar: são essas as

1823 ponderações apresentadas.

1824

1825 Vitória – Eu entendi, mas a nossa proposta de encaminhamento com o retorno do mecanismo,

1826 eu acho que fui clara explicando isso, é que a mesa diretora debateria o encaminhamento. A

1827 nossa proposta de encaminhamento para o Ministério Público, para o CRM. E, como a mesa

1828 diretora é paritária, eu estaria tirando esse debate para a plenária e levando para a mesa diretora,

1829 que tem dois.

1830

1831 Sávio – Essa é a proposta. A segunda proposta do Felipe não está embaixo. É por isso, porque

1832 não temos a outra. (Intervenção simultânea). A segunda proposta do Felipe é coletar os

1833 subsídios e o comitê encaminha a manifestação, as considerações do mecanismo.

1834

1835 Vitória – Sávio, acho que não estou sendo clara novamente. A segunda proposta do Felipe

1836 haveria um debate novamente na plenária, sobre o teor da manifestação, de encaminhamento.

1837 (Intervenção simultânea).

1838

1839 Caio – O Felipe quer que só pegue e mande. (Intervenção simultânea). Mas, se fosse assim, eles

1840 teriam mandado ofício para o mecanismo e, não para nós. Temos que receber e, a mesa diretora

1841 diz o que acha sobre aquilo.

1842

1843 Ezequiel Roque - A pauta aprovada, o horário é para terminar meio dia e trinta. Já são meio  
1844 dia e trinta, tenho que me retirar porque tenho outro compromisso. Peço que seja encerrada a  
1845 votação até outra oportunidade. Muito obrigado.

1846

1847 Vitória – Estamos no meio da votação. (Intervenção simultânea). Pela ordem, por favor,  
1848 estamos no meio da votação. Eu entendi a questão que a Cinthia quis colocar, entendo. Felipe,  
1849 a minha questão é justamente que estaríamos retirando o debate do meio do plenário e levando  
1850 para a mesa diretora, só porque é um grupo menor.

1851

1852 Felipe – Não foi a minha sugestão, eu entendo que foi a de vocês. Questão de ordem. Meu  
1853 encaminhamento foi sugerido partindo do pressuposto de que os três ofícios teriam sido  
1854 solicitando informações. Caso não sejam, eu restrinjo esse encaminhamento àqueles que  
1855 solicitaram informação.

1856

1857 Caio – Isso já não é mais o encaminhamento do Felipe, é um encaminhamento da mesa.  
1858 (Intervenção simultânea).

1859

1860 Felipe – Se for pedido de informação, encaminhamos informação com o subsidio do  
1861 mecanismo.

1862

1863 Vitória – O primeiro encaminhamento passa a ser o meu encaminhamento, já que o Felipe não  
1864 concorda com ele, estou sugerindo o encaminhamento número um, justamente nos termos que  
1865 a Carolina colocou na tela. (Intervenção fora do microfone). Está registrado.

1866

1867 Ezequiel Roque – Criança é prioridade absoluta, meus filhos têm que sair da escola. Faço voto  
1868 em cima da minha proposta e rejeito todas as outras.

1869

1870 Vitória – Aqueles favoráveis ao primeiro encaminhamento, por favor, registrem no microfone.  
1871 Conselho federal da OAB.

1872

1873 Guilherme – Justiça Global

1874

1875 Interlocutor não se identificou – UFRN

1876  
1877 Interlocutor não se identificou – CUT  
1878  
1879 Interlocutor não se identificou – Ela tem que falar. Eu não entendi porque as pessoas estão  
1880 falando o nome do órgão, e não estou entendendo se é sim ou não. (Intervenção fora do  
1881 microfone).  
1882  
1883 Interlocutor não se identificou – EDUCAFRO. Sim.  
1884  
1885 Interlocutor não se identificou – MNU. Sim.  
1886  
1887 Interlocutor não se identificou – CONECTAS. Sim.  
1888  
1889 Interlocutor não se identificou – RENILA. Sim.  
1890  
1891 Interlocutor não se identificou – SOMOS. Sim.  
1892  
1893 Vitória – Ótimo. Todos aqueles contrários ao primeiro encaminhamento, se manifestem no  
1894 microfone. Começando por aqui.  
1895  
1896 Interlocutor não se identificou – Ministério da Saúde  
1897  
1898 Interlocutor não se identificou – Ministério da Cidadania  
1899  
1900 Interlocutor não se identificou – Ministério da Educação  
1901  
1902 Cinthia – Posso me manifestar? Eu só quero esclarecer uma situação. Estamos dando um  
1903 tratamento a três coisas distintas. Primeiro, (intervenção simultânea).  
1904  
1905 Vitória – Acho que isso ficou claro, e estamos no meio da votação.  
1906  
1907 Interlocutor não se identificou – Secretaria Geral. Contra  
1908

1909 Interlocutor não se identificou – Secretaria de governo. Com ressalva já feita de que, para quem  
1910 pediu informação, prestamos informação. Outros conteúdos não podem ser resolvidos dessa  
1911 forma.  
1912  
1913 Interlocutor não se identificou – MRE. Contra.  
1914  
1915 Lucas – Secretaria Nacional de Proteção Global, contra.  
1916  
1917 Interlocutor não se identificou – Ministério de Direitos Humanos. Contra.  
1918  
1919 Sávio – Defesa não, também.  
1920  
1921 Vitória – Finalizamos essas. Carol, se fizer a soma aí, por favor. O primeiro encaminhamento  
1922 não foi aprovado. Desculpa, alguém se abstém? Não fiz essa pergunta. Nenhuma abstenção.  
1923 Continuamos a votação no segundo encaminhamento, depois da audiência pública, no período  
1924 da tarde. Vou fazer essa inversão de pauta, porque não temos mais tempo e, depois, no horário  
1925 de almoço voltamos aqui, com a audiência pública.  
1926  
1927 Lucas – Vitória, vamos finalizar. Já estamos no meio da votação, vamos finalizar. Minha  
1928 sugestão é a seguinte, Vitória.  
1929  
1930 Vitória – Quem pede o respeito ao horário, são sempre vocês.  
1931  
1932 Lucas – Quem mais precisava já se retirou, que foi o Ezequiel, e até agradeço sua gentileza em  
1933 ter registrado o voto dele. (Intervenção simultânea). Vamos fazer o seguinte, doutor Marco:  
1934 votamos em bloco. O senhor registra o voto e serve como de todos do governo. (Intervenção  
1935 fora do microfone). Desconsiderem. Tudo bem. Vitória, esclarecendo, ficaria para depois da  
1936 agenda da tarde.  
1937  
1938 Vitória – Estamos suspendendo a votação dos encaminhamentos.  
1939  
1940 Carolina – Só reforçando que, no período da tarde, (intervenção fora do microfone). Por favor,  
1941 só um minutinho, só para organizarmos. Nós conseguimos a outra sala. Gostaríamos de pedir,

1942 sabemos que algumas pessoas deixam o material na sala, que possam levar para a plenária. A  
1943 Jusley pode acompanhar vocês.

1944

1945 (Fim da manhã do dia 21/11/2019)

1946

1947 Marcelo – (...) a ausência da presença do estado. O que a força tarefa, força de cooperação fez  
1948 nesses ambientes, foi a libertação daqueles internos. Nós tínhamos presos, por exemplo, no  
1949 Pará, que estavam há semanas sem comer. Havia um preso, que era de uma facção determinada  
1950 rival, que ele estava escondido embaixo da cama, há semanas, esperando que a força tarefa,  
1951 força de cooperação, conseguisse chegar até aquela unidade, para ele conseguir falar baixinho  
1952 com o agente da força para, pelo amor de Deus, tirar ele de lá, porque ele estava sob risco de  
1953 morte. O que eu quero dizer com isso? Que a força de cooperação atua nesses três eixos, ela  
1954 não substitui o poder do estado, não substitui a gestão administrativa do estado. Nós só atuamos  
1955 porque o estado solicitou apoio e, porque estava sob severas dificuldades. Não estamos lá para  
1956 substituir, estamos lá para auxiliar. Essa diferenciação é importante para que, durante alegações,  
1957 denúncias, nós não confundamos, não tenhamos uma certa confusão sobre qual é a participação  
1958 da força tarefa, qual é a participação do estado da federação, que continua na gestão  
1959 administrativa do estado, na gestão prisional. É esse o cenário, a apresentação é um pouco mais  
1960 longa, talvez o tempo já não... vou começar a passar a apresentação rapidamente, para termos  
1961 um panorama geral. Aqui, fazemos essa conceituação da composição de agente federais de  
1962 execução penal, agentes penitenciários federais, com agentes penitenciários dos estados, que  
1963 vão atuar no estado solicitante. A FTIP foi criada em janeiro de dois mil e sete, quando da  
1964 atuação em Alcaçuz e, na atual gestão o DPEM passou a coordenar porque, em Alcaçuz ela foi  
1965 híbrida, não foi uma atuação basicamente do DPEM. O DPEM, agora nessa gestão, passou a  
1966 coordenar exclusivamente a força tarefa. Nós tivemos essa atuação em Roraima, que foi a  
1967 primeira e, agora, no início de dois mil e dezenove, no Ceará que, basicamente, foi em razão  
1968 dos ataques. Atuamos no Amazonas e, estamos atuando atualmente no Pará. Esses são os  
1969 operadores iniciais da força tarefa. São agentes penitenciários dos estados da federação, e os  
1970 períodos de atuação são previstos em portaria. Até para já contextualizar a fala do senhor sobre  
1971 qual o período, quanto tempo vai, não vai, fica ou não fica, vamos conseguir ter um panorama  
1972 mais delineado aqui. Esse primeiro gráfico é da força tarefa de Roraima. Teve uma atuação  
1973 inicial de noventa dias, uma prorrogação de quarenta e cinco – que está em vermelho -, em  
1974 verde, a prorrogação de cento e oitenta, em amarelo, a última prorrogação de sessenta dias. Ao

1975 lado, a segunda, trata-se da força de cooperação no Ceará. Foi uma inicial de quarenta e cinco  
1976 dias, mais uma prorrogação de quarenta e cinco, e uma de trinta. No Amazonas, foram  
1977 necessários noventa dias. E, no Pará, onde estamos atuando atualmente. Qual é o tempo  
1978 necessário para resolução dessa crise? É variável, até em razão das estruturas do próprio estado.  
1979 Roraima teve mais dificuldades para contratar agentes prisionais, porque não havia. O estado  
1980 tem setenta e dois agentes penitenciários, dos quais só quarenta tem condições de trabalho,  
1981 então, ele não tem condições de fazer. O Ceará, já havia um concurso em andamento, conseguiu  
1982 fazer a nomeação dos servidores que foram treinados – lembrem-se, naquele terceiro eixo, que  
1983 é a capacitação -, capacitados, e conseguiram dar os encaminhamentos necessários,  
1984 posteriormente. Por isso que foi uma atuação mais rápida, de cento e vinte dias. O Amazonas é  
1985 um caso específico, onde há cogestão, o que consideramos totalmente descabido para o sistema  
1986 prisional, então não havia a quem treinar. Saímos rapidamente, porque não havia condições de  
1987 continuidade. No Pará, houve a primeira fase, que é a fase de entrada e retomada do controle,  
1988 estabilização de segurança. Houve a segunda fase – está havendo, porque não são momentos,  
1989 um posterior ao outro, mas vão sendo deflagrados concomitantemente, algumas vezes -, houve  
1990 a entrada das assistências e, necessariamente, a capacitação dos servidores, que já havia um  
1991 concurso realizado, entraram quatrocentos e cinquenta servidores, depois chamaram mais  
1992 seiscentos. Temos a convicção de que, na saída do estado do Pará, sairemos com o estado  
1993 conseguindo manter as suas unidades prisionais adequadamente. Lembrem-se, não estamos  
1994 aqui falando que substituímos o poder do estado, da federação, na gestão. Não é isso. Estamos  
1995 auxiliando para que eles consigam de ar continuidade. Os servidores que vão para a força tarefa,  
1996 são servidores que deixam suas famílias, porque estão atuando longe de casa, são servidores de  
1997 todo estado da federação, passam noventa, cem dias atuando. Não são servidores que estão indo  
1998 com ímpeto de abuso, tortura, não são servidores que estão indo com esse ímpeto. São  
1999 servidores que, naquele primeiro momento, eventualmente, possam fazer uso da  
2000 progressividade da força, legalmente estabelecida, mas que entram nesse segundo momento,  
2001 esses mesmos servidores, cientes do seu trabalho, realizando, implementando as assistências de  
2002 polícia em (inaudível), capacitando os demais servidores para essa atuação. Temos um  
2003 planejamento de cada ação e, se houver oportunidade adiante, podemos até continuar a  
2004 apresentação até para respeitar o prazo estipulado. Mas, nós continuamos e estamos à  
2005 disposição de todos os senhores, para trabalharem em conjunto, para auxiliarem os estados da  
2006 federação. O que o DPEM busca aqui é auxiliar, ajudar. Porque, quando vemos a situação  
2007 prisional em que se encontram os estados, a nossa responsabilidade, até moral, não só

2008 institucional, é de fomentar, ajudar o estado a sair dessa situação. Eu tenho convicção de que a  
2009 força tarefa, que não é uma ferramenta acabada. Por ser recente, ela está em construção, ela está  
2010 se adaptando, está evoluindo. Eu tenho certeza que seja uma metodologia, uma política que  
2011 pode auxiliar grandemente nos sistemas penitenciários dos estados. Contamos com a ajuda das  
2012 várias instituições, dos sistemas de justiça, do mecanismo, para que consigamos evoluir em  
2013 algumas questões. Mas, friso, novamente, não há agentes que vão lá com ímpeto que vão lá  
2014 abusar de direitos. Quando ocorrem, entramos na manifestação do corregedor geral, que deve  
2015 falar na sequência. Obrigado.

2016

2017 Vitória – Doutor Marcelo, agradeço muito a exposição. Vou abrir para debate somente no final.  
2018 Vou deixar todo mundo fazer primeiro as exposições, depois fazemos um apanhado. Agradeço  
2019 novamente. Vou chamar aqui para frente, o doutor José Pena Forte, que é da comissão de  
2020 direitos humanos e minorias da câmara dos deputados. Doutor José, seja muito bem-vindo.  
2021 Fique à vontade.

2022

2023 José Pena Forte – Vai ser uma fala bem breve, porque ela, da comissão de direitos humanos, do  
2024 deputado André Salomon, pediu que eu viesse aqui mais para ouvir, porque a questão  
2025 penitenciária tem sido uma constante na comissão, desde que ele assumiu a presidência. Em  
2026 análise retrospectiva da própria atuação da comissão de direitos humanos, as diligências em  
2027 instituições penais, presídios e cadeias, é uma constante, visto que tem, pelo menos nos últimos  
2028 cinco anos, sempre tem de quatro a cinco diligências dessa natureza, para verificar algum tipo  
2029 de violação de direitos humanos. Esse ano já foram realizadas diligências no estado do  
2030 Amazonas, Manaus, para verificar a situação do complexo, baseado já no relatório do  
2031 mecanismo. O relatório produzido pela comissão já foi bastante crítico e já tiveram alguns  
2032 resultados positivos, após a presença da comissão lá, principalmente com a resolução do  
2033 problema da empresa que controlava o presídio de Manaus. A comissão aprovou, em junho,  
2034 uma diligência ao estado do Ceará, com base também no primeiro relatório do mecanismo, para  
2035 verificar a situação dos presídios dos estados. Nós estamos construindo essa diligência já há  
2036 alguns meses, sempre com os problemas apresentados em relação à segurança dos próprios  
2037 presos e, também, para os parlamentares visitarem, ainda mais que é diligência da comissão de  
2038 direitos humanos, tem um caráter muito mais de visita do que de investigação propriamente  
2039 dita. Às vezes, a segurança dos parlamentares fica um pouco comprometida. Tem que ter toda  
2040 uma organização, uma conversa, estruturação junto com o poder público local. Tivemos que

2041 suspender a realização da diligencia por alguns momentos. Mas, decidimos retomar, porque  
2042 fomos novamente procurados pelo conselho de direitos humanos da OAB do estado, que nos  
2043 denunciou problemas não só no presídio masculino e em outros complexos, como também  
2044 agora no feminino, com elevado grau de violência perpetrado contra as mulheres, no estado do  
2045 Ceará. Foi concomitante com o que aconteceu no estado do Pará. Nós temos a solicitação para  
2046 visitar o presídio do Pará, mas, pelo final do ano e, por ser um problema que estamos, o não  
2047 inteiro, sendo sempre aventada a necessidade de uma visita e de uma avaliação do que está  
2048 ocorrendo no Ceará, nós decidimos focar no Ceará, e vamos realizar essa diligencia nos  
2049 próximos dias cinco e seis de dezembro. Vamos visitar o presídio feminismo, que entendemos  
2050 que, diferentemente de outros estados, onde os presídios masculinos são o principal objetivo  
2051 das diligencias, vamos fazer no feminino, justamente pelo aumento da violência que foi relatado  
2052 na comissão de direitos humanos. Nós vamos utilizar as recomendações do mecanismo para  
2053 fazer essa avaliação e, vamos precisar muito do apoio de vocês para que consigamos avaliar o  
2054 que vai ser visto lá, com o que foi visto, para ver se está havendo realmente mudanças, se a  
2055 presença da força tarefa está impactando, de forma positiva ou negativa, a vida dos apenados,  
2056 encarcerados. Porque, temos tido relatos de outros estados, com modus operandi semelhante,  
2057 como está acontecendo agora, fazem três semanas, tivemos uma denúncia muito grave do que  
2058 está ocorrendo no estado de Goiás, que é extremamente semelhante ao que aconteceu em  
2059 Manaus, que está acontecendo no Ceará, que aconteceu em Roraima, que está acontecendo no  
2060 Rio Grande do Norte. Estamos tendo relatos, uma profusão muito grande de relatos  
2061 semelhantes, em entidades diferentes, sempre com a mesma estrutura de violações que as  
2062 pessoas encarceradas estão sofrendo. Vamos precisar, depois, sentar com o mecanismo, para  
2063 podermos discutir um pouco quais ações a comissão poderá tomar para auxiliar na mitigação  
2064 desses problemas e ver o que está acontecendo. Inclusive, temos alguns requerimentos de  
2065 informações já aprovados na câmara, para o Ministério da Cidadania, através do DPEM,  
2066 informar como é a estrutura dessa força tarefa porque, em alguns lugares, realmente, a violência  
2067 estava exacerbada e não teve uma redução, como foi em Manaus, que a comissão observou, que  
2068 continuou com vários relatos de violações de direitos dos apenados. Só isso. Só para não tirar  
2069 o tempo de vocês.

2070

2071 Vitória – Doutor José, agradeço a exposição. Peço que o senhor fique aqui para que receba, no  
2072 final, os comentários, as considerações. Eu acho aqui à frente, a doutora Lucia Bertini, por

2073 favor. A doutora Lucia está aqui pelo conselho estadual de defesa dos direitos humanos, do  
2074 Ceará, e também, pelo comitê estadual de prevenção e combate à tortura, do estado do Ceará.

2075  
2076 Interlocutor não se identificou – Presidente, poderia fazer um pedido de esclarecimento? A  
2077 força tarefa de intervenção atuou cento e vinte dias no Ceará, ela não está mais lá. Talvez, possa  
2078 estar havendo algum tipo de confusão. Também não atuou em Goiás. Em Manaus, atuou apenas  
2079 no COMPAJ, por noventa dias, também não estamos mais. Acho que prescinde talvez de uma  
2080 conversa mais aproximada, para que nós compreendamos, por exemplo, que não há atuação no  
2081 Ceará mais, atuou cento e vinte dias, a partir do dia quatorze de janeiro, foi até meados de julho.  
2082 Talvez precisemos aprofundar um pouco mais essas questões. Seria interessante ter uma  
2083 conversa posterior, ou abrir um momento depois, para aprofundar esse fato.

2084  
2085 Vitória – Está ótimo, agradeço os esclarecimentos e acho que, durante o debate, vamos  
2086 conseguir fazer o aprofundamento dessas questões colocadas. Doutora Lucia, por favor.

2087  
2088 Lucia Bertini – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o convite para essa audiência. Confesso  
2089 que vinha fazendo uma programação para participar de uma reunião, era uma modalidade um  
2090 pouquinho diferente. De qualquer forma, já peço desculpas antecipadamente pela redução do  
2091 tempo, pela síntese e, por se tratar de uma audiência, acho que tem uma outra condição. De  
2092 qualquer forma, estamos aqui para colaborar. Queria situar um pouco, rapidamente, acho que  
2093 vai tomar um tempo importante, mas eu queria que esse contexto que eu trago possa colocar  
2094 um pouco... para que ele possa nos possibilitar, pelo menos no âmbito do Ceará, compreender  
2095 o que já vem acontecendo há bastante tempo. Não tenho dúvida que este é um processo crônico,  
2096 nacional, que tem facetas complexas o suficiente para não termos a facilidade de, pontualmente,  
2097 abordar e explicar acontecimentos. Eu, como colaboradora do sistema e, particularmente, do  
2098 governo do estado, desde dois mil e quinze, secretaria de justiça – como ela se chamava, até  
2099 dezembro de dois mil e dezoito -, eu vinha trabalhando a perspectiva de direitos humanos e  
2100 cidadania, como assessora direta da secretaria, da secretária, no caso, da secretária, depois. Eu  
2101 não consigo fazer a conversa que não seja passando um pouco por esse período. E vamos  
2102 começar, pelo menos, em dois mil e dezesseis, quando temos uma grande crise no Ceará,  
2103 interna, envolvendo todas as unidades praticamente, em que já temos um agravamento das  
2104 situações que já eram conhecidas, de hiperencarceramento, de situações de tortura em condições  
2105 simplesmente por existir. Não podemos perder essa perspectiva, porque não estamos falando

2106 de um lugar bacana que ficou ruim, não podemos ter essa compreensão. A outra coisa que  
2107 (inaudível) de provisoriedade e, no Ceará, vem há bastante tempo. Aqui, me refiro a um trabalho  
2108 de dois mil e dezesseis, dois mil e dezesseis particularmente, até dois mil e dezoito, do comitê  
2109 de monitoramento da política nacional para mulheres privadas de liberdade, que eu coordenei  
2110 nesse período, como ponto focal para o DPEM, inclusive, por dois anos, para a questão da  
2111 diversidade e das mulheres. Era um departamento, mas, depois, mudou um pouco, mas fizemos  
2112 um trabalho lá particularmente com o IPF, que hoje está em questão, que já vem numa discussão  
2113 e numa complexidade bastante ampla, que precisamos também compreender. Depois, temos  
2114 todo o contexto da violência policial, uma discussão muito grande no Ceará, muito crítica, e em  
2115 aumento, que está conectada nesse processo com as chacinas de jovens e homicídios de  
2116 adolescentes que, também, é um processo em crescentes. Hoje, Ceará, Fortaleza, com índices  
2117 no top, são índices muito importantes que precisamos compreender nesse contexto como um  
2118 todo. Nesse processo, temos a mudança de governo, que fez uma mudança de estrutura, que  
2119 separou a secretaria de administração prisional – SAP, como tal. De lá, de janeiro para cá, com  
2120 a intervenção e tal, não acredito que seja simplesmente a ida da força por uma crise específica,  
2121 foi uma modalidade de gestão proposta pelo atual secretário, que traz a força para a sua  
2122 colaboração, e tem implantado uma modalidade diferencia, que redundou nessa crise de violação  
2123 e de tortura que estamos conversando já desde o começo do ano. A ida do mecanismo, inclusive  
2124 uma sessão do conselho nacional de direitos humanos, que aconteceu lá, já decorre de um  
2125 pedido, uma mobilização da sociedade civil, em conjunto com o comitê de prevenção e combate  
2126 à tortura, e do conselho estadual de defesa dos direitos humanos, em que nos juntamos com o  
2127 conselho penitenciário. Essas três instancias passaram a discutir a situação de crise e de muitas  
2128 denúncias de violação, de tortura, dentro de diversas unidades, talvez com a culminância dessa  
2129 grande transferência, uma transferência não planejada, absolutamente não planejadas. As  
2130 famílias sistematicamente relatam essas saídas, de uma forma absolutamente não esperada, não  
2131 planejada, as pessoas não puderam saber onde estavam seus familiares. Por um grande período  
2132 de tempo, em que estivemos acompanhando a Pastoral Carcerária, OAB e todas as suas  
2133 instancias e participações, com muita tensão, porque não conseguíamos saber absolutamente  
2134 nada. Esse contexto é mais além da força em si, é claro que a força entra com a sua metodologia,  
2135 cujo secretário fez parte integrante dessa organização e dessa gestão, já desde dois mil e  
2136 dezesseis, nessa crise anterior que nós estivemos acompanhando e que, ali também já estava a  
2137 força, vindo, fazendo, na verdade, a formulação de um modelo de gestão que se implanta agora  
2138 mais definitivamente, porque já é trazida pelo próprio secretário. Muda a forma de gestão.

2139 Temos um processo, de dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete, até dois mil e dezoito, com  
2140 o acompanhamento do DPEM, com a participação do DPEM, na construção de etapas, inclusive  
2141 das assistências com reuniões muito importantes, envolvendo a secretaria estadual de Saúde,  
2142 secretaria de cultura, com formulação de políticas de acompanhamento e, vamos chamar que,  
2143 de forma geral, foram suspensas no final do ano e, não retomadas. Foi dado início a um outro  
2144 processo. Acho que isso é importante colocarmos nesse contexto, que eu possa agregar. Porque,  
2145 aquilo que todas as denúncias que estão no relatório são pertinentes, porque estávamos vendo,  
2146 acompanhando. Nas vezes que conseguimos entrar, o próprio conselho penitenciário que, mais  
2147 recentemente, foi desmontado, não sei se foi uma informação que chegou até aqui. Ele passou  
2148 a ser impedido até mesmo de fazer suas vistorias dentro das unidades, ou não podia entrar mais  
2149 de uma pessoa. Um processo dificultado, como característica para todas as instâncias, de  
2150 entrada. Ao mesmo tempo, baseado numa proposta de mudança de modelo de gestão, o novo  
2151 modelo de gestão que está proposto. Eu sou uma pessoa que sou assessora do governo, estou  
2152 acompanhando, lendo os materiais, lendo as produções, e é parte de um modelo local  
2153 diferenciado de gestão, com qualidade, com aquisição de armas e de coletas, de um conjunto, e  
2154 de um grande uso, dentro das unidades especificamente, é um capítulo à parte dentro do novo  
2155 plano, de uso de spray de pimenta em grande quantidade. Inclusive fizemos pedidos inúmeros  
2156 de: o que é isso que está sendo comprado pelo governo do estado, que tem sido alcançado para  
2157 dentro das unidades? Eu fiz parte da seleção dos novos agentes penitenciários, a formação  
2158 rapidíssima desses novos agentes. Novos agentes chegando e sendo substituídos em larga escala  
2159 para praticar o novo método. Foi alguma coisa que, realmente, foi uma lavada, foi um processo  
2160 importante de transformação de gestão, que significaram algumas ações que impactaram, para  
2161 a população carcerária, numa mudança e numa confusão. Porque, sabemos, os próprios  
2162 profissionais envolvidos que temos contato, profissionais da Saúde, assistência, psicólogos que,  
2163 por um longo período, foram impedidos de estarem fazendo os atendimentos, porque não dava  
2164 para poder trazer as pessoas para serem atendidas. Eles foram chamados, em grande escala,  
2165 para fazer a reclassificação e poder saber quem mesmo estava em que lugar. Esse processo foi  
2166 feito na hora, foi uma coisa grave, nós consideramos importante. Foi um transporte em grande  
2167 escala, com impactos que ainda hoje repercutem em todos os sentidos, inclusive das equipes  
2168 que, praticamente, se dissiparam. Tivemos muitas saídas de profissionais, outros que entraram  
2169 e outros que, se já era muito pequena essa assistência, ela ainda ficou diferenciada para menor.  
2170 Ficou muito complicada, complexa e com dificuldade de fazer algumas atividades. Você vai  
2171 entrar agora, vai fazer a revisão, a ficha de verificação de quem é esse sujeito. É isso, um

2172 psicólogo, um assistente social, e isso com muita dificuldade, porque sabemos que a denúncia  
2173 é muito difícil, os profissionais estão ameaçados de saírem, caso se coloquem numa outra  
2174 posição. Eu queria trazer esse contexto, porque acho que não é possível que façamos as  
2175 tratativas pontualmente, é um contexto complexo e precisa ser pensado tudo isso. Fora isso, nós  
2176 estivemos, num processo de julho para cá e, talvez, coincida com a interrupção da força como  
2177 gestão. Porque sabíamos de uma crise bem importante, quanto aos agentes locais e a força. Em  
2178 alguns locais, muito próximo, alguns lugares discordando, isso também traz repercussões  
2179 diferenciadas. Mas, a partir de julho, chegamos a tentar ver com o Ministério Público, com o  
2180 próprio tribunal de justiça, que estavam de acordo, acompanhando e entendendo que esse  
2181 processo tinha que acontecer. Tínhamos muita dificuldade para alcançarmos essa denúncia, e a  
2182 defensoria deixou que seus defensores pudessem fazer, cada um, seu encaminhamento. Mais  
2183 recentemente, a partir de julho, conseguimos fazer uma retomada com a defensoria. Ela tem  
2184 hoje se encarregado de protagonizar o monitoramento desse relatório. Ela confirma as questões  
2185 que aparecem dentro do relatório, tem seguido com todos esses atores sociais: o comitê de  
2186 prevenção estadual, do conselho, do conselho penitenciário, mais OAB, conselho carcerário e  
2187 suas representações, todos que fazem parte dessas instâncias, para poder retomar. E analisar,  
2188 por exemplo, a pertinência jurídica das portarias, várias e várias portarias que regularam a ação  
2189 até então, dentro do sistema prisional. Muitas portarias definindo regimes disciplinares e  
2190 diferenciados, e necessidades de segurança aparecem também no relatório, todos questionados.  
2191 Tem um habeas corpus já colocado, questionando a portaria. E, também, tem a DPU envolvida  
2192 hoje, entendendo que ela é a responsável por esse encaminhamento. Também com todas essas  
2193 representações, tem feito a gestão desse monitoramento, que acusa a manutenção da tortura e  
2194 desse tipo de tratamento dentro das unidades. Temos, por exemplo, altos índices de educação  
2195 podendo ser fornecida, porque agora há uma estabilizada, tem uma medição de mais pessoas  
2196 em atendimento à educação. Mas, ao mesmo tempo, muitas pessoas falando daquilo que é  
2197 contato zero, que faz parte do método, que é através da grade. Não temos salas como tínhamos  
2198 antes, isso mudou de forma muito importante. É um exemplo de várias outras assim. As  
2199 legislações que vinham sendo construídas, inclusive com o apoio do DPI, nesses três anos  
2200 anteriores, dentro da mesma gestão de governo de estado, já com o terceiro secretário, nessa  
2201 instância, foram todas suspensas. É importante podermos refletir. Nós vínhamos fazendo, no  
2202 mínimo, pelo menos... fizemos um grupo de trabalho que durou praticamente um ano, para fazer  
2203 uma proposta dentro do programa de governo do estado, que tem um plano de cultura muito  
2204 importante. Nós fizemos um plano de cultura para o sistema prisional, com a colaboração da

2205 sociedade civil, com a secretaria de cultura, conselho de cultura, e os três conselhos que tenho  
2206 citado até agora. E este plano, por orientação inclusive do DPEM, das assistências, esse plano  
2207 nós tínhamos já um recurso aprovado para fazer alguns editais relacionados à cultura nas  
2208 unidades, isso virou tudo curso de SENAC. Não que não seja importante, mas tínhamos um  
2209 curso nessa história, que vinha construindo uma humanidade para o processo, acompanhado  
2210 pelo DPEM, porque acho que esse é o seu papel: colaborar nisso. Muitos profissionais estiveram  
2211 por lá, ao longo dos três últimos anos. Não é retomada de controle, me parece, é a retomada de  
2212 uma normalidade, de poder ter um número de pessoas lá dentro que seja viagem. Um processo  
2213 que vinha, com muitos recursos disponibilizados, para que fossem construídas quatorze  
2214 unidades regionais, para que as cadeias públicas fossem resolvidas e, não, fechadas e trazidas  
2215 todas as pessoas para um mesmo lugar. A conta não fecha, não é possível, onde já tinha  
2216 superlotação, colocar mais pessoas. Por isso, hoje, o pedido de intervenção e fechamento do  
2217 IPF, que é a unidade feminina que, de trezentas vagas, hoje tem mil pessoas, como já tinha lá,  
2218 antes de todo processo começar, a própria intervenção de dois mil e dezesseis, do DPEM.  
2219 Pontualmente, passei por aqueles itens que gostaria de compartilhar aqui. Temos o  
2220 acompanhamento conjunto continuado com muitos processos ainda a acontecer. Essas medidas  
2221 que estão sendo propostas agora, pelo DPU e defensoria do estado, acho que dão um novo  
2222 folego para que possamos ter um pouco mais de credibilidade a isso. Houve um processo  
2223 importante de descredibilização dessas três instancias. A própria questão de fechar o conselho  
2224 penitenciário, depois, só foi reaberta com audiência com o juiz corregedor, combinando que  
2225 poderia se entrar na unidade, que poderia ter um lugar para o conselho penitenciário tratar suas  
2226 questões, que ele teria que funcionar para além de um dia de reunião, tem processos que tem  
2227 que ser acompanhados, monitorados, então tem que ter uma secretária. Coisas bem pontuais  
2228 que o juiz corregedor precisou combinar para que pudessem acontecer. Nesse momento também  
2229 estavam DPU e todas as instancias. Acho que é um processo que é preciso parar um pouquinho  
2230 e ouvir todas as instancias. Não acredito que o mecanismo faça um relatório diferente do que  
2231 temos falado desde então. Desde antes de dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete e dois mil  
2232 e dezoito, já tínhamos uma série de processos a serem revistos, não tenho nenhuma dúvida.  
2233 Dois mil e dezenove, passamos a ter outro capítulo, por conta desse agravamento, e uma crise  
2234 causada por trazer mais de noventa cadeiras que foram fechadas, todas essas pessoas, mulheres  
2235 e homens, para a região metropolitana, onde já tínhamos uma situação muito crítica. É claro  
2236 que nós não podemos só olhar para o relatório como alguma coisa à parte do mecanismo. O  
2237 mecanismo foi lá e finalizou um processo de pontuar aquilo que nós vínhamos fazendo,

2238 discutindo, compreendendo que era preciso tomar providencias e encaminhar. Quero reafirmar  
2239 a necessidade de darmos monitoramento oficial, formalmente, ao relatório, verificando todos  
2240 os itens, contando com a integração dessas três instancias que tem se reunido, que vão fazer,  
2241 tenho certeza, uma representação de toda a sociedade civil, e instancias, como o conselho de  
2242 psicologia, conselho de serviço social e OAB. Não é pouca coisa, acho que isso é um processo  
2243 grave que demanda, de fato, atenção dos senhores, inclusive do DPEM, para que possamos  
2244 tentar recuperar aquele processo que me parece muito mais amplo e articulado, que vinha sendo  
2245 produzido nos anos anteriores, com destinação de recursos, é claro. Obrigada. Fico à disposição.

2246

2247 Vitória – Lúcia, agradeço novamente a sua fala. Chamo aqui para a frente o doutor Marcos, que  
2248 é corregedor geral do DPEM.

2249

2250 Marcos Araguari – Primeiramente, boa tarde, senhoras e senhores. Eu quero fazer uma  
2251 apresentação preliminar, sem antes, claro, cumprimentar a presidente da mesa, senhora Vitoria.  
2252 Quero cumprimentar também o senhor José de Ribamar Araújo e Silva, que é perito do  
2253 mecanismo. Aproveitar, senhor Ribamar, senhora Vitoria, para deixar – eu não tenho cartão de  
2254 visitas, porque tomei posse no DPEM fazem dois meses só -, o meu livro. Vou deixar um para  
2255 a presidente da mesa e, um, para o representante do mecanismo. Está aqui, ao final eu lhe  
2256 entrego. Senhoras e senhores, eu sou corregedor geral do departamento penitenciário nacional,  
2257 meu nome é Marcos Araguari. Eu acho que é importante dizer que eu participo da reunião, não  
2258 como representante do departamento penitenciário nacional, mas como representante da  
2259 corregedoria geral do DPEM, que é um órgão integrante do sistema de corregedorias do poder  
2260 executivo federal. A minha posição de corregedor, como titular de um mandato de dois anos, é  
2261 uma posição desvinculada, desde o início, da administração pública referente à administração  
2262 especificamente do DPEM. A palavra-chave é a autonomia do corregedor geral. É claro que  
2263 nós temos um contato diário e cotidiano com o departamento, porque é o nosso mitiê, o nosso  
2264 cotidiano profissional nos exige isso. Mas, quero deixar claro, desde o início, nossa  
2265 independente em relação à estrutura jurídica do departamento. Em segundo lugar, queria me  
2266 apresentar também, do ponto de vista pessoal. Eu sou delegado de polícia do estado do Paraná.  
2267 Sou delegado de polícia lá, há onze anos. Fui delegado de polícia no estado de São Paulo, por  
2268 quatro anos, antes disso. Fui advogado também, trabalhei na Fundação de Auxílio ao Preso, do  
2269 estado de São Paulo, num projeto de egressos. Sou mestre e doutor, pela universidade estadual  
2270 do Oeste do Paraná, e sou especialista em gestão de segurança pública. Esse perfil, talvez

2271 desvinculado da atividade fim da polícia civil do Paraná, me alçou a possibilidade de participar  
2272 da administração pública federal, nesse momento tão importante para o país. Eu vou fazer  
2273 menção, mas não quero assumir, senhor Ribamar, um tom de crítica ou mesmo de beligerância,  
2274 não é o meu perfil, quem me conhece há mais tempo sabe. Mas, vou precisar fazer, com a  
2275 devida licença, uma menção a um trecho do relatório, para que eu possa viabilizar um  
2276 esclarecimento. Todos nós participamos, o DPEM e a corregedoria também participa,  
2277 indiretamente, a legislação faculta inclusive uma participação mais íntima no próprio comitê,  
2278 nós participamos de um sistema, todos nós aqui, do sistema nacional de prevenção e combate à  
2279 tortura. O sistema, a palavra “sistema” denota, por si própria, à reunião de diferentes atores que  
2280 tenham uma interligação recíproca para um fim comum. A nossa finalidade aqui de combate,  
2281 prevenção a maus tratos, a tortura, é a mesma. Todos os órgãos que participam de um sistema,  
2282 tem o mesmo direcionamento, o mesmo fim. Para que eu possa esclarecer como a corregedoria  
2283 participa desse sistema, eu vou mencionar um pequeno trecho do relatório do mecanismo, em  
2284 relação à atuação no Ceará, que precisa realmente de um alinhamento. Parágrafo cento e vinte  
2285 e dois, página quarenta e dois: “deve-se registrar que a fragilidade institucional do departamento  
2286 penitenciário nacional – DPEM, para apurar denúncias dessa FTIP traz, consequentemente,  
2287 uma mensagem de impunidade das ações de integrantes desse grupo. Essa mensagem de não  
2288 apuração de denúncia, reafirma a máxima de que é a impunidade que alimenta a violência,  
2289 denotando, com isso, a ausência de um protocolo de uso da força e a ausência de instâncias  
2290 correcionais autônomas, que deem conta de medidas de reparação e não repetição. Essa situação  
2291 traz uma questão que precisa ser respondida pelo governo federal. O mecanismo questionou o  
2292 Ministério da Justiça sobre qual o órgão correcional da FTIP, uma vez que a mesma é formada  
2293 por agentes de vários estados diferentes. No entendimento desse mecanismo, o órgão  
2294 correcional da força federal precisa ser o mesmo que atua no âmbito federal, por analogia.  
2295 Importante ficar nítida essa situação, pois um sistema deve proteger as pessoas que querem  
2296 denunciar, e devem poder apurar de forma ampla e imparcial as mesmas”. Eu concordo com  
2297 boa parte do que está escrito, no que diz respeito, por exemplo, de que a mensagem de não  
2298 apuração de uma denúncia reafirma a máxima da impunidade. Eu concordo com isso, se não  
2299 apuramos e não passamos o recado para o servidor público, que ele tem que atuar de maneira  
2300 correta, claro que a impunidade vai aumentar. Mas, eu gostaria de esclarecer que a atuação  
2301 correcional da FTIP, que é o caso aqui, é feita pela corregedoria do DPEM, sempre foi feita.  
2302 Esse fundamento normativo se encontra nos vinte e sete convênios de cooperação federativa,  
2303 efetuados entre o Ministério da Justiça e as vinte e sete unidades da federação, estados e distrito

2304 federal. Esse convenio de cooperação federativa, específico do Ceará, foi celebrado  
2305 efetivamente, e possui, na cláusula sétima - vocês não vão ter esse documento, mas ele está  
2306 disponível na rede mundial de computadores -, regula a atividade correcional. Só que essa  
2307 regulação da atividade correcional é bastante minuciosa, mas ela diz respeito à atuação da força  
2308 nacional de segurança. Ela fez menção à questão do crime militar, porque na força de segurança  
2309 participam militares dos estados também. Temos um regramento e temos uma atribuição que é  
2310 clara. A corregedoria geral do DPEM existe, é um órgão autônomo, faz parte do SISCOR, tem  
2311 uma fundamentação normativa por decreto e legislação federal, e por convenio de cooperação  
2312 federativa, e tem atribuição legal regulamentar, por portarias, para atuar nas FTIPs. Isso está  
2313 superado. Quando assumimos, em vinte de setembro, de dois mil e dezenove, recentemente,  
2314 fizemos dois meses de corregedoria ontem, uma das primeiras medidas que tomamos foi nos  
2315 inteirar das FTIPs. Percebemos que essa cláusula sétima, da atividade correcional, talvez se  
2316 mostrasse insuficiente em alguns momentos, porque temos a possibilidade de apurar a conduta  
2317 dos agentes federais por sindicância investigativa, que é um mecanismo instituído pela CGU, e  
2318 temos a possibilidade de apurar a atuação dos agentes estaduais mobilizados na FTIP, através  
2319 do procedimento apuratório de conduta, que é o que está disciplinado no convenio. Mas, o  
2320 procedimento apuratório de conduta, não tem uma regulamentação sobre quais são os poderes  
2321 investigatórios do agente que vai fazer a investigação. Por esse motivo, o que eu fiz? Com base  
2322 em outras normativas, eu compilei uma normativa e fiz uma minuta de portaria – isso está no  
2323 processo SEI, inclusive já passou pela assessoria de assuntos legislativos, do Ministério da  
2324 Justiça. Só não foi assinada essa regulamentação mais minuciosa da atividade correcional da  
2325 FTIP, só não foi assinada ainda pelo ministro da Justiça, porque a FTIP está virando FOCOPEN  
2326 – Força de Cooperação Penitenciária. Me pediram para sustar, para interromper a tramitação  
2327 dessa regulamentação, para que a regulamentação das FOCOPENs seja mais ampla e já inclua  
2328 isso aqui. FOCOPEN – Força de Cooperação Penitenciária, a força, a estrutura que vai substituir  
2329 as FTIPs, que é uma forma mais ampla de cooperação. Porque, esse termo FTIP, o termo  
2330 intervenção é um termo equivocado, porque possui um sentido jurídico de intervenção de estado.  
2331 Isso causa um pouco de confusão. Senhores, para deixar claro, nós temos uma corregedoria  
2332 imparcial. Essa minuta é da regulamentação do processo de apuração, para ficar claro.  
2333 Inclusive, discutimos com a defensoria pública da União, numa reunião que tivemos com a  
2334 defensoria pública da União, doutor Kaiser. O doutor Domingos, que é o subprocurador geral  
2335 de fiscalização da atividade policial, fizemos uma reunião. Os senhores podem ficar tranquilos,  
2336 que temos uma atuação muito profícua. Estou muito tranquilo com isso. Devo dizer que, lendo

2337 alguns documentos, eu assusto, e penso: esse aqui que estão falando, não deve ser eu. Eu tenho  
2338 uma preocupação muito séria, Ribamar, com isso. Eu preciso dessa aproximação, até mandei  
2339 um ofício para o mecanismo, pedindo algumas informações, que venham de forma sigilosa. Eu  
2340 não tive dificuldade de sair da carreira de delegado, provisoriamente, para ser corregedor,  
2341 mesmo porque eu era corregedor da polícia civil. Fui corregedor quatro anos, trabalhei junto ao  
2342 Ministério Público, fui corregedor da polícia civil por quatro anos, o GAECO. Já desmontei  
2343 organização criminosa, prendi policial civil, militar, prendi prefeito, prendi vereador, por  
2344 corrupção, por uma série de coisa, por homicídio. Estou muito tranquilo em relação a atuação  
2345 da corregedoria. O que tem que saber aqui é que temos que nos aproximar. Porque, se tem uma  
2346 denúncia de tortura, eu preciso saber, eu não posso saber pela imprensa, senhores. É isso que  
2347 eu quero deixar claro para os senhores, porque apurar eu vou, não adiante, eu vou apurar, eu  
2348 tenho autonomia para isso, o diretor do DPEN sabe disso, eu vou apurar. E todos do DPEN  
2349 querem a apuração, inclusive. Isso é um alinhamento, desde a (inaudível), ouvidoria,  
2350 corregedoria, diretoria geral, todos querem que seja transparente. Ninguém aqui é torturador.  
2351 Pelo menos, eu não sou, e as pessoas que trabalham comigo, não são, e também não são  
2352 coniventes com isso. Se aconteceu alguma coisa nesse sentido, nas FTIPs, eu tenho que saber  
2353 porque, se eu não souber, não tenho como apurar. Não chegam denúncias? Chegam. Mas, se  
2354 chega denúncia que a pessoa teve a mão quebrada, tem que chegar o nome dessa pessoa, para  
2355 eu poder ouvi-la, e essa pessoa vai ter que me apontar quem é o agente. Nós temos oito  
2356 procedimentos no Pará, oito procedimentos apuratórios instaurados, em tramite. Inclusive, já  
2357 encontramos alguns agentes, já identificamos alguns que realmente passaram do ponto.  
2358 Identificamos o excesso. Para você poder fazer essa apuração, materializar e propor a punição,  
2359 nós precisamos ter elementos. A dificuldade, como corregedor, é um pouco maior do que, por  
2360 exemplo, um delegado da polícia federal, um delegado da polícia civil, porque não tenho toda  
2361 gama de poder de requisição e, também, não sou onipresente. Quando, por exemplo, a atuação  
2362 do mecanismo é próxima no local, vislumbra uma situação, quando a OAB vislumbra uma  
2363 situação, o comitê de direitos humanos vislumbra uma ação, tem que nos comunicar. Se eu ficar  
2364 sabendo daquilo, depois de dez, vinte dias, as lesões da pessoa podem ter desaparecido, a pessoa  
2365 pode ter mudado de ideia, não querer mais depor, não querer mais falar. Esse problema, nós  
2366 enfrentamos. O que eu quero deixar claro para os senhores, é que a nossa sistemática de trabalho  
2367 é clara, transparente, autônoma. Nós temos uma intenção de ser absolutamente imparciais e  
2368 abertos à participação de todos os órgãos de controle, que participam do sistema nacional de  
2369 prevenção e combate à tortura. Mas, é claro, precisamos dar informação. Nós sabemos que há

2370 o sigilo da informação, nós temos a responsabilidade de não divulgar isso. Tanto que eu tenho,  
2371 o relatório final das avaliações que foram feitas pela corregedoria in loco, no Ceará, nós  
2372 instauramos o procedimento, já foi concluído. Mas, também, não vou explora-lo por questão  
2373 do sigilo. Eu sei que o sigilo tem que ser preservado, mas, se não soubermos o nome da vítima,  
2374 se a pessoa fez o IML, se foi feita alguma outra providencia, nossa atuação fica inviabilizada.  
2375 Em relação às normativas, nós também temos conhecimento de que a questão dos  
2376 procedimentos utilizados na FTIP, é uma questão que gera um pouco de dúvida, bastante dúvida  
2377 dos senhores. Isso também eu sei que é uma responsabilidade não de corregedoria, não temos  
2378 competência legal para regulamentar procedimento, quem faz isso é a (inaudível), doutor  
2379 Marcelo Stona, que está aqui presente, temos um alinhamento com ele em relação a isso, para  
2380 construir essas novas normativas ou melhorar as normativas vigentes. Para finalizar a minha  
2381 fala, senhores, eu volto a insistir, nós temos que ter a consciência de que somos um sistema, de  
2382 que somos partes de um mesmo todo, e precisamos atuar de maneira conjunta. Se houver  
2383 alguma dúvida em relação à nossa atividade, se houver algum questionamento: a sua sindicância  
2384 não chegou naquilo que achávamos que ia chegar. Estamos abertos para prosseguir as  
2385 investigações e apurar. Essa é a nossa postura, essa é a nossa ideia de corregedoria, essa é a  
2386 nossa ideia de sistema de proteção à pessoa. Nos colocamos à plena disposição dos senhores,  
2387 para eventuais esclarecimentos. Obrigado.

2388

2389 Vitória – Doutor Marcos, agradeço a presença, a fala e o livro. Muito obrigada. Vou dar início  
2390 às inscrições de fala, para que consigamos fazer os debates, as colocações, as ponderações, o  
2391 que acharem conveniente. Se acharem necessário, eu coloco um teto para isso, para não  
2392 entrarmos tarde à dentro, porque já estamos atrasados em relação à nossa proposta inicial, que  
2393 era de terminar as quatro horas, e isso não vai ser possível. (Intervenção fora do microfone).  
2394 Pode sim, está aberta a inscrição. Eu sugeriria fazermos os debates até quatro e quarenta e cinco,  
2395 fazer uma hora de debate, acham suficiente? Até quatro e quarenta e cinco, nós abrimos para  
2396 os debates, já com os encaminhamentos, respostas. Não vamos abrir para direito à resposta,  
2397 todo mundo está aqui num colegiado para indagar, questionar e, também, ter o seu direito de  
2398 resposta, com certeza, respeitado. Iniciando, o primeiro é o Matheus.

2399

2400 Marcos – Presidente, só uma questão de ordem. A senhora está fixando até quatro e quarenta e  
2401 cinco, mas terá um tempo limite para cada um falar?

2402

2403 Vitória - Eu acredito que não precisamos chegar nesse ponto. Eu queria que todo mundo se  
2404 ativesse ao tema, isso é muito importante, não fazer considerações sobre o sistema carcerário  
2405 geral no Brasil, senão ficamos aqui até amanhã. Ao tema do Ceará e, dentro desse tema, se  
2406 puderem presar por falas curtas, não quero ser autoritária e limitar esse tipo de colocação, e  
2407 limitar o debate. (Intervenção simultânea). Doutor Marcos, como estou falando, eu diria que eu  
2408 não colocaria um horário certo de cinco minutos para cada colocação.

2409

2410 Sávio – Acho que dois minutos é suficiente. (Intervenção simultânea).

2411

2412 Marcos – Eu proponho que seja colocado um limite.

2413

2414 Vitória – Eu não digo nem os questionamentos, eu digo o debate. Eu acho que não vão ser só  
2415 perguntas que não vão surgir. Estou imaginando que serão questionamentos, colocações. Aqui  
2416 tem muita entidade da sociedade civil empoderada para falar sobre a realidade também no  
2417 Ceará. Se for pergunta, eu sei que vai ser rápida, mas, não sendo...

2418

2419 Marcos – Eu só pondero se não seria pertinente nós, de fato... o que é combinado antes, não soa  
2420 de forma alguma como autoritarismo. Se for combinado que teremos um tempo limite, está  
2421 combinado: teremos um tempo limite.

2422

2423 Vitória – Proponho fazer cinco minutos para cada pessoa? Ótimo. Fico controlando as falas e  
2424 vou interromper também, quando for necessário. A primeira fala é do Matheus, cinco minutos.

2425

2426 Matheus – Boa tarde a todos. Aos que não estavam pela manhã, agradecer a presença. Sou  
2427 Matheus Oliveira Moro, defensor público do estado de São Paulo e, junto com a colega  
2428 Fernanda, representamos a ANADEP – Associação Nacional dos Defensores Públicos. Na  
2429 verdade, não tenho nenhum questionamento, queria só refletir em conjunto, um debate  
2430 discordante, mas republicano, no sentido do porquê desse comitê. Acho que é mais fácil até,  
2431 doutor Marcos, começar pelo final, porque está mais fresco na memória. É claro que não  
2432 duvidamos da intenção de ninguém. Você colocou seu currículo aí, invejável, mas até posso  
2433 parecer repetitivo, mas eu gosto de colocar aqui porque, a palavra tem muita força, o poder vem  
2434 da palavra. O poder vem da força ou da palavra, no caso de uma suposta democracia, vem da  
2435 palavra. Embora o senhor coloque todas as intenções correcionais, as vezes eu não sei se é

2436 intenção ou não, mas, às vezes, não conseguimos saber o que não foi falado, mas só que foi  
2437 falado. Eu queria chamar atenção que, em relação à tortura, o que é muito importante é a  
2438 prevenção. Temos falado muito em punição. Eu sou defensor, fazem doze anos, não é utopia,  
2439 eu sonho com um mundo sem prisões, já existiu um mundo sem prisões. Não é uma utopia,  
2440 acho é miopia pensarmos nisso. Eu coloco como reflexão, como sugestão, de pensarmos em  
2441 instrumentos até mais preventivos do que punição. Porque, se prenderem um torturador, eu não  
2442 vou ficar feliz. Nessa linha, eu acho que, quando o ministro Sérgio, quando o presidente da  
2443 república, colocam a palavra, ainda que colocam pessoas competentes nas funções, para  
2444 trabalhar em combater a tortura, quando homenageia o Ulstra, quando ministro Sérgio traz, para  
2445 o congresso nacional, um pacote que dá a possibilidade de polícia matar negro pobre, e investir  
2446 só em encarceramento, temos trinta não da constituição, estamos investindo naquilo que não  
2447 deu certo. Como foi falado agora há pouco, no sentido de construir prisões, eu chamo atenção  
2448 à fala do Guilherme, da Justiça Global, pela manhã. O Brasil se comprometeu, até dois mil e  
2449 dezenove, isso em dois mil e dezesseis, salvo engano, em reduzir em dez por cento, perante a  
2450 ONU, a população carcerária. Não reduzimos, estamos aumentando. Embora o discurso nessa  
2451 mesa, nessa tarde, de manhã fosse outro, o discurso que vem na comunicação de massa para  
2452 alienar a população, é um discurso que está destoando do discurso dos senhores, e um discurso  
2453 muito mais poderoso. O Norte não tem que ser criar novos tipos penais, regimes (inaudível),  
2454 porque isso estamos há trinta anos fazendo, e chegamos nisso. Vamos passar Estados Unidos e  
2455 China, e não vamos resolver nada. Quando apareceu, no primeiro slide...

2456

2457 Lucas – Matheus, temos uma pergunta? Porque acho que não está aberto para debate ainda.  
2458 Cadê a Vitória?

2459

2460 Matheus – Lucas, deixa eu falar. Lucas, por favor.

2461

2462 Lucas – Eu estou pedindo por gentileza.

2463

2464 Matheus – Eu parei meu tempo, falei por três minutos. O que você tem para falar?

2465

2466 Lucas – Eu falei o que eu tinha para falar.

2467

2468 Matheus – Então, deixa eu continuar.

2469  
2470 Lucas – Claro, então se atenha ao tema.  
2471  
2472 Matheus – O tema é tortura. Você está parecendo meu filho de dois anos, de novo.  
2473  
2474 Lucas – Me respeite, Matheus.  
2475  
2476 Matheus – Você está me cortando, não sei porque. (Intervenção simultânea).  
2477  
2478 Bruno – O ponto temático é (inaudível) recomendações do mecanismo ao Ceará. Você está  
2479 fazendo discurso ideológico. (Intervenção simultânea).  
2480  
2481 Carolina – Gostaria de pedir. O Matheus falou durante três minutos (intervenção simultânea).  
2482  
2483 Lucas – O que é isso? Acho que temos que começar a reavaliar a participação do Matheus  
2484 nesses termos, desrespeitando os pares, gritando.  
2485  
2486 Matheus - Você pode me cortar, e eu não posso falar. Não estou te entendendo, Lucas,  
2487 sinceramente. (Intervenção simultânea). Espera eu acabar, e você fala sobre a minha fala.  
2488  
2489 Silvia – São cinco minutos. Isso que ele está falando, se aplica a qualquer... o que é isso?  
2490 (Intervenção fora do microfone). Proibição da tortura, não é ideológico, para começar. Tortura  
2491 é crime, não tem nada de ideologia. (Intervenção simultânea). É só um comentário, que não é  
2492 discurso ideológico, prevenção da tortura, tortura é um crime de lesão à humanidade.  
2493 (Intervenção simultânea).  
2494  
2495 Carolina – Por favor, eu entendo que os ânimos estão exaltados. O Matheus falou durante três  
2496 minutos. Acho que seria importante ele utilizar os outros dois minutos da fala dele e, depois,  
2497 nós passamos à manifestação dos demais colegas. Vamos tentar retomar a pauta. Entendo que  
2498 os ânimos ficaram acirrados, mas eu acho que precisamos dar segmento às nossas discussões.  
2499 Matheus, você tem dois minutos.  
2500

2501 Matheus – No primeiro slide, falou-se em diminuição da criminalidade. Não consigo entender  
2502 onde se encaixa isso. Mandar força tarefa não reduz criminalidade. Quando o Marcelo coloca:  
2503 nenhum servidor vai com ímpeto de tortura, não dá para saber a intenção de ninguém. Se é para  
2504 corrigir, se não é para corrigir, se é para prevenir, não dá para saber a intenção de ninguém. O  
2505 recado que é dado, não pode ser esse recado, tem que ser outro recado, tem que ser: vamos  
2506 apurar. A pergunta que eu teria, não vou concluir, mas, a pergunta que eu teria, é se existe algum  
2507 procedimento administrativo disciplinar. Porque, o ministro viajou inclusive com alguém que  
2508 é suspeito, eu defendo, fui amicus curi na presunção de inocência, não quero ser leviano, eu  
2509 defendo a presunção de inocência. Mas acho muito grave, quando um ministro viaja levando  
2510 um suspeito de tortura junto. Foi comentado em relação à Goiás, depois a Fernanda, se quiser,  
2511 poderá complementar melhor do que eu. Mas, o problema que está tendo em Goiás, e  
2512 semelhante foi colocado (intervenção simultânea).

2513

2514 Vitória – Matheus, obrigada pela sua fala, eu agradeço sua colocação. Vamos permanecer.

2515

2516 Matheus – Não consegui nem usar os cinco minutos.

2517

2518 Vitória – Não usou os cinco minutos? (Intervenção simultânea). Me desculpe, eu não estava  
2519 presente, me desculpe, não consigo ficar aqui vinte e quatro horas. Um minuto, Matheus,  
2520 desculpa.

2521

2522 Matheus – Está difícil, pessoal, está bem difícil, e estamos falando em democracia. Em Goiás,  
2523 defensores públicos estão dentro de dificuldade em entrar com câmera fotográfica no presídio, para  
2524 certificar tortura, igual uma caneta, a câmera fotográfica é um instrumento de trabalho. Isso é  
2525 grave. Dou exemplo de Goiás, que chegou a meu conhecimento, mas tem acontecido em outros  
2526 lugares do Brasil. Outra coisa, falou-se também, acho que foi a senhora, questão de alguns  
2527 presídios que tem regime mais severo. Em São Paulo, esse ano, unidades prisionais com o Avaré  
2528 e Venceslau, isso acontece em outros lugares do Brasil, mesmo sem decisão judicial, as próprias  
2529 secretarias aplicam uma (inaudível), mesmo sem decisão judicial. Acontece (inaudível) pelo  
2530 Brasil. Para concluir, não consegui falar o que eu queria, até porque eu fui interrompido,  
2531 perdemos um pouco da paciência. Embora tenha constado um plano que chegou no slide,  
2532 chegou no dia x, foi no dia y, foi noventa, cento e vinte dias, a informação que chegou em  
2533 relação ao Ceará, salvo melhor juízo, os colegas do mecanismo podem auxiliar, mas chegou de

2534 ofício da secretaria é que, antes da força chegar e, depois dela sair, já existiam agentes de outros  
2535 estados. Aparentemente, faltou transparência e publicidade, que são princípios constitucionais.  
2536 Não dá para nos censurar. Vou deixar esse recado para o governo, não tem como nos censurar,  
2537 nós falamos, somos chatos e trabalhamos para caramba.

2538  
2539 Vitória – Matheus, desculpa ter interrompido sua fala novamente. Achei que você estava  
2540 falando há quinze minutos já, que foi o tempo de eu ir e voltar. Mas, entendi que você foi  
2541 interrompido, e me desculpa ter interrompido novamente. O próximo inscrito é o Ribamar. Por  
2542 favor.

2543  
2544 Ribamar – Queria, de início, saudar a fala da Lucia Bertini, que foi muito complementar, trouxe  
2545 diversas coisas da minha falta de capacidade de síntese, e eu gostaria de ter trazido. Mas ela,  
2546 com o simbolismo de ser do Ceará e de representar, ao mesmo tempo, dois órgãos, com a  
2547 experiência de ente público, revelando autonomia de alguém que é servidora de estado, no  
2548 estado do Ceará. Queria saudá-la em especial, mas dizer da alegria de encontrar o doutor  
2549 Marcos Vinicius, por que ele nos traz alento sobre diversos aspectos que ele tratou. E como  
2550 estávamos esperando por isso porque, muitas informações que o senhor nos traz, eram  
2551 informações que há muito buscávamos e tínhamos dever institucional de buscar. Informações  
2552 como, por exemplo, o protocolo de uso da força. O senhor nos esclareceu, em parte, questões  
2553 de correção. Mas, sobre isso, vou deixar que o meu companheiro, a quem eu queria saudar,  
2554 Gustavo Magnata, que já conhece a FTIP muito mais que eu, porque ele conheceu a FTIP na  
2555 missão Alcaçuz, onde eu não estive. E ele voltou ao Ceará, voltou ao Pará, então conhece de  
2556 muito perto o que podemos chamar – e eu não pude chamar da primeira vez, infelizmente -,  
2557 como modus operandi da FTIP. Há uma mitologia de trabalho da FTIP, que ela se espelha, é  
2558 como um rastro em todo lugar que ela vai, um fenômeno, por exemplo – eu não falei num  
2559 primeiro momento, preciso falar agora – como a quebra do metacarpo. Não estamos falando de  
2560 coisa que é segredo. Nem tudo vai para o nosso relatório, porque nem tudo é missão nossa  
2561 captar. Mas, um dos mentores da FTIP, hoje secretário no estado do Ceará, divulga em  
2562 assembleia, até os motivos, na assembleia legislativa, porque quebra o metacarpo, como coisa  
2563 regular, como ação de agente de estado. É que aqui a pessoa não tem a força para lançar. Isso  
2564 está em áudio, está em vídeo. Muitas pessoas cobram nome, é justo que o senhor nos faça a  
2565 cobrança. A metodologia do mecanismo, até para evitar retaliação... ora, se nós, que temos  
2566 prerrogativas, se nós que voltamos para as nossas casas, já tivemos tantos níveis de ameaça e

2567 obstrução na visita. Essa visita, nem falamos dos problemas que tivemos, enquanto entes  
2568 públicos. Tivemos muitos problemas, na partida, na chegada, e para usar o instrumento de  
2569 trabalho, chamado máquina fotográfica. Quase tivemos máquina fotográfica quebrada. Se nós  
2570 fôssemos, ali, fazer todos os processos que ali merecia, só sobre a nossa obstrução de  
2571 prerrogativa. Não íamos fazer outra coisa, não íamos atender os interesses daqueles mais  
2572 violados. Mas, confesso que vi algum alento, sobre o qual vamos querer aprofundar. Outra  
2573 questão que é também modus operandi, vendido como facilidade, um dos mais elementares da  
2574 LEP – e estou nessa desde oitenta e quatro, festejei a LEP como agente da Pastoral  
2575 Penitenciária, em São Paulo, atuando no Carandiru -, é a classificação de presos, sem a qual  
2576 não vamos a lugar nenhum. Aquele fenômeno da hiperconcentração produziu, também, a  
2577 ruptura da lógica da classificação de presos. Tudo agora virou, a justificativa, o combate à  
2578 facção. O combate à facção virou justificativa para tudo, inclusive para, nessa medida, criar  
2579 escola de facção. Porque, o que é, senão isso, o fato de você trazer réu primaríssimo, alguns que  
2580 nem era para estarem presos, porque nem passaram por audiência de custódia - talvez as  
2581 audiências de custódia tivessem liberados eles – e colocar na mesma cela de pessoas criminosas,  
2582 estruturas na vida do crime, esse sim, oficialmente, filiados a uma facção? Foi o que nós vimos  
2583 no Ceará, e o relatório versa sobre isso. O relatório tem uma coisa que não é lacuna, mas é da  
2584 nossa metodologia. No relatório, não tem nome de pessoas, nem dos agentes que, talvez,  
2585 tivéssemos a tentação de colocar o nome deles, porque os nomes emergem. Mas, essa também  
2586 não é tarefa nova. Nós temos, como o senhor bem lembrou e, nesse particular, eu quase acho  
2587 irretocável a lógica do sistema, é por isso que estamos aqui todos, de forma colegiada,  
2588 interagindo. Essa concepção de sistema, tem missões que não são nossas e, por isso, na saída  
2589 do estado, delegamos a quem tem o dever institucional de fazê-lo. Aquilo que estamos fazendo  
2590 com vossas excelências, nós fizemos com o Ministério Público. Nós nos subdividimos, acho  
2591 que você estava no tribunal da justiça, nós estávamos com a defensoria pública ou com o  
2592 Ministério Público. Ficamos, aas vezes, até dez, onze horas da noite, dialogando com eles. Qual  
2593 é a diferença que vamos registrar lá, em relação ao Pará, eu vou alcançar nisso, talvez ferindo  
2594 o protocolo interno. Porque no Pará, o dia seguinte que saímos de lá, o Ministério Público  
2595 federal que lá estava queria no sábado, nós reunimos com eles no sábado, e eles já queriam a  
2596 relação dos nomes todos. Nos nós negamos a dar não, onde temos, não temos o dever de  
2597 investigação, mas colocamos na mão de quem tem o dever institucional para tanto. No Pará, o  
2598 PRDC do estado queria, no sábado, e nós mandamos na terça-feira, na segunda-feira e, na terça-  
2599-feira, a pessoa estava investigada e afastada. Infelizmente, o mesmo não aconteceu no Ceará.

2600

2601 Vitória – Ribamar, obrigada pela sua fala, pela sua colocação. Terminado o prazo de cinco  
2602 minutos, eu vou passar a fala para o próximo. Henrique, por favor.

2603

2604 Henrique – Sou Henrique, sou da CONECTAS Direitos Humanos. Agradeço a exposição dos  
2605 colegas do DPEN, da corregedoria. Agradeço porque eu trabalho com accountability, com  
2606 fiscalização ativa, sobretudo de quem usa força. Eu trabalho com isso, sou amicus no STF, no  
2607 estado de coisa constitucional, tem diversos casos, a CONECTAS tem atuação histórica no  
2608 assunto. Confesso que não entendia como funcionava, já procurei tanto a força nacional, quanto  
2609 a FTIP, deu a entender que é muito claro. Mas não é assim para mim. Eu tenho especialistas no  
2610 assunto, e diversas dificuldades de se entender como se organiza, quando vai ser. Tenho  
2611 algumas perguntas bem concretas. Primeiro, sobre esse controle mais amplo, de como que é a  
2612 efetividade dessa ação. Porque isso não é novo, não foi criado por esse governo, não foi criada  
2613 nessa gestão, embora talvez esteja num processo de especialização. Não é novo no sistema  
2614 penitenciário Brasileiro, você tem um sistema falido, o estado de coisas inconstitucionais,  
2615 reconhecido pelo Supremo, de maneira inédita. E fica esperando, tem uma chamada crise, tem  
2616 a intervenção, faz mutirão, vem a intervenção militarizada, daqui a três meses, acontece de  
2617 novo, como vem acontecendo e vai acontecer, estamos com uma bomba relógio sempre, em  
2618 janeiro vai ter outro massacre, se as estatísticas indicam. Qual é a avaliação do próprio  
2619 Ministério, sobre essa atuação. Eu gostei de ver essa parte dessa metodologia de três estágios  
2620 de ação, nunca tinha visto isso antes, não está de fácil acesso, pelo menos do meu ponto de  
2621 vista, no site. É interdisciplinar essa formação, é interdisciplinar ou, não é? Só quem faz são  
2622 agentes penitenciários, ou não? A sociedade civil participa disso? Por exemplo, pelo comitê,  
2623 estive em Roraima também, junto com o mecanismo, inclusive assinei junto com o mecanismo  
2624 um relatório longíssimo sobre as recomendações para a não repetição de massacres. Isso é  
2625 levado em consideração agora no trabalho da força de cooperação? Não fica claro, não está em  
2626 nenhum lugar. Inclusive, esses pactos são regidos pela lei onze quatro sete três, eu presumo que  
2627 seria, pelo menos por analogia. Então, teria que ter uma indicação clara, antes do começo. Qual  
2628 vai ser a metodologia? Por quanto tempo? Por isso que perguntamos aqui. Isso tinha que ser  
2629 público. A transparência não é só um princípio, ela tem que ser ativa, para transparecer ativa.  
2630 Para mim, não vejo essa transparência ativa, da sociedade receber, de antemão, qual vai ser a  
2631 metodologia, os indicadores de melhora nesse assunto. E, também, depois. Isso tinha que, o  
2632 mínimo do mínimo, ter um relatório pormenorizado de tudo que a FTIP fez, gasto de munição.

2633 De onde vem o dinheiro da FTIP, eu não sei, da FUNPEN? Porque, se for do FUNPEN, por lei  
2634 o mecanismo tem que ter uma voz nisso aí, lembrando a lei doze oito quatro sete, tem essa  
2635 questão. Controle externo mais amplo. Não fica muito claro para mim onde está isso. Segundo,  
2636 sobre o trabalho da corregedoria, novamente, eu não sabia quem fazia o controle, não sabia.  
2637 Você falou que é claro, um desenho, mas não é tão claro assim, tanto que você está compilando  
2638 uma série de pequenos documentos, está compilando, quase compilou, ia compilar agora, mas  
2639 não saiu ainda porque vai trocar de nome. Então não é tão claro assim. Se uma pessoa tem uma  
2640 reclamação com a atuação da FTIP, e vai ter, porque é uma força militarizada de exceção, por  
2641 definição, uma atuação muito difícil, como eu disse, estive em Roraima, eu sei que é uma  
2642 atuação que os estados pedem essa situação de emergência. Acaba ficando até cômodo para os  
2643 estados, às vezes, vir o governo federal: está resolvido, está controlado. Vai ser uma força que  
2644 é inerentemente militarizada, brutal, que vai usar a força de uma maneira que tem que ter um  
2645 controle ainda mais ativo. A corregedoria, eu fico me perguntando, ela fica em Brasília,  
2646 esperando vir denúncias? Ela está lá, toda vez que tem FTIP, vai à corregedoria ativamente, já  
2647 designados? Não fica tão claro, às vezes. Cada FTIP vai ter um. Ficamos esperando, porque  
2648 não é fácil caracterizar a tortura, é muito difícil. Tem que ser muito ativo, uma colaboração  
2649 direta. Tem uma capacitação desses agentes sob os moldes internacionais, para fazer a  
2650 documentação dessa tortura, de maus tratos ou, nem chamar de tortura, de qualquer violação  
2651 que tenha, que vai ser caracterizado como tortura, lá na frente, pelo Ministério Público. Nem  
2652 sei se é papel da corregedoria ter, no meu entendimento, não necessariamente ter (intervenção  
2653 simultânea). Mas é isso.

2654

2655

2656 Vitória – O próximo inscrito. Por favor, Cândida.

2657

2658 Cândida – Boa tarde. Eu sou do Rio Grande do Norte, da universidade federal do Rio Grande  
2659 do Norte. Me parece, com todo respeito ao trabalho desempenhado pela administração central,  
2660 digamos assim, de Brasília, que falta um conhecimento de fato da realidade que acontece nos  
2661 locais. No Rio Grande do Norte, quando a FTIP esteve lá, deixou um legado importante, acho  
2662 que saiu em janeiro, fevereiro, mas deixou um legado importante, que perdura até hoje, que tem  
2663 só um pedacinho desse legado registrado nos relatórios do mecanismo. Nós não temos, no Rio  
2664 Grande do Norte, um saldo positivo com relação ao que se propõe, ao que foi colocado aqui.  
2665 Temos, na verdade, pelo contrário, um recrudescimento de práticas que foram ditas aqui, e lá

2666 também, a coisa do procedimento. Fala em procedimento, a galera já se treme. Estou colocando  
2667 isso porque, no massacre de dois mil e dezessete, a explosão do massacre de dois mil e  
2668 dezessete, analisamos muito isso, da realidade local e tudo mais, ela é supercomplexa, vem de  
2669 um histórico de sucateamento do sistema penitenciário, não necessariamente só por causa das  
2670 brigas de facção, em definitivo. Na verdade, o massacre de dois mil e dezessete, teria acontecido  
2671 em dois mil e quinze, se não tivéssemos tido uma atuação de direitos humanos. Tínhamos quase  
2672 um Fraga, da Tropa de Elite, que encabeçava um processo de tentar conter essa bendita bomba  
2673 relógio que estava prestes a explodir. Logo mais, dois anos depois, não pudemos mais contar  
2674 com essa articulação e foi inevitável. Tivemos o massacre, tivemos na sequência, a visita do  
2675 pessoal do mecanismo, do comitê – eu não fazia parte ainda – e, depois disso, a chegada da  
2676 FTIP, que implantou uma série de práticas que são de tortura. Acho que não é segredo para  
2677 ninguém que, quebrar a mão de preso a torto e à direito, é prática de tortura. Não que as pessoas  
2678 da FTIP foram quem fizeram, porque sequer as conheço nominalmente e tudo mais. mas é fato  
2679 que essa prática perdura até os dias atuais porque, quando você estabelece justamente essa  
2680 lógica, esse procedimento e essa metodologia, como fazendo parte de um processo de  
2681 atendimento do usuário do sistema penitenciário, você está legitimando uma série de práticas  
2682 na ponta, que é isso, que não importa se a FTIP foi embora, os agentes penitenciários que  
2683 regozijam de felicidade, o sádico sentimento de vingança, de quebrar a mão de preso, de privar  
2684 de liberdade, de manter diversas horas na mesma posição, esse sádico sentimento não saiu de  
2685 lá. E ele foi implementado sim e houve sim o recrudescimento da violência. Me parece que, se  
2686 a intenção é que não seja assim, nem para a sociedade em geral, nem para as pessoas que estão  
2687 lá dentro, então, está muito ineficaz. Porque, na prática, temos um sistema penitenciário no Rio  
2688 Grande do Norte, e isso está se expandido inclusive para o socioeducativo, e é extremamente  
2689 preocupante que agentes socioeducativos, que servem para socioeducar, se sintam legitimados  
2690 a praticar práticas que foram ensinadas, digamos assim, sob a nomenclatura de procedimento  
2691 de contenção, mas que reverberam em violações importantíssimas. Infelizmente, o legado da  
2692 FTIP, no Rio Grande do Norte, não é um legado favorável. Sinto muito pelo Ceará, e pelos  
2693 demais outros estados, mas, infelizmente, se a intenção é melhorar a segurança pública, é ter  
2694 controle, é não sei o que, não está eficaz não. Obrigada.

2695

2696 Vitória – Obrigada, Cândida. A próxima é Silvia.

2697

2698 Silvia – Obrigada, Vitória. Meu nome é Silvia, para os convidados. Silvia, represento a  
2699 Associação para a Prevenção da Tortura no Brasil. Somos uma entidade, uma instituição não  
2700 governamental internacional de direitos humanos. Parabenizo essa iniciativa do comitê, de fazer  
2701 essa audiência, acho que isso é parte do comitê, do sistema, exatamente colocar esse diálogo,  
2702 estabelecer esse diálogo com as instituições que tem um papel a cumprir na prevenção e  
2703 combate à tortura. Principalmente, trazer para as recomendações e para o relatório específico  
2704 do mecanismo nacional. Primeiro, uma colocação. Lendo o relatório do mecanismo, a  
2705 documentação que eles fazem, são de situações extremamente preocupantes, já foi colocado  
2706 aqui. Realmente, são padrões, práticas, procedimentos de lesões. Como o Ribamar coloca,  
2707 inclusive na nota de rodapé sete, do relatório, você vê exatamente essa situação, o secretário  
2708 explicando publicamente porque se usa essa pratica de quebrar os dedos dos apenados. É um  
2709 modus operandi realmente com intenção e causar uma violência com um motivo específico,  
2710 com uma finalidade específica, estamos falando claramente de tortura. Parágrafo quarenta e  
2711 seis, quarenta e sete do relatório, parágrafo cinquenta, que fala em sanções coletivas e punições  
2712 coletivas também. Sem contar o que vemos acontecendo em outros estados, que estão repetindo  
2713 essas mesmas práticas. Eu queria colocar como proposta que talvez pudéssemos, no final desse  
2714 debate, de repassar as recomendações, são em torno de cinco recomendações que são feitas no  
2715 DPEN, no relatório. Seria bom, aproveitando que o DPEN está aqui, responder ao que está nas  
2716 recomendações. São cinco, talvez, tem uma resposta, pelo menos do que puder, nesse momento,  
2717 das recomendações que são feitas, na página setenta e nove, ao DPEN. Meu terceiro ponto, é  
2718 uma pergunta, que foi falada aqui com o doutor Marcos, foi o primeiro expositor, sobre uma  
2719 capacitação que é dada. É dada uma capacitação aos agentes do estado, e eu queria entender  
2720 que capacitação é essa, exatamente, o que é abordada nessa capacitação. Tem alguma  
2721 documentação sobre essa capacitação, existe algum currículo, o que é essa capacitação?  
2722 Gostaríamos de ter essa informação. Minha quarta colocação é em relação... realmente, foi  
2723 muito bom o que falou o doutor, o corregedor geral, sobre a questão do sistema nacional de  
2724 prevenção e combate à tortura. Realmente, essa é a ideia do sistema, o DPEN é parte de um  
2725 sistema, acho que é muito importante o diálogo com o mecanismo, que haja esse diálogo de  
2726 uma maneira até mais fluida, acho que isso é bem importante, e que o DPEN possa estar mais  
2727 presente em nossas reuniões, acho bem importante estar aqui em todas as reuniões do comitê  
2728 nacional de prevenção e combate a torturar. O quinto ponto que eu queria colocar é em relação  
2729 à essa minuta do procedimento de apuração, que foi trazida, que está sendo discutida, que está  
2730 agora um pouco em espera, que a DPU parece que foi consultada, MPF, pelo que entendi,

2731 também. Porque não chamou o mecanismo também para ser consultado sobre isso? Porque não  
2732 botar o mecanismo também nessa discussão sobre o procedimento de apuração? Mais uma vez,  
2733 a ideia de sistema é essa, então, porque não consultar o mecanismo em relação a esse  
2734 procedimento de apuração de eventuais denúncias. O sexto ponto que eu queria colocar, é em  
2735 relação ao que foi trazido pelo corregedor, em relação que ele precisa de documentação para  
2736 atuar. Eu concordo, claro, precisa de informação para atuar. O relatório é informação, o relatório  
2737 está aí, o relatório é público. O mecanismo público o relatório, encaminha ao DPEN, pelo que  
2738 eu entendo. Está aí, as informações estão documentadas ali. Acho que cabe, a partir daquela  
2739 informação que está lá no relatório, atuar. Já é uma fonte de informação muito importante, o  
2740 relatório do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. O sétimo ponto que eu  
2741 queria colocar, é algo que me preocupou, na fala do senhor corregedor, é a questão que alguns  
2742 passam do ponto. Eu acho que é muito mais do que passar do ponto. Eu acho que uma prática  
2743 sistemática, por exemplo, de quebrar a mão de pessoas apenadas, para evitar que elas lancem,  
2744 não é passar do ponto. Temos que ter muita clareza sobre o que estamos falando. Tendemos, às  
2745 vezes, minimizar situações que são tortura, que é uso desproporcional da força. Não é passar  
2746 do ponto. São coisas que, às vezes, me alertam, quando escuto esse tipo de comentário. O  
2747 último. O oitavo ponto que eu queria mencionar rapidamente, também uma preocupação em  
2748 relação a essa intervenção do Lucas, na fala do Matheus. Não sei se escutei corretamente, mas  
2749 mencionou que talvez o comitê rever o seu posicionamento quanto à participação do Matheus.  
2750 Espero que isso tenha sido uma reação sem muita ponderação, porque esse espaço é um espaço  
2751 público. Para começar, essas audiências, essas reuniões, são públicas. Na verdade, qualquer  
2752 entidade pode vir aqui e participar. Só colocar essa preocupação quanto a esse tipo de  
2753 comentário, que eu espero que tenha sido simplesmente uma reação não pensada.

2754

2755 Vitória – Silvia, obrigada pela sua colocação. O próximo, Frei Davi, por favor.

2756

2757 Frei Davi – As três questões, estou dirigindo ao nosso irmão Marcelo, do DPEN. A primeira,  
2758 em uma conversa informal com o desembargador do Rio, avaliando a intervenção no Rio, ainda  
2759 no governo anterior. Segundo ele, o processo mudou pouca coisa, e os equívocos, segundo esse  
2760 desembargador, está perseverando. Esse desembargador falou um pouco que me chamou muita  
2761 atenção. Ele falou o seguinte: Frei Davi, se as intervenções, primeiro passo delas, fosse fazer  
2762 intervenção nos comandos de polícia, nos batalhões de polícia, e eliminar todos os policiais  
2763 corruptos que estão envolvidos com os malandros, iria reduzir o trabalho das intervenções

2764 enormemente. Meu irmão Marcelo, concretamente, as intervenções feitas que você elencou,  
2765 nos estados Ceará, Amazonas, Pará, etc., quantos policiais foram presos realmente,  
2766 participantes desse processo malandro de estar ao lado dos marginais, gerando tanto problema  
2767 para o Brasil, tornando o Brasil um dos piores países do mundo para viver, com referência à  
2768 segurança pública. Essa é a primeira questão para o Marcelo. A segunda questão. Veja só,  
2769 Marcelo, temos consciência que o Brasil é um país muito complicado. Todo as forças que tem  
2770 assumido a direção da nação, não tem tido a sensibilidade de entender a diversidade do país, e  
2771 ver especialmente que esse país é marcado por um período de escravidão de quase quatro  
2772 séculos, que gerou todo esse desconforto nas relações. O Brasil nunca teve um sistema único  
2773 de segurança pública e, para a nossa alegria, agora em dois mil e dezoito, foi aprovado um  
2774 sistema único. No entanto, estamos percebendo que os trabalhos dos estados, frente às  
2775 intervenções, estão totalmente desarticulados. A falta de seriedade e respeitar esse sistema único  
2776 de segurança pública, é gritante. As intervenções correm o perigo de serem palhaçadas –  
2777 desculpe falar abertamente -, quando o sistema não é respeitado, trabalhado com bastante  
2778 qualidade, e com vontade de fazer acontecer a diferença. Por exemplo, prevenção social do  
2779 crime. Gostaria que você destacasse quais são os elementos preventivos que as intervenções  
2780 estão trabalhando. Para nós, a prevenção é a grande solução. Enfrentar o legado da escravidão,  
2781 que já falei, estou repetindo. Sair do trabalho de coerção policial para um trabalho de  
2782 inteligência policial. Cadê a inteligência policial, nesse sistema de intervenção nos estados?  
2783 Teria vários outros pontos para colocar, mas o horário é curto. O terceiro ponto que eu queria  
2784 colocar. O terceiro ponto. Nós sabemos que o Brasil assumiu o compromisso de reduzir a  
2785 quantidade de presos, em dez por cento. A minha pergunta é: o que, de concreto, está sendo  
2786 feito para fazer essa redução? E, se essa proposta, assinada a nível internacional, está sendo  
2787 levada a sério pelo governo, e quais elementos vai nos garantir que vamos atingir essa redução?

2788

2789 Vitória – Frei, obrigada. Próximo, Gustavo.

2790

2791 Gustavo – Boa tarde, a todas e a todos. Eu sou o Gustavo, sou do mecanismo nacional de  
2792 prevenção e combate à tortura. Que bom que o DPEN está mais uma vez aqui. Eu acho que ele  
2793 precisa estar sempre aqui, para que possamos estar sempre dialogando. O mecanismo sempre  
2794 envia os relatórios ao DPEN. Entendemos que, a partir da apuração, temos enviado ao MPF, o  
2795 Ministério Público Federal, a sétima câmara tem procedimentos abertos específicos, sobre cada  
2796 atuação, em cada estado que a FTIP passou. Nós estamos, desde dois mil e dezessete, o CNPCT,

2797 o CMDH, o MNPCT, o MPF e a DPU, discutindo a atuação e a fragilidade em diretrizes e  
2798 protocolos de atuação da FTIP. Eu lembro que estávamos aqui, tanto o CNPCT e, depois, no  
2799 CMDH, discutimos sobre o que o corregedor trouxe: a fragilidade ou a confusão, na perspectiva  
2800 de apuração. Que bom que, finalmente está sendo coletaneizado porque isso vai virar uma  
2801 portaria. Isso é extremamente necessário. Porque não é uma opinião só do mecanismo. O  
2802 Ministério Público Federal, em três instancias, também disse a mesma coisa. São vários órgãos  
2803 trabalhando sobre o mesmo produto. Isso é fundamental. Em inspeção em cinco estados: Rio  
2804 Grande do Norte, Ceará, Amazonas, Pará e Roraima, nós pudemos verificar, in loco, uma  
2805 confusão de papéis, entre a FTIP e a gestão do estado. Muitas vezes, com um possível duplo  
2806 comando, mas, muitas vezes, sendo apresentado, seja pela FTIP, seja pelo secretariado, seja por  
2807 direção, a FTIP enquanto gestora. Como viemos desde o começo de dois mil e dezessete  
2808 falando, pode ser que vocês não tenham acompanhado todo esse processo, mas eu pude  
2809 conversar com uma pessoa, que foi o primeiro líder, o primeiro coordenador do FTIP, no Rio  
2810 Grande do Norte, que foi o Batista que, infelizmente, faleceu num acidente de carro. Eu  
2811 conversei muito com o Batista, durante todo o período que estive lá. Eu dizia a ele: Batista,  
2812 vocês precisam fazer aqui um histórico da atuação de vocês, porque o DPEN nacional não está  
2813 fazendo isso, não está apresentando isso, e as condições de trabalho de vocês são desumanas.  
2814 Nós apresentamos isso não relatório que fala sobre e estado do Rio Grande do Norte, e sobre  
2815 Alcaçuz. Depois, retomamos isso no relatório que fala sobre os massacres. A situação dos  
2816 trabalhadores era uma situação também de fragilidade. Estou dizendo isso para lembrar que,  
2817 tanto esse comitê, quanto o mecanismo, são órgãos de estado, assim como o DPEN. Estamos  
2818 atuando com essa força tarefa por várias gestões e, estamos mantendo a anomalia, que é da  
2819 prevenção do combate à tortura e, a partir de indícios de situações que não podem ser sequer  
2820 investigadas, geram grande preocupação para nós. A nós tem parecido que a metodologia de  
2821 atuação da FTIP é: fechamento de várias unidades sem planejamento, incomunicabilidade dos  
2822 presos que passam por transferências inominadas, inclusive, sem aval do juiz e do promotor,  
2823 amontado em alguma unidade e passa a ser completamente incomunicável. Inclusive, colocado  
2824 e cheque a atuação da advocacia, que é um direito constitucional de ampla defesa e  
2825 contraditório. Eu ouvi isso no estado do Pará, no estado do Ceará, o Rio Grande do Norte, que  
2826 não ia ter comunicabilidade nem com os advogados, porque os advogados poderiam passar  
2827 informação. Um local de privação de liberdade, que não existe sequer um canal de denúncia  
2828 externo, seguro, que não passe por aqueles que estão ali dentro, administrando, necessariamente  
2829 pode esconder, e esconderá, tortura, tratamento desumano, cruel e degradante. É nisso que o

2830 mecanismo trabalhou. O mecanismo trabalhou com base, o mecanismo trabalhou com  
2831 perspectivas de que indícios já eram muito graves. É por isso que o estado Brasileiro ratificou  
2832 o (inaudível), porque os órgãos estavam precisando de um novo folego, de um outro órgão que  
2833 pudesse fazer isso de forma autônoma, com mandato, que é isso que o mecanismo tem feito.  
2834 Estamos, desde dois mil e dezessete, trabalhando sobre isso. A FTIP precisa ter diretriz de  
2835 atuação, protocolo. E viemos levantando documentações e apontando para o DPEN onde está  
2836 o cronograma de desembolso, onde está o plano de aplicação de recursos financeiros, da FTIP,  
2837 definição de etapas e fases de execução. Por exemplo, quando a FTIP foi par ao Rio Grande do  
2838 Norte, depois, para o Ceará, agora, pelo Pará, em todos os estados, o que é essa intervenção  
2839 para retomada de controle? Quanto tempo dura? Quantos agentes são necessários? Quanto de  
2840 armamento é utilizado durante ela? Eu não estou dizendo para (inaudível) dinheiro oficial, mas  
2841 os órgãos de controle precisam saber, tem que ter acesso a isso, para que possamos discutir se  
2842 de fato é eficiente. Esse comitê precisa ter acesso à informação para discutirmos a eficiência  
2843 desse tipo de operação. Eu sei que, no Rio Grande do Norte, a ação de retomada, com a  
2844 contenção...

2845

2846 Vitória – Gustavo, obrigada pela sua fala. Eu vou encerrar. Próximo é Marcos Vinicius. Por  
2847 favor.

2848

2849 Marcos Vinicius – Boa tarde. Eu estava ouvindo com atenção somente a fala da senhora Lúcia  
2850 e, depois, corroborada pelo senhor José Ribamar, com relação às questões de violência  
2851 praticadas no Ceará. A minha intervenção é apenas no sentido de ver se não seria pertinente  
2852 nós, enquanto comitê, oficiarmos ao governo do Ceará acerca dessas denúncias que foram feitas  
2853 aqui, para que prestem esclarecimentos a esse respeito. Gostaria de colocar essa intervenção  
2854 porque, particularmente, nunca tinha ouvido falar desse tipo de prática. Confesso a vocês que  
2855 nunca tinha ouvido falar disso. Como cidadão, como alguém que preza pela democracia, jamais  
2856 vou corroborar com esse tipo de prática. As pessoas têm que ter um tratamento digno, por mais  
2857 que tenham cometido crimes, sob pena, inclusive, de não alcançarmos... na época da academia,  
2858 cheguei a escrever um artigo sobre a questão da ressocialização, porque eu questiono muito  
2859 essa ressocialização. Eu parto do princípio que você não pode refazer alguma coisa que não foi  
2860 feita. Essas pessoas, grande parte da população carcerária é composta de pessoas que sequer  
2861 tiveram acesso à socialização mínima, elas não podem ser ressocializadas. Eu parto desse  
2862 princípio. Mas, me chamou muito atenção esse tipo de prática de quebrar a mão das pessoas e,

2863 me parece que isso continua acontecendo, não sei se foi durante a FTIP ou, depois da FTIP,  
2864 mas que seja esclarecido pelo governo do Ceará. Essa minha intervenção é nesse sentido de  
2865 nós, daqui a pouco, deliberar, fazer a sugestão e encaminharmos isso, para que possamos buscar  
2866 esclarecimentos formais do estado do Ceará, para que nos responda esses questionamentos.

2867  
2868 Vitória – Marcos, obrigada pela sua colocação. Só fazer um esclarecimento de que todos esses  
2869 ofícios foram enviados. No final, faremos um apanhado porque, a metodologia básica, nós  
2870 temos mais três inscritos, depois, passo a palavra aos colegas para que façam, se possível, cinco  
2871 minutos de fala cada um, para encerramos e pensarmos em algum encaminhamento, se surgir  
2872 algum. Seria isso. Próxima fala é da Márcia.

2873  
2874 Márcia – Em alguma medida, eu acompanhei esse processo no Ceará. Importante reafirmar a  
2875 defesa do relatório, a necessidade de esclarecimento das recomendações ao DPEN, que está  
2876 aqui presente. Mais uma vez, eu reafirmo a fala de todos, é importante que, no retorno do DPEN,  
2877 que vocês possam trazer esses esclarecimentos em relação às recomendações do relatório.  
2878 Estamos aqui, essa audiência, o propósito é esse, o monitoramento dessas recomendações.  
2879 Monitoramento que é papel inclusive desse colegiado, do comitê, que estão não apenas no  
2880 mecanismo, é importante que seja esclarecido, outros relatórios foram construídos, outros  
2881 relatórios foram apresentados também, que convergem com o relatório do mecanismo. Ele não  
2882 é diferente, não diverge, muito pelo contrário, eles convergem. Houve um relatório da OAB do  
2883 Ceará, em conjunto com organizações da sociedade civil, o conselho de psicologia regional, o  
2884 conselho de serviço social, várias entidades da sociedade civil. Esses relatórios colheram todas  
2885 as denúncias feitas pelas famílias. Tiveram várias audiências feitas com várias famílias. Uma  
2886 audiência feita na OAB, tinham mais de cem famílias, nesse processo exatamente, de janeiro,  
2887 onde o Mauro assumiu a secretaria com a instituição da SAP. Houve uma mudança no modelo,  
2888 que esse modelo acho que já foi relatado, a transferência, com fechamento das noventa cadeias  
2889 públicas, e a transferência de mais de quatro mil pessoas, tencionando um movimento, que acho  
2890 que esse tensionamento foi provocado por esse modelo sim, não foi o contrário. Com a  
2891 introdução da força tarefa, houve essa convergência entre esse modelo que se apresenta, não só  
2892 no Ceará, mas é um modelo que tem se capilarizado no Brasil. A convergência desse modelo e  
2893 a convergência da força tarefa, trouxe todo o relato que acho que está no relatório, e que vem  
2894 se apresentando no Brasil, é o fortalecimento desse modelo. Outro ponto que não podemos  
2895 deixar de apresentar, é o Ceará, mas o Ceará traz um ponto que é importante que se coloque

2896 aqui, que é o modelo que está sendo apresentado no Brasil. Nós, enquanto comitê, enquanto  
2897 sistema nacional de prevenção e combate à tortura, qual modelo que defendemos, o que  
2898 defendemos realmente. Isso tem que ficar claro, isso tem que, inclusive, ser fruto e matéria  
2899 prima para os nossos encaminhamentos e recomendações. O relatório é claro, é objetivo, traz  
2900 situações graves, no que diz respeito inclusive à falta de acesso a condições mínima de  
2901 sobrevivência, com desrespeito ao acesso à água. Vários advogados, inclusive, a defensoria  
2902 pública do estado do Ceará, ingressou com uma ação para que os presos pudessem ter acesso à  
2903 água, porque eles não tinham acesso à água potável, água para beber. Pessoas doentes, com  
2904 diabetes, nesse momento de intervenção, ficaram sem a medicação e sem alimentação, sendo  
2905 necessária a utilização de medicamentos para suprir a necessidade nutricional. Ele detalha  
2906 situações, que eu acho que são graves, que precisamos de esclarecimento, tanto do estado do  
2907 Ceará, como do DPEN, que está aqui presente. Que possamos pensar em que encaminhamentos  
2908 vamos ter, em relação a isso. Parabenizo esse momento de audiência, acho que é importante,  
2909 acho que cada relatório dos estados, precisamos desse momento, para aprofundarmos as  
2910 recomendações e acompanhar, de certa forma, essas recomendações e encaminhamentos  
2911 posteriores. Modelo ou não modelo? O que defendemos é a dignidade da pessoa humana, a  
2912 prevenção e o combate à tortura, em todas as suas instancias. Eu não vou me alongar, eu acho  
2913 que estamos aqui mais para ouvir as instituições que estão aqui e, depois, propomos algumas  
2914 ações e encaminhamentos. Acho que é isso.

2915

2916 Vitória – Márcia, obrigada. Próximo, Caio.

2917

2918 Caio – Boa tarde a todos. Vou tentar ser breve, porque algumas questões que eu gostaria de  
2919 pontuar já apareceram aqui. Queria começar parabenizando a Lúcia Bertini, que eu tive o prazer  
2920 de conhecer, no sistema penitenciário do Ceará, visitando as pessoas LGBT presas naquele  
2921 local. Visitamos três unidades lá. Começar por uma questão que foi colocada pelo Marcelo, que  
2922 nos colocou que a FTIP tem funcionado nesses três eixos. Só porque estamos discutindo mais  
2923 de uma coisa aqui. Estamos discutindo o relatório do Ceará, situação do Ceará, mas, também,  
2924 de forma continua discutindo os procedimentos que são implantados por essa metodologia  
2925 chamada FTIP. Eu queria me atentar ao terceiro eixo, que foi colocado, enquanto capacitação  
2926 dos servidores para dar continuidade ao novo paradigma, como foi colocado pelo Marcelo, que  
2927 ele coloca como o paradigma de um estado presente. Me parece que o estado presente não se  
2928 traduz exatamente apenas na presença dos agentes de segurança. Se nós queremos a criação de

2929 um novo paradigma para essas pessoas que estão em privação de liberdade, gostaria que nos  
2930 esclarecessem se a FTIP prevê outros servidores, outros agentes do estado, médicos,  
2931 enfermeiros, professores, se há também nessa metodologia, essa possibilidade. Para mim, é  
2932 muito interessante ter mais informações também, como colocou a Silvia, sobre qual é a  
2933 metodologia utilizada para formação desses servidores. Se a sociedade civil tem acesso e  
2934 acompanha essas capacitações. Quem ministra essas capacitações? Há uma transversalidade,  
2935 uma preocupação em pensar direitos humanos, nessas capacitações? Isso, para mim, é central,  
2936 se queremos capacitar servidores da área de segurança, que vão pensar para além da bala de  
2937 borracha e do spray de pimenta, acho muito importante deixarmos mais claras essas situações.  
2938 Teria outras questões para colocar, mas acho melhor dar continuidade.

2939

2940 Vitória – Obrigada, Caio. O último, Pedro Paulo, por favor.

2941

2942 Pedro Paulo – Boa tarde. Pedro Paulo Bicalho, do CFP. Eu sou do Rio de Janeiro e, por lá, nós  
2943 vivemos dois processos de intervenção recente, no campo da segurança pública. Um deles, foi  
2944 a UPP e, outro, a intervenção militar, o que nos permite sempre, desse lugar de onde venho,  
2945 desconfiar de qualquer procedimento de intervenção. Aliás, queria dizer que nós, do CFP,  
2946 fizemos um documentário, chamado Intervenção na Cidade, militarização do medo, que está  
2947 disponível no Youtube para, depois, quem quiser ver um pouco das nossas análises sobre o  
2948 processo de intervenção no Rio. Tomando como analogia a intervenção no Rio, e da  
2949 possibilidade que tivemos hoje, de uma apresentação dos procedimentos da força de cooperação  
2950 penitenciária, em especial, a partir dos três existo que foram apresentados, eu queria aproveitar  
2951 esse momento em que vamos retomar o diálogo, para colocar três perguntas mais objetivas. A  
2952 primeira, em relação à primeira fase do eixo, que é sobre o momento crítico de grave crise. Eu  
2953 me pergunto: como é o processo de avaliação da crise que demanda a intervenção? Como  
2954 avaliar que aquela crise demanda essa intervenção, FTIP? Se existe algum procedimento para  
2955 avaliação do momento de chegada da FTIP. A segunda, em relação à entrada das assistências.  
2956 A outra pergunta é: que mecanismo temos para o acompanhamento da permanência das  
2957 assistências? Se as assistências, quando entram, se existe algum tipo de monitoramento em  
2958 relação à permanência das assistências e, também, de uma análise dos efetivos efeitos da relação  
2959 dessas assistências com a vida das pessoas presas. Terceiro, que já foi mencionado, em relação  
2960 à capacitação dos servidores sobre o novo paradigma. Como podemos conhecer o conteúdo  
2961 programático dessa capacitação e, a partir de quais paradigmas estão, de fato, sendo colocadas

2962 para essa capacitação, para que nós possamos fazer uma análise mais minuciosa da questão?  
2963 Obrigada.

2964

2965 Vitória – Obrigada, Pedro. O último é o Bruno e, eu passo a palavra para os colegas.

2966

2967 Bruno – Eu peço licença para fugir por tangencial, o tema, um pouquinho. A fala do Ribamar,  
2968 me chamou a atenção que o senhor relatou, em relação às dificuldades do mecanismo ao fazer  
2969 as inspeções in loco. Não sei se é o caso de discutirmos isso agora, mas proponho que, em  
2970 algum momento, isso seja pauta desse colegiado, para que tomemos conhecimento disso e,  
2971 eventualmente, possamos ajudar a superar essas dificuldades, seja quando for feita uma visita  
2972 ou DPEN, de alguma forma, auxiliar os peritos, o mecanismo, a fazer sua proteção, sabermos,  
2973 nos apropriarmos dessas dificuldades que se, por um lado, de manhã, passamos o tempo inteiro  
2974 discutindo alegações de eventuais falhas em procedimentos do mecanismo, e temos que tomar  
2975 conhecimento disso, também temos que tomar conta para que os nossos peritos, os peritos do  
2976 sistema tenham condições de trabalhar de maneira adequada. E acho que isso deve influenciar,  
2977 com certeza, algum outro trabalho de vocês. Acho que é atribuição nossa zelar pelo cuidado.  
2978 Era essa intervenção. Acho que não precisa ser agora, mas, em algum momento, precisamos  
2979 retomar esse tema.

2980

2981 Vitória – Obrigada, Bruno. Vou passar a palavra, primeiro, para o doutor Marcelo, depois, para  
2982 o doutor Marcos. Eu peço que respeitem o limite de cinco minutos. Eu sei que é difícil, mas já  
2983 estamos quarenta e cinco minutos atrasados. De preferência, respondam objetivamente os  
2984 questionamentos que foram colocados, principalmente pelo Henrique, pela Silvia, o Caio, o  
2985 Frei, que tiveram questionamentos objetivos. Se puderem se ater a isso, seria excelente. Doutor  
2986 Marcelo, o senhor está com a palavra.

2987

2988 Marcelo – Tivemos quase uma dezena, com cinco minutos e, agora, tenho cinco minutos para  
2989 responder quase a dezena, é praticamente impraticável. Vou tentar usar o poder síntese, o que  
2990 pode ocasionar uma não resposta completa a todos os quesitos. Mas, vou tentar me atentar. Fui  
2991 copiando algumas coisas. Primeiro, houve uma consideração do Matheus, sobre a fala de que  
2992 determinado agente não é torturador, que a palavra talvez destoe de um discurso mais político.  
2993 Minha atuação é técnica e eu me atenho a isso. Eu não transito em outros discursos. O colega  
2994 Frei, falou sobre a atuação nas questões mais grandes, no topo da cadeia policial que, sim, tem

2995 uma grave repercussão. Qualquer que seja a corrupção, a falta de olhar, seja no topo, seja na  
2996 base, tem o condão de provocar os piores desarranjos sociais. Essa atuação deve ser feita por  
2997 todos nós, em todos os âmbitos. Interessante notar que, em boa parte dos locais onde nós  
2998 atuamos, nós atuamos por evento de crise: cinquenta e quatro mortes, chacina, sessenta e dois  
2999 mortos. Foram nesses ambientes que nós entramos. Às vezes, para administrar um sistema  
3000 penitenciário – graças a Deus, administramos um sistema penitenciário com recursos materiais,  
3001 com normas e com recursos humanos capacitados -, dentro do sistema penitenciário federal,  
3002 temos condições plenas de fazer um sistema que dá certo. Os sistemas estaduais, nem sempre,  
3003 conseguem fazer isso. É observável, claramente, concessões obscuras, dentro dos sistemas  
3004 estaduais – não vou nomina-los -, em algumas unidades que nós entramos, em uma unidade, a  
3005 administração recebia cem mil reais, por semana, para manter uma cantina aberta. Quando nós  
3006 chegamos, quando a força tarefa, a força de cooperação chega, é lançada luz a muitas  
3007 obscuridades. Essas obscuridades acabam. Fato é que, por exemplo, Roraima, há prisões, há  
3008 operações policiais desencadeadas na alta cúpula da gestão, justamente por conta da entrada da  
3009 força tarefa, da força de cooperação. Ela traz luz, lança luz, e até falamos: cuidado ao pedir.  
3010 Porque vamos chegar e vamos lançar luz a várias situações. Por exemplo, o preso, líder de  
3011 facção, receber para administrar um medicamento que foi prescrito pelo estado, pago pelo  
3012 estado, me parece uma das maiores inadequações. Para ele poder comer, ele tem que pagar?  
3013 Para mim, é uma das maiores inadequações. Atuamos fortemente. Mas vamos tentar ser mais  
3014 rápidos. Há, necessariamente, uma perda de dinheiro das facções, porque essa cantina, se o  
3015 administrador recebia cem mil reais, por semana, qual é o valor que era recebido pela facção?  
3016 Isso é perda de dinheiro, é perda de poder, é perda de mando. É claro que haverá reação. Haverá  
3017 reação para combinar situações, denúncias, haverá. Há reação, nesse sentido. Alguns dos  
3018 números que nós percebemos, com a retomada do controle da unidade prisional. Ceará,  
3019 cinquenta e sete por cento de redução da criminalidade. Estou dizendo que é só pela força  
3020 tarefa? Não, há uma série de fatores. Mas, onde a força tarefa atuou, houve uma redução mais  
3021 substancial. No Pará, setenta e nove por cento de redução de criminalidade violenta. Roraima,  
3022 cinquenta e seis por cento. Talvez não seja só a nossa atuação que faça isso, tenho certeza que  
3023 não, é uma serie de circunstancias, elas não são novidade, não vem de agora. Porém, temos que  
3024 refletir: algo realmente aconteceu para, nesses períodos, haver uma redução tão substancial,  
3025 algo de diferente aconteceu. Vou colocar fazer continência com esse cap.? Não. Falar que foi  
3026 só essa atuação? Não. Mas, algo diferente aconteceu naquele estado. O DPEN não compactua  
3027 com qualquer forma de abuso, seja a diretoria que estou representando nesse momento, a

3028 corregedoria, que tem absoluta e total autonomia, em relação a qualquer... tanto é que exerce  
3029 mandato. Nós não compactuamos com nenhuma forma de abuso. Quebrar dedos, mãos? Isso  
3030 não faz parte, não há qualquer relação com a FTIP. Não podemos confundir uma situação  
3031 relacionada a um secretário, a um governador, a qualquer que seja, e fazer a ligação disso com  
3032 a força tarefa, força de cooperação. Acho importante nós diferenciarmos essas questões. Uma  
3033 atuação do secretário, a atuação estadual é diferente do que a força de cooperação vai realizar  
3034 naquele estado, que vai lá para auxiliar. Outros pontos que foram... foi solicitado sobre ação  
3035 preventiva, não só reativa. Essa é uma atuação que já está sendo realizada já. Lembro que  
3036 comentei sobre os três eixos. A retomada do controle é a parte mais impactante, as assistências  
3037 e a capacitação. A força de cooperação não precisa, necessariamente, passar pelas três fases.  
3038 Passa pelas três fases naquele ambiente mais conflagrado, é obvio. Atuamos no Rio Grande do  
3039 Sul, com capacitação de servidores. Atuamos no Maranhão, estamos atuando em Pernambuco,  
3040 justamente nessa fase preventiva. Tem uma equipe nossa implantando, fazendo manuais de  
3041 procedimento, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Maranhão, nesse momento. Isso faz  
3042 parte da atuação da força de cooperação, e é um momento preventivo, é uma atuação preventiva,  
3043 para que não ocorra necessidade de atuação reativa. Situação que foi comentada também, sobre  
3044 se são só os agentes que atuam na força de cooperação. Nós temos especialistas, enfermeiros,  
3045 técnicos de enfermagem, que vão para força de cooperação, auxiliar. Só para ter uma ideia, essa  
3046 situação do remédio, no Pará, que o servidor que trabalhava na área de saúde, chegava e  
3047 entregava o remédio, a medicação, para os presos que fazia a distribuição, e só recebia quem  
3048 pagava. Mas, era o medicamento que dava para um mês. Qual é o procedimento que a força de  
3049 cooperação adota? Esses servidores, técnicos de enfermagem, enfermeiros, vão até a cela,  
3050 fazem a entrega para o interno e, ele administra na hora, ele faça a ingestão na hora. Porque ele  
3051 não vai acumular o medicamento dentro da cela, às vezes, por uma necessidade e pessoal,  
3052 vender esse medicamento. Essas são mudanças e, quando falo mudança de paradigma, a  
3053 capacitação que vai acarretar uma mudança de paradigma, isso é uma mudança de paradigma.  
3054 A capacitação que envolverá posterior manutenção dessa mudança, é isso. Quando falamos, é  
3055 nesse tipo de procedimento. Na capacitação. Capacitação sim. Às vezes, pode parecer: vamos  
3056 fazer uma capacitação para... não é um curso de formação. Até porque, boa parte dos estados  
3057 em que há agentes penitenciários, servidores – eu falo agentes penitenciários, servidores,  
3058 concursados, especialistas, técnicos -, alguns sequer tiveram curso de formação. Não sabem  
3059 qual é o papel daquele agente do estado.

3060

3061 Vitória – Doutor Marcelo, vou pedir para ir encerrando, por favor, já estamos há doze minutos.  
3062  
3063 Marcelo – Vou tentar ser mais breve, pode ser? Para tentar vencer todo mundo.  
3064  
3065 Vitória – Como eu falei cinco minutos, o grupo não gostou, eu deixo o senhor falar, não tem  
3066 problema. Mas, quem reclama que não seguimos horário, são eles. Por mim, fique à vontade.  
3067  
3068 Marcelo – Vou tentar passar por todos, rapidamente. A capacitação é, basicamente isso, fazer  
3069 com que o servidor entenda o seu papel. Às vezes, seu papel, no sentido de conhecer a lei de  
3070 execução penal, que ele não conhece, que ele nunca viu. Quando nós atuamos nesse tipo de...  
3071 quando eu falo em capacitação, é nesse sentido, de introduzir, às vezes, é uma coisa muito  
3072 incipiente para ele. A presença do estado, quando falamos em presença do estado, é uma questão  
3073 de ordem, organização, porque tudo passa inicialmente por organização. Para que esse  
3074 momento seja produtivo, há necessidade de um presidente para gerir, encaminhar, para que um  
3075 possa falar depois. Para um ambiente prisional, em que as pessoas chegaram lá por deficiências  
3076 das maiores possíveis, em termos culturais, em termos sanitários, em termos de educação, só se  
3077 inicia qualquer tipo de ação de ressocialização – como disse o professor, ele não vai se  
3078 ressocializar, ele está primeiro se socializando – com ordem. Mas, a ordem no sentido de estar  
3079 organizado. Quando o senhor comentou sobre o SUSP, O SUSP sim é uma política necessária,  
3080 de integração. O trabalho da força tarefa é um trabalho visando a integração. Sobre a  
3081 intervenção no Rio de Janeiro, não há atuação da FTIP, não houve, no Rio de Janeiro. É uma  
3082 intervenção do governo... não falo nem do governo anterior. Dá força tarefa de intervenção  
3083 prisional, da força tarefa de cooperação, não houve. Foi uma atuação do exército, não somos  
3084 militares, não somos militarizados, são órgãos de segurança pública, os agentes prisionais, os  
3085 servidores prisionais, enfermeiros, técnicos, fazem parte dessa dinâmica, mas sem ser  
3086 militarizado. O professor Bicalho, procedimentos para avaliação da necessidade da intervenção.  
3087 Como eu falei, nós entramos onde houve cinquenta e quatro mortes, primeiro, na outra, sessenta  
3088 e duas mortes. Me parece, nesse caso, que é uma avaliação de necessidade quase que  
3089 inquestionável, nesse ponto, que foram os locais onde nós atuamos. Sobre a continuidade das  
3090 assistências, se a capacitação envolve a continuidade das assistências, esse é outro ponto,  
3091 quando nós comentamos sobre os servidores serem capacitados para a continuidade do novo  
3092 paradigma. Sim. Porque são incluídas as assistências, são levadas aos internos e, servidores  
3093 devem ter a ciência de que aquele serviço, aquela forma de atuação deve ter continuidade. Não

3094 basta que entreguemos os medicamentos, que façamos como fizemos agora, no Pará, sessenta  
3095 mil atendimentos de saúde. Se nós saímos, vai parar aqueles sessenta mil? Não, tem que  
3096 continuar. Essa é a continuidade. No Ceará, mais de quarenta mil atendimentos de saúde.  
3097 Saímos, vai parar? Me parece que tem continuado. É essa mudança de paradigma, quando me  
3098 refiro à capacitação dos servidores para continuidade. Desculpe pelo me alongar. Creio que  
3099 devamos ter mais oportunidades de conversar, para que consigamos ter esse cenário mais  
3100 delineado, porque percebi que há uma severa confusão entre a atuação e, isso pode passar sim,  
3101 doutor, pela eventual dificuldade de publicação. Mas, eu acho que a oportunidade de  
3102 conversarmos com mais frequência, estabelecermos esse contato, e poder apresentar para vocês  
3103 a forma de atuação, vai ter uma melhor produtividade nesse ponto. Agradeço. (Intervenção fora  
3104 do microfone). A redução de presos passa por uma série de circunstâncias que devem ser  
3105 sopesadas. Que a força tarefa, força de cooperação, nesse momento, visa essa prevenção no  
3106 ambiente prisional estabelecido, ou na reação a um evento crítico no momento de crise. Em  
3107 relação à força de cooperação, a nossa atuação se refere a esse nicho.

3108

3109 Vitória – Doutor Marcelo, agradeço os esclarecimentos. Vou passar a palavra ao doutro Marcos  
3110 de Abreu, por um período aproximado de quinze minutos, que é o que o doutor Marcelo falou.  
3111 Espero que seja o suficiente para responder, para agradar todo mundo. É muito difícil essa  
3112 posição aqui. Se quiser usar menos, fique à vontade também, não tem problema.

3113

3114 Marcos Abreu – Boa tarde novamente, senhoras e senhores. Uma das colegas de mesa, não  
3115 anotei o nome, fez o comentário sobre o termo que utilizei. Silvia, me penitencio desde logo,  
3116 ato falho. Como corregedor, não deveria ter usado esse termo, me desculpe. Foi força de  
3117 expressão. Me penitencio publicamente, espero que esteja esclarecido. Espero que possamos  
3118 talvez trazer um objetivo de reuniões bilaterais entre os órgãos, porque o que vou falar, não  
3119 posso cansa-los e não vou conseguir abranger todos os questionamentos. Mas, vou fazer uma  
3120 explanação daquilo que entendo mais relevante. Em relação ao que o colega Henrique  
3121 comentou, a respeito da sistematização das normas, na verdade, eu estou há dois meses na  
3122 corregedoria. Isso não é desculpa, mas estou tomando pé de algumas situações. O que eu  
3123 consegui encontrar de dificuldade em normatização, já conseguimos superar, falta apenas a  
3124 publicação. Porque não encaminhamos já para o ministro da Justiça cancelar e publicar? Em  
3125 primeiro lugar, porque houve um processo de amadurecimento, agora a FUCOPEN substituirá  
3126 a FTIP. Ao invés de termos duas portarias, a administração do DPEN me solicitou se eu

3127 concordaria em fornecer a regulamentação correcional da FUCOPEN, para que não haja a FTIP,  
3128 que vai ser extinta e, depois, a FUCOPEN. Isso causaria desperdício até de tempo, são dois  
3129 processos que estariam sendo submetidos à análise da assessoria do ministro. Só por esse  
3130 motivo não foi publicado ainda, mas já está pronto, a parte correcional está pronta, falta só  
3131 publicação. Talvez possamos até melhorar alguns pontos, principalmente agora, verificando os  
3132 questionamentos que foram feitos do mecanismo, talvez alguns poderes investigatórios  
3133 podemos discutir se dá para aprofundar. Uma coisa é a polícia federal, por exemplo, que tem  
3134 atribuição investigatória, pode pedir grampo, pode pedir busca e apreensão, tomar uma série de  
3135 medidas de investigação, com as quais estou muito acostumado, fazem quinze anos que sou  
3136 delegado de polícia, mas não posso tratar a corregedoria como uma delegacia, porque do lado  
3137 de lá tem a defesa do acusado, tem a defesa do investigado. Eu tenho que sopesar o contraditório  
3138 e a ampla defesa, não só o direito do preso, mas o direito do próprio investigado, do agente. A  
3139 situação do corregedor é muito delicada, eu não posso passar do ponto. O delegado tem que ser  
3140 imparcial também, mas o delegado tem um poder maior, e não sou delegado atualmente, minha  
3141 função está suspensa, sou corregedor. Eu peço a compreensão dos senhores nesse sentido, para  
3142 me municiar de informações, porque eu não posso busca-las a qualquer custo mais. Como  
3143 delegado eu poderia grampear, por a minha equipe em cima, mas agora não dá mais para fazer  
3144 isso. Eu preciso ter consciência do limite da minha atribuição investigatória. Por isso que eu  
3145 peço, em sigilo, os documentos, que nos municiem das informações, para que eu possa  
3146 identificar quem teve o dedo quebrado, a mão quebrada. Vamos ouvir esse preso, se ele  
3147 conseguir identificar, porque as vezes ele não consegue identificar o agente. Mas, se ele  
3148 conseguir identificar o agente, vamos propor a punição. Porque não sou eu que puno também.  
3149 Eu faço a investigação, instauo os procedimentos acusatórios. Se nós tivermos essa munção  
3150 para estabelecer os processos administrativos, isso vai facilitar demais o meu trabalho e vai,  
3151 inclusive, nos possibilitar uma atuação que, por (inaudível) própria, eu não vou conseguir, pela  
3152 limitação da atribuição correcional. Espero que esteja esclarecido também, não estou me  
3153 escusando, só estou pedindo colaboração, só isso. Outra coisa, em relação às recomendações,  
3154 em especial... vou fazer o inverso, vou começar pelo Pará. Não é objeto aqui, mas, a título de  
3155 exemplo, na FTIP do Pará, que foi uma FTIP que eu peguei no começo, porque mandei um  
3156 agente, depois mandei mais duas, para fazer as apurações, eu tenho oito procedimentos  
3157 apuratórios, que eu lembrei de cabeça. Um procedimento nos presídios masculinos, um  
3158 procedimento exclusivo para o feminino, com duas mulheres fazendo, tomamos esse cuidado.  
3159 Quando eu fui no presídio feminino, fazer a inspeção: senhor corregedor, o senhor não vai entrar

3160 na ala? Eu não, não vou entrar, eu sou homem. Eu posso, num momento de crise, a minha  
3161 presença masculina pode, inclusive, perturbar o ambiente carcerário, então eu tive o cuidado de  
3162 não entrar. Agora, a questão estabilizada, se eu voltar ao Pará, posso trazer as presas para  
3163 conversar. Temos que tomar muito cuidado, e espero que os senhores entendam isso também.  
3164 Um procedimento para avaliar uma situação, foi falada de uma visita que foi feita ao setor  
3165 LGBT de um presídio do Pará. Eu instaurei um procedimento também para apurar uma situação  
3166 de uma denúncia. Essa denúncia tem a vítima, tem os vídeos. Embora acreditemos que não seja  
3167 muito verídica a denúncia, eu instaurei e já tem uma mulher apurando. Ele é um homossexual  
3168 do sexo masculino, nasceu homem, mas se identifica como mulher, então entendemos que era  
3169 o caso de colocarmos uma mulher para fazer uma apuração também. Temos um procedimento  
3170 apuratórios de conduta em que já identificamos uma servidora abusadora, é uma servidora  
3171 estadual. Não propus ainda a punição porque não me veio o relatório (intervenção fora do  
3172 microfone). Não tenho ciência se ela foi afastada. Inclusive agora, com o procedimento  
3173 apuratório de conduta, a nova portaria, quem afasta sou eu, aliás, eu proponho o afastamento,  
3174 quem afasta é o nosso colega Marcelo. Como vou poder propor o afastamento, eu vou ter mais  
3175 condições de controlar isso também. Tem o desentendimento entre dois ou três agentes  
3176 estaduais, que também instauramos o procedimento apuratório de conduta, questão  
3177 administrativa. Tem uma sindicância investigativa para apurar uma conduta recente de um  
3178 agente federal. E uma sindicância investigativa específica para o relatório do mecanismo.  
3179 Instauramos terça feira passada, quando soubemos do teor, quando conseguimos terminar de  
3180 ler o relatório, já dei um despacho nos autos, determinando a instauração. Para o Ceará. O  
3181 Ceará, eu tomei posse depois que tinha encerrado a FTIP, não identifiquei nenhuma instauração  
3182 de procedimento em relação ao Ceará, não achei na corregedoria nenhum procedimento. O que  
3183 eu fiz? Instaurei e já está pronto, já tem relatório final. Esse relatório eu ainda não tive tempo  
3184 de analisar, ele me foi remetido quinta-feira passada, na véspera do feriado e, devido aos  
3185 compromissos da semana, não consegui analisa-lo. Mas, já está pronto, acabado, vamos analisa-  
3186 lo. (Intervenção fora do microfone). Finalizando, se os senhores não tiverem mais  
3187 questionamentos, estou há oito minutos falando. Em relação à atividade correcional, todo lugar  
3188 que eu vou, quando visito uma penitenciária, normalmente as federais, o agente vem me  
3189 perguntar: doutor, é só punição, é só investigação, é só processo administrativo. Porque o senhor  
3190 não faz uma atividade preventiva, inova, em relação a isso aí? Atividade preventiva da  
3191 corregedoria, eu não posso me limitar a fazer recomendações. Eu já até fiz recomendações, tem  
3192 algumas que estão também em tramite agora, em processos, estamos pedindo opinião de outros

3193 setores, para minutar, finalizar as recomendações, para evitar repetição de atos ilícitos. Mas, eu  
3194 acho que só recomendação não basta, nós estamos fazendo um estudo, estamos com uma janela  
3195 de oportunidade para a reforma do regimento interno. Chegou hoje para mim isso, antes do  
3196 almoço, não tive tempo de olhar. Mas, eu já tinha feito uma análise preliminar do  
3197 estabelecimento..., mas, tem uma questão legal, e é bem complicado isso porque, se colocamos  
3198 na portaria, na norma rasa, que a portaria é a norma mais rasa. Se você coloca na portaria uma  
3199 norma que não está prevista com fundamento naquela pirâmide de Kelsen, que são as outras  
3200 normativas superiores, você vai ter um questionamento da defesa, ou vai ter um questionamento  
3201 judicial. Nós também não queremos incorrer nisso. E temos um problema sério com a lei de  
3202 abuso de autoridade, que estamos para ver até que ponto podemos fazer as modificações  
3203 preventivas. Essa proposta que temos é da justiça restaurativa entre servidores, num primeiro  
3204 momento. Estabelecer mecanismos de fomento de justiça restaurativa. Mas, isso demanda um  
3205 estudo, acho que talvez para o começo do ano que vem e, talvez, possamos estabelecer isso  
3206 também para as FTIPs. Mas, você compor um conflito entre preso e agente, já é um pouco mais  
3207 complicado. Temos que estudar a viabilidade jurídica e a viabilidade psicológica disso,  
3208 inclusive, para as partes envolvidos. Porque, o mecanismo de restabelecimento da paz, após o  
3209 conflito, passa justamente por questões muito delicadas e específicas do psicológico de cada  
3210 indivíduo. Isso é uma questão que tem que ser feito um estudo mais aprofundado. Agradecer a  
3211 atenção dos senhores. A presidente da mesa nos concedeu quinze minutos, eu tenho mais quatro  
3212 minutos, se alguém quiser fazer algum questionamento, para respeitarmos o tempo  
3213 regulamentar.

3214

3215 Matheus – Senhora presidente, posso fazer uma pergunta, uma frase bem objetiva, com base no  
3216 que ele falou agora? Bem rápido mesmo.

3217

3218 Vitória – Matheus, eu ia passar a palavra para os demais convidados, como a doutora Lúcia e  
3219 doutor José, para eles poderem fazer uma fala de encerramento e, depois, passaríamos para os  
3220 encaminhamentos e você faz sua fala. Doutora Lúcia, por favor.

3221

3222 Lúcia Bertini – Rapidamente, dizer que foi uma rodada muito interessante, para poder fazer um  
3223 direcionamento no Ceará. O caso do Ceará é muito emblemático, por conta de que ele foi, de  
3224 fato, no primeiro semestre, uma experimentação dos novos paradigmas na metodologia da força  
3225 e do processo local. Acho que estamos com o processo em andamento para ser monitorado.

3226 Queria que pudéssemos fazer com que o Ceará, como tal, pudesse ser uma referência, e  
3227 pudéssemos construir isso, que seria... até estou impressionada com a justiça restaurativa  
3228 porque, há um tempo atrás, falávamos disso, falávamos de assistências mais amplas, de  
3229 integração, intersetorialidade, e o DPEN estava muito presente nessa articulação. Acho muito  
3230 recomendável que se dar continuidade, não podemos, cada vez, começarmos de novo, mas  
3231 podermos pensar aqui como fazemos para construir uma pratica que supere essa junção que  
3232 hoje, inevitavelmente, está acontecendo com os maus tratos, com a tortura, nessa medida, que  
3233 eu vou precisar fazer uma limpeza, que é como tem sido utilizado. Entrar de uma forma a tirar  
3234 determinadas formas pactuadas já entre o crime organizado, os agentes, direção, que são coisas  
3235 que... é isso que acontece, são pessoas que estão sendo colocadas, muitas vezes, à disposição,  
3236 outros tem sido demitido, outros com processos em andamento. Que isso não vá criar o  
3237 procedimento não podendo se traduzir em simples nudez, posição rígida, limpeza, spray de  
3238 pimenta, bala, cassetete nos dedos. Isso tem vindo como um conjunto, e precisamos qualificar  
3239 isso para que isso possa ser revisado. Inclusive, com relação ao empilhamento, a cada  
3240 intervenção de fiscalização para verificar telefones, você tira tudo que foi trazido pela família,  
3241 e bota tudo fora. Tem fotos de familiares de grandes pilhas de objetos que foram comprados  
3242 com muito sacrifício. Os familiares veem, enxergam aquelas coisas todas emboladas, jogadas.  
3243 Esse é um procedimento que está inevitavelmente junto, associado. Precisamos estudar isso,  
3244 acompanhar. Nada melhor do que pensar que o mecanismo possa se fazer presente, acompanhar  
3245 a própria intervenção, não é depois, mas junto. É poder estar acompanhando, esse é um  
3246 procedimento que precisa ser traduzido num padrão que possa ser construído junto. O  
3247 mecanismo passa todo o tempo falando de prevenção, tentando fazer essa proposição. Eu queria  
3248 que pudéssemos transformar o próximo período, semestre talvez, numa referência para poder  
3249 continuar, dar continuidade para os pontos que foram apontados lá, chegar à conclusão de que  
3250 eles são absolutamente falsos ou, não. Se eles são verdadeiros, fazer um fluxo, se verdade, como  
3251 fazemos para que isso não continue associado. Acho que esse é um procedimento que  
3252 precisamos pactuar, claro, com o sistema local, no caso do Ceará, que tem sido à duras penas.  
3253 Mas, acho que esse procedimento que hoje temos conseguido, de fazer, através do  
3254 monitoramento do relatório, se anda integradamente todos os conselhos, o comitê, e as  
3255 instituições da sociedade civil, para que tenhamos continuidade e possamos identificar, nessa  
3256 metodologia que não é muito clara, mas está se estruturando – por isso não é tão clara -, onde é  
3257 que estão as coisas que acabam associando regras de maus tratos, porque elas estão associadas.  
3258 Essa é uma tarefa bem importante que temos pela frente, para poder sermos responsáveis nesse

3259 processo. Acho que tem um andamento necessário para fazer, senão vamos ficar discutindo o  
3260 passado e acabamos ficando em duas posições muito claras. Eu acho que o comitê nacional  
3261 pode ter essa intermediação, acho que é uma prerrogativa inclusive de poder dar conta de  
3262 continuidade e de superação. Sendo que nós não podemos deixar de fazer todas as outras  
3263 construções que o próprio DPEN vinha fazendo de uma forma importante. Sim, acho que não  
3264 só a justiça restaurativa, mas as práticas alternativas, para além do encarceramento, onde tem  
3265 no Ceará, inclusive, com uma capacidade muito boa de fazer redução de reincidência, que é a  
3266 central de alternativas penais, que é financiada lá pelo DPEN, e temos um trabalho mais antigo,  
3267 longo, no Ceará, em andamento. Mas, isso não conecta, não conseguimos superar o sistema  
3268 com a sua crise permanente, mesmo com uma central de alternativas penais em andamento,  
3269 funcionando muito bem obrigada. Três, quatro, cinco, oito mil pessoas, de dois mil e quinze a  
3270 dois mil e dezoito. Eu me disponho, me coloco à disposição, sendo que hoje não estou nessa  
3271 secretaria de administração prisional, mas na secretaria de proteção social, onde ficam tanto o  
3272 comitê de prevenção e combate à tortura, quanto o conselho estadual de direitos humanos.

3273

3274 Vitória – Doutora Lucia, muito obrigada. Vou passar a palavra para o doutor José Pena forte,  
3275 para fazer a fala de conclusão dele.

3276

3277 José Pena forte – Obrigado, quero primeiro agradecer o convite para participar dessa reunião,  
3278 acho que vai qualificar um pouco mais a minha atuação junto à presidência da comissão de  
3279 direitos humanos, durante a diligencia ao Ceará. Aproveitar para convidar o comitê para estar  
3280 junto com a comissão, nessa diligencia, para também auxiliar o trabalho da comissão, tanto na  
3281 averiguação das denúncias que foram feitas, como aquelas que serão apresentadas nas oitivas  
3282 reservadas. Eu só quero fazer uma ponderação sobre a minha fala, com relação à presença da  
3283 FTIP. A preocupação da presidência da comissão de direitos humanos não está exclusivamente  
3284 quando a FTIP está presente, mas, justamente, da criação de um modelo de atuação nos  
3285 presídios, que está se espraiando em todo Brasil, em presídios onde não há situação de conflito,  
3286 aquele modelo está sendo aplicado e está sendo criada uma situação de violação permanente  
3287 dos direitos dos apenados, mesmo quando não há situação de conflito. Essa é uma preocupação  
3288 muito séria, porque as denúncias estão chegando e, em lugares, como o senhor mesmo falou,  
3289 onde a FTIP não foi acionada. A nossa preocupação é de que, uma situação que deveria ser  
3290 emergencial para uma resolução de um conflito localizado, está sendo criado um modelo de  
3291 atuação em todos os presídios do país. Muito obrigado. Contem com a comissão de direitos

3292 humanos, pelo menos, até o final do ano, enquanto o presidente, deputado (inaudível) Salomão  
3293 estiver à sua frente.

3294

3295 Vitória – Eu vou passar a palavra ao Matheus, depois, doutora Cinthia que, pelo que me falaram,  
3296 é menos de um minuto. (Intervenção fora do microfone). Porque, as perguntas que foram  
3297 encaminhadas ao DPEN, me corrijam se eu estiver errada, o próprio diretor geral respondeu, eu  
3298 imagino. (Intervenção fora do microfone). Das recomendações.

3299

3300 Cinthia – Primeiro, eu quero deixar bem clara a importância das recomendações do mecanismo,  
3301 que eu fiz questão, o DPEN, a formação envolve várias diretorias, com áreas e competências  
3302 temáticas muito distintas, que o doutor Marcelo Stona é diretor do sistema penitenciário federal,  
3303 responsável pela coordenação e planejamento da FTIP. Só que a demais recomendação tem  
3304 relação com a corregedoria, tem com normativos e, também, em relações às aplicações dos  
3305 recursos do fundo penitenciário. Eu só queria colocar algumas situações. Primeiro, a questão  
3306 da instauração dos procedimentos apuratórios, eu acho que ficou bem claro. Só a título de  
3307 informação em relação ao Ceará, a ouvidoria recebeu uma denúncia, em maio deste ano, e  
3308 encaminhou para a corregedoria, para que se fizesse também a abertura de um procedimento  
3309 apuratório que está hoje sendo realizado pela unidade, por servidores lotados na penitenciária  
3310 federal de Mossoró, para que faça averiguação em relação àquelas atuações. É uma comissão  
3311 exatamente de sindicâncias, de apurações. Na passagem pelo estado do Pará, também  
3312 solicitamos a abertura de vários procedimentos, encaminhamos sessenta e quatro mulheres, que  
3313 foram identificadas pelo COPEN, para que fossem submetidas aos exames de lesões corporais,  
3314 para que tenhamos... a ideia do tempo é muito importante para nós. Por isso que, quando  
3315 falamos a importância de ter a informação, seja para, de alguma forma, afastar aquele agente,  
3316 que ele seja colocado em atividades administrativas, que ele não fique diante daquela... ao  
3317 menos, até que haja apuração e esclarecimento dos fatos. Também, para que possamos submeter  
3318 aquelas pessoas aos exames necessários para a comprovação daquilo, dos maus tratos e da  
3319 prática de violência. Em relação à questão da criação de normativos, eu quero deixar bem claro,  
3320 Luiz Gustavo, que você sempre colocou, sempre deixou muito essa cobrança, desde a atuação  
3321 da FTIP, que se deu em janeiro, de dois mil e dezessete, e nós tivemos – é lamentável dizer isso  
3322 -, entre dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, tivemos a troca de cinco diretores do  
3323 departamento penitenciário nacional. A normatização desse tipo de procedimento, dentro de  
3324 uma alternância de gestão, é muito complicada. As pessoas que trabalham na gestão pública,

3325 sabem o quanto é difícil um novo gestor, o quanto se volta do zero em relação a determinadas  
3326 discussões que estão bastante amadurecidas. Hoje, até por uma bastante determinação, por parte  
3327 da corregedoria, da DISPEF, da ouvidoria, já está em andamento, já está praticamente aprovada,  
3328 é uma portaria que regulamenta objetivos, competências de atuação de coordenação, relação  
3329 com os órgãos de execução penal, dentro dos estados, isso em relação à FTIP. Sabemos que  
3330 uma força de atuação não pode ser resolvida apenas dessa forma. Critérios para o emprego da  
3331 segurança operacional. A mobilização, as formas de mobilização e desmobilização. Normas de  
3332 conduta, deveremos, vedações, atividades correcionais. Tudo isso, quando pronto, obviamente  
3333 que será aprovado, colocado à disposição, inclusive para que possamos, quem sabe, até  
3334 aperfeiçoar o normativo. Em relação à que se perguntou sobre a questão da população  
3335 carcerária, em relação a alternativas penais. No final do ano passado, foi repassado para o CNJ,  
3336 noventa milhões. Quando nós falamos sobre alternativas penais, isso é muito claro, o poder  
3337 decisório da sua aplicação, em grande parte, está no judiciário. Comprendemos isso, foi uma  
3338 decisão, inclusive não foi dessa gestão, foi decisão do ministro Raul Jungmann, da ideia de que  
3339 as alternativas penais precisavam ser discutidas pelo órgão máximo de justiça, justamente para  
3340 que houvesse a sensibilização dos operadores, que seria o poder judiciário local, os magistrados  
3341 para a sua aplicação. Nós queríamos – é lamentável dizer isso –, criar alternativas... nós víamos  
3342 isso nas centrais, criávamos toda uma estrutura, dentro do poder executivo, de alternativas  
3343 penais, e não havia, por parte do poder judiciário local, sensibilidade de compreender a  
3344 importância de alternar uma pena de privação de liberdade por uma alternativa penal. A partir  
3345 desse momento em que há essa transferência para o CNJ, se passou ao CNJ esse dever, junto  
3346 com o poder executivo que estamos auxiliando. A sensibilização, através do projeto Justiça  
3347 Presente, que se dá através do desenvolvimento de estratégias para a redução da superlotação,  
3348 a promoção da documentação civil, com a identificação biométrica dessa população e, também,  
3349 o projeto Penas Inteligentes. Ela está em andamento, existe um cronograma de atividades que  
3350 estão sendo feitas em vários estados, as pessoas que acompanham, sabem que a equipe do CNJ  
3351 tem atuado de forma determinante dentro dos tribunais de justiça, enfrentando até mesmo  
3352 algumas resistências, com adoção de sistemas únicos e adoção desse processo de sensibilização.  
3353 Também queria colocar a questão da justiça restaurativa. Há, por parte da ouvidoria, um projeto  
3354 que foi iniciado pelo PNUD, que continua, que é a aplicação da justiça restaurativa dentro do  
3355 sistema prisional. Nós estamos usando, ele vai ser aplicado, esse projeto foi renovado, o produto  
3356 do PNUD foi prorrogado, e nós vamos aplicar especificamente no caso do presídio central de  
3357 Porto Alegre. Lamentavelmente, o estado do Rio Grande do Sul, tem um baixo

3358 desenvolvimento, o estado do Rio Grande do Sul não tem audiência de custódia. Elas são muito  
3359 limitadas, são limitadas praticamente ao presídio central. Precisamos discutir porta de entrada  
3360 e porta de saída, e o estado do Rio Grande do Sul está apresentando a criação de um núcleo de  
3361 gestão para haver essa porta de entrada e porta de saída, com a realização de audiências de  
3362 custódia. Que possamos instalar, nesse núcleo, um núcleo de justiça restaurativa, para que  
3363 possamos comungar dessas ações. Em relação às outras questões, do recurso do FUNPEN –  
3364 desculpa se estou falando muito. Há o item: garantir que os financiamentos feitos através dos  
3365 recursos do FUNPEN tenham, como consideração, o previsto na lei doze oitenta e sete.  
3366 Precisamos esclarecer que, hoje, os recursos do FUNPEN se dividem em duas categorias.  
3367 Lamentavelmente, existe a categoria que é a que dá o maior aporte de recursos, que são as  
3368 transferências fundo a fundo. As transferências fundo a fundo são reguladas pela lei  
3369 complementar setenta e nove, que tem um rol taxativo, que estabelece aonde os recursos podem  
3370 ser aplicados. Existem também as transferências voluntárias, que se dão através de convênios.  
3371 Essas, nós temos uma carteira de políticas e eu mesma me responsabilizo em levar as  
3372 contribuições. Eu acho que o mecanismo poderia nos apresentar, porque sempre que ele  
3373 apresenta, se dá me casos específicos, casos concretos. Apresentar uma relação de  
3374 recomendações que possam ser consideradas na questão da carteira de políticas, no que  
3375 concerne aos convênios, que são transferências voluntárias, que permitem ao órgão da  
3376 administração maior gerência em relação às contrapartidas. Uma outra situação: estabelecer  
3377 ato normativo adequado sujeito à utilização dos recursos do FUNPEN, pelos entes federativos,  
3378 para fins de aquisição de armamento. Eu adoraria dizer para você que isso seria tudo que eu  
3379 gostaria de fazer. Mas, hoje, quem regulamenta a aquisição de armamentos, os armamentos  
3380 estão sendo adquiridos pelos recursos do FUNPEN, transferência fundo a fundo, na categoria  
3381 aparelhamento. Quem regulamenta esses critérios, é o Exército Brasileiro, que tem portarias  
3382 específicas. Todo e qualquer produto, seja o colete balístico à arma, existem portarias de  
3383 produtos controlados, que estabelecem critérios em relação à dotação. Eu só posso comprar um  
3384 número x de armamento, se eu tiver um número y de servidores. Todas essas questões estão  
3385 sendo normatizadas por portarias do Exército. O que o DPEN tem feito? Temos uma portaria  
3386 que regulamenta o porte de armas aos agentes, uma série de requisitos. Há o uso continuado, e  
3387 recomendamos também que haja um alinhamento e uma capacitação permanente, em relação  
3388 ao uso do armamento nas penitenciárias federais. Não se usa armamento letal dentro da  
3389 custódia. Só são possíveis armas, você até me corrija Stona, dentro dos locais onde há a  
3390 convivência de presos e custodias, não pode haver existência de armamento letal, somente

3391 armamento menos letal. E há também a recomendação... sempre colocamos isso: as pessoas  
3392 precisam ser capacitadas, os servidores precisam ser capacitados sobre o uso regular da força,  
3393 quando necessária. Eu acho que essa capacitação se dá através de uma matriz curricular que já  
3394 existe, pela escola penitenciária. Inclusive, temos um perito do mecanismo, que faz parte do  
3395 nosso rol de docentes, que é o professor Bruno. Estamos tentando replicar para todas as outras  
3396 unidades federativas, para que tenhamos escola para capacitação. Que direitos humanos  
3397 também seja exigido dentro da grade curricular. Eu sempre brinco com o Stona: eu adoraria  
3398 ver um operacional que tivesse um emblema no seu colete: sou perito em direitos humanos. Há  
3399 uma outra situação que precisamos ver, e acho que é importante ver também, e o doutor Marcos  
3400 está aqui. O DPEN defende, há muito tempo, a necessidade de corregedorias e ouvidorias  
3401 próprias para o sistema prisional. A grande maioria das ouvidorias, hoje, são ouvidorias gerais,  
3402 são ouvidorias ligadas a aparelhos da segurança pública ou, ouvidorias responsáveis por toda  
3403 gestão administrativa daquele estado. Gostaríamos de contar com o apoio do comitê, para que  
3404 façamos recomendações aos estados, para que se criem estruturas próprias, autônomas e  
3405 independentes, para ouvidorias e corregedorias. Sabemos que uma corregedoria que atua, de  
3406 todo aparato de segurança pública, não consegue ter o filtro necessário para olhar o sistema  
3407 prisional. Eu não sei se existem mais algumas recomendações, ou algum outro esclarecimento.  
3408 E coloco à disposição. Obrigada.

3409

3410 Vitória – Cinthia, agradeço muito sua fala. Nossa última fala seria do Matheus. Se for  
3411 imprescindível, Matheus. Marcelo e Matheus. O Matheus, de for responder depois. Depois, o  
3412 Marcelo já poderia responder à pergunta do Matheus. Nos encaminhando para o fechamento e  
3413 encaminhamentos.

3414

3415 Matheus – Obrigado, senhora presidente. Rapidinho, pedir desculpas publicamente ao Lucas,  
3416 primeiramente. Fiz no corredor, peço publicamente, melhor. Elogiar a postura do Marcos, acho  
3417 que foi uma postura muito humilde, muito aberta, em relação a algumas críticas construtivas.  
3418 Parabéns, Marcos. Em relação à Cinthia, nessa questão da capacitação, acho importante, mesmo  
3419 não sendo arma de fogo, armamento a princípio não letal, dependendo da distância que é atirada  
3420 uma bala (inaudível), pode ser letal. Então, essa capacitação que você falou, é muito importante.  
3421 A pergunta, Marcos, seria a seguinte: lá pelas tantas, na sua exposição, o senhor colocou que  
3422 teria alguma filmagem, não sei se foi num presídio feminino ou masculino, que poderia auxiliar  
3423 numa correção, numa investigação. A pergunta que eu faço, é a seguinte: as incursões dos

3424 agentes da FTIP, são filmadas? Caso não sejam, a sugestão que eu daria é para serem filmadas.  
3425 É algo que temos pedido para a SAP, em São Paulo. Inclusive, a polícia militar de São Paulo,  
3426 está fazendo estudo técnico para os policiais militares terem câmeras nos coletes. A câmera tem  
3427 que ser assim, igual o Robocop, porque se a câmera for aqui, a cara tortura aqui e coloca aqui,  
3428 a câmera tem que estar aqui. Queria saber se há esse tipo de filmagem. Se não existir, eu  
3429 colocaria como sugestão para que fosse feito algo nesse sentido. Obrigado.

3430

3431 Marcos – Eu posso responder, presidente.

3432

3433 Vitória – Fique à vontade. Na verdade, só para não interromper, primeiro doutor Marcelo,  
3434 depois Marcos pode responder. Só para respeitar a ordem de fala.

3435

3436 Marcelo – Queria ressaltar sobre um comentário antes. Importante registrarmos e não fazermos  
3437 a confusão, que a força de cooperação não está no Ceará desde treze de maio, que a atuação do  
3438 governo do estado não se confunde com a atuação da força de cooperação. É importante que  
3439 isso fique muito claro, porque me parece que ainda há um certo encruzilhamento de ações. No  
3440 que tange às câmeras de lapela, vou aproveitar porque passa pela minha diretoria. Já possuímos  
3441 estudos técnicos, estamos elaborando estudos técnicos para o sistema penitenciário federal, que  
3442 podem ser sim encaminhados posteriormente para a força tarefa.

3443

3444 Marcos – Somente para complementar, temos uma preocupação muito grande, Matheus, com a  
3445 câmera, pelo seguinte: eu já tive situações muito claras de filmagem, você falou muito bem, do  
3446 cara colocar a câmera aqui e torturar aqui. Não desse nível, mas um processo específico, não  
3447 vou citar os nomes, mas em que a câmera falha, e fica a dúvida se o agente desligou. Ou, ele  
3448 abaixa a câmera, ou a câmera se desprende. A câmera é importante, é mais um elemento, mas  
3449 é necessário, desde o início, ter a consciência de que o conto que é o mais importante. Porque,  
3450 se você for depender somente da câmera, a câmera é falha, porque acaba a bateria, porque, em  
3451 determinados locais, se for um sistema de transmissão via wifi, não pega, tem que botar wifi na  
3452 cadeia toda. Você vai colocar wifi na cadeia? Compromete também a questão de segurança. É  
3453 uma questão extremamente complexa. Tem que ser analisada pela DISPF, pelo diretor geral do  
3454 DPEN, as hipóteses que ela pode ser utilizada, até para que não se gere ainda mais problemas  
3455 de segurança e, na própria utilização prática desse instrumento.

3456

3457 Vitória – Eu vou agradecer novamente a presença dos nossos convidados hoje, em nossa  
3458 audiência. Queria parabenizar todo mundo, convidados e comitê, porque conseguimos fazer um  
3459 debate civilizado hoje, minimamente civilizado, eu diria. Eu vou passar para os  
3460 encaminhamentos. Como nós iremos para votações de encaminhamentos eu libero os  
3461 convidados para, se for necessário, saírem, fiquem à vontade. Agora, o debate começa, às vezes,  
3462 meio feio aqui. Muito obrigada novamente pela presença de vocês. Silvia.

3463

3464 Silvia – É uma representante do DPEN.

3465

3466 Vitória – A Cinthia fica. Eu vou pedir para a Carol fazer a leitura de alguns encaminhamentos  
3467 que retiramos das falas de algumas pessoas. Se tiver mais propostas de encaminhamento, peço  
3468 que façam a inscrição de fala.

3469

3470 Carolina – Fizemos uma compilação aqui, muito mais a Vitória do que eu, eu estava tentando  
3471 anotar o registro dos colegas, das manifestações dos colegas. Primeiro encaminhamento,  
3472 proposto pelo doutor Marcos, é oficial o governo do Ceará. Na fala dele, ele tinha feito uma  
3473 referência a situações relatadas pelas Lúcia Bertini. O segundo encaminhamento, o Bruno  
3474 propõe um ponto de pauta sobre a segurança dos peritos, a partir das indicações feitas pelo  
3475 Ribamar, mas que pode ser um ponto de pauta para outro momento, não precisa ser na próxima  
3476 reunião. Até comentei com a Vitória que é importante ficar esse registro, para nortear as  
3477 decisões e deliberações da mesa diretora em futuras reuniões. A Márcia propôs a articulação de  
3478 uma missão conjunta do comitê e mecanismo, com agenda com o governo local. Acho que a  
3479 Márcia falou direto com você. A Silvia propôs uma resposta oficial, escrita, do DPEN, sobre o  
3480 cumprimento das cinco recomendações do mecanismo que estão no relatório. Os  
3481 encaminhamentos estão projetados na tela.

3482

3483 Vitória – Eu queria que Carol fizesse um esclarecimento sobre o primeiro – pode ser Carol e  
3484 alguém do mecanismo -, porque esses ofícios todos foram enviados, que é o encaminhamento  
3485 que eu acharia importantíssimo, mas sabemos que os ofícios sobre monitoramento,  
3486 recomendações, nós enviamos esses ofícios, não recebemos respostas sobre todos. Carol, se  
3487 você puder explicar melhor para nós.

3488

3489 Carolina – Só lembrando que a realização dessa audiência é um encaminhamento da reunião  
3490 anterior. Junto com esse encaminhamento, foram feitos outros encaminhamentos, entre os  
3491 quais, o envio de ofícios. Mas, se os colegas acharem pertinente fazerem o registro de um ponto  
3492 específico, reforçar um ponto específico, depois poderia ficar para avaliação da mesa diretora,  
3493 a partir dos relatos do sumário executivo.

3494

3495 Vitória – Marcos, não sei se isso responde sua questão de oficiar novamente.

3496

3497 Marcos – Eu acho que sim, porque já foi oficiado. Eu não sei há quanto tempo o governo foi  
3498 oficiado. Há quanto tempo?

3499

3500 Vitória – Duas semanas. Acho que não deu tempo de responder, digamos assim.

3501

3502 Marcos – Se tiver contemplada essa situação que foi relatada hoje, tudo bem, me dou por  
3503 satisfeito.

3504

3505 Vitória – Ótimo, Marcos, agradeço. Poderia tirar essa proposta de encaminhamento? Muito  
3506 obrigada. Bruno, em relação à sua proposta.

3507

3508 Lucas – Vitória, antes de finalizar esse primeiro ponto, quero estender a mão ao colega Matheus,  
3509 acho que eu também me excedi, por isso me retrato.

3510

3511 Vitória – Essa reunião é feita disso. Nos batemos a reunião inteira, mas se encontrarmos na rua,  
3512 me cumprimentem, por favor.

3513

3514 Lucas – Talvez faça parte, mas acho que é sempre bom a gente manter o diálogo. Só um  
3515 esclarecimento, sobre os ofícios que foram enviados, qual o período estamos abrangendo, qual  
3516 o período do relatório? Porque talvez tenha ultrapassado o período em que estava acontecendo  
3517 a FTIP, no Ceará. Esse é o questionamento, porque podemos estar lidando com novas situações,  
3518 novos casos de violação que foram relatados pela Lúcia.

3519

3520 Vitória – Vou pedir para alguém esclarecer, porque também não sei. Márcia, você sabe?

3521

3522 Márcia – Sim. Tivemos uma reunião com a sociedade civil, eu participei dessa reunião antes de  
3523 vir para cá. Oficialmente, como ele falou, a FTIP não está. Só que, no relato da reunião com a  
3524 sociedade civil, acho que também no relatório da defensoria pública do estado, reafirma que  
3525 eles permanecem. É esse o esclarecimento que precisamos ter. eles permanecem, não sei se  
3526 cedidos, se não é oficialmente, inclusive utilizando as roupas, com o brasão, e cooperando com  
3527 a coordenação das unidades. É isso que foi relatado nessa reunião, e pedimos esclarecimentos  
3528 sobre isso. Porque, segundo o DPEN, oficialmente não está, realmente não está, mas  
3529 permanecem lá. Queremos esclarecimento de que forma isso tem acontecido, se é cedido,  
3530 porque continua. Quando falamos em procedimentos, eu acho que reafirmamos o nosso  
3531 posicionamento e defesa em relação ao relatório. Os procedimentos violam, são violadores de  
3532 direitos, atentam contra a dignidade da pessoa, levando em consideração tudo o que foi relatado,  
3533 do processo de desnudamento das pessoas, ficam desnudas, de cócoras, com as mãos para cima,  
3534 durante horas seguidas. A relação da proibição das visitas, a proibição de alguns itens básicos  
3535 que as famílias levavam, que suplementam alimentações, também foi proibido, em decorrência  
3536 dos procedimentos em relação à questão das crises. E isso permanece, mesmo a FTIP não  
3537 estando mais no Ceará, esses procedimentos que foram, em conjunto com a secretaria SAP,  
3538 permanecem. É importante, eu concordo, eu acho que uma das minhas propostas é, apesar das  
3539 recomendações do relatório as normativas que existem relação, sabemos muito bem, em relação  
3540 a todas as violações de direitos, que existem em conjunto com a sociedade, e recomendações  
3541 internacionais, nesse momento, em decorrência do Ceará, que o comitê nacional de prevenção  
3542 e combate à tortura, possa construir um documento reafirmando em relação às recomendações  
3543 do caso do relatório do mecanismo e, que essas recomendações possam ser encaminhadas.  
3544 Qualquer protocolo, documento e a própria reformulação, transformação de FTIP, para esse  
3545 outro, FECOPEN, possam ser considerados, a partir das recomendações, do que é vedado, do  
3546 que não pode, do que se pode prever de protocolos em relação ao uso da força, porque não foi  
3547 apresentado também. Outro encaminhamento que eu acho que é interessante, é que se  
3548 apresentasse esse protocolo do uso da força, a esse comitê, para que possamos olhar, ler, avaliar,  
3549 porque foi falado, foi trazido, mas não foi apresentado em nenhum momento. Eu acho  
3550 importante que possamos utilizar esse material. Se pretendemos nos articular num momento  
3551 conjunto de diálogo, temos que ter essa cooperação também, em relação a atos, documentos,  
3552 para que possamos construir, aproveitar esse momento de transformação de um novo modelo,  
3553 paradigma, não sei, mas que ele esteja alinhado a todas as nossas recomendações,  
3554 recomendações internacionais. Fazemos essa defesa. A questão da possibilidade de, a partir da

3555 resposta do estado do Ceará, porque não recebemos, a SAP não esteve presente, ela foi  
3556 convidada, mas não está aqui, que é da possibilidade dessa visita conjunta, dessa missão  
3557 conjunta mecanismo e comitê, ao Ceará, para que possamos conversar com o governo do  
3558 estado, a SAP, os outros órgãos, também os órgãos de controle social que lá existem e tem  
3559 acompanhado esse processo. Alguns órgãos de controle social, não só o conselho estadual de  
3560 direitos humanos, o comitê estadual, mas o Ministério Público Federal, quando recebeu a  
3561 recomendação desse comitê e do mecanismo, não teve nenhum tipo de pronunciamento em  
3562 relação ao retorno das recomendações, foi convidado e não está aqui. No caso, o Ministério  
3563 Público no Ceará. (Intervenção fora do microfone). O relatório e as recomendações foram  
3564 enviados também ao Ministério Público, e não tivemos nenhuma resposta. Reiterar o  
3565 encaminhamento, talvez Vitória, que o comitê possa oficialiar o Ministério Público Federal, no  
3566 Ceará, em relação à resposta, no que diz respeito às denúncias que foram apresentadas ao  
3567 Ministério Público Federal, no Ceará. Várias denúncias, denúncias relacionadas ao relatório. O  
3568 mecanismo esteve com o Ministério Público, esteve presente, depois enviou o relatório com  
3569 algumas denúncias, e não recebemos nenhuma resposta. Acho que o encaminhamento seria  
3570 interessante o comitê oficialiar ao Ministério Público Federal, no Ceará, no que diz respeito ao  
3571 retorno às denúncias que foram apresentadas pelo relatório e, também, pelo mecanismo.  
3572 Precisamos estabelecer essa abertura, esse diálogo com o Ministério Público Federal, no caso,  
3573 no Ceará, e com a defensoria pública do estado do Ceará, que tem, em alguma medida,  
3574 acompanhado mais recentemente. (Intervenção simultânea). O encaminhamento seria esse.  
3575 Oficialiar ao Ministério Público e, também, a defensoria pública do estado do Ceará, em relação  
3576 às denúncias do relatório e às denúncias de violações de direitos apresentadas nas unidades.

3577

3578 Marcos – Só questão de ordem. Acho que temos que, nessa proposta de encaminhamento que  
3579 está fazendo, para contemplar a fala que foi feita aqui hoje. Me parece que foi feita a fala do  
3580 senhor Ribamar e da Lúcia, sobre a questão que eu pontuei, que até me senti surpreso em relação  
3581 à questão da violência física, para que seja feito um esclarecimento a esse respeito. Além de  
3582 reiterar, acrescentamos que é sejam prestadas informações nesse sentido.

3583

3584 Vitória – A próxima pessoa inscrita é Silvia.

3585

3586 Silvia – Em relação à proposta de encaminhamento, tenho duas e queria fazer um comentário  
3587 em relação à minha, que está ali. Reiterar o quanto, na pessoa da Cinthia, representando o

3588 DPEN, como esse diálogo foi muito valioso. Acho que, quando temos esse tipo de interação,  
3589 interlocução, fica claro porque o comitê existe, a importância desse comitê, dessa abertura de  
3590 diálogo. Obrigada por todas as informações que foram prestadas por você, e pelos seus colegas.  
3591 Como proposta de encaminhamento, vamos ver como colocar isso, mas algum tipo que  
3592 possamos estabelecer uma colaboração mais fluida, mais intensa, entre o DPEN, o mecanismo  
3593 e o comitê. Por exemplo, está se falando agora nessa reestruturação de FTIP para FOCOPEN –  
3594 força de cooperação técnica. Mas entendo que isso não é simplesmente uma mudança de  
3595 nomenclatura, é toda uma reestruturação, sistematização de práticas, o que seja. Por exemplo,  
3596 porque não envolver o mecanismo nessa discussão, no que está sendo discutido, não sei se teria  
3597 abertura para esse tipo exatamente de colaboração. Já que está sendo discutido um novo sistema  
3598 de intervenção, que seja, porque não colocar o mecanismo nessa discussão, o comitê nessa  
3599 discussão? Foi trazida a questão da minuta do procedimento de apuração correccional. Outra vez  
3600 mais, se isso era objeto de recomendação do mecanismo, porque não envolver? Você pode ver  
3601 uma maneira mais fluida desse dialogo acontecer. O DPEN está aqui, o mecanismo está em  
3602 Brasília também, alguns membros do comitê nacional estão em Brasília também. Pensar em  
3603 alguma maneira que possa haver uma maior interlocução, mais regular. Essa é uma proposta de  
3604 encaminhamento. A segunda proposta de encaminhamento é, na verdade, tomando uma  
3605 recomendação que você fez, que o mecanismo possa apresentar, em relação aos recursos, um  
3606 tipo de lista, listagem, de como os recursos poderiam ser utilizados para apoiar recomendações  
3607 já feitas pelo mecanismo. Seria um encaminhamento para o mecanismo, na verdade, acho que  
3608 é uma recomendação interessante da Cinthia. Em relação ao meu encaminhamento anterior, o  
3609 três ponto cinco, eu coloco, obviamente, tudo isso está para discussão do pleno, do plenário,  
3610 mas eu tinha proposto essa resposta oficial por escrito. A Cinthia trouxe várias informações,  
3611 não sei se ainda cabe uma resposta oficial por escrito, se é valido ou não, talvez sobre algumas  
3612 das recomendações que constam no relatório. Não sei. Só para dizer que a Cinthia já trouxe  
3613 algumas ponderações, então pensar se esse é realmente um encaixamento melhor.

3614

3615 Vitória – Cinthia, por favor.

3616

3617 Cinthia – Só a título de esclarecimento, acho importante falarmos, eu até trago, a FTIP saiu do  
3618 estado do Ceará, no dia treze de maio, por meio da portaria – eu acho importante que você  
3619 anote, foi uma ação da portaria - quatrocentos e vinte e oito, de doze de abril, de dois mil e  
3620 dezenove. Porque é importante isso? Porque, se existem servidores que não são do estado do

3621 Ceará, isso precisa ser esclarecido pela gestão estadual. A FTIP, isso é bem claro... eu faço só  
3622 uma correção, porque se fala muito na FTIP? A primeira intervenção se deu, no caso do Rio  
3623 Grande do Norte, a segunda, foi de fato uma intervenção, que foi o caso de Roraima. O caso de  
3624 Roraima, a procuradoria geral da república solicitou a intervenção da União no sistema  
3625 prisional. A Raquel Dodge inclusive sugeriu... há um decreto de intervenção, que ocorreu no  
3626 final do de dois mil e dezoito, e aí que realmente houve a força de intervenção, que assumiu  
3627 inclusive a administração da secretaria de administração prisional, A administração financeira  
3628 e operacional. Em relação à questão do estado do Ceará, é bem claro, não são integrantes da  
3629 FTIP e, se estão usando uniformes, se estão usando qualquer identificação, é importante que o  
3630 departamento seja cientificado disso, para que nós também tomemos providencias. A atuação  
3631 da FTIP é muito clara, se dá por meio de portaria autorizativa, dentro de lapsos temporais  
3632 específicos. Ela não está, desde o dia quatorze, treze de maio, deste ano. Muito obrigada.

3633

3634 Vitória – O próximo? Ninguém? Ótimo. Nós temos nove propostas de encaminhamentos.  
3635 Queria pedir a compreensão de todo mundo, porque agora vai rolar aquele momento em que  
3636 vamos ter que sintetizar isso em alguns encaminhamentos, porque acho que alguns se repetem.  
3637 Vamos, com paciência, todos juntos. A primeira proposta de encaminhamento, que é a feita  
3638 pela Márcia, da construção de um documento a ser enviado pelo comitê, sobre as questões do  
3639 Ceará. Essa proposta, Márcia, só para eu entender, é para ser enviada para o governo ou para  
3640 ser enviada a DPEN, FTIP? (Intervenção fora do microfone). Isso que eu ia falar, dá para juntar  
3641 as duas propostas, que são a sete e a oito, nessa um. (Intervenção fora do microfone), solicitando  
3642 esclarecimento (intervenção fora do microfone). Espaço um estaria contemplado no sete e no  
3643 oito.

3644

3645 Matheus – Carol, repetiu MPF, mas um é defensoria.

3646

3647 Vitória – A Carol quer fazer um esclarecimento sobre isso.

3648

3649 Carolina – Eu compreendo a sugestão da Márcia, acho válido falarmos sobre a questão das  
3650 denúncias. Pensando com a cabeça de burocrata, como vamos fazer uma consulta para o  
3651 Ministério Público e defensoria pública, de denúncias que sequer passaram por nós. Podemos  
3652 fazer, obviamente, em relação às documentações. (Intervenção simultânea). Márcia, eu estava

3653 entendendo que eram denúncias feitas no *tête a tête* com o mecanismo, mas não tem documento  
3654 oficial nenhum. Podemos colocar: denúncias constantes no relatório.

3655

3656 Vitória – Chegaram até nós, Márcia?

3657

3658 Márcia – Alguns ofícios, o mecanismo entregou no momento da reunião. E, nesses ofícios  
3659 (intervenção simultânea). (Inaudível), missão Ceará, existe a reunião com as autoridades:  
3660 Ministério Público Federal, defensoria pública do estado do Ceará, houve essa reunião. Nesse  
3661 momento de reunião, essas autoridades, entidades, foram oficiadas pelo mecanismo, em relação  
3662 a algumas denúncias que eles viram no momento da inspeção, pessoas, sujeitos. Isso é uma  
3663 coisa, estamos pedindo esclarecimento do que foi feito em relação a essas denúncias. E a  
3664 segunda, é em relação à ação dessas recomendações também.

3665

3666 Carolina – Márcia, quando eu falo da cabeça de burocrata, é porque vamos cobrar informação  
3667 de uma denúncia que sequer passou – não estou defendendo que tem que passar – pelo  
3668 colegiado. É como se o Sávio fosse te mandar um ofício e eu, MDH, vou cobrar o ofício do  
3669 Sávio para você. É só uma questão da burocracia. Eu peço desculpas se eu estou entendendo  
3670 errado, mas eu gostaria desse esclarecimento para fins de secretaria.

3671

3672 Ribamar – Até peço ajuda do Gustavo. A Márcia, no fundo, já enunciou isso, em toda as visitas  
3673 temos um diálogo que é institucional, *tête à tête*, que fazemos, apresentamos denúncias formais  
3674 às autoridades competentes no estado. Oficiamos a eles com nome, cargos, indícios de  
3675 materialidade, tudo a que eles... só que isso, há um protocolo nosso, que isso é um diálogo com  
3676 a autoridade do estado, não tem (inaudível). Aquilo que muitos cobram, existe, mas não é da  
3677 alçada e da esfera de um relatório que é público. Por isso, é aquela questão, naquela mesa está  
3678 faltando eles, nessa mesa está faltando o sistema de justiça do Ceará, porque ele foi convidado  
3679 aqui para debater sobre esses casos também, do outro nível de diálogo que tivemos com ele, do  
3680 outro nível de denúncia que já oficiamos a eles, que era do Ministério deles. O que a Márcia  
3681 está propondo, se eu entendi bem, se não interpreto errado, é na esfera do monitoramento, como  
3682 vamos nos reportar. Não temos resposta para tudo, peço ajuda a os universitários e  
3683 universitárias. Porque, ela está querendo monitorar, nós também, que procedimentos foram  
3684 tomados naqueles casos. Procedimento não é a palavra, aliás, procedimento devia ser banido  
3685 por nós, porque está sendo banalizado. Mas qual, dentro da esfera de responsabilidade do

3686 sistema de justiça do Ceará... porque eu pontuo o Ceará? Porque o Pará tivemos dias depois e,  
3687 do Ceará, não temos até hoje. Não sei se o Gustavo e a Tarsila, que também estiveram no Ceará,  
3688 podiam complementar, acrescentar alguma coisa do que estou dizendo.

3689

3690 Interlocutor não se identificou – Ribamar, me permite uma colaboração? Nós iríamos tentando  
3691 buscar informações junto ao Ministério Público Federal do Ceará. É isso? Experiência também  
3692 de quem solicitou informações, tanto do Ceará, como do Rio Grande do Norte, como do  
3693 Amazonas, eles não respondem. Porque não trabalhamos com a sétima câmara, que é um órgão  
3694 da procuradoria geral na qual, supostamente, não digo de subordinação, mas solicitasse à sétima  
3695 câmara, que tem se mostrado inclusive bastante sensível e acessível à essa questão  
3696 penitenciária, que buscasse junto à procuradoria, que estaríamos falando entre eles mesmo, os  
3697 casos se juntam à procuradoria do Ministério Público do Estado do Ceará, informações sobre  
3698 os procedimentos, o monitoramento das denúncias encaminhadas pelo mecanismo, na data tal.

3699

3700 Vitória – Só pedir esclarecimento, se a Márcia, que fez essa proposta de encaminhamento, teria  
3701 essa flexibilidade de alterar quem nós estaríamos oficiando. Me parece (inaudível) do ponto de  
3702 vista da Carolina, e vou concordar com ele, eu não tenho o ofício, não tenho o número desse  
3703 ofício, e vou pedir a eles esclarecimento sobre um ofício que não sei que existe. Essa é a minha  
3704 opinião. Gostaria que, pelo menos, soubéssemos da existência disso, número, o que vai constar  
3705 nesse nosso pedido. Essa é a minha dúvida.

3706

3707 Interlocutor não se identificou – Vitória, poderia fazer uma proposta complementar? O conselho  
3708 estadual, assim como o comitê estadual estão, no momento atual, formulando o monitoramento,  
3709 e parte do relatório com detalhamentos, tem seus próprios relatórios. Não sei se é o caso de  
3710 encaminharmos para o comitê nacional, o momento atual dessa situação, frente à nossa vida  
3711 aqui, encaminhamos tudo o que já encaminhamos, porque tenho aqui um monte de documentos  
3712 que pontuam, acrescentam outros elementos.

3713

3714 Vitória – Eu acho que daria subsídios para fazermos cobranças.

3715

3716 Matheus – Márcia, Vitória, conversei com a Fernanda, nessa linha de querer auxiliar na  
3717 deliberação, nós dois somos representantes da ANADEP. Não sei, enquanto ANADEP,  
3718 podemos cobrar a defensoria do Ceará. Se eles vão responder ou não, são outros quinhentos,

3719 mas nos colocamos à disposição nesse sentido. Se a mesa elaborar algum ofício, nós nos  
3720 responsabilizamos de fazer esse contato, tanto ANADEP quanto via CONDEJ. Se for auxiliar  
3721 vocês, essa é a nossa sugestão.

3722

3723 Vitória – Gustavo.

3724

3725 Gustavo – Tem um outro ator, que é a defensoria pública da União, que tem um procedimento  
3726 aberto em relação ao estado do Ceará, pedindo reparação pelas violências. Embora ele não  
3727 precise dizer o nome das pessoas... voltando um pouco, podemos dizer qual o número do ofício  
3728 que foi encaminhado, tanto par ao TJ, quanto para o MP, sem necessariamente dizer o conteúdo,  
3729 é uma listagem de muitos nomes, é sigiloso. Mas, podemos dizer qual o número do ofício, isso  
3730 facilitaria. (Intervenção simultânea). Exatamente, isso facilitaria o processo. Inclusive, com os  
3731 pedidos que foram feitos sem, necessariamente, revelar os nomes. Pode ser um  
3732 encaminhamento que podemos dar aqui, junto com o comitê. Só queria fazer um comentário,  
3733 no sentido de que essa ação da defensoria pública da União, junto com esse pedido do comitê,  
3734 para o tribunal de justiça, é importante que o DPEN faça uma avaliação sobre isso. Porque, há  
3735 uma grande confusão, por isso que a defensoria pública da União adentra essa ação, entre quais  
3736 foram os agentes que causaram, individualizando cada conduta. Mas, necessariamente, foi  
3737 durante o período que a força tarefa estava lá atuando. É importante, para reforçar aquilo que  
3738 tivemos dialogando, desde dois mil e dezessete: a fragilidade da estrutura da FTIP, em termos  
3739 de procedimentos e diretrizes, faz com que haja uma grande confusão, e haja um conflito de  
3740 atuação, e um jogue para o outro. O que é mais grave para nós é a impossibilidade de apurarmos  
3741 isso. Estamos tentando olhar na perspectiva preventiva para frente. Tem que ter sim as  
3742 investigações, relação dos inquéritos, mas também para frente. Como é que essa nova força vai  
3743 surgir, com que estrutura ela vem e, por isso, eu reforço o pedido da Silvia, que possamos  
3744 participar, a partir das nossas experiências de atuação dentro do sistema, com esse reflexo que  
3745 estamos tendo, (inaudível) dessas diretrizes.

3746

3747 Cinthia – Só a título de esclarecimento, busquei no WhatsApp as informações, existem agentes  
3748 do distrito federal que foram cedidos ao Ceará. Agentes que já trabalhavam, que faziam parte  
3749 da equipe, do grupo do atual secretário, Mauro Albuquerque, que é daqui do Distrito Federal.  
3750 Há a figura da cedência de servidores, entre unidades federativas. Em relação a isso, precisa ser  
3751 esclarecido, justamente até para ver a situação em que esses servidores estão lá. Não são

3752 federais, são servidores distritais, do DF. Servidores do sistema prisional do distrito federal,  
3753 que foram cedidos ao estado do Ceará, não sei em que circunstâncias. Há uma situação, e eu  
3754 quero deixar bem claro, a questão da formatação da portaria que regulamenta a força de  
3755 cooperação penitenciária – FOCOPEN, e a portaria que regulamenta os procedimentos  
3756 correcionais. Eu não sei se o corregedor, acho que ele foi muito claro, quando se trata de um  
3757 agente penitenciário estadual, não significa que não haja apuração. É feita apuração, só que  
3758 como ele é um servidor estadual, não tenho como aplicar a penalidade nele, de suspensão, de  
3759 demissão, de seja qual for a penalidade, porque não tenho autoridade sobre ele, é um servidor  
3760 do estado. Há a apuração, inclusive esse caso de uma servidora estadual, vai haver todo o  
3761 processo e a penalidade ficará à cargo da autoridade estadual à qual ela está subordinada,  
3762 inclusive com a recomendação do DPEN. Há a necessidade desse aperfeiçoamento. Eu quero  
3763 dividir com vocês uma angústia. Eu sei, o procurador e o corregedor, colocaram que as portarias  
3764 já estão praticamente prontas. Vamos deixar aprovar, porque são portarias, se fosse por exemplo  
3765 um decreto, uma lei, eu diria: não, vamos parar, porque é difícil a tramitação, ela é muito mais  
3766 custosa, precisa passar por várias instâncias. Diante dessa ausência que, inclusive o Luis  
3767 Gustavo tem colocado, vamos deixar publicar as portarias, porque hoje existe esse vácuo. Elas  
3768 já estão prontas para assinatura. Voltar, tentar voltar uma discussão, o que podemos colocar é:  
3769 podemos trabalhar no aperfeiçoamento daquilo que já está pronto para publicação. Precisamos  
3770 ver que há um vazio que precisa ser preenchido.

3771

3772 Matheus – Mas vai ser daqui para a frente, estamos tentando delimitar algumas questões em  
3773 relação ao Ceará. Concordo com você, mas daqui para a frente, teríamos que tentar chegar nos  
3774 encaminhamentos, nos consensos aqui, para tentarmos chegar nos Ceará. (Intervenção fora do  
3775 microfone).

3776

3777 Tarsila Flores – Boa noite a todos, todas. Sou Tarsila Flores, sou perita do mecanismo nacional  
3778 de prevenção e combate à tortura. Vou fazer um comentário rápido à solicitação da Márcia,  
3779 enquanto RENILA, tratando da questão do monitoramento das ações realizadas no Ceará. Acho  
3780 muito importante que debatamos também essa questão do acompanhamento das  
3781 recomendações. Porque, ao mecanismo cabe, fazer a inspeção, identificar as situações  
3782 gravíssimas, que é o que encontramos em todas as unidades que visitamos, sem exceção,  
3783 recomendar e buscar com que essas recomendações tenham efetividade. Sem os atores parceiros  
3784 do comitê, não conseguimos desenvolver esse tipo de trabalho de forma efetiva. O mecanismo

3785 se dispõe, Márcia, tendo feito a inspeção até o instituto federal prisional, em acompanhar isso  
3786 junto à RENILA, o comitê estadual de direitos humanos também se dispõe em fazer essa  
3787 parceria e começar esse trabalho, que já tem sido desenvolvido enquanto monitoramento, mas  
3788 que precisa realmente dos atores presentes, para que façamos com que as recomendações sejam  
3789 efetivas. É assim que o mecanismo se coloca nesse momento.

3790

3791 Vitória – Eu vou estabelecer como, teto da nossa reunião, como começamos com meia hora de  
3792 atraso para iniciar a reunião as nove da manhã, eu vou estabelecer, como teto, as seis e meia.  
3793 Meia hora de atraso para começar, meia hora de atraso para terminar. Quando chegar seis e  
3794 meia, eu vou encerrar a reunião do jeito que ela estiver. Se não tiver nenhum encaminhamento  
3795 aprovado, não teremos nenhum encaminhamento aprovado. Estou dizendo isso não em tom de  
3796 ameaça, mas peço a compreensão de pararmos o debate e começarmos a votação dos  
3797 encaminhamentos, porque é a segunda pauta que temos hoje que não conseguimos finalizar os  
3798 encaminhamentos. Eu peço que considerem se a fala de vocês é importante o suficiente para  
3799 ser falada mesmo, se ela é relevante, se não foi falada já trinta outras vezes, e vamos votar o  
3800 encaminhamento por favor. Sávio.

3801

3802 Sávio – Pelo teto que foi colocado, se não começarmos a votar agora (intervenção fora do  
3803 microfone). Acho que podemos parar e votar.

3804

3805 Vitória – A minha proposta é que possamos observar. A Carolina colocou na tela os nossos  
3806 encaminhamentos. Se pudermos sintetizar mais de um encaminhamento, que temos até agora  
3807 nove, se pudermos fazer o trabalho conjunto de conseguir sintetizar em apenas alguns, porque  
3808 votar nove encaminhamentos me parece excessivo para um ponto de pauta, que eu acho que é  
3809 uma coisa muito unanime, num comitê de combate à tortura, que queremos monitorar, sendo  
3810 essa a nossa função. Me parece que isso é bastante unanime. Queria que fizéssemos esse  
3811 trabalho conjunto de conseguir sintetizar em poucos encaminhamentos, para colocar em  
3812 votação. O primeiro. Carol.

3813

3814 Carolina – O primeiro, já tínhamos condensado. Ficou: oficial o MPF Ceará, DPF Ceará, sétima  
3815 câmara, para pedir retorno às denúncias encaminhadas pelo MNPCT. O mecanismo vai passar  
3816 as referências dos ofícios encaminhados às autoridades. Encaminhamento inicial da Márcia.

3817

3818 Vitória – Não é só sobre isso, é se for muito importante.  
3819  
3820 Márcia – No meu encaminhamento, não foi só sobre as denúncias, foi sobre as recomendações  
3821 também, do relatório.  
3822  
3823 Vitória – Nós temos aqui um item com recomendação. Podemos jogar esse item de  
3824 recomendação no primeiro encaminhamento. Inclusive, vamos (inaudível) sobre os ofícios e as  
3825 recomendações. Vamos colocar para a votação. Quem é contrário, eu peço que se manifeste,  
3826 porque acho que vai ter mais a favor do que contrário. (Intervenção fora do microfone). Você  
3827 acha, Sávio? (Intervenção fora do microfone). Eu ia sintetizando. Entendi. Vou pedir para a  
3828 Carol ler tudo e vamos sintetizar. Vocês acham isso um encaminhamento possível para este  
3829 momento?  
3830  
3831 Marcos – Não me parece que não haja consenso para o primeiro encaminhamento, já  
3832 ultrapassamos.  
3833  
3834 Vitória – É por causa do três ponto dois, que talvez poderia estar no três ponto um. Oficiar ao  
3835 governo, não, porque no primeiro não tem governo. (Intervenção simultânea). O da Silvia era  
3836 uma questão específica... era uma resposta oficial. Pedir uma resposta (intervenção fora do  
3837 microfone). Vamos para o segundo, sem votação agora? Vamos fazer a votação desse primeiro  
3838 encaminhamento. Todos aqueles contrários, se manifestem no microfone, por favor.  
3839 (Intervenção fora do microfone). Encaminhado. Nenhum contrário, todos a favor. Unanime,  
3840 Carol. O segundo é: oficiar ao governo do Ceará, considerando as observações da Lúcia e do  
3841 Ribamar, que já nem lembro.  
3842  
3843 Márcia – Eu queria só retirar os nomes, Lúcia Bertini e Ribamar. Eu acho que não cabe.  
3844  
3845 Marcos – É só para sintetizar, só para lembrar o que foi colocado lá.  
3846  
3847 Vitória – Isso vai ser passado pela minha assinatura, e eu não vou colocar Lúcia Bertini e  
3848 Ribamar.  
3849

3850 Interlocutor não se identificou – Porque o três ponto um está contemplando e, no outro, vamos  
3851 passar tudo que temos feito, que eu falei inclusive, para relatório formal.

3852

3853 Marcos – O que foi colocado aqui foram situações de violência específica aos presos.

3854

3855 Vitória – Você acha, Marcos, que são essas novas situações, que a Márcia inclusive fala, que a  
3856 Lúcia traz, que não estão no relatório. Carol, faz contar isso, são as novas. (Intervenção  
3857 simultânea).

3858

3859 Interlocutor não se identificou – Uma questão de ordem. Faltam quinze minutos para  
3860 estourarmos o nosso teto. Agora é aprovar ou não aprovar. Se os encaminhamentos não  
3861 contemplam, infelizmente...

3862

3863 Vitória – Eu só vou dar a palavra se for para fazer esclarecimento, que alguém não entendeu,  
3864 tem coisas que não estou entendendo. Eu vou fazer esclarecimentos, não vou mais dar a palavra  
3865 para a pessoa fazer qualquer tipo de ponderação no microfone. Desculpem o autoritarismo, mas  
3866 estamos neste nível. Carol, no três ponto dois, seriam as novas situações, que não estão no  
3867 relatório. Colocando para votação, todos aqueles que são contrários – vou fazer assim, porque  
3868 imagino que tenham mais favoráveis -, se manifestem no microfone. Bruno está me olhando,  
3869 vai ser contrário? Não sei. Não é isso que você quer? Estou tentando ser unânime em tudo.  
3870 Próximo. Três pontos três. Pauta sobre a segurança dos peritos, que foi o Bruno que sugeriu  
3871 (para outro momento). Carol, qual era a sua sugestão em relação a esse? (Intervenção fora do  
3872 microfone). Tiramos esse encaminhamento, trazemos novamente na outra reunião. Três ponto  
3873 quatro: a partir da resposta do Ceará – eu imagino que seja a resposta relativa ao três pontos um  
3874 e ao três ponto dois -, nós poderemos organizar uma missão conjunta – ano que vem, é óbvio -  
3875 , comitê e mecanismo, sociedade civil e governo, com certeza, enquanto representantes do  
3876 mecanismo, com uma agenda com o governo local, federal e órgãos de controle social. Missão  
3877 para o ano que vem, mas após as respostas. Todos aqueles contrários, se manifestem. Aprovado  
3878 de forma unânime. Estou esquecendo de falar isso, inclusive Carol. Aprovado de maneira  
3879 unânime. Três ponto cinco: requisitar uma resposta oficial escrita do DPEN, sobre o  
3880 cumprimento das cinco recomendações do mecanismo, que estão no relatório. Nós, inclusive,  
3881 temos uma representante do DPEN hoje. Seria diretamente para a Cinthia.

3882

3883 Cinthia – Não vejo problema, Silvia. Você quer que seja feito por escrito?

3884

3885 Vitória – Enviariamos um ofício, enquanto comitê e esperamos a resposta de vocês. Aqueles  
3886 contrários, se manifestem. Nenhuma manifestação contrária, aprovado por unanimidade. Três  
3887 pontos cinco: apresentar o protocolo do uso da força. Márcia, esse é um ofício que vamos enviar  
3888 para quem? DPEN. Oficiar o DPEN para que nos apresente um documento, uma diretriz que  
3889 diga...

3890

3891 Silvia – Como o DPEN está aqui, não sei se poderia já o DPEN se comprometer a enviar, ao  
3892 invés de ter que enviar um ofício ao DPEN, para o DPEN...

3893

3894 Vitória – Se comprometerem, não precisamos nem enviar o ofício.

3895

3896 Cinthia – Acho que é interessante fazer oficialmente, para fazer o registro e, também, porque  
3897 obviamente, isso vai envolver outras instâncias, vai envolver a instância da diretoria do sistema  
3898 penitenciário federal e, também, a escola penitenciária, porque a resposta vai se dar com a  
3899 capacitação que é feita do uso progressivo da força. A doutrina exatamente, que é utilizada.

3900

3901 Vitória – Esse ofício seria enviado ao DPEN, para que nos enviasse documentação de protocolo  
3902 de uso da força. (Intervenção fora do microfone). Todos aqueles contrários, se manifestem no  
3903 microfone. Nenhuma manifestação contrária, aprovado por unanimidade. Três pontos seis:  
3904 colaboração entre o DPEN, comitê e mecanismo, na discussão sobre o sistema de intervenção,  
3905 sobre a minuta de procedimento correccional. Eu só li. Não quer dizer que eu entendi o que estou  
3906 lendo. Quem fez essa...

3907

3908 Carolina – Foi uma sugestão da Silvia, porque o Stona e o corregedor, comentaram que tem  
3909 uma minuta para revisão do protocolo, do protocolo correccional e uma revisão da FTIP. O que  
3910 a Cinthia depois comentou, é que isso já está no prelo. Que talvez fosse interessante reavaliar  
3911 essa indicação, considerando que já está praticamente para assinatura do ministro. A sugestão  
3912 dela é que, em outro momento, se faça esse debate. Só estou resumindo o que foi falado aqui.

3913

3914 Vitória – Minha pergunta é: essa colaboração se dá de que maneira, o que vai sair daqui? Um  
3915 acordo que todo mundo vai se ajudar? Acho que isso não é um encaminhamento.

3916  
3917 Interlocutor não se identificou – Acho que, diante disso, temos que entender se a Silvia mantém  
3918 a proposta, ou não.  
3919  
3920 Vitória – Silvia.  
3921  
3922 Silvia – Eu mantenho a proposta. (Intervenção simultânea). A proposta pode começar de onde  
3923 está. Se isso aí já está sendo finalizado, já está na mesa, não vai dar para ter mais dialogo, não  
3924 vou entrar nesse ponto de discussão. Mas, acho que o DPEN está em Brasília, o mecanismo  
3925 está em Brasília, tem recomendações, porque não algum tipo de agendas periódicas de conversa,  
3926 de diálogo. Não sei, um tipo de colaboração (intervenção simultânea). Exatamente, do que está  
3927 aberta ainda a discussão. Era nesse sentido.  
3928  
3929 Vitória – Cinthia, por favor.  
3930  
3931 Cinthia – A minha preocupação – e se dá em quem viveu várias trocas de gestão – volta tudo,  
3932 volta para a discussão, aquela coisa. Não estou dizendo que estamos nos abstendo da discussão.  
3933 O problema é que eu tenho a preocupação, Silvia, que temos uma força do Pará, que está  
3934 atuando, inclusive, e nós precisamos desse normativo, até mesmo para que os órgãos de  
3935 fiscalização e controle também tenham um prisma para fazer a cobrança. Nada impede que,  
3936 publicada a portaria, é um normativo, é uma portaria, é mais fácil, nada impede que possamos  
3937 aperfeiçoar a redação. A minha preocupação é, como o próprio Luis Gustavo colocou: não  
3938 temos nada. O que temos é muito precário. Vamos tentar colocar o que já existe, já está para  
3939 aprovação. Eu vivi essa angustia durante cinco gestões: vamos, vamos, voltamos para traz. Essa  
3940 é a nossa preocupação de não termos nada. Deixamos aprovar e, publicado o ato, vocês vão  
3941 analisar e vão dizer: eu acho que essa questão precisa ser aperfeiçoada, essa questão está em  
3942 aberto, acho que podemos aperfeiçoar algo que já foi construído.  
3943  
3944 Vitória – Silvia, eu vou recolocar a nossa questão de que, no três ponto seis, especificamente,  
3945 eu queria, objetivamente, o que seria essa formação de um grupo de trabalho.  
3946  
3947 Bruno - Posso tentar ajudar? Temos uma próxima reunião, acredito que seja ano que vem. Acho  
3948 que podíamos ficar, de repente, Silvia, alguém do mecanismo e Cinthia, em contato para, nesse

3949 meio tempo, amadurecer como seria essa forma de colaboração, para que, assim como a minha  
3950 sugestão, seja colocado para a próxima pauta para, já um pouco mais maduro, trazer o debate e  
3951 ter alguma coisa mais de concreto.

3952

3953 Vitória – A colaboração é, justamente, manter o contato por enquanto, entre a Silvia, com ponto  
3954 focal da sociedade civil ou do comitê, ela que fez a proposta. (Intervenção simultânea).

3955

3956 Silvia – Eu não tenho assento, não sou membra do comitê.

3957

3958 Bruno – Acho que é algo para amadurecer o ponto de pauta.

3959

3960 Silvia – Eu posso estar na discussão, não tem nenhum problema.

3961

3962 Bruno – Seria amadurecimento do ponto de pauta da próxima reunião, para chegarmos com  
3963 alguma coisa mais propositiva, já que agora não deu para amadurecer ainda.

3964

3965 Interlocutor não se identificou – Estou entendendo que não vamos encaminhar isso agora, e  
3966 vamos deixar isso para a próxima reunião. (Intervenção simultânea).

3967

3968 Cinthia – Silvia, felizmente já trabalhando em cima de um ato normativo vigente, que nós já  
3969 possamos aperfeiçoá-lo. Acho que esse é o caminho, estou à disposição.

3970

3971 Vitória – O três ponto sete, que era esse, eu vou tirar como encaminhamento, vai ficar aqui no  
3972 nosso registro. Agora, o que está três ponto sete, é: lista, a ser apresentada pelo mecanismo  
3973 sobre como utilizar os recursos do FUNPEN? Tem uma interrogação minha no final, porque  
3974 não me lembro mais disso.

3975

3976 Silvia – Acho que fui eu que trouxe, mas veio de uma fala da Cinthia, quando teve toda aquela  
3977 discussão em relação ao fundo que, nas recomendações do mecanismo, na lei do mecanismo,  
3978 está que o DPEN deve considerar, para transferências voluntárias – a Cinthia até explicou os  
3979 diferentes tipos de transferências -, as recomendações do mecanismo para condicionar essa  
3980 transferência. A Cinthia colocou: eu gostaria de saber, por exemplo, em que tipo de política  
3981 seria útil. Então, se o mecanismo pudesse apresentar um parecer, um relatório, uma listagem,

3982 de que tipos de política, programas, por exemplo, poderiam condicionar a transferência dos  
3983 fundos às recomendações de vocês. Quais são os temas, políticas, programas. Acho que foi isso  
3984 que a Cinthia tinha proposto.

3985

3986 Cinthia – Eu comentei que seria possível a adoção dessas recomendações em transferências  
3987 voluntárias, que são feitas de convenio, que não envolvem obras de engenharia. São políticas  
3988 voltadas para ações de cidadania, de trabalho labora, de assistência educacional, de assistência  
3989 à saúde. Eu acho que seria sim.

3990

3991 Ribamar – É importante dizer que, para mim, sempre foi uma das coisas mais importantes.  
3992 Porque a lei que cria esse sistema deu um nível de empoderamento, que não estamos fazendo  
3993 valer. Diz respeito a isso. Artigo nono, parágrafo terceiro – e olha que sou péssimo de lei -, da  
3994 lei doze mil oitocentos e quarenta e sete, cria condicionalidades para a aplicação dos recursos  
3995 nacionais, não só do FUNPEN. Como inspecionamos espaços de saúde mental, da saúde,  
3996 penitenciária, criança e adolescente, tem que levar em considerações do mecanismo.

3997

3998 Vitória – eu vou interromper a fala. A três ponto seis, agora, especificamente estamos falando  
3999 sobre o mecanismo apresentar a avaliação. Carol, como está escrito? Não entendo. Sobre a  
4000 utilização de recursos pelo FUNPEN: quais temas, políticas e programas. Estamos aprovando  
4001 um encaminhamento que, na verdade, é do mecanismo.

4002

4003 Cinthia – Eu só quero dar um último esclarecimento. A lei do mecanismo é a lei de dois mil e  
4004 treze, a que estabeleceu as transferências, porque antes só tínhamos transferências voluntárias,  
4005 em que era possível haver essa gerencia maior. A partir de dois mil e dezesseis, com a criação  
4006 das transferências fundo a fundo, que são obrigatórias, que nós não temos exatamente... tem só  
4007 aquele rol taxativo, hoje, essas recomendações são aplicáveis, infelizmente, eu lamento, só no  
4008 caso de transferências voluntárias.

4009

4010 Vitória – Eu acho que essa discussão, podemos fazer assim: a vice-presidência encaminharia  
4011 um ofício para o mecanismo, elencando esse nosso encaminhamento de reunião, pedindo para  
4012 que vocês se manifestem sobre a sua avaliação sobre a utilização de recursos pelo FUNPEN.  
4013 Seria a nossa competência, não conseguimos obrigar ninguém a fazer nada. Aqui, estou ficando

4014 confusa, como estamos aprovando um encaminhamento em relação ao mecanismo. Agora, está  
4015 surgindo o comitê na tela. Agora é a Bárbara, só um minutinho, Sávio.

4016

4017 Bárbara – Pode ser uma avaliação sobre a utilização, mas também uma sugestão. Porque, se só  
4018 avaliarmos e fizermos um diagnóstico, quer dizer, (inaudível) para ficar mais amplo.  
4019 (Intervenção simultânea).

4020

4021 Sávio – Na verdade, para objetivar, conversei com a Cândida, o mecanismo tem que apresentar  
4022 uma proposta de convenio, conforme foi colocado lá é uma proposta, tem que apresentar essa  
4023 proposta, tem que materializar. Se ficar só nas recomendações, acho que não tem nada concreto.  
4024 O mecanismo tem que formular, junto com a consultoria jurídica, uma proposta de convenio  
4025 para apresentar.

4026

4027 Interlocutor não se identificou – Questão de ordem. Se isso compete ao mecanismo fazer, ao  
4028 mecanismo avaliar, esse não é o encaminhamento a ser tomado nessa reunião, estou propondo  
4029 a supressão.

4030

4031 Vitória - É a questão de que estaríamos fazendo o que a Márcia sugeriu, que seria o comitê  
4032 junto com o mecanismo. Porque é um encaminhamento nosso. O comitê, junto com o  
4033 mecanismo, faria essa documentação, que tem proposta de convenio, etc. é isso? Eu vou colocar  
4034 em votação, se ninguém for falar mais nada sobre esse ponto.

4035

4036 Interlocutor não se identificou – Um convenio não é simples.

4037

4038 Silvia – Não é convenio não. Quando eu coloquei era mais uma proposta: em que programas,  
4039 políticas, poderia se vincular essas transferências voluntárias. Não é já chegar com um  
4040 convenio. Não era isso.

4041

4042 Interlocutor não se identificou – É um feeling, estamos discutindo, estamos querendo decidir  
4043 alguma coisa que não está amadurecida ainda. Nos moldes do que tomamos nas últimas  
4044 decisões, me parece que estamos apressados a decisão que não está madura ainda no colegiado.

4045

4046 Interlocutor não se identificou – Só uma questão também sobre isso, que o mecanismo já tem  
4047 um relatório, na minha opinião, muito robusto. A lei é clara, não concordo com a interpretação  
4048 do DPEN, na questão do fundo a fundo. Planejo levar essa discussão para o STF, que  
4049 determinou o descontingenciamento das verbas do FUNPEN, de maneira muito mais profunda.  
4050 Acho que, se formos por esse caminho, que vamos... agora o mecanismo vai criar uma questão,  
4051 onde vamos estar validando essa interpretação que eu não concordo. Se for por esse caminho,  
4052 eu vou pedir para o DPEN fale como ele fez isso até então. Compliquei tudo, desculpa, mas...

4053

4054 Vitória – A proposta de encaminhamento, ainda é o comitê e mecanismo.

4055

4056 Interlocutor não se identificou – Questão de ordem, presidente. Estou pedindo a supressão do  
4057 encaminhamento.

4058

4059 Vitória – Eu não defiro a supressão. Agora, vamos colocar. (Intervenção fora do microfone). A  
4060 supressão não, nós definimos a pauta. É uma questão de um encaminhamento e estamos no  
4061 meio de um debate. Porque que, no meio de um debate, você quer fazer a supressão de uma  
4062 coisa que você não pautou?

4063

4064 Interlocutor não se identificou – A minha proposta, em regime de votação, não cabe discussão,  
4065 presidência.

4066

4067 Vitória – Não era da Silvia a proposta? Não estou entendendo.

4068

4069 Interlocutor não se identificou – Eu estou propondo a supressão. A votação está colocada.

4070

4071 Vitória – Está ótimo. Estamos votando pela supressão do ponto três ponto seis, que foi proposto  
4072 pela Silvia. Todos a favor da supressão do ponto três pontos seis, se manifestem no microfone.

4073

4074 Henrique – Eu acho que essa três ponto seis, deve ser direcionada ao DPEN, para que nos  
4075 informe como ele vem cumprindo a lei (intervenção simultânea).

4076

4077 Vitória – Henrique, estamos no meio de uma votação. Aqueles que são favoráveis à supressão  
4078 do três ponto seis, como uma proposta de encaminhamento, se manifestem no...

4079

4080 Sávio – Sou a favor, porque é um ato complexo, não é tão simples para agora....

4081

4082 Vitória – Sávio.

4083

4084 Matheus – Pessoal, tivemos consenso em tudo, não dá para nós, já que seis e meia acabava,

4085 acabou agora e, depois, consenso? O Henrique tem razão, ADPF é clara, não é isso?

4086 Amadurecemos isso.

4087

4088 Vitória – Vamos, por unanimidade, retirar essa proposta de encaminhamento. A nossa última

4089 proposta de encaminhamento, que é a três ponto oito, que aqui fala apenas: Lúcia vai mandar

4090 relatórios. Essa questão, se não me engano, é o comitê estadual, se eu estou lembrando aqui,

4091 o comitê estadual relatar para nós o que tem sido feito a nível local, estadual, para que possamos

4092 encaminhar, fazer o monitoramento conjunto, oficial. Pode ser assim? Nós oficializamos o

4093 comitê estadual, para que se manifeste sobre como tem localmente feito o monitoramento

4094 dessas questões. Todos contrários a esse encaminhamento, se manifestem no microfone. Foi

4095 aprovada por unanimidade. Dou por encerrada o primeiro dia da vigésima quinta reunião.

4096

4097 (Fim do primeiro de reunião – 21/11/2019)

4098

4099 Vitória – Bom dia a todos e todas. Com o quórum de quatorze pessoas iniciamos a reunião de

4100 hoje. Eu vou pedir, a pedido da Carol também, que façamos o registro oral de quem está

4101 presente, para poder ficar registrado em ata. Vitória, pelo conselho federal da OAB. Com calma,

4102 para a Carol ir anotando.

4103

4104 Sávio Andrade – Sávio Andrade, Ministério da Defesa.

4105

4106 Virginia Berriel – Virginia Berriel, CUT

4107

4108 Márcia Cabral – Márcia Cabral, RENILA.

4109

4110 Pedro Paulo Bicalho – Pedro Paulo Bicalho, Conselho Federal de Psicologia.

4111

4112 Cândia de Souza – Cândia de Souza, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
4113  
4114 Davi – Davi, EDUCAFRO.  
4115  
4116 Ezequiel Roque – Ezequiel Roque, Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade  
4117 Racial.  
4118  
4119 Lucas Grilo – Lucas Grilo, Secretaria Nacional de Proteção Global.  
4120  
4121 Bárbara Colonieze – Bárbara Colonieze, perita do mecanismo nacional de prevenção e combate  
4122 à tortura.  
4123  
4124 Felipe Beltrão (inaudível) – Felipe Beltrão (inaudível), Secretaria de governo da Presidência da  
4125 República.  
4126  
4127 Claudia – Claudia, Ministério da Cidadania.  
4128  
4129 João Araújo - João Araújo, do mecanismo nacional.  
4130  
4131 Cinthia Assunção – Cinthia Assunção, Departamento Penitenciário Nacional.  
4132  
4133 Bruno Callegari – Bom dia, Bruno Callegari, Secretaria de Governo.  
4134  
4135 Fernanda – Fernanda, ANADEP.  
4136  
4137 Henrique Apolinário – Henrique Apolinário, CONECTAS Direitos Humanos  
4138  
4139 Edvar – Edvar, Ministério da Educação  
4140  
4141 Vitória – Todos receberam a pauta atualizada? Porque ontem não conseguimos vencer a pauta  
4142 do dia vinte e um. Eu e Carolina reagendamos os horários para tentarmos vencer a pauta integral  
4143 da vigésima quinta reunião, hoje, com a ajuda de todos.  
4144

4145 Francisco Bernd – Deixa eu me apresentar. Francisco Bernd, do Ministério da Saúde.  
4146 (Intervenção simultânea).

4147

4148 Vitória – O senhor é titular ou suplente?

4149

4150 Francisco Bernd – Eu sou indicado, eu vou hoje só ficar como ouvinte.

4151

4152 Vitória – Fique à vontade. Quem mais faltou, Carol?

4153

4154 Débora Lobato – Bom dia. Débora Lobato, do MRE.

4155

4156 Vitória – Dando continuidade para a nossa votação de ontem, vamos continuar a nossa votação  
4157 de ontem no dia de hoje, relembrando: nós estamos falando do item cinco, do segundo dia, as  
4158 nove da manhã, a pauta administrativa: representações do mecanismo. O que faltou para  
4159 fazermos é finalizarmos a votação sobre os informes. Em relação à secretária de administração  
4160 penitenciária do Ceará, da Associação Brasileira de Psiquiatria, do Conselho Regional de  
4161 Medicina do DF. Estávamos no meio da votação, se bem se recordam, a primeira proposta já  
4162 havia sido indeferida. Eu só vou acha-la no nosso sumário executivo para a Carol conseguir  
4163 fazer a leitura das demais para nós. A segunda proposta, dois ponto dois, que era uma proposta,  
4164 se não me engano, do Felipe: encaminhamento dos três ofícios do mecanismo – eu vou fazer a  
4165 leitura. Carol, será que não pomos na tela?

4166

4167 Interlocutor não se identificou – Vitória, pela ordem. O meu encaminhamento, na verdade, foi  
4168 votado ontem e vencido, porque teve uma interpretação distinta da que eu pretendi dizer.

4169

4170 Vitória – A minha impressão é de que você havia corrigido seu encaminhamento e, por isso, a  
4171 Carol a segunda proposta, que teria a ver com sua proposta original, que você disse que foi mal  
4172 interpretada.

4173

4174 Interlocutor não se identificou – Na verdade, foi uma só e foi votada. O meu encaminhamento  
4175 era para prestação de informações a quem tinha pedido informação, que era só o Ministério  
4176 Público. Isso foi votado, me parece que foi superado.

4177

4178 Cândida de Souza – Eu tenho impressão de que o texto que foi votado é o que está aí. O texto  
4179 foi colocado na tela, as pessoas votaram, e tem sociedade civil a favor, governo contra, e o  
4180 contra ganhou essa proposta.

4181

4182 Vitória – Entendi. Então, essa segunda proposta de encaminhamento é de outra pessoa, mas  
4183 mantemos porque agora não me recordo de quem é. Não lembro de quem é, e fico com medo  
4184 de retirar. (Intervenção fora do microfone). Vocês preferem que eu leia todos os  
4185 encaminhamentos, depois voltamos para votar? Porque eu imagino, já lendo, ontem à noite eu  
4186 estava lendo esses encaminhamentos, e tem muitos que são contraditórios entre si. Se votarmos  
4187 o três ponto três, por exemplo, não conseguimos votar o item quatro, digamos assim. Então, eu  
4188 faria uma proposta, como fizemos ontem, de analisar esses encaminhamentos e resumi-los em  
4189 dois ou três, no máximo, e fazer essa votação. Porque, a votação de nove encaminhamentos, eu  
4190 acho que é demais e, além disso, eles se repetem e, alguns, eu achei mal elaborados. Só fomos  
4191 fazer a anotação, mas, acredito que quando a pessoa propôs isso, ainda não estava pronto na  
4192 cabeça dela e ficou mal elaborador. Tem o três ponto quatro, são quatro encaminhamentos  
4193 dentro de um, e são quatro propostas completamente distintas entre si. Só que já são quatro  
4194 dentro de um encaminhamento. Eu pediria a colaboração de todos, para que consigamos olhar.

4195

4196 Carolina – Enquanto a Vitória faz os ajustes, para os representantes da sociedade civil, que  
4197 vieram com passagens do governo, a Jusley está entregando os relatórios de viagem. Eu gostaria  
4198 de pedir que os colegas dessem mais algumas informações no relatório de viagem, que não  
4199 fosse tão sucinto como: participei da vigésima quinta reunião do comitê. Para fins de registro  
4200 no Ministério, é importante ter, como diz no Goiás, um plus a mais, uma informaçãozinha para  
4201 indicar qual foi a participação, os principais temas discutidos. Só para nos auxiliar nesse  
4202 momento da prestação de contas. Não conhece o “plus a mais”, Fernanda? (Intervenção fora do  
4203 microfone). Era só isso. Eu queria pedir atenção de vocês para ajudar nesse processo da  
4204 secretaria executiva na prestação de contas. Obrigada.

4205

4206 Vitória – Voltamos aos nossos encaminhamentos da votação. Temos o dois ponto dois, até o  
4207 dois ponto oito. Eu pediria que os colegas lessem, que está ali na tela, e conseguíssemos pensar  
4208 juntos em, no máximo... a Carol vai fazer a leitura, mas, numa leitura conjunta, pensar ao  
4209 máximo em como transformamos isso em dois ou três encaminhamentos, no máximo. Porque,  
4210 alguns ainda não estão muito fechados, acredito que não vale a pena colocar em votação.

4211

4212 Carolina – Dois ponto dois, encaminhamento dos três ofícios do mecanismo, e colher subsídios  
4213 para responder as autoridades provocadas, num prazo de quinze dias. A respostas do  
4214 mecanismo.

4215

4216 Interlocutor não se identificou – Me parece que esse já foi...

4217

4218 Vitória – Era o que estávamos explicando agora. Se a Carol for um pouquinho para cima, vai  
4219 estar o que foi rejeitado e, depois, ele foi proposto por alguém dessa forma, achando que dessa  
4220 forma estava bem interpretado. Como não temos o sumario executivo pronto ainda, e a  
4221 degravação, não consigo fazer esse registro. Mas, aqui estão todos os encaminhamentos que  
4222 foram falados ontem, na reunião.

4223

4224 Carolina – O que foi rejeitado ontem: encaminhamento dos três ofícios e colher subsídios para  
4225 responder as autoridades provocadas, no prazo de quinze dias. Com o retorno da resposta, a  
4226 mesa diretora deve fazer os encaminhamentos fundamentados para esses órgãos que o  
4227 requisitaram. O dois ponto dois traz uma informação a mais: encaminhamento dos três ofícios,  
4228 colher subsídios para responder as autoridades provocadas, no prazo de quinze dias. Sendo o  
4229 ofício para o MPF, com o encaminhamento da manifestação do mecanismo e, os outros, para  
4230 apresentar a manifestação do CNPCT. Esses dois ponto dois, traz um detalhamento do que  
4231 seria a responsabilidade da mesa diretora. Vou ler os outros encaminhamentos. Dois ponto três:  
4232 unanimidade que, nesse momento, não cabe avaliar afastamento cautelar. Durante o debate,  
4233 alguém já teria comentado que esse encaminhamento poderia cair, mas, como não foi votado,  
4234 está aqui. Dois ponto quatro. Marcos sugere a votação para: um) se cabe, ou não, a apreciação  
4235 do mérito pelo comitê; dois) se cabe, ou não, afastamento cautelar – e, fazer de ofício, foi uma  
4236 expressão que foi usada pelo Guilherme, na discussão -; três) mandar para corregedoria,  
4237 comissão de ética; quatro) deliberar sobre o arquivamento. Os pontos três e quatro, também  
4238 houve manifestação para que esses dois pontos não seguissem adiante no debate. Ezequiel  
4239 defende que o teor deve ser analisado pela corregedoria, sem discutir o mérito, sem indicar GT.  
4240 Dois ponto seis: Márcia sugere o arquivamento motivado. Também, durante a reunião, houve  
4241 manifestação para que isso caísse. Dois ponto sete: responder o pedido de informação do MPF  
4242 e, sobre os outros dois pedidos, o CNPCT deve manifestar que não tem competência para julgar

4243 e processar o teor dos pedidos. Dois ponto oito, era um misto de manifestação da Silvia e da  
4244 Márcia: pronunciamento do comitê sobre o teor dos ofícios.

4245

4246 Vitória – Se alguém tiver sugestão de como podemos sintetizar isso, de uma maneira a votar,  
4247 pelo menos, dois ou três encaminhamentos, no máximo, porque vejo que muitos se repetem.  
4248 Temos a questão do três ponto quatro, que é...

4249

4250 Bruno – Tenho impressão que o dois ponto sete acaba sendo mais amplo, de maneira que,  
4251 conforme for feita a votação, o resultado da votação, os demais ficam prejudicados. Acaba  
4252 sendo um pouco de juízo de admissibilidade. Se começar por ele, talvez... tenho essa impressão.

4253

4254 Sávio – Talvez, para sintetizar, para facilitar a visualização, se todo mundo concordar em tirar  
4255 o que está em vermelho. Tem que passar um por um. Por exemplo: arquivamento motivado.  
4256 Tem que ver se alguém é contrário. Acho que tem que tirar isso aí, para facilitar. E os outros  
4257 pontos tem que passar pelo pleno, para ver se concordam com a retirada. Deliberação para  
4258 arquivamento, acho que também está fora, junto com o outro. Para ficar enxuto.

4259

4260 Vitória – As que estão em vermelho, Carol, o que houve?

4261

4262 Carolina – No debate, houve manifestação para retirada desses pontos.

4263

4264 Sávio – Se todo mundo concordar, não sei o três: manifestação da corregedoria, comissão de  
4265 ética, não sei se tem alguma ponderação. Mas, os outros são bem parecidos.

4266

4267 Carolina – Talvez já tirar, de pronto, o dos arquivamentos?

4268

4269 Marcos – Porque, se aqui decidirmos que não cabe a nossa apreciação, ou seja, a nossa avaliação  
4270 do mérito, que não cabe a nós fazer juízo de valor, ou que não sejamos uma comissão  
4271 processante, se entendermos que isso tem que ser pelo rito do parágrafo oitavo, se ao e engano,  
4272 o restante cai, porque devolveria essas manifestações, essas representações para o gabinete da  
4273 ministra, e lá se encaminharia da forma que deve ser o rito de praxe.

4274

4275 Bruno – Por isso que eu disse que o dois ponto sete tem um caráter de juiz de admissibilidade.  
4276 A depender de como ele for superado, acho que os demais itens acabam caindo o objeto.

4277  
4278 Vitória – Estou imaginando que o dois ponto dois – tentando pensar num consenso entre todos  
4279 -, se conseguíssemos mandar ao mecanismo os três ofícios – vejam se há unanimidade em  
4280 relação a isso – e, com a resposta dos três ofícios, apenas encaminharmos para quem nos  
4281 indagou sobre as coisas, sem nenhum juízo específico do comitê em relação a isso. Porque acho  
4282 que essa questão de o comitê formular alguma frase, não vamos entrar em consenso. Se  
4283 pudermos encaminhar para o mecanismo com a resposta, nós mandamos: está aqui a resposta,  
4284 para o Ministério Público, para o conselho regional de medicina. Não sei se assim ficamos mais  
4285 perto de um consenso, do que ficar dissecando: esse é do Ministério Público, temos que fazer  
4286 isso.

4287  
4288 Sávio – O dois ponto sete, como o Bruno falou, vai precisar do dois ponto dois do início.  
4289 (Intervenção simultânea). Na verdade, acho que o dois ponto sete precisa primeiro provocar o  
4290 mecanismo, para pegar e colher os subsídios.

4291  
4292 Bruno – Mas, se você vota o dois ponto dois a favor, você inviabiliza o dois ponto sete. Ou é  
4293 um, ou é outro.

4294  
4295 Marcos – No meu entendimento, esse assunto já tinha sido superado ontem, embora alguns  
4296 achem que houve uma ampliação. Ontem, fiz uma ponderação, que eu acho que seria a mais  
4297 acertada. Porque, me parece, salvo melhor juízo, na da ABP, tem lá no sumário dizendo que é  
4298 pedido de instauração de sindicância. Eu acho que, aquilo onde há um pedido de instauração e  
4299 sindicância, não enviaríamos para o mecanismo. Mas, aquilo que há pedido de informações,  
4300 porque nós não temos condições de prestar informações ao Ministério Público, sobre um ato  
4301 que em tese não cometemos, que não presenciamos. (Intervenção simultânea). Eu penso que  
4302 deveríamos dissecar essas situações e, naquilo que é pedido de informação do Ministério  
4303 Público, nós sim encaminharmos para o mecanismo e eles prestarem subsídios para a resposta,  
4304 e a presidência encaminha ao Ministério Público a resposta, tal como veio. O restante,  
4305 deliberamos, minha proposta nesse sentido é separarmos para que vá para a comissão  
4306 processante. Esse não precisaria de manifestação deles, porque penso que, se há um pedido de  
4307 procedimento a ser instaurado, a manifestação deles vai ser muito mais substancial dentro do

4308 crivo do contraditório. É só nesse sentido que eu faço a separação, porque se juntarmos os três,  
4309 eu tenho dificuldade de aprovar os três, colocando essas premissas.

4310

4311 Vitória – Entendi. Silvia, Caio e Ezequiel.

4312

4313 Silvia – Só para explicar que eu acho que esse dois ponto dois era nesse sentido que você acabou  
4314 de falar. Era exatamente uma tentativa, acho que chegamos nessa redação ontem, meio que no  
4315 final da discussão, que era exatamente isso que você tinha colocado, a ideia de dissecar com  
4316 diferentes repostas. Minha opinião, eu acho que não prejudicaria que fosse solicitado que o  
4317 mecanismo se manifestasse em referência aos dois – sei que isso já caiu. Mas, que pudesse fazer  
4318 assim: reposta do mecanismo, em relação ao ofício do MPF. A resposta dele seria encaminhada  
4319 diretamente pelo comitê, automaticamente, passaria pelo comitê para ser encaminhado ao MPF.  
4320 Em relação aos outros dois ofícios, que a manifestação do mecanismo fosse apresentada ao  
4321 comitê, e o comitê poderia depois deliberar, a mesa diretora. Não sei. Mas, acho que nada  
4322 impede a informação. (Intervenção simultânea). Colhendo subsidio para decidir, para  
4323 fundamentar.

4324

4325 Vitória – Caio, por favor.

4326

4327 Caio – Acho que ontem acabamos perdendo o consenso no final, na hora da votação, por conta  
4328 exatamente de algumas pessoas quererem encaminhar os três e, outras, acharem que não  
4329 precisava encaminhar os três. Me parece que não tem prejuízo nenhum se enviarmos os três  
4330 para o mecanismo, acho que isso amplia a discussão, possibilita que os peritos se manifestem  
4331 sobre todas essas questões que estão chegando para nós. Eu concordo com a Vitória, de que vai  
4332 ser difícil conseguirmos um consenso sobre uma manifestação do comitê, sobre as repostas do  
4333 mecanismo, mesmo a nossa ideia sendo deixar isso para a mesa diretora. Eu concordo que  
4334 deveríamos fazer um encaminhamento exclusivamente da reposta do mecanismo. (Intervenção  
4335 simultânea). Sem nenhum tipo de comentário nosso. Me parece que, a resposta do mecanismo  
4336 sobre o caso do Ceará, como é um pedido de informações do MPF, encaminhamos para o MPF,  
4337 enquanto resposta. No caso, quem encaminha é a secretaria executiva, que foi quem recebeu.  
4338 Dos outros dois casos, acho que deveríamos discutir um pouco mais o que fazer com essa  
4339 resposta, se vamos encaminhar para o Ministério dos Direitos Humanos, se vamos encaminhar

4340 para quem de fato recebeu, no caso da Associação de Psiquiatria, que foi o Ministério da justiça.  
4341 Acho que é isso que deveríamos decidir, qual o encaminhamento.  
4342  
4343 Vitória- Ezequiel, Bruno, Savio, Cinthia.  
4344  
4345 Ezequiel – Eu retiro a minha proposta. (Intervenção simultânea). A minha proposta está ali,  
4346 escrita, dois ponto cinco: Ezequiel defende o teor que deve ser analisado pela corregedoria, sem  
4347 discutir o mérito, sem indicar GT. E absorvo minha proposta à atual proposta do Marcos, que  
4348 ele reformulou.  
4349  
4350 Carolina – Pode tirar a do arquivamento motivado?  
4351  
4352 Vitória – Sim. As que estão em vermelho, acho que já devemos tirar, para dar menos confusão.  
4353 Já conseguimos reduzir um pouco. Agora, Bruno.  
4354  
4355 Bruno – Acabamos entrando na discussão dos três pontos. Acho que já dissecamos, em relação  
4356 ao que fazer com cada um dos três. Acho que tínhamos discutido antes, ontem, isso. Acabamos  
4357 separando as propostas em três subtemas, e acho que já podemos encaminhar a votação.  
4358  
4359 Vitória – Sávio.  
4360  
4361 Sávio – Eu acho que tem que redigir a proposta que o Marcos fez, dessa divisão, porque ela não  
4362 está contemplada aqui (intervenção simultânea). Inclusive, dentro da ponderação que o Caio  
4363 fez, acho que não é prejuízo se mandar, tirando o MPF que é resposta, subsídios para respostas,  
4364 para os outros dois casos, acho que não prejudica se mandar para conhecimento. Porque  
4365 sabemos que o mecanismo tem ciência disso, mas não sei se, formalmente, chegou no  
4366 mecanismo. Como o comitê chegou, já que vai encaminhar a do MPF, pode encaminhar para  
4367 conhecimento as outras duas, adota as medidas que o Marcos propôs, de pegar o  
4368 encaminhamento para as formalidades internas dentro do Ministério, porque tem um pedido  
4369 específico de apuração. Acho que a proposta é a mesa, apenas mandando para conhecimento  
4370 do mecanismo das outras duas questões.  
4371  
4372 Bruno – Sem avaliação do mérito pelo comitê.

4373

4374 Vitória – Deixa eu entender. A nossa proposta que surge aqui é que estaríamos encaminhando  
4375 as três representações / denúncias para o mecanismo. Uma, responderíamos para o Ministério  
4376 público, de forma motivada ou não? (Intervenção fora do microfone). E as outras duas?  
4377

4378 Sávio – Encaminhando apenas a manifestação do MPF, conforme foi colocado. As outras duas,  
4379 apenas para conhecimento, porque o Ministério já vai adotar as medidas internas cabíveis.  
4380

4381 Caio – Sávio, se o mecanismo quiser se manifestar sobre as outras duas? (Intervenção fora do  
4382 microfone). Vamos anexar a manifestação deles, quando encaminharmos?  
4383

4384 Sávio – Provavelmente, dentro do procedimento vai ser oportunizado isso aí. Se eles quiserem  
4385 já preparar alguma coisa, formalmente, eles receberam essa informação.  
4386

4387 Caio – Eu digo, se eles devolverem para nós. Quando eles devolverem o do MPF com  
4388 informações, se eles devolverem a do CRM e a SPB, com informações também, nós  
4389 encaminhamos?  
4390

4391 Sávio – De forma equivocada, porque vamos colocar apenas para ciência as duas  
4392 representações, ou o que seja. Apenas para ciência.  
4393

4394 Vitória – Cinthia.  
4395

4396 Cinthia – Só para esclarecer, quero me somar à deliberação que está dando final, e explicar para  
4397 o Caio que, a primeira, que é do Ministério público federal, há um procedimento que foi aberto  
4398 pelo Ministério público federal, solicitando informações. Já tem uma individualização  
4399 específicas. As outras duas, não tem individualização, não tem informações adicionais. Não há  
4400 necessidade, esse comitê não tem o que apreciar. Eu me somo à ideia de: manda para o  
4401 mecanismo, solicitando informações em relação ao pedido do MPF. Em relação às duas, para  
4402 ciência, devolvendo às autoridades e, as autoridades definem. Pode ser que não tenha elementos  
4403 para a abertura de nada. Essa é a minha opinião.  
4404

4405 Vitória – Cinthia, para sintetizar, a questão seria enviar para o mecanismo as três. A que nós  
4406 temos obrigação de responder, veio inclusive oficiado com obrigação de responder, nós  
4407 respondemos. E, as outras duas, só encaminhamos a resposta do mecanismo, só para  
4408 conhecimento, que é a do Sávio. (Intervenção fora do microfone). As duas, apenas para ciência.  
4409 (Intervenção fora do microfone). Entendi. Me parece que essa seria uma coisa mais unanime de  
4410 ser aprovada hoje. Nós fixaríamos um prazo de quinze dias para o mecanismo responder.  
4411 (Intervenção fora do microfone). Eu acho que eu não entendi. Vocês querem que o mecanismo  
4412 se reporte ao MPF? É à nós. (Intervenção simultânea). Fomos nós.

4413

4414 Marcos – Eles vão nos dar subsídios para que nós possamos responder ao MPF.

4415

4416 Vitória – Márcia, está inscrita? Cinthia, está inscrita? A Carol vai fazer a leitura e, todo mundo,  
4417 lendo junto conosco, concordando, colocamos essa em votação para ver se as demais caem.

4418

4419 Ezequiel – Questão de ordem. Em relação ao prazo, o prazo que o MPF dá é em relação aos dez  
4420 dias.

4421

4422 Vitória – Já pedimos para a Tatiana, secretária executiva responder, que o nosso comitê não  
4423 estava reunido por falta de nomeação e, quando nos reuníssemos, nós deliberaríamos sobre isso.

4424

4425 Cândida Souza – Rapidinho, uma dúvida de quem não é do direito. É sempre um problema isso.  
4426 Só para recapitular, o pedido de informação do Ministério público nós respondemos, porque foi  
4427 oficiado. Os outros dois, que são informações que debatemos ontem, uma delas, refutando o  
4428 relatório e, a outra, não lembro direito quais foram os debates que tivemos, não vamos nem  
4429 dizer nada? Porque, no debate de ontem, tínhamos avançado no sentido do comitê se manifestar  
4430 de alguma forma também. Lembro que avançamos nesse sentido. Se manifestar, isso não  
4431 significa encaminhar, mas lembro que nosso debate era outro, não era simplesmente pegar as  
4432 outras duas, enviar e pronto. Acho que precisamos pensar um pouco sobre isso. Chegou uma  
4433 demanda para nós, para que nos manifestemos sobre algo. Debatemos, por exemplo, que a do  
4434 CRM é uma refutação do relatório, e não vamos dizer nada? Vamos pegar esse negócio e,  
4435 simplesmente encaminhar para quem foi endereçado o ofício? Eu não sei se é algo razoável  
4436 com relação ao comitê.

4437

4438 Cinthia – Cândida, deixa eu tentar explicar. Estamos nos atendo àquilo que é solicitado. No que  
4439 concerne ao MPF, ele está pedindo informações em relação ao procedimento. O caso do ABP,  
4440 ela diz que é abertura de sindicância. Eu não tenho elementos para abertura de sindicância, nem  
4441 tão pouco o ofício tem elementos que me permitam isso. O segundo, CRM DF, fala que é uma  
4442 denúncia. Isso teria que ser encaminhado para a autoridade que recebeu, e ela que promova,  
4443 veja se tem elementos, ou não, ou não tenha nada. Porque, estamos trabalhando em cima de...  
4444 os subsídios que ali apresentam, são mais uma refutação que vem nesse sentido: uma denúncia,  
4445 uma abertura de sindicância.

4446  
4447 Cândida Souza - Então, esse dois que não faríamos nada, digamos assim, não podemos nem  
4448 encaminhar, nessa lógica, porque eles não foram encaminhados para nós. (Intervenção fora do  
4449 microfone). Na verdade, não precisamos fazer nada, porque não tem que devolver, se não foi  
4450 endereçado para nós. Pensando no que você está dizendo (intervenção fora do microfone). E  
4451 acho importante que debatamos se não vamos, por exemplo, nos posicionar sobre o que foi  
4452 colocado em termos do comitê. (Intervenção fora do microfone).

4453  
4454 Lucas – Cândida, talvez até o rechaço do afastamento cautelar, seja uma manifestação do  
4455 comitê. Me parece que foi unanime, não vai haver afastamento cautelar, estamos nos  
4456 manifestando.

4457  
4458 Cândida Souza – Vamos nos manifestar sobre ao ter afastamento cautelar, se não nos foi  
4459 solicitado?

4460  
4461 Lucas – Nesse momento não, é porque é de ofício, não precisaria haver um pedido nesse  
4462 sentido.

4463  
4464 Caio – Mas, nisso que o Lucas falou, a única manifestação que cabe, de acordo com o que está  
4465 em nosso regimento, é dizer: autoridade tal, só nos compete, no âmbito do comitê, o  
4466 afastamento liminar, e não é caso disso, não há elementos para isso.

4467  
4468 Vitória – Seria essa resposta a ser dada, enquanto comitê.

4469

4470 Caio – Não sei se os colegas concordam. Estou tentando construir um consenso com vocês.  
4471 Pessoalmente, sou da posição que deveríamos nos manifestar politicamente, falando das  
4472 atribuições do mecanismo. (Intervenção simultânea). Voltando para a realidade, acho que  
4473 deveríamos dizer o seguinte: esse comitê, de acordo com o dispositivo tal é competente para o  
4474 afastamento liminar do membro do mecanismo. Contudo, observando os termos da denúncia,  
4475 do documento, o que seja, não há indícios de materialidade, autoria de crime, das questões que  
4476 ensejam o afastamento.

4477

4478 Sávio – Só a questão é que é cautelar, não liminar.

4479

4480 Vitória – Márcia.

4481

4482 Márcia – Estou tentando entender, compreender. Concordo, nesse processo de encaminhamento  
4483 para manifestação do mecanismo, o retorno desses elementos que, para nós, são importantes. A  
4484 última proposta, minha e da Silvia, era muito nesse sentido que, a partir dessa devolutiva do  
4485 mecanismo, que possamos nos manifestar. Vamos nos manifestar em que sentido? A MPF,  
4486 vamos dar a resposta. Em relação à ABP, enquanto RENILA, estou falando enquanto entidade,  
4487 enquanto movimento social que atua na defesa dos direitos humanos das pessoas com  
4488 transtornos mentais se, caso esse coletivo não se manifesta, a RENILA vai se manifestar, porque  
4489 temos sim subsídios e elementos para contradizer, inclusive, esse documento. Em muitos pontos  
4490 ele é extremamente contraditório. Quando ele fala da lei dez mil duzentos e dezesseis, que  
4491 questionar o conceito de asilar, em relação à conduta do mecanismo no hospital psiquiátrico,  
4492 ele se contradiz, não só nesse parágrafo, mas em outros. Para nós, enquanto movimento social,  
4493 esse documento temos como responder de uma forma extremamente tranquila, reafirmando o  
4494 posicionamento do mecanismo, da defesa dos direitos humanos, daquelas pessoas que foram  
4495 encontradas em situação de violação de direitos. O relatório foi apresentado, eu participei da  
4496 apresentação desse relatório. Quem está se manifestando não é nem o hospital, é a Associação  
4497 Brasileira de Psiquiatria. É um órgão que foi provocado pelo hospital.

4498

4499 Interlocutor não se identificou – Questão de ordem. Márcia, você participou desse relatório?  
4500 Você assina pelo CNPCT.

4501

4502 Márcia – Eu não participei dessa inspeção, estou dizendo que eu estava presente no momento  
4503 da apresentação.

4504

4505 Vitória – Márcia, vou pedir para não abirmos esse tipo de debate no meio da votação. Eu queria  
4506 que pensássemos novamente nos encaminhamentos e, se não houver um encaminhamento que  
4507 seja consenso, que é o que eu estou buscando aqui, vamos colocar para a votação, e é isso.

4508

4509 Caio – Posso tentar sintetizar?

4510

4511 Vitória – Só se for para sintetizar questões do encaminhamento.

4512

4513 Sávio – Eu fiz uma inscrição rápida. A RENILA pode manifestar, de qualquer forma, como  
4514 qualquer órgão pode individualmente, isso é padrão, tranquilo. Me parece que o primeiro ponto  
4515 é unanimidade. Se alguém não concordar com quinze dias, encaminhou, recebeu, encaminhou  
4516 para o MPF. Me parece que é unanimidade, acho que podíamos até tirar da votação, aprovado.  
4517 E, partir para o segundo, algum ajuste de termo para o segundo.

4518

4519 Vitória – Em relação a esse, que seria o nosso dois pontos dois, encaminhamento específico em  
4520 relação ao ofício do Ministério Público Federal. Estaremos encaminhamento para o mecanismo,  
4521 para que possamos colher subsídios, com prazo de resposta de quinze dias do mecanismo, com  
4522 a resposta deles, encaminharíamos para o Ministério Público Ffederal. Aqueles que são  
4523 contrários a este encaminhamento, se manifestem no microfone. Nenhum contrário.  
4524 Abstenções? Nenhuma abstenção. Aprovado por unanimidade. Em relação, agora, aos ofícios  
4525 da ABP e do Conselho Regional de Medicina, a proposta é que enviemos também para o  
4526 mecanismo. A do Sávio é apenas para conhecimento e, a do Caio, é que envie para o mecanismo  
4527 e, com a resposta, a nossa resposta seria de que somos competentes para o afastamento cautelar  
4528 e, neste momento, não encontramos indicio para tanto.

4529

4530 Caio – Eu quero refazer a proposta. (Intervenção fora do microfone). Para encontrar a proposta  
4531 do Sávio, calma, Vitória. Enviamos as duas para o mecanismo, para ciência, como disse o Sávio  
4532 e, ato continuo, respondemos o que eu coloquei. Dizendo: CRM e SBP, não há indícios para o  
4533 afastamento cautelar, que é a nossa única competência.

4534

4535 Marcos – Exato. Que, nos termos do artigo oitavo, parágrafo terceiro, o que competiria a nós,  
4536 que vai junto, seria deliberar pelo afastamento cautelar e, nesse momento, não encontramos  
4537 subsídios para tanto.

4538

4539 Sávio – Só uma ponderação. Isso vem do gabinete da ministra, a resposta tem que ser para o  
4540 gabinete da ministra, não para os órgãos, porque vamos estar não seguindo o fluxo.

4541

4542 Vitória – Mas, Sávio, acho que nada impede respondermos ao gabinete com cópia para a  
4543 instituição, só para mostrarmos que estamos trabalhando, só para mostrar que estamos  
4544 funcionando, que esse comitê funciona. (Intervenção fora do microfone). Eu fui brigar com o  
4545 Caio e ele conseguiu consenso. Muito obrigada, Caio. (Intervenção simultânea). Vou esperar  
4546 Carol terminar de redigir e fazermos a leitura do encaminhamento. É do Caio mesmo, que seria  
4547 em relação aos ofícios da ABP e do Conselho Regional. Nós estaríamos enviando para o  
4548 mecanismo e, com a resposta do mecanismo... Caio, por favor, venha explicar. (Intervenção  
4549 fora do microfone).

4550

4551 Caio – Em relação à do CRM e da Sociedade de Psiquiatria, só mandamos para a informação  
4552 do mecanismo porque, na realidade não nos interessa exatamente o que o mecanismo vai dizer,  
4553 porque já estamos dizendo, ao mesmo tempo, para essas entidades, que o que nos compete seria  
4554 o afastamento e não há indício para afastamento, dentro do termo dos documentos deles.

4555

4556 Vitória – Nessa proposta, não aguardamos resposta nenhuma do mecanismo? (Intervenção fora  
4557 do microfone). Eu vou dar as inscrições da fala, e passamos para a votação. Silvia, primeiro e,  
4558 depois, Fernanda.

4559

4560 Caio – Só uma questão. Como vamos encaminhar para o Ministério, poderíamos colocar nesse  
4561 encaminhamento do Ministério, pedindo que nos fosse notificado qualquer andamento desse  
4562 tipo de denúncia, se houver a abertura de algum tipo de procedimento administrativo,  
4563 sindicância. Acho importante que sejamos sempre notificados, informado, desse tipo de  
4564 questão.

4565

4566 Vitória – Agora, Silvia e, depois, Fernanda.

4567

4568 Silvia – Eu estou tentando ter uma reflexão sobre tudo que está sendo discutido. Acho que esses  
4569 ofícios chegaram ao comitê, claramente, como discutimos ontem. O comitê tem um papel e, até  
4570 ontem, na discussão da tarde, saiu pelo Bruno, quando estávamos falando, quando o Ribamar  
4571 teve a fala na tarde. E você falou: Ribamar, você está apresentando uma situação de dificuldade  
4572 de acesso, de obstrução do seu trabalho, eu acho que é papel do comitê exatamente, ele deve  
4573 ser informado e vermos como podemos trabalhar isso, porque é papel do comitê. Realmente é,  
4574 foi discutido aqui: zelar pelas prerrogativas. Eu acho muito bom, porque esses ofícios foram  
4575 enviados ao comitê, porque isso poderia nem ter sido nos chegado. Chegou aqui, porque  
4576 exatamente existe esse papel do comitê de prevenção e combate à tortura, que é zelar pelas  
4577 prerrogativas do mecanismo. Está discutindo muito essas (inaudível) de competência, só para  
4578 competência, cautelar. Mas, além de afastamento cautelar, acho que o comitê tem uma  
4579 competência no seu papel, de porque não se manifestar, se pronunciar, quando chega algo  
4580 assim. Chegou ao conhecimento do comitê, o comitê pode olhar esses dois ofícios, falar: isso  
4581 aqui, segundo a nossa interpretação – ele não está tomando a competência de abrir processo  
4582 disciplinar, ele não está fazendo isso -, nos posicionamos de tal e tal maneira. Não tem aqui  
4583 informação, nada que comprove um desvio funcional, nada que comprove... isso aqui,  
4584 claramente, é um posicionamento contra um resultado de um trabalho, contra a conclusão do  
4585 relatório. Isso é papel d o comitê fazer esse tipo de manifestação. Depois, vai ter o processo  
4586 administrativo, não sei, mas cabe ao comitê esse tipo de manifestação. Eu não sei porque abrir  
4587 mão disso, porque vamos enviar ofício para ciência do mecanismo. Porque não receber a  
4588 resposta do mecanismo, e decidir. Quando mais recebendo essa resposta, porque não na  
4589 próxima reunia, o comitê falar: claramente isso aqui é incabível, vamos nos manifestar. É  
4590 opinião do comitê, e o comitê tem o papel de se posicionar a respeito disso. Mas, é a minha  
4591 opinião.

4592

4593 Vitória – Fernanda.

4594

4595 Fernanda – Bom dia. eu acho que o que a Silvia acabou de falar, apenas vai ao encontro, reforça  
4596 o que a Cinthia tinha falado anteriormente. A primeira proposta da Cinthia, foi no sentido de  
4597 receber todas essas representações, comunicações, encaminhar para o mecanismo, com a  
4598 resposta do mecanismo, encaminhar – salvo engano, foi isso que eu entendi – para os órgãos  
4599 que apresentaram agora hoje mais cedo, ainda há pouco, pelo menos, foi isso que eu tinha  
4600 entendido da sua proposta. Além de ir ao encontro do que a Cinthia falou há pouco, na verdade,

4601 vai ao encontro do que realmente são as normas que estão veiculadas sobre esse tema. Como  
4602 bem reiteramos, estava conversando ontem com o doutor Lucas, não sei se o Lucas se recorda  
4603 do que conversamos ontem, se o comitê tem realmente a competência prevista legalmente para  
4604 afastamento cautelar, e o regimento fala expressamente da lei oito mil centos e doze, a lei oito  
4605 mil cento e doze é muito claro que, quem tem competência para afastamento cautelar, é quem  
4606 tem competência para instauração de procedimento administrativo disciplinar. Tem uma  
4607 previsão expressa, nesse sentido, no artigo cento e quarenta e sete. Ontem, conversando com o  
4608 doutor Lucas, até vimos o quanto isso é lógico, pelas próprias regras, princípios de direito  
4609 administrativo, correlacionados ao poder hierárquico, ao poder disciplinar. Então, realmente  
4610 não faz sentido que nós, simplesmente, tenhamos a competência para deliberação do  
4611 afastamento cautelar, mas que não nos manifestemos eventualmente, falando do próprio mérito  
4612 da representação. Falando do mérito da representação, ontem também conversando com o  
4613 doutor Lucas, ao analisar essa da ABP, vemos que, na verdade, doutor Marcos, embora no  
4614 assunto, na referência, esteja expressamente consignado “solicitação de sindicância”, vemos  
4615 que, no conteúdo, vemos que não tem os requisitos para que, de fato, seja uma solicitação de  
4616 sindicância, como a doutora Cinthia falou: não tem individualização de condutas. Eles colocam  
4617 “solicitação de sindicância” sobre as ações do mecanismo, de uma forma em geral. Parece até  
4618 que eles estão contestando, de uma forma geral, o mecanismo. Ontem, isso ficou tão claro, é  
4619 tão obvio, que o próprio corregedor que estava aqui, do DPEN, não sei se as senhoras se  
4620 recordam, falou: estou aqui para correccional, mas não posso instaurar um procedimento  
4621 administrativo se vocês não me derem os nomes. Ele falou: me deem os nomes. É o mesmo  
4622 caso nessa representação, aqui não tem individualização de conduta nenhuma. O que eles  
4623 colegas aqui são circunstâncias em que foi realizada a inspeção e a construção do relatório. Ou  
4624 seja, eles contestam a própria atribuição do mecanismo. Doutora Cinthia, estou elogiando o seu  
4625 primeiro comentário, porque é exatamente o que a senhora tinha falado. Me parece que se trata  
4626 também de um caso de encaminhamento para o mecanismo, para que eles falem: afinal de  
4627 contas, qual foi essa circunstância, foi pautada no regimento interno do mecanismo, no  
4628 regimento interno do mecanismo e, assim se confirmando, essa representação não pode ser  
4629 recebida como sindicância, porque não temos individualização. Ontem, conversando com o  
4630 doutor Lucas, chegamos próximos a essa conclusão. E é uma conclusão realmente tão óbvia,  
4631 não só pelos princípios, pelas regras do direito administrativo, pelo próprio comentário que foi  
4632 feito ontem pelo corregedor. Estávamos aqui deparados com o corregedor, que falou  
4633 expressam-te que não há como instaurar procedimento administrativo sem dizer os nomes.

4634 Aqui, acho que podemos adotar a mesma postura: cadê os nomes, cadê as condutas  
4635 individualizadas? Por final, de fato, a nossa própria lei, o regimento interno do mecanismo, a  
4636 lei disciplinar de processo administrativo, fala a mesma coisa. Parece ser uma providencia bem  
4637 razoável, que peçamos para o próprio mecanismo se manifestar em relação a essas também.

4638

4639 Interlocutor não se identificou – Silvia, eu concordo com você plenamente, que acho que o  
4640 comitê deveria ter essa prerrogativa. Mas, não temos. Não tem saída. Na doze, oitocentos e  
4641 quarenta e sete, no regimento, não é previsto.

4642

4643 Silvia – Desculpa, a Fernanda acabou de falar inclusive de uma atribuição legal. Ela falou agora  
4644 da competência legalmente. Ela acabou de dar...

4645

4646 Marcos – Eu concordo até com o que você disse, mas no sentido de que não cabe a nós nos  
4647 manifestarmos, cabe à corregedoria. O corregedor, pegando até o gancho que você falou. O  
4648 corregedor disse, muito claro: não tem como eu fazer qualquer tipo de instauração, se não tiver  
4649 autoria, materialidade, se não tiver individualização de participação ou de autoria das pessoas.  
4650 Só que quem faz isso é a corregedoria, e o Ministério tem uma corregedoria, não nós.

4651

4652 Fernanda – O que estava conversando ontem, com o Doutor Lucas – vou pedir, Lucas, se você  
4653 se sentir confortável, obviamente, para reportar o que conversamos -, doutor Marcos, de fato,  
4654 como o Henrique falou ontem, em relação ao comitê e ao mecanismo, temos uma legislação  
4655 muito *suigeneris*, por isso traz um pouco de estranhamento quando falamos: porque o comitê  
4656 vai exercer atividade correcional. Quando pensamos em correção, processo administrativo  
4657 disciplinar, pensamos em hierarquias, pensamos em poder hierárquico, em poder disciplinar de  
4658 supervisão. Mas, é inegável que o próprio comitê, pelo regimento, pela lei, tem esse mínimo  
4659 poder de supervisão. Tanto tem que cabe a ele esse afastamento cautelar. Ontem, conversando  
4660 com o doutor Lucas, eu dei um exemplo que me pareceu muito claro. Eu vou utilizar a minha  
4661 instituição como exemplo, porque é o que acontece normalmente conosco. A defensoria pública  
4662 e o Ministério Público são poderes independentes e autônomos, e me parece ser muito fácil  
4663 fazer essa analogia entre comitê e mecanismo, em tese são dois poderes do órgão, na verdade,  
4664 independentes e autônomos. Mas, imagina que eu, como defensora, vou fazer uma inspeção  
4665 com o meu núcleo de direitos humanos, o núcleo que faço parte, não é meu e, eventualmente,  
4666 chegue uma denúncia para o PGJ – Procurador Geral de Justiça, no sentido: a Fernanda, junto

4667 com o grupo dela, violaram deveres funcionais e, quiçá, cometeram algumas condutas que não  
4668 sejam correspondentes às suas funções. O PGJ, provavelmente respondeu: não tenho  
4669 absolutamente nenhum poder correccional sobre a Fernanda ou o grupo dela, do núcleo de  
4670 direitos humanos, porque a defensoria é um órgão autônomo, tem no defensor geral e os órgãos  
4671 internos competentes. Mas, imagina se coubesse ao PGJ o afastamento cautelar, imagina se o  
4672 PGJ faz assim: é verdade, a Fernanda cometeu uma infração. Eu vou determinar o afastamento  
4673 cautelar da Fernanda como defensora pública. É inegável que esse poder de afastamento  
4674 cautelar, está precedido por um mínimo de poder hierárquico e de supervisão. Não estão  
4675 afastados. Nesse sentido, embora pareça estranha para nós, porque, afinal de contas, a lei fala  
4676 de independência e autonomia, não temos como chegar a uma construção diversa, no sentido  
4677 de que, embora o comitê seja independente e autônomo do mecanismo – e talvez, tenhamos que  
4678 pensar isso par ao futuro -, ao comitê, por incrível que pareça, foi outorgado, tanto pelo  
4679 regimento, quanto pela lei, esse mínimo. Eu falo esse mínimo, ainda que seja em relação à  
4680 instauração e essa primeira deliberação. Porque, eventualmente, no mérito, não dá cautelar,  
4681 mas, no mérito final de eventual punição, de demissão ou advertência, caberia a um outro órgão,  
4682 como o presidente da república, que é o responsável pela sentença final, da decisão final. Mas,  
4683 me parece ser muito claro isso. Ontem, eu tomei a liberdade de discutir com o doutor Lucas,  
4684 porque eu sei que ele é afeto a essa área de direitos administrativo constitucional e, realmente,  
4685 me apreço que, pelos princípios que vemos, essa é a melhor lógica.

4686

4687 Marcos – Eu acho que, dificilmente teremos condição de aprofundar uma discussão nesse nível.  
4688 E nós vamos...

4689

4690 Vitória – Eu vou dar a fala para quem pediu e vou encaminhar a votação, para não nos  
4691 alongarmos mais ainda. Henrique, Silvia e Sávio.

4692

4693 Henrique – Como eu trouxe ontem, acho e faço coro à fala da colega Fernanda, demais. Acho  
4694 que precisamos de uma interpretação sistêmica de como é feito isso, e não é claro para mim  
4695 ainda, até que ponto o mecanismo pode ou não, e o comitê. É difícil. Chega essa insurgência da  
4696 ABP, é uma insurgência contra o relatório. O relatório não é só do mecanismo, ele é também  
4697 do comitê. Eu vou ler o trecho da ABP, do pedido de sindicância ou como queiram chamar isso.  
4698 “Não é possível, a partir dessa inspeção, acatar conclusões e dar prosseguimento às  
4699 recomendações apontadas – isso é uma insurgência contra as recomendações do relatório, lei

4700 doze oito quatro sete, artigo sexto, inciso nove: competência do CNPCT, da implementação das  
4701 recomendações do mecanismo. Ele insurge contra as recomendações. Nós temos a capacidade  
4702 legal de implementar as recomendações. Eu não acho que podemos, simplesmente... acho que  
4703 temos que defender isso. Está aqui, não podemos simplesmente deixar passar isso. Mas,  
4704 encaminho para as votações.

4705

4706 Vitória – Silvia.

4707

4708 Silvia – Coro ao que o Henrique acabou de falar. Olhando o artigo seis, querendo olhar tanto  
4709 para a parte legal, o artigo seis, o mecanismo existe para prevenir e combater a tortura. Para  
4710 começar, acho que aí já entra um grande nível de discricão de autonomia do comitê para se  
4711 pronunciar sobre “n” aspectos. E vai ao inciso que fala de: recomendações, participar da  
4712 recomendação de implementações. Tem inciso específico sobre isso, o nono. Se quisermos  
4713 olhar o inciso dois: acompanhar, avaliar, colaborar para aprimoramento da atuação de órgãos  
4714 de âmbito nacional, estadual, cuja função esteja relacionada com suas finalidades. Esse órgão  
4715 de âmbito nacional é o mecanismo, tem que colaborar para o aprimoramento da atuação e  
4716 fortalecimento do mecanismo. Está aqui, está na lei, tem competência. O comitê pode sim se  
4717 pronunciar sobre algo assim. Competência e atribuição legal.

4718

4719 Sávio – (...) baseado nas observações. Temos que ir para a votação, para não prejudicarmos,  
4720 mas a pauta. O raciocínio que a Silvia fez, traria para o comitê, no mínimo a abertura de uma  
4721 sindicância ou um PAD. Se mandamos para o mecanismo se manifestar, vamos ter que abrir  
4722 um procedimento para pegar e motivar a decisão de afastamento cautelar, ou não. Porque a  
4723 decisão tem que ser motivada. Lembrando que, pelos princípios toda a decisão tem que ser  
4724 motivada. Nós não podemos esquecer que a oito mil cento e doze, leva para aquela estrutura  
4725 concreta de ouvidoria, comissão de ética e corregedoria. A única diferença nesse caso concreto,  
4726 é que não entrou pela ouvidoria. A porta de entrada é a ouvidoria. Por onde entra? Entra pelo  
4727 gabinete da ministra e vem para o comitê. Lembrando dessa estrutura, tem que devolver para  
4728 essa estrutura e, caso a estrutura faça a instrução disso dentro de um procedimento que é o  
4729 adequado e manifeste para o comitê: comitê: dentro desses indícios, existe motivação para um  
4730 afastamento cautelar? Aí sim, temos condições para apreciar dentro da legislação que foi citada  
4731 pela Cinthia, afastamento incidental. Eu acho que, realmente, é um assunto complexo para  
4732 ficarmos debatendo aqui. Acho que deve ir para a votação, para partirmos para a próxima pauta.

4733  
4734 Vitória – Márcia, a última.  
4735  
4736 Márcia – Eu faço coro com a fala da Silvia, do Henrique. Até um esclarecimento nosso,  
4737 reponsabilidade nossa, enquanto comitê, para a sociedade civil, para a sociedade de um modo  
4738 geral. O que é o comitê, o papel do comitê, do sistema nacional de prevenção e combate à  
4739 tortura. Isso eu acho que é responsabilidade nossa, de uma manifestação de esclarecimento em  
4740 defesa das prerrogativas do mecanismo. Não vai ser esse o momento para isso. É só isso que eu  
4741 queria reafirmar. Sugiro o encaminhamento da votação.  
4742  
4743 Vitoria – Então, eu vou pedir para a Carol fazer a leitura dos encaminhamentos que tivemos até  
4744 agora, que são quatro.  
4745  
4746 Carolina – Tem duas, que foram o objeto de discussão dos últimos vinte minutos, meia hora,  
4747 que eu vou ler. Dois pontos três, em relação ao ofício da ABP, CRM, CNPCT enviar para o  
4748 MNPCT, para ciência e responder os ofícios ao gabinete da ministra, a ABP e CRM, dizendo  
4749 que somos competentes para o afastamento cautelar, e que não encontramos indícios para tanto.  
4750 Para o Ministério, o CNPCT pede para ser notificado sobre eventuais encaminhamentos dessas  
4751 denúncias, como abertura de sindicância, etc. Encaminhamento que era do doutor Marcos,  
4752 sugere votação: um) se cabe ou não apreciação de mérito, pelo CNPCT, se cabe ou não  
4753 afastamento cautelar.  
4754  
4755 Marcos – Se a primeira for aprovada, cai o restante todo até.  
4756  
4757 Carolina – Encaminhamento: responder o pedido de informação do MPF... Também já foi.  
4758 Pronunciamento do CNPCT sobre o teor dos ofícios.  
4759  
4760 Vitória - Que também estaríamos nos pronunciando nessa primeira, em relação à nossa  
4761 competência. Eu colocaria para votação, se todos concordam, essa proposta dois ponto três.  
4762 Peço que leiam atentamente, eu vou abrir a votação. Todos aqueles que são contrários a essa  
4763 proposta de encaminhamento...  
4764  
4765 Sávio – Só uma observação: que, no momento, não encontramos indicio para tanto.

4766

4767 Vitória – Acho que, na redação do ofício, que a mesa diretora pode estar presente em peso,  
4768 conseguimos colocar “no momento”.

4769

4770 Cândida Souza – É importante colocar, porque precisa ter o processo administrativo antes, para  
4771 a manifestação. Tem que colocar “no momento”.

4772

4773 Sávio – Para frente, se vem instruído um processo com esses indícios, nós não podemos  
4774 (intervenção simultânea).

4775

4776 Caio – O ofício vai ter uma data, é subtendido que é no momento. Não vamos tentar esmiuçar  
4777 tanto. O ofício vai ser escrito por uma composição paritária: Lucas, Rodrigo, Vitória e eu.

4778

4779 Vitória – Inclusive porque pedimos para sermos notificados sobre abertura de sindicância. Com  
4780 a resposta disso, com certeza, nos manifestamos novamente sobre afastamento, sobre  
4781 competência. Se pudermos fazer esse encaminhamento da forma como está aqui e, como a  
4782 redação vai ser paritária, não se preocupem, tendo uma unanimidade, fica mais justo no nosso  
4783 colegiado. Eu só vou pedir para não nos atermos às vírgulas, nesse momento, e a mesa diretora  
4784 pode se estapear em cima disso, não tem problema. (Intervenção fora do microfone). O ofício  
4785 vai para o gabinete, com cópia vai para o CRM. Estamos mandando ofício, como vai para o  
4786 comitê? Em relação ao ofício da ABP e do CRM, o comitê vai enviar ao mecanismo, para  
4787 ciência, e o comitê vai responder os ofícios ao gabinete, com cópia para associação e CRM,  
4788 dizendo que somos competentes para afastamento cautelar, e que não encontramos indícios para  
4789 tanto. Para o Ministério, o comitê pede para ser notificado sobre eventuais encaminhamentos  
4790 dessas denúncias, aberturas de sindicâncias, etc. (intervenção fora do microfone). Depois  
4791 melhoramos a redação, Sávio, isso aqui não é o teor do ofício, é só uma redação que estamos  
4792 fazendo rapidamente aqui. Todos aqueles contrários a esse encaminhamento, se manifestem no  
4793 microfone. Com nenhum voto contrário. Abstenções, se manifestem no microfone. Foi  
4794 aprovado por unanimidade. Eu ia levantar e ir embora, daqui a pouco.

4795

4796 Marcos – Vamos encerrar e o restante todo cai?

4797

4798 Vitoria – Eu vou fazer isso. Vou dar por prejudicado todos os outros itens, por unanimidade.  
4799 Não é fácil sair unanimidade aqui. Hoje é milagre. Nosso próximo ponto de pauta, é o item três,  
4800 que é nossa pauta administrativa de seleção do mecanismo. Não é o item três. O nosso item  
4801 agora é o item seis.

4802

4803 Carolina – Só para orientar, estamos editando a pauta à medida em que rolam os atrasos ou  
4804 modificações. Para quem, por acaso, tiver perdido, a edição é do dia vinte e um do onze, oito e  
4805 cinco da noite.

4806

4807 Vitória – Nosso item seis, é a pauta administrativa de seleção do mecanismo, e consta na pauta  
4808 avaliar minuta de resolução do comitê, seleção dos peritos do mecanismo, proposta do GT, e  
4809 quinto edital para seleção dos peritos do mecanismo, e proposta do GT.

4810

4811 Lucas – Vitória, pela ordem. Até tínhamos mencionado essa questão ontem. Considero que o  
4812 trabalho do GT não foi concluído. A colega Cândida está aqui, talvez possa concordar comigo.  
4813 Essa proposta que temos hoje, basicamente é uma proposta do governo, eu e Felipe trabalhamos  
4814 em cima dela, com o apoio da coordenação, Cândida. Sugiro que retiremos de pauta no  
4815 momento, prorrogemos o trabalho do GT, com destaque de que possa ser uma resolução que,  
4816 talvez, tenha havido uma divergência nesse ponto. Eu queria deixar o caminho aberto em  
4817 relação à resolução. E antecipemos a pauta e vamos para a próxima.

4818

4819 Vitoria – A sua proposta é resolução e edital? Ótimo, só para fazermos constar aqui. Cândida  
4820 está inscrita.

4821

4822 Cândida Souza – Concordo, Lucas, que os trabalhos não foram concluídos. Eu queria  
4823 esclarecer, porque tenho um pouco de responsabilidade nisso. Eu soube que isso foi pauta  
4824 ontem, antes de eu chegar, rapidamente. O que acontece é que eu estive em transito, entre Joao  
4825 Pessoa e Natal, por causa do atraso de um compromisso, de duas horas, e era impossível me  
4826 conectar. Imprevistos acontecem com todas as pessoas, e foi isso que aconteceu. De fato, isso  
4827 prejudicou, porque éramos quatro. Só o Marcelo ficou presente, na reunião, a sociedade civil  
4828 participou da reunião e, nessa reunião, o GT não chegou num consenso. Obviamente, depois eu  
4829 me reuni com o Marcelo, para saber como tinham ido os encaminhamentos, como diz do nosso  
4830 compromisso que devemos ter com as responsabilidades que assumimos, e existiu essa

4831 divergência sobre resolução e edital. Concordamos que não chegamos em um consenso, os  
4832 trabalhos não foram finalizados, não realizamos o edital. Eu acho que a discordância tinha muito  
4833 mais a ver com a minuta mesmo, Lucas, e acho que podemos elaborar depois, como o GT não  
4834 delibera, como vai ser deliberado aqui, a minuta apresentada pelo governo no e-mail, que não  
4835 sei vai ser deliberado aqui. Mas a minuta apresentada pelo governo, no e-mail tal, que não sei  
4836 se houve alguma modificação com esse papel que vocês entregaram, ou não. Mas, a minuta que  
4837 nos chegou na época – não dei uma olhada nessa nova -, mas naquela que vocês enviaram, na  
4838 nossa opinião, extrapolava o que tínhamos decidido naquela reunião. Esse é o principal  
4839 argumento. Porque, inclusive falava sobre recondução, e tínhamos conversado sobre seleção e,  
4840 não necessariamente, recomendação, seleção de novos peritos, e alguns outros elementos da  
4841 própria resolução que, na nossa opinião, da sociedade civil, extrapolavam. Por isso, não  
4842 conseguimos avançar e não tivemos tempo hábil de tentar marcar uma nova reunião. Sobre ser  
4843 resolução ou não, na seleção passada, tivemos também uma resolução porque o edital é  
4844 disciplinado por uma resolução. É uma resolução de uma página que diz, especificamente sobre  
4845 quem são as pessoas que vão compor a comissão de seleção, e quais são as atribuições desse  
4846 grupo que vai construir a comissão de seleção. As atribuições são muito simples: convocar,  
4847 abrir o edital.

4848

4849 Lucas – Cândida, só um destaque. Essa resolução trata de outra coisa, eu acredito, seja a  
4850 composição da comissão. É outro tema.

4851

4852 Cândida Souza – O que eu quero dizer que, sobre a seleção não é novidade que haja uma  
4853 resolução, o que eu quero dizer é isso, não é o preciosismo de ser ou não resolução. A sociedade  
4854 civil olhou para a proposta de minuta de resolução do governo, e o que estou apresentando para  
4855 você é que não é sobre ser resolução ou edital, é sobre o teor da minuta apresentada porque,  
4856 inclusive, extrapolava, porque falava em recondução e outras coisas mais. A divergência foi  
4857 essa. Estou apresentando que, na seleção passada, nós tivemos uma resolução e um edital, cuja  
4858 resolução se limitava a essa página, que é a escolha das pessoas da comissão de seleção, que  
4859 concordo que não somos nós quatro, ou podemos debater aqui como é a comissão. Mas, a  
4860 resolução disciplinava somente quem é a comissão e quais são as atribuições, que é: coordenar  
4861 e organizar o processo, analisar os documentos, aquela parte burocrática, chata, que a maioria  
4862 das pessoas não gostam, mas eu como técnica, particularmente, adoro, técnica e burocrática  
4863 super. Deliberar sobre os pedidos de inscrição, deferir ou indeferir, fazer um processo seletivo.

4864 É isso que disciplina essa resolução aqui, a partir disso, existe um edital, que também está lá, o  
4865 edital passado. Lembro também que, originalmente, quando começamos a tentar colocar isso  
4866 em pauta, foi conversado na última reunião que não precisa de muitos ajustes, porque é só uma  
4867 questão de data, o edital está lá, está disponível, todo mundo pode ver também. Concordo que,  
4868 não necessariamente, chegamos ao final dessa discussão aqui, por isso o GT pode avançar. Mas,  
4869 só quero deixar claro que não houve uma objeção, sobre ser ou não edital. Também dizer que,  
4870 no nosso GT vamos, pelo menos, respeitando a história do processo do próprio comitê, defender  
4871 que essa resolução serve para disciplinar quem são as pessoas, quais as pessoas / instituições,  
4872 quais são as suas competências. Temos um edital, que vamos nos basear nele, na minha opinião  
4873 é isso, e é simples, para fazer a próxima seleção. Acho que o edital é completo, inclusive,  
4874 porque, tem isso e tem a outra coisa. A própria minuta de resolução que vocês mandaram, mais  
4875 uma vez, não sei essa nova, a anterior, faz menção ao decreto, fala uma série de coisas e, por  
4876 exemplo, não explicitava também a questão da remuneração, coisas que estavam presentes no  
4877 edital passado e, não estavam presentes com relação a essa coisa do trabalho voluntário, ou não,  
4878 que o decreto implicou isso. Como tivemos uma resposta judicial e, amigos juristas me ajudem,  
4879 ao decreto, que reconduziram os peritos, entende-se que isso também se aplica aos novos que  
4880 vão chegar. Isso precisa estar claro, de alguma forma. Na resolução não estava. O que estou  
4881 trazendo para vocês é que a minuta apresentada apresenta uma serie de detalhes que, na nossa  
4882 opinião, extrapolam o que tínhamos pensado e, por isso, precisamos de mais trabalho para... ou,  
4883 de repente, conversamos aqui, esgotamos, e fazemos as coisas. Mas, o que eu acho é isso, não  
4884 é só sobre o mérito da resolução. Acho que é mais simples, acho que não precisa criar uma  
4885 resolução com uma série de coisas, porque temos um edital completo, e podemos deliberar  
4886 sobre a criação de uma resolução para estabelecer a comissão de seleção, essas competências,  
4887 que é o que já tem.

4888

4889 Vitória – Carol. (Intervenção simultânea). Tem um pessoal na frente.

4890

4891 Carolina – Eu pedi a inscrição, ainda que o Sávio tenha a vaga de decano. Mas, talvez, eu queira  
4892 competir um pouco, Sávio, amigavelmente, em relação à história do comitê. O primeiro  
4893 esclarecimento que eu queria fazer é que o próximo edital vai ter que fazer seleção de quatro  
4894 vagas. Primeiro, temos a vaga da Deise, que pediu desligamento após a recondução. Temos  
4895 também a vaga do Lúcio, que também pediu desligamento após a recondução, no ano passado.  
4896 Temos a vaga do Rafael, que pediu desligamento no início do ano. A suplente do Rafael, a

4897 senhora Mayara Dias, de São Paulo, foi consultada e não tem interesse em dar segmento à vaga  
4898 do Rafael. A quarta vaga, vem do pedido de desligamento também da Ana Cláudia Camuri, que  
4899 também, na seleção da Ana Cláudia, a senhora Mayara era suplente dela. Só para fazer um  
4900 esclarecimento. Deise e Lúcio, foram recondução aprovada no final do ano passado, publicada  
4901 esse ano. Rafael e Ana Cláudia, vem de seleções anteriores do mecanismo. São processos  
4902 distintos. Tanto no caso do Rafael, quanto no caso da Ana Cláudia, a suplente, por coincidência,  
4903 era a Mayara Dias, de São Paulo e, nas duas ocasiões, ela não manifestou interesse em dar  
4904 continuidade ao mandato dos dois peritos em que havia essa previsão. São quatro vagas,  
4905 seguindo a lei, três anos de mandato. Em relação ao histórico sobre edital e resolução, eu queria  
4906 fazer um esclarecimento sobre isso, acho que é até oportuno a coordenação preparar um  
4907 documento, fazendo o registro da memória, porque acho que é importante para o colegiado e  
4908 para as composições seguintes, sobre essa questão. Nos editais, fazíamos a publicação do edital,  
4909 no Diário Oficial e, por meio de uma resolução, instalavam uma comissão de seleção, uma  
4910 comissão para acompanhamento dos editais. Um parêntese: as resoluções do comitê dispõem  
4911 sobre o funcionamento do próprio comitê. Por exemplo, recomendação ao CNJ, não é publicada  
4912 em formato de resolução. As resoluções dispõem, por exemplo, da composição da coordenação  
4913 do mecanismo, dispõe sobre a criação de GT, dispõe sobre a criação de comissões permanentes,  
4914 como fizemos o ano passado. A resolução vai trazer elementos que vão auxiliar o  
4915 funcionamento do comitê e do exercício das suas atribuições. Paralelo a isso, publicávamos os  
4916 editais também, com as chamadas, o número de vagas, e como se dá a seleção dos peritos do  
4917 MNPCT. São esses os instrumentos que envolvem a seleção do mecanismo, de modo geral:  
4918 resolução para a comissão de seleção e o edital. Se eu não me engano, entre o terceiro e o quarto  
4919 edital – eu confirmo com vocês no histórico que eu quero preparar -, foi feita uma sugestão,  
4920 pela consultoria jurídica do Ministério à época, orientando que o comitê editasse uma resolução  
4921 com os critérios gerais da seleção do MNPCT. Nós estamos falando dessa ideia de resolução  
4922 para estabelecer os critérios gerais, já tem alguns anos, enquanto comitê. Porque estou  
4923 comentando isso? Porque a sugestão da consultoria jurídica era que tivéssemos regras gerais e,  
4924 ao mesmo tempo, isso facilitasse para as seleções seguintes, a edição do edital. O que isso  
4925 significaria? Significaria uma resolução com os critérios, o que é perito, que tivemos na  
4926 primeira seleção uma pessoa que era perito oficial, que queria ser incluído no mecanismo  
4927 porque era perito oficial. Esses esclarecimentos. Quais são as etapas, quais são as pontuações.  
4928 Isso seria definido por meio de uma resolução mãe e, depois, nos próximos editais, você só teria  
4929 um edital mais sintético, indicando: para esse edital, são duas vagas, para o próximo edital, são

4930 cinco vagas, de forma que você tivesse celeridade nos debates. Só para fazer essa distinção,  
4931 Cândida, que agora temos outra possibilidade de resolução, uma resolução que disciplina a  
4932 organização dessa seleção, de forma que isso simplifique os debates no comitê. Uma questão  
4933 importante, que eu queria chamar atenção. Porque é importante esse instrumento dessa  
4934 resolução? Porque nós gastamos muito tempo, nos biênios passados, discutindo edital.  
4935 Discutíamos virgula, discutíamos pontuação. O Henrique está aqui, a Francisca também já  
4936 participou, outros colegas já participaram. Um debate extremamente desgastante. Enquanto  
4937 segunda decana, gostaria de fazer uma sugestão que vocês realmente aproveitassem o tempo do  
4938 GT. No ano passado, a coordenação com o IBCCRIM, aceleramos ao máximo as discussões  
4939 sobre diretrizes para criação de comitês e mecanismos. Tentamos ao máximo que eu,  
4940 representante do governo, negociasse aprovação junto aos membros do governo, E o IBCRIM,  
4941 enquanto representante da sociedade civil, negociasse também com os membros da sociedade  
4942 civil, e que chegássemos aqui no colegiado com um texto já mais encaminhado. Quando eu dei  
4943 a sugestão de instalar um GT, que tivéssemos uma dedicação em relação a essa discussão, é que  
4944 de fato se aproveitasse esse momento entre as reuniões, para fazer todas essas negociações e  
4945 avançar nas redações, porque são discussões que são desgastantes, e eu acho que temos que  
4946 pensar com muito carinho no tempo que usamos nas discussões no colegiado. São essas as  
4947 minhas contribuições. Me comprometo a encaminhar esse histórico, ponto a ponto, do que foi  
4948 publicado, ou não, pelo comitê. De qualquer forma, isso vocês podem ter acesso nos relatórios  
4949 do comitê nacional, no site. Fico à disposição para outras dúvidas e outros esclarecimentos.  
4950 Mas, deixo aqui meu pedido, enquanto secretaria executiva, que vocês utilizem ao máximo esse  
4951 tempo entre as reuniões, enquanto GT, para tentar avançar os debates e já chegar na reunião do  
4952 comitê com uma coisa mais avançada em termos de discussão. Obrigada.

4953  
4954 Sávio – A Carol fez um histórico, acho que é importante para os novos integrantes, os antigos  
4955 já conhecem um pouco desse histórico. A Cândida, tenho certeza que tem muito a colaborar  
4956 sobre esse assunto, está muito debruçada, tem várias informações. Está faltando o Marcelo  
4957 nessa reunião, que também compõe a sociedade civil, o Felipe e o Lucas já fizeram essa análise  
4958 inicial. Mas, nós temos que seguir aquele protocolo, que é o protocolo do GT. Só o governo  
4959 analisou, está faltando a sociedade civil analisar para chegar a um consenso inicial. Essa  
4960 discussão aqui, agora, é improdutivo. Temos uma pauta para seguir, temos que continuar nessa  
4961 pauta, até para não prejudicar, o mecanismo, depois do almoço, apresenta um relatório  
4962 importante do Pará, que temos que realmente pegar os detalhes desse relatório. A minha

4963 sugestão é para seguir. Ontem, conversei com a Márcia, estava do lado da Márcia, aquela  
4964 resolução que foi citada era apenas uma resolução de criação da comissão que iria selecionar.  
4965 Essa resolução que está sendo proposta, é uma resolução mais ampla, para contemplar todo esse  
4966 histórico, tudo que já erramos, acertamos, ao longo desses anos, e ter um fluxo mais fácil para  
4967 as próximas seleções do mecanismo. Minha sugestão, encaminharmos já para a próxima pauta  
4968 e deixar para a próxima reunião. Porque, inclusive, tem aqui a nossa previsão dois mil e vinte,  
4969 que é importante fecharmos isso aí.

4970

4971 Caio – Eu concordo com o que o Sávio colocou, acho muito bom o histórico que a Carol trouxe.  
4972 Gostaria de aproveitar esse momento de alinhamento dos planetas, que fez com que tivéssemos  
4973 duas unanimidades, e propor o seguinte: como o Sávio colocou, essa proposta que já veio na  
4974 última reunião, que voltou ontem, já com modificações feitas pelos componentes do governo  
4975 no GT, é uma resolução que vai traçar linhas gerais de como vai funcionar todos os momentos  
4976 de seleção de peritos, daqui em diante. A outra resolução, que a Cândida falou, que eu acho que  
4977 o nome mais correto não seria resolução, talvez fosse portaria, é aquela que nomeia as pessoas  
4978 que fazem parte de um processo seletivo específico. Eu acho que o nome mais correto não é  
4979 resolução, não sei exatamente qual é. Essa é uma resolução específica para um processo  
4980 seletivo. Eu sugeriria o seguinte: que o GT fosse prorrogado – não lembro qual foi o prazo  
4981 estipulado, era até essa reunião? (Intervenção fora do microfone). Eu sugeriria que o GT fosse  
4982 prorrogado com o objetivo específico de elaborar essa resolução que trata (intervenção fora do  
4983 microfone). Calma. Eu sugeriria que o GT, o grupo de trabalho fosse prorrogado, com a tarefa,  
4984 com o objetivo de elaborar, de forma conjunta, governo e sociedade civil, para o ano que vem,  
4985 essa resolução que vai trazer o procedimento que nós vamos seguir daqui em diante. Ao mesmo  
4986 tempo, nós poderíamos, para dar celeridade ao processo de seleção dos peritos, e assim  
4987 contemplar o mecanismo, nós poderíamos decidir agora repetir, adaptar, o último edital, que  
4988 me parece que funcionou, parece que não continha nenhum erro, que o edital serviu para o que  
4989 se propunha. Então, se nós pudéssemos recuperar esse edital, já poderíamos vê-lo agora e já  
4990 decidir pela reedição desse edital, naquele formato e, também, da resolução que nomeia a  
4991 comissão de seleção.

4992

4993 Lucas – Pela ordem. Caio, concordei com oitenta por cento do que você disse. Mas, no final, se  
4994 fizermos isso, o GT perde o sentido. GT para que? Você pode até pensar que vamos deliberar  
4995 sobre isso hoje, mas pode colocar no mínimo duas reuniões para tratar de edital, se colocarmos

4996 no pleno. O GT é basicamente para isso, para facilitar o trabalho. Criamos a resolução, criamos  
4997 o edital, o que for necessário, o que for ponto convergente, trazemos como aprovado, porque  
4998 houve participação de sociedade civil e governo. E o que for divergente, o pleno delibera a  
4999 respeito. Acho que é inócua essa proposta. Mas, no mais, concordo com você. Estou gostando  
5000 da nossa capacidade de diálogo, de chegar em consenso em muitas coisas. Isso está sendo muito  
5001 produtivo, acho que temos avançado muito em relação à reunião passada. Mas, nesse ponto,  
5002 vamos divergir, não faz sentido.

5003

5004 Caio – Eu acho que exatamente não perdemos o objeto do GT. Íamos converter o GT, de um  
5005 grupo para formular o edital específico dessa seleção. Não vai ser mais isso. Agora, o grupo vai  
5006 criar a resolução que vai criar o procedimento que vai ser usado daqui a de infinito, por este  
5007 comitê.

5008

5009 Lucas – Não é para sempre, pode ser editado um novo... (intervenção fora do microfone). Minha  
5010 opinião é muito simples, só quero caminho aberto para dialogarmos no GT. Não precisamos  
5011 definir se vai ser edital, não vai ser, se vai ser resolução, não vai ser. Para dialogarmos.

5012

5013 Vitória – O que me preocupa, Lucas, é que o sumário executivo da nossa última reunião, fala  
5014 expressam-te que esse GT foi criado para debater o edital. (Intervenção simultânea). É expresso,  
5015 da última, do sumário executivo.

5016

5017 Lucas – Vitória, se na resolução chegarmos num texto de consenso, todo mundo ganha.

5018

5019 Vitória – O consenso ganha, com certeza, mas a questão é que o GT não foi instituído para isso,  
5020 estaríamos mudando a memória da nossa última reunião. Eu gostaria que o GT debatesse  
5021 especificamente o edital para conseguirmos tocar isso. E a resolução, se for o caso, trazemos e  
5022 montamos outro GT? Não sei. Mas, eu queria o respeito à nossa memória de reunião. Senão,  
5023 toda vez, na próxima reunião, alteramos a última, e ficamos numa discussão sem fim. Então,  
5024 que o GT, por favor, se debruce sobre o edital, porque foi constituído para isso e, fora isso, não  
5025 é nem competente. Essa é a minha proposta.

5026

5027 Caio – Só para concluirmos, retomando, converteríamos o GT, de um GT que foi feito para  
5028 criar o edital, em um GT que vai, com mais tempo, porque criar uma resolução é algo muito

5029 mais sério, algo que vai perdurar no tempo, o GT seria convertido para essa missão de criar a  
5030 resolução. Na minha proposta atual, eu acho que esse edital não é algo controverso. Sério, eu  
5031 acho que não é. Acho que poderíamos colocar no telão e, todo mundo com boa vontade, ler,  
5032 acho que não vai ter nada controverso. O que tem de controverso nesse edital, Sávio?  
5033 (Intervenção fora do microfone).

5034

5035 Sávio – Concordo contigo também, mas vai tomar a pauta da tarde. (Intervenção fora do  
5036 microfone).

5037

5038 Vitória – Cândida, você está inscrita.

5039

5040 Caio – Eu retiro a questão de dar uma olhada no edital e confiar nos astros, para convertermos  
5041 o GT ou...

5042

5043 Vitória – Não vamos converter GT em lugar nenhum, porque não é nossa competência. Temos  
5044 que instituir outro GT para isso. O que eu iria propor é que o GT continue se debruçando sobre  
5045 o edital, que foi constituído para isso e não veio com proposta de deliberação unanime.

5046

5047 Caio – Vamos prorrogar o GT.

5048

5049 Vitória – Mas é claro, o GT não concluiu o trabalho, tem que ser prorrogado. Quando o GT vier  
5050 com o edital, eu acho que poderíamos... deixa eles continuarem, mas com nova instituição para  
5051 trabalhar em resolução. Mas o edital é mais urgente do que a resolução. O edital é o que vai  
5052 selecionar os peritos. A resolução é o que vai, no futuro, colocar um procedimento para  
5053 adotarmos sempre.

5054

5055 Caio – Concordo, mas não somos só quatro, somos vinte, dá para fazer um outro grupo.

5056

5057 Vitória – Vou passar a palavra. Cândida.

5058

5059 Cândida Souza – Seria ótimo que tivéssemos consenso. Não vamos ter, Lucas, porque a minuta  
5060 de resolução apresentada pelo governo pega algumas coisas do edital, retira outras e propõe  
5061 outras. Em definitivo, a proposta do governo não concorda com o edital, já de cara. A proposta

5062 apresentada para o nosso GT já coloca divergências. Se colocássemos aí, muito provavelmente,  
5063 o debate seria sobre as coisas que a proposta do governo apresentou, de retirar as coisas, colocar  
5064 outras, enfim, ajustes. Acho que não vamos ter esse consenso. Acho que o melhor  
5065 encaminhamento, para não atrasarmos a chegada de novas pessoas no mecanismo, porque acho  
5066 que isso é o fundamental do processo, precisamos de gente trabalhando no mecanismo para  
5067 fazer o sistema funcionar, é finalizarmos a discussão em termos de edital, porque vai ter  
5068 polemicas entre eu, Lucas e todo mundo que está no GT. Mas, justamente, como não é  
5069 atribuição, como não foi atribuição originaria de criação de resolução, nós continuaríamos,  
5070 faríamos nosso debate interno com relação ao edital, vai ter divergências entre nós,  
5071 apresentaríamos as nossas expectativas de proposta de consenso. Ou institui um outro GT para  
5072 criação de resolução que, com certeza, vai abranger muito mais coisas ou, então, o mesmo GT,  
5073 depois que concluir esse trabalho. Mas, que esse GT siga seu papel de cumprir com o edital e,  
5074 de fato, não vai ser consenso por causa disso, por causa do conteúdo, já está bem claro que  
5075 divergimos. Para dar celeridade na coisa, fazemos o edital como sempre foi. Já está atrasado,  
5076 porque já deveríamos estar apresentando a proposta. Para não atrasar mais ainda, porque vamos  
5077 discutir outras coisas, que são as que disciplinam outras seleções, para não atrasar mais ainda,  
5078 resolvemos o edital, talvez, aqui agora crie uma nova comissão, e segue o baile.

5079

5080 Vitória – Silvia, por favor. Henrique.

5081

5082 Henrique – Também estou aqui, no segundo biênio, já participei de um processo seletivo. Acho  
5083 essencial que tenhamos uma resolução, acho que temos que caminhar nesse sentido com mais  
5084 debate. Agora, vamos rasgar a lei? São onze peritos, estamos atrasadíssimos, isso é  
5085 responsabilidade legal do Ministério que não instituiu esse comitê por mora, completamente  
5086 justificada. Tentou mudança legal via decreto, perdeu na justiça, vai perder de novo. Eu não  
5087 estava na última reunião, estava na outra, pela CONECTAS. Como aprovamos um GT para  
5088 criar um edital, como vocês chegam na reunião e falam: não, vou fazer outra coisa, rasgam tudo  
5089 que já fizemos aqui. Porque já discutimos edital muito, estamos muito atrasados, precisávamos  
5090 da proposta do edital hoje.

5091

5092 Lucas – Temos a proposta do edital, Henrique. Viemos com as duas, temos o edital e a  
5093 resolução. (Intervenção simultânea). A minha proposta, no início, de prorrogarmos o GT, foi  
5094 de ampliarmos o diálogo.

5095  
5096 Henrique – Eu concordo. Eu acho essencial prorrogar o GT para discutir essa resolução.  
5097  
5098 Lucas – De forma nenhuma eu queria apontar o dedo para os colegas, mas a nossa parte foi  
5099 feita. A celeridade, estamos levando em consideração (intervenção simultânea).  
5100  
5101 Cândida – Licença, Lucas, a parte da sociedade civil também, que estava presente na reunião.  
5102  
5103 Vitória – Por favor, Henrique com a palavra.  
5104  
5105 Henrique – Falhamos todos em não trazer um consenso. Acho que a resolução pode continuar,  
5106 o GT, para celeridade, não vejo problema em prolongar. Mas, o edital, vamos repetir o último,  
5107 foi discutido, foi aprovado pela procuradoria. Estamos trabalhando com quarenta por cento da  
5108 capacidade no mecanismo, isso é um órgão de estado, responsabilidade internacional do Brasil,  
5109 e vamos atrasar mais seis meses. A quem interessa isso, a quem interessa atrasar seis meses o  
5110 trabalho do mecanismo? Tem estado que não fomos ainda, tem um monte de presidio com gente  
5111 sendo torturada, vamos ficar aqui mais... (falha no áudio)  
5112  
5113 Silvia – (...) quatorze, dois mil e treze. Estamos em dois mil e dezenove. Como foi falado aqui,  
5114 já tiveram vários debates, construções. Cada edital está sendo aprimorado e esse edital do ano  
5115 passado foi, como o Henrique acabou de falar, foi discutido por meses, apresenta um  
5116 aprimoramento enorme em relação aos anteriores. Mas, isso é algo que já foi muito  
5117 amadurecido em discussão no comitê. Eu não sei, se alguém pudesse apontar alguma coisa: isso  
5118 aqui, estamos contrários ao que está, um termo específico do edital. Eu coloco a pergunta: tem  
5119 algo que as pessoas não estejam de acordo com o edital passado? Se tem. Mas, se não tiver,  
5120 porque não aproveitar, por razões de celeridade. É, inicialmente uma questão de adaptação em  
5121 relação a prazos, datas. Porque, o último edital, pelo que eu saiba, é um edital que foi construído  
5122 com discussão, foi publicado, está aí, foi algo que foi resultado de deliberações do comitê.  
5123 Porque não, por razões de celeridade, como foi falado, foi constituído um GT a dois meses  
5124 atrás, um mês e meio, chegou aqui sem um edital, por sei lá quais “n” razões. Mas, agora,  
5125 pensando para frente, como comitê, pensando numa maneira construtiva de conseguirmos  
5126 acelerar isso, porque não se pensar no último edital. Eu não vejo algo tão sem... parece que é  
5127 uma loucura que estamos propondo. A proposta do Henrique, soa razoável, tendo em vista que

5128 temos um mecanismo funcionando com menos quatro pessoas. Vamos deixar o GT para  
5129 quando? Para fevereiro do ano que vem, para começar esse processo de seleção em abril.  
5130 Quando vamos ter os outros quatro membros do mecanismo? Vai ser em novembro, outubro  
5131 do ano que vem. Estamos falando de um processo muito longo. Porque não todos prezarmos  
5132 pela celeridade, pelo fim comum que foi falado ontem aqui. Falaram: o sistema preza pôr um  
5133 fim comum. O fim comum é que o mecanismo funcione, o sistema funcione. Porque não  
5134 tentarmos olhar o edital e vermos se não podemos aproveitar o último edital. Só isso.

5135

5136 Vitória – Márcia.

5137

5138 Márcia – A partir do resgate da Carol, queria só pontuar uma questão. Em dezembro, de dois  
5139 mil e dezoito, esse edital era para ter sido publicado, em dezembro de dois mil e dezoito. Nós  
5140 tivemos um período de quase nove meses sem um processo de reunião. Isso atrasou um processo  
5141 de nove meses de publicação do edital, inclusive. O edital já estava concluso. O movimento de  
5142 construção desse edital, foi através desse movimento sociedade civil, governo, trazendo para  
5143 que pudesse ser deliberado e aprovado pelo comitê. Realmente, foi um processo demorado, mas  
5144 ele foi aprovado. Era para ter sido publicado em dezembro, não houve publicação desse edital,  
5145 mas ele foi aprovado pelo comitê. Isso está em ata, está em registro. E a proposta de mudança  
5146 do edital seria nessas questões específicas, de data, de período, número de vagas. Uma pergunta  
5147 que eu quero fazer ao GT: o GT deliberativo é o GT que vai deliberar sobre isso? O GT vai  
5148 trazer a proposta para o comitê e o comitê vai deliberar? Vai avaliar ainda esse edital? Porque  
5149 não ficou claro. Deu a entender que toda a deliberação vai ser para o GT, o GT vem, apresenta  
5150 e pronto. No caso, as questões que vai ser pontuadas no edital, elas vão passar pelo comitê, e o  
5151 comitê vai ser aprovado? Isso não ficou claro, queria que vocês esclarecessem. Mas, eu reafirmo  
5152 a proposta de criação do GT para as mudanças relacionadas ao edital, no que diz respeito às  
5153 questões relacionadas ao número de vagas que, em dezembro era um número de vagas – acho  
5154 que era uma ou duas vagas, se não me engano. Eram quantas vagas, em novembro, dezembro?  
5155 Você responde. Era exatamente isso. Eu te pergunto, Cândida, em relação a isso: o  
5156 encaminhamento seria a proposta do GT para a criação do edital, para verificação do edital, em  
5157 relação a algumas mudanças, trazendo para o comitê, e o comitê aprovaria? É isso que não ficou  
5158 claro para mim.

5159

5160 Carolina – O próximo é o Lucas e, depois, eu me inscrevi.

5161

5162 Lucas – Estou esperando a Vitória, mas eu faço o registro. Só quero que sigamos a pauta. Aqui  
5163 está claro: avaliar minuta de resolução do comitê e quinto edital para seleção dos peritos do  
5164 mecanismo, ambos são a proposta do GT. Não temos, está inócua essa pauta. Vamos para o  
5165 próximo item, a nossa proposta é ir para o próximo item, prorroga o GT para continuarmos  
5166 trabalhando, vai ser um prazer continuar no diálogo com a Cândida e o Marcelo. Mas, por hora,  
5167 considero que está inviabilizado. Seria essa uma proposta de encaminhamento: prorrogação do  
5168 GT, superamos esse item e vamos para a próxima pauta.

5169

5170 Carolina – Lucas, talvez você possa reiterar sua sugestão de encaminhamento quando a Vitória  
5171 chegar. Só queria pontuar uma questão, Márcia. Porque o edital não foi publicado ano passado?  
5172 (Intervenção fora do microfone). Porque? (Intervenção fora do microfone). Quais?

5173

5174 Márcia – Não saiu o processo seletivo. Houve um processo de inconclusão do edital, no sentido  
5175 de que houve a última reunião do comitê foi em novembro.

5176

5177 Carolina – Márcia, deliberamos uma proposta de quinto edital. Nós discutimos, aprovamos no  
5178 colegiado e, na reunião seguinte, foi pedido para suspender esse edital, de forma que fosse feita  
5179 a recondução automática.

5180

5181 Márcia – Mas, porque não deu tempo de ele ser republicado.

5182

5183 Carolina – Tínhamos feito uma programação à época. Desculpa, estou falando isso enquanto  
5184 membro do biênio passado. Tínhamos uma programação, tínhamos uma organização para esse  
5185 edital no ano passado. Teve um questionamento da jurídica, que trouxemos para discussão no  
5186 colegiado. Foi uma opção do colegiado votar a resolução para recondução dos peritos, de forma  
5187 que ela foi aprovada, ela foi publicada no Diário Oficial e, depois, os peritos foram  
5188 reconduzidos, em junho, esse ano, pela presidência da república. Esse edital foi aprovado por  
5189 aquele biênio e, depois, ele foi descartado pelo mesmo biênio.

5190

5191 Márcio – Ele foi aprovado, é o que eu reforçado, e não foi publicado. Não houve tempo.

5192

5193 Carolina – Não foi publicado por uma decisão do colegiado.

5194

5195 Márcia – Nossa, porque eu participei dessa decisão. E, porque tivemos que tomar essa decisão?  
5196 Tivemos que tomar essa decisão de recondução, exatamente porque não ia dar tempo, não houve  
5197 tempo de publicação do edital. O edital deveria ter sido publicado e não foi publicado, nós não  
5198 tivemos tempo hábil para isso. Íamos ficar sem perito nenhum no mecanismo. Isso foi uma  
5199 estratégia que tivemos de recondução, para não ficarmos sem mecanismo. Só para esclarecer a  
5200 todos que não estavam no biênio, ano passado. Foi por isso que tivemos que ter essa estratégia  
5201 de recondução, porque nem o edital foi publicado.

5202

5203 Carolina – Eu queria convidar os colegas, que pegassem a resolução do ano passado que  
5204 aprovou a resolução, e lessem os considerados, para que ficasse evidente e claro as motivações  
5205 que fizeram o colegiado adotar a recondução automática.

5206

5207 Cândida Souza – Acho que sou eu que estou inscrita. Eu não estava no biênio passado, então  
5208 não vou entrar nesse mérito que vocês estão tratando. Mas, reiterando que não temos como  
5209 finalizar essa discussão aqui, Lucas, eu concordo que devemos continuar os trabalhos, também  
5210 será um prazer. Dessa vez, espero não acontecer nenhum imprevisto, que possamos marcar  
5211 reuniões que eu consiga contribuir. Eu acho que a única coisa que precisamos definir aqui, é a  
5212 questão do bendito edital ou resolução. Porque, o GT foi instituído para elaboração de um edital  
5213 e a ideia é que continuemos na elaboração do edital. Inclusive, considerando a complexidade  
5214 que é uma resolução, nem sei se eu gostaria de participar de um GT, que tem como objetivo  
5215 final a construção de uma resolução, que é um documento mais contínuo, porque nem do direito  
5216 eu sou, como eu disse. Acho que mantemos a questão de prorrogar, no sentido de trabalhar em  
5217 cima do edital, lembrando que foi o nosso encaminhamento da última reunião. O  
5218 encaminhamento foi para a feitura do edital. A proposta é manter o encaminhamento da reunião,  
5219 porque o GT não concluiu seus trabalhos. O encaminhamento é sobre o edital e, não, sobre a  
5220 resolução.

5221

5222 Vitória – Se vocês permitem, vou dar encaminhamento a essa discussão, vou prorrogar o  
5223 trabalho do GT, exclusivamente para elaboração do edital. (Intervenção fora do microfone). Eu  
5224 posso escutar as pessoas inscritas, podemos debater até amanhã, não me incomodo com isso.  
5225 Eu não almoço a o meio dia. quando começarem as reclamações de que não estamos seguindo  
5226 o horário, eu me eximo dessa reclamação de que a nossa reunião vai até as nove da noite, não

5227 é comigo também. Porque, quem insiste na fala é quem tem responsabilidade sobre isso. Não é  
5228 tudo eu, porque não consigo gerenciar. Se preferem falar, falem à vontade e, vou propor os  
5229 encaminhamentos. Quem é a próxima inscrita?

5230

5231 Lucas – Vamos encaminhar. Estou de acordo, mantemos o GT para tratar exclusivamente o  
5232 edital. Só peço a gentileza de incluirmos mais um item, na próxima reunião, que seria para tratar  
5233 da resolução. Apresentamos uma proposta: se quiserem criar um GT para trabalharmos juntos,  
5234 tudo bem, não nos opomos, mas vamos apresentar uma proposta na próxima reunião.

5235

5236 Vitória – Matheus e Silvia estão inscritos?

5237

5238 Silvia – Parece que a proposta está sendo encaminhada, desse GT, mas, eu realmente fico um  
5239 pouco espantada, que teve um GT para falar de um edital que está enormemente atrasado.  
5240 (Intervenção simultânea). Eu tenho direito à fala, posso falar? Que eu saiba temos direito à fala.  
5241 Obrigada, agradeço o respeito. Estamos com o edital enormemente atrasado, foi criado, há um  
5242 mês e meio, um GT para fazer uma proposta de edital, não aconteceu, não está aqui. Então,  
5243 vamos pelo menos pensar numa celeridade desse GT, vamos deixar o GT para a próxima  
5244 reunião, quando vai ser a próxima reunião? (Intervenção simultânea). Vamos pensar num GT  
5245 com duas semanas, três semanas, fazem uma minuta, tentam alguma coisa de aprovação *on line*.  
5246 Podemos pensar pelo menos numa celeridade.

5247

5248 Vitória – Podemos sugerir, já que não tem procedimento para isso. Quem sabe, o GT apresenta  
5249 para a mesa diretora, e a mesa diretora toca adiante. A mesa diretora é paritária também, metade  
5250 governo, metade sociedade civil, com a Carol inclusive para o desempate. (Intervenção fora  
5251 do microfone).

5252

5253 Silvia – Vamos gerar um GT para uma discussão em fevereiro, não tem uma maneira de  
5254 podermos? Estamos buscando o interesse de todos, que o sistema nacional de prevenção e  
5255 combate à tortura funcione. Não tem uma maneira de conseguirmos conciliar que o grupo de  
5256 trabalho, num prazo mais curto de tempo, elabore uma proposta, porque teve um mês e meio,  
5257 mas não vamos entrar nesse detalhe, elabore uma proposta num espaço mais curto de tempo,  
5258 não sei, três semanas. Vocês podem dizer o que é razoável. Uma reunião extraordinária, poderia  
5259 fazer uma reunião extraordinária, isso aconteceu anteriormente. Porque não convocar uma

5260 reunião extraordinária para o edital? Relembrando eu tenho que será muito honesta, não  
5261 participei de todas as reuniões ano passado, mas eu sei que, ano passado, tiveram atrasos para  
5262 a publicação do edital. É sempre uma discussão, sempre gera dificuldades. Mas eu acho que  
5263 estamos no ânimo de conseguirmos entrar num consenso, que isso consiga sair, que consigamos  
5264 ter o mecanismo funcionando, não acho tão desrazoável essas propostas. Convocamos uma  
5265 reunião extraordinária, isso pode acontecer. Não teve reunião extraordinária anteriormente para  
5266 discutir o edital? Um espaço mais curto de tempo, uma reunião extraordinária para discutir o  
5267 edital e ser publicado mais rapidamente, pela celeridade do processo e pela manutenção e  
5268 respeito do funcionamento do sistema nacional de prevenção e combate à tortura. Como eu  
5269 disse, essa é a função do comitê, entendo que todos aqui, como foi falado ontem, temos o mesmo  
5270 objetivo. Não é isso? Obrigada. Entendo o GT.

5271  
5272 Matheus – Bom dia a todos. A princípio, a minha ideia, até como a Silvia fez uma fala agora, a  
5273 fala anterior dela, não entendo o que haveria de tão grave nos modelos anteriores. Porque,  
5274 trabalhamos com modelos, quem é da área jurídica sabe disso. Fazer um habeas corpus hoje,  
5275 você tem um modelo do cara que roubou, que é primário, você pega o modelo e, semana que  
5276 vem, você faz o mesmo HC para outra pessoa. São modelos, modelos de editais, modelos de  
5277 contratos, na área pública e na área privada. Temos um modelo de edital. Eu não sei se foi  
5278 levantado aqui algo grave, algo que inviabilizasse, exceto trocar números de pessoas que vão  
5279 ter a vagas, prazos, etc. A minha ideia seria essa, seria votar hoje. O Henrique até falou a  
5280 proposta, o ideal seria votar hoje. Ficamos dez meses, certamente não foi por opção do comitê,  
5281 foi por opção do governo. O governo ficou dez meses inerte, fazendo discurso não para  
5282 combater a tortura. Lembrando o final de tarde ontem, não sei se pelo adiantado da hora, por  
5283 termos conseguido consenso pelas ideias que foram compartilhadas, chegamos a alguns  
5284 consensos no final da tarde. (Intervenção fora do microfone). É só um exemplo. Cheguei  
5285 atrasado, não estava na primeira discussão. Eu abro mão de endossar a fala do Henrique, no  
5286 sentido para votarmos o edital hoje, que era o mais logico, porque não tem nada grave, nada  
5287 que inviabilize o edital. Deixo de endossar a proposta do Henrique para termos sum consenso.  
5288 Mas, concordo com o que foi falado pela Silvia, não dá para fazer um edital para daqui a um  
5289 ano. Estamos querendo, novamente, dar um verniz democrático e, não tentando fazer uma  
5290 democracia. Se isso for um consenso, até me habilito – não sei se vou ter tempo, ou não – a  
5291 ajudar, formalmente, informalmente, no GT. Se quiser me mandar no e-mail, eu contribuir, me  
5292 coloco à disposição. O que não dá é para ficarmos dois, três, quatro, cinco meses, novamente.

5293

5294 Vitória – Bruno, por favor. Depois, Lucas.

5295

5296 Bruno – Tentar manter a linha do consenso, chegar num meio termo. Eu sei que a presidência  
5297 está prezando muito pela manutenção do que foi decidido na reunião passada, em relação ao  
5298 GT., mas, já que ele é paritário e estamos tentando chegar nesse consenso permanentemente,  
5299 minha sugestão seria de tornar esse GT paritário em deliberativo, para que ele análice o edital,  
5300 chegue a uma conclusão por unanimidade. Se ele chegar a uma conclusão por unanimidade, em  
5301 um prazo mais razoável do que fevereiro, o edital é aprovado e as coisas fluem. O mecanismo  
5302 não fica prejudicado, seguimos com o mecanismo fortalecido. Não aprovamos agora, mas  
5303 também não aprovamos em fevereiro, aprovamos no meio do caminho. Meu encaminhamento  
5304 é esse.

5305

5306 Vitória – Lucas.

5307

5308 Lucas – Não vou falar mais não. Concordo com o que o Bruno disse. Acho ótima a proposta.  
5309 Excelente.

5310

5311 Vitória – Eu tenho uma proposta, em relação ao nosso regimento. A minha intenção é que o GT  
5312 delibere sobre o edital, e eu sigo isso, que o GT apresente num prazo que vamos estipular aqui,  
5313 um edital que seja consenso. Não nos apresentem o que não teve colaboração dos dois lados,  
5314 porque esse GT é para evitar a discussão que estamos tendo agora. Como é urgente, eu usaria  
5315 o nosso regimento interno, no artigo quarto, inciso quinto, que diz que caberia à presidência ou  
5316 vice-presidência de o comitê deliberar, ad referendum do plenário – depois sou referendada por  
5317 vocês -, em casos de urgência ou situações de relevante interesse do Comitê, incluindo o assunto  
5318 na primeira reunião ordinária que se seguir. Quando o GT, que é um GT paritário, me apresenta  
5319 a proposta de edital, eu referendo, por ser urgente, e trago na próxima reunião, e vocês podem  
5320 caçar o meu voto, não tem problema nenhum. Mas, pensando na urgência, e pensando que vou  
5321 receber um edital que é paritário, que vocês vão entrar num consenso, e eu espero que isso  
5322 aconteça. (Intervenção simultânea). Que é unânime. Claro, esperamos que, depois, eu não seja  
5323 caçada na minha decisão.

5324

5325 Bruno – Aprovamos ad referendum, e ganhamos celeridade.

5326

5327 Vitória – Isso, em tese, conseguimos fazer até esse ano, se vocês conseguirem se reunir. Mas,  
5328 eu peço que a reunião seja marcada por WhatsApp, não por e-mail e, depois de uma semana,  
5329 aguarda a resposta. É rápido. E eu peço a colaboração de todos em relação a isso. (Intervenção  
5330 fora do microfone). Silvia, se não entendeu, me diga que possamos fazer os esclarecimentos.  
5331 (Intervenção fora do microfone). Respeitando a memória da nossa reunião, criamos o GT para  
5332 debater o edital. A proposta era que o GT nos apresentasse uma proposta de edital para ser  
5333 votada hoje. Eles não conseguiram fazer isso. O Lucas trouxe uma proposta, que é dele, que ele  
5334 mesmo colocou dessa maneira, que não é unânime, digamos assim. A minha proposta é que o  
5335 GT, com prazo estipulado por esse plenário, volte a debater o quinto edital de seleção. Se o GT  
5336 inclusive resolver que vai republicar o quarto, é o GT que vai decidir isso. O GT me manda,  
5337 manda para a presidência, no caso, que estiver em exercício no momento. A presidência, em  
5338 caráter de urgência, pode deliberar sobre isso. Eles me mandando, eu já conseguiria publicar  
5339 esse edital, eu imagino. Carol, me ajuda no regimento.

5340

5341 Carolina – Com a decisão ad referendum da presidência, fazemos toda a instrução do processo,  
5342 o edital vai para a consultoria jurídica, devolve e, a assinatura pode sair ad referendum da vice-  
5343 presidência ou presidência.

5344

5345 Vitória – Isso está no nosso artigo quatorze, inciso quinto, se quiserem dar uma olhada.

5346

5347 Carolina – Só lembrando que todos os editais do mecanismo, inclusive a resolução da  
5348 recondução, são analisados pela nossa assessoria jurídica. Tem essa formalidade no processo a  
5349 ser cumprida nesse período.

5350

5351 Vitória – Já pensando que é um processo longo, que tem que vir com pareceres, é que  
5352 tentaríamos agilizar isso o máximo possível. O prazo para o GT deliberar sobre isso  
5353 (intervenção fora do microfone). Tem que ter de parecer jurídico do edital, para ele ser  
5354 publicado. (Intervenção fora do microfone). Não é só apresentar o texto, tem todo um  
5355 procedimento interno, imagino, do Ministério para isso ser publicado.

5356

5357 Matheus – Duas dúvidas. Como a Carolina tem a experiência, se isso demoraria, esse parecer,  
5358 cinco, dez, quinze dias, mais ou menos, para termos ideia se dá para saber. A outra pergunta é

5359 a seguinte: eu não entendi, no final, Vitória, publicaria esse edital, por exemplo, primeiro de  
5360 janeiro, não precisaria esperar a reunião, seria isso.

5361

5362 Vitória – Isso. A reunião seria para referendar meu voto, para vocês aprovarem o que eu fiz.

5363

5364 Matheus – Entre o dia x, primeiro de janeiro, e a reunião, dez de fevereiro, o processo seletivo  
5365 estaria em andamento.

5366

5367 Vitória – É procedimento interno do Ministério o processo seletivo, se conseguirmos chegar até  
5368 lá.

5369

5370 Henrique – Podemos até referendar, se tiver essa urgência mesmo, mas podemos referendar até  
5371 por via... não precisamos estar na reunião para referendar uma decisão, se for urgente. Não  
5372 precisamos esperar a próxima reunião...

5373

5374 Sávio – não tem a previsão eletrônica. Temos que alterar isso no regimento, uma previsão  
5375 eletrônica de deliberação. Não tem.

5376

5377 Carolina – Só um esclarecimento que o Matheus pediu. A assessoria jurídica tem toda uma  
5378 orientação para tramitação dos seus processos, não conseguimos garantir que vamos aprovar  
5379 em um dia, dois dias, ou quinze dias. Mas, enquanto secretaria executiva, podemos fazer gestões  
5380 junto aos colegas, para que isso tenha celeridade. Inclusive, explicamos a urgência do processo.

5381

5382 Vitória – Temos duas propostas de encaminhamento, pelo que eu entendi. (Intervenção  
5383 simultânea). O artigo quatorze? Cabe ao presidente do comitê. (Intervenção simultânea).  
5384 Quinto: deliberar ad referendum do plenário, em casos de urgência ou situações de relevante  
5385 interesse do comitê, incluindo o assunto na primeira reunião ordinária que se seguir.

5386

5387 Matheus – Só uma dúvida, uma reflexão em conjunto. A Vitória está presidindo a reunião e se  
5388 comprometeu a seguir nessa linha. Mas, a presidente do comitê, salvo engano, seria a ministra,  
5389 ela não está aqui para se comprometer nesse sentido. É uma questão que temos que ponderar,  
5390 ela não está concordando conosco. Tem os representantes do governo, mas ela não está aqui  
5391 concordando com a gente.

5392

5393 Marcos – Eu estou concordando em nome dela.

5394

5395 Vitória – Marcos compareceu.

5396

5397 Matheus – Obrigado, Marcos.

5398

5399 Vitória – Me parece que temos duas propostas de encaminhamento.

5400

5401 Bruno – Vitória. Outra é a minha?

5402

5403 Vitória – Não sei, não lembro. Uma proposta de encaminhamento era deixarmos o GT trabalhar

5404 num grupo estipulado, depois, manda para a ministra ou, se eu estiver em exercício, me manda,

5405 e eu aprovo em caráter de urgência. Essa é a primeira. A segunda proposta de encaminhamento

5406 foi que aprovássemos o quarto edital nessa reunião. O quarto edital, reformulemos apenas

5407 alterando datas, e aprovemos nessa reunião.

5408

5409 Carolina – Desculpa, em relação à proposta um, que a vice-presidência adotaria o edital em

5410 caráter de urgência, precisamos de dois instrumentos na verdade: o edital e a resolução com a

5411 composição da comissão de seleção. Ela adotaria esses dois instrumentos em caráter de

5412 urgência. Queria sugerir, na proposta primeira, que a presidência ou vice-presidência, adotasse

5413 o edital e a comissão de seleção, em caráter de urgência, por ad referendum. (Intervenção fora

5414 do microfone). Tem o edital, regras, quem participa, etc. Tem a resolução com a composição

5415 da comissão de seleção. Normalmente, fazíamos a composição de seleção três a três. A Vitória,

5416 enquanto vice-presidente, assinaria ad referendum a publicação do edital e, também, a

5417 publicação da resolução que instala a comissão de seleção. Só lembrando, como é ad

5418 referendum, não precisamos sair com esses nomes desta reunião. Vocês podem combinar entre

5419 a sociedade civil, os nomes, e o governo combina entre o governo, os nomes.

5420

5421 Bruno – O GT indica os nomes, e apresenta junto com o edital já os nomes para a resolução e

5422 a presidência, ou vice-presidência, aprova ad referendum.

5423

5424 Carolina – Só lembrando, GT é para termos pontos focais. Não significa que o Lucas ou o  
5425 Ezequiel vão tomar decisões independentes do governo. Felipe, desculpa. São pontos focais,  
5426 são pessoas para articular junto ao governo e, da mesma forma, junto à sociedade civil, os  
5427 representantes da sociedade civil. Só para deixar isso bem claro.

5428

5429 Vitória – A sua proposta seria que eu assinasse também a resolução de instituição da comissão  
5430 de seleção, que estaríamos pegamos o último texto e. deixaríamos o último texto, da última  
5431 resolução, dessa maneira como está... e aprovaríamos isso e, claro, depois seria referendado na  
5432 nossa plenária.

5433

5434 Sávio – Comissão de seleção é simples, é só para executar o edital. São nomes indicados pela  
5435 sociedade civil e pelo governo.

5436

5437 Vitória – Eu vou colocar em votação as duas propostas de encaminhamento. A primeira é que  
5438 seja aprovado agora, em caráter de urgência, o quarto edital reformulado com as mudanças de  
5439 datas, como forma de quinto edital. Tem duas propostas de encaminhamento. (Intervenção fora  
5440 do microfone). Porque o Henrique falou pelo caráter de urgência, foi ele que propôs. É isso,  
5441 Henrique? Pode justificar no microfone para entendermos melhor.

5442

5443 Henrique – Sim. Pela urgência, a mora injustificada desse Ministério em estabelecer as reuniões  
5444 do comitê. Eu acho que já deliberamos muito na memória desse CNPCT, que é um órgão de  
5445 estado, então ele é contínuo, ele não se reformula a cada gestão. Minha proposta é exatamente  
5446 essa, com uma troca simples de datas, exclusivamente.

5447

5448 Vitória – Vou colocar essa proposta do Henrique em votação. Todos aqueles a favor da proposta  
5449 de aprovar o quinto edital, com base na redação do quarto edital, com atualização de datas, se  
5450 manifestem no microfone. Sávio, começo por você. Favoráveis a esse encaminhamento.  
5451 (Intervenção fora do microfone). Vocês preferem? É por causa do registro. (Intervenção fora  
5452 do microfone). É para registrar a votação.

5453

5454 Sávio – Ministério da Defesa contra atualizar o edital.

5455

5456 Vitória – Todos aqueles que são favoráveis a aprovar o quinto edital, com base na redação do  
5457 quarto edital, com atualização de datas, manifestem no microfone).  
5458  
5459  
5460 Virginia – CUT. Sim.  
5461  
5462 Márcia – RENILA. Sim.  
5463  
5464 Pedro Paulo Bicalho – CFP. Sim.  
5465  
5466 Cândida Souza – Sim.  
5467  
5468 Frei Davi – EDUCAFRO. Sim.  
5469  
5470 Ezequiel – Secretaria de Igualdade Racial. Contra  
5471  
5472 Vitória – O Henrique falou, é pela demora do GT. (intervenção fora do microfone). Pelo caráter  
5473 de urgência, foi o que o Henrique falou. Pela mora injustificada.  
5474  
5475 Cândida Souza – Essa foi minha primeira proposta original, mas como não tínhamos consenso,  
5476 prorrogamos o GT. (intervenção simultânea).  
5477  
5478 Vitória – Ezequiel, votou já? Por favor, Lucas.  
5479  
5480 Lucas – SNPG. Não.  
5481  
5482 Interlocutor não se identificou - MNU. Sim.  
5483  
5484 Interlocutor não se identificou – Saúde. Não.  
5485  
5486 Interlocutor não se identificou – SEGOV. Não.  
5487  
5488 Interlocutor não se identificou – MRE. Contra.

5489

5490 Interlocutor não se identificou – Ministério da Cidadania. Contra.

5491

5492 Marcos – Gabinete da ministra. Contra.

5493

5494 Interlocutor não se identificou – Ministério da Justiça, mas vou ser substituída na próxima  
5495 reunião. Contra.

5496

5497 Bruno – Secretaria Geral. Contra.

5498

5499 Henrique – CONECTAS. A favor.

5500

5501 Caio – SOMOS. A favor.

5502

5503 Interlocutor não se identificou – MEC. Contra.

5504

5505 Interlocutor não se identificou – Justiça Global. A favor.

5506

5507 Vitória – o conselho federal a favor de aprovar o quinto edital. Agora, tem que contar. Por onze  
5508 a dez, foi negado o primeiro encaminhamento. Agora, vamos para o segundo encaminhamento,  
5509 que é o GT continua o seu trabalho e apresenta nova propostas de edital, num prazo x, que  
5510 podemos estabelecer aqui, à mesa diretora. Não é à mesa diretora, seria à presidência / vice-  
5511 presidência. Foi assim que estabelecemos aqui em uma conversa que estávamos tendo até agora,  
5512 lendo o regimento. Vamos colocar até o artigo do regimento, para ficar bem claro. Carol,  
5513 quatorze, inciso quinto. (Intervenção fora do microfone). Eu até falo com os colegas, se vocês  
5514 conseguirem se comunicar. (Intervenção fora do microfone).

5515

5516 Marcos – Se eles conseguirem. Falar: em quinze dias conseguimos...

5517

5518

5519 Cândida Souza – Pode ser dia nove de dezembro. Nem um, nem outro. São duas semanas, mas  
5520 tem o final de semana para finalizar os ajustes e, no dia nove. Não sei, Lucas, se você tem  
5521 disponibilidade nesse período. (Intervenção fora do microfone). Eu acho também, mas é um  
5522 domingo. Pode ser dezesseis talvez. (Intervenção fora do microfone).

5523

5524 Vitória – Foi determinado o prazo? O GT apresenta nova proposta de edital, até dezesseis de  
5525 dezembro, de dois mil e dezenove, à presidência e vice-presidência, com o Marcos Vinicius se  
5526 comprometendo que a ministra assinaria isso ad referendum, por causa da urgência. Com a  
5527 decisão, presidência e vice-presidência adotaria, em caráter de urgência, ad referendum da  
5528 plenária, conforme o artigo quatorze da resolução, o edital proposto e já a resolução para  
5529 instituir a comissão de seleção. Só vou esperar a Carol acabar de fazer a redação para o pessoal  
5530 poder ler e aprovarmos. A leitura na tela, eu vou colocar em votação. Não vou colocar  
5531 favoráveis, vou pedir as manifestações no microfone, com calma para a Carol poder anotar,  
5532 começando no Sávio. (Intervenção fora do microfone). Senão cai, e teríamos que colocar para  
5533 outra reunião fazer a proposta de encaminhamento unanime.

5534

5535 Sávio – Não tem outra. É só copiar tudo, se alguém for contrário manifesta. Evita (intervenção  
5536 simultânea).

5537

5538 Vitória – Vamos por unanimidade, eu imagino. É mais fácil perguntar se alguém é contrário ou  
5539 alguma abstenção. Aprovamos por unanimidade esse encaminhamento. Obrigada, Sávio.  
5540 Dando segmento à nossa pauta.

5541

5542 Cândia Souza – Deixa eu só fazer uma ressalva, rapidamente. Será que não seria o caso de  
5543 incluímos aí um item de debater sobre se não tiver consenso?

5544

5545 Vitória - Não sei, Cândia. Acho que não podemos resolver isso na plenária, se instituimos um  
5546 GT para tentar consenso. Se não tiver consenso entre quatro, imagina entre vinte e três. Me  
5547 parece uma discussão infinita. O item sete, da nossa pauta, eu vou estabelecer um teto, e acho  
5548 que estamos indo bem. Meio dia. estamos bem, mas dá para continuar indo bem. Começamos  
5549 com atraso, nessa manhã, de mais de meia hora. Como não quero avacalhar com ninguém e  
5550 colocar essa reunião uma da tarde, mas meio dia e quarenta e cinco, Sávio. Meio dia e trinta é  
5551 o que estava na pauta, e não respeitamos o início. (Intervenção fora do microfone). Deus te  
5552 ouça, vamos tentar. Vou colocar como teto, meio dia e meio. Pode ser? Vamos começar a nossa  
5553 terceira pauta do dia, que é o item sete, pauta política, leitura e deliberação sobre a nota pública  
5554 proposta pela sociedade civil. Essa nota, se não me engano, está na pastinha de todo mundo.  
5555 Relembrando a memória do comitê, foi uma nota que aprovamos na reunião, nós aprovamos o  
5556 tipo da nota na reunião passada, que seria uma nota de repúdio, e o texto não ficou aprovado.  
5557 A nossa intenção era que a nossa coordenação geral recebesse as contribuições de todos, por e-  
5558 mail e, pelo que a Carol me adiantou, não houve contribuições, ninguém mandou contribuição  
5559 nenhuma. Sem contribuições, colocamos na pauta para pensarmos o encaminhamento possível,  
5560 que acho difícil que será unanime, entendo isso, mas um debate civilizado, no mínimo, para  
5561 fazermos sobre essa nota que, repito, o texto não foi aprovado, mas o tipo da nota está aprovado.  
5562 Em respeito à memória da nossa última reunião. Vou abrir para as inscrições de fala, para quem  
5563 quiser começar a se manifestar. (Intervenção simultânea). A leitura integral?

5564

5565 Marcos – Aqui está dizendo que vai fazer a leitura. Aqui está dizendo se é necessário fazer. Se  
5566 for necessário fazer, eu me candidato para fazer a leitura, de maneira bem rápida. Mas, eu não  
5567 sei se há necessidade de leitura, até para ganhar tempo. Acho que todo mundo já conhece o teor  
5568 da nota.

5569

5570 Vitória – Dispensamos a leitura integral da nota?

5571

5572 Matheus – Presidente, se puder sugerir, se ninguém discordar, ela estaria aprovada. Mas,  
5573 eventualmente, quem for discordar, já colocar: não coloco com a linha dois do parágrafo sete.

5574

5575 Vitória – Fazer o destaque? Fazer a leitura.

5576

5577 Marcos – Presidente, para ser bem objetivo, como não houve nenhum tipo de manifestação,  
5578 nenhum tipo de enxerto, alguém fez alguma contribuição para a nota? Acho que deveríamos  
5579 agora deliberar se vamos aprovar ou não a nota. Só isso. Porque, se formos dizer se não  
5580 concorda com tal linha, com o parágrafo tal, estamos fazendo as contribuições que deveríamos  
5581 ter feito antes.

5582

5583 Vitória – Acho que temos que seguir nosso regimento ou resolução, agora não lembro.

5584

5585 Cândida – Só um esclarecimento, rapidamente. Porque talvez acho que você não estava na  
5586 reunião passada. A nota foi aprovada. Aliás, o segmento do rito é o que as meninas vão  
5587 esclarecer daqui a pouco, era que aprovássemos o conteúdo da nota nessa reunião. A nota de  
5588 repúdio ao decreto foi aprovada na reunião passada. O conteúdo da nota, seguindo o regimento,  
5589 seria deliberado e discutido aqui.

5590

5591 Matheus – Isso que eu ia falar, Marcos, pela sua ideia, se a maioria não aprovar, teria que ter  
5592 algo alternativo. Por isso que eu falei, eventual discordância com algum parágrafo, alguma  
5593 linha.

5594

5595 Marcos – Pelo que eu estou entendendo, haverá uma nota de qualquer jeito, vocês já  
5596 deliberaram sobre isso.

5597

5598 Lucas – Não, de jeito nenhum. Pessoal, quantas horas perdemos na última reunião por conta  
5599 disso. Deliberamos a respeito, levantamos a resolução número quatro diversas vezes. O pleno  
5600 não é obrigado a emitir nenhum tipo de nota. O procedimento está aqui, resolução quatro, ela  
5601 foi proposta, a mesa diretora avalia, manda para o plenário, e ele delibera se vai aprovar ou não.  
5602 O meu encaminhamento é muito simples, vamos colocar para votação se essa nota está  
5603 aprovada ou não. Só isso.

5604

5605 Vitória – Entendi, Lucas. Eu vou, em primeiro lugar, pedir que façamos um debate civilizado,  
5606 porque essa história da nota já debatemos, debatemos feio, durante a reunião passada inteira.  
5607 Só tentando manter aquele bom humor de aprovações unânimes, que não vai ser o caso, eu  
5608 entendo, mas civilizado. Podemos discordar até o fim, não tem problema nenhum, mas vamos  
5609 tentar não implodir a reunião. Eu vou repetir o que eu falei no início, de que houve, no sumário  
5610 executivo, esse foi um debate que tivemos na última reunião, Lucas, e sei que discordamos. No  
5611 sumário executivo da nossa última reunião, aparece que tivemos a votação pela aprovação de  
5612 uma nota de repúdio. Houve uma votação e nós aprovamos uma nota de repúdio que seria feita  
5613 pelo comitê. Aprovamos, na verdade, o tipo da nota, que é uma nota de repúdio. O que não  
5614 aprovamos, o conteúdo dessa nota. Seguindo, a página cento e sete, procedimento para  
5615 aprovação de nota pública. Já peço que todo mundo abra nessa página, que vamos nos debater  
5616 até o final da reunião, da manhã, pelo mesmo. Seguindo essa questão, enviamos para todos a  
5617 proposta que foi feita pelo Frei, para que todo mundo desse as considerações e trouxéssemos  
5618 para cá as considerações. Não houve considerações. Essa é a questão. O que está em debate  
5619 agora é o texto.

5620

5621 Débora – Questão de dúvida. Partindo do pressuposto que vocês estão colocando que foi  
5622 aprovada uma nota, que seria discutido o conteúdo. (Intervenção simultânea). Mas, imaginando  
5623 que havendo esse conteúdo, a votação três por três, como quer que seja, de cada um dos pontos

5624 colocado na nota, não havendo aprovação, o que acontece? Não ficou claro para mim essa  
5625 lógica procedimental.

5626

5627

5628 Vitória – Eu imagino que o conteúdo da nota, vamos ter que sair daqui da nossa plenária, ou de  
5629 uma mesa diretora, para deliberar sobre o conteúdo. No final das contas, eu imagino que o  
5630 conteúdo vai poder ser um parágrafo, dizendo: repudiamos.

5631

5632 Sávio – Posso agregar, vice-presidente? Nunca aconteceu isso aqui, em todas as gestões nunca  
5633 aconteceu. Porque sempre tem que vir o texto e tem que seguir o procedimento que está na  
5634 resolução quatro. Várias vezes não seguiu o procedimento que a nota veio para a votação direta.  
5635 Mas, aqui, aprovou-se uma nota de repúdio. Vou dar um exemplo agora, se botarmos na  
5636 votação, que estamos aprovando também uma nota favorável, já aprovando uma nota favorável.  
5637 A de repúdio foi aprovada, vamos aprovar uma favorável também para a próxima sessão.  
5638 (Intervenção fora do microfone). Não estava na pauta, não foi na pauta. A pauta tem que ser  
5639 prévia, passa na mesa diretora, foi o mesmo fato. Nós estamos tratando de uma questão nova  
5640 que temos que pensar, que são precedentes.

5641

5642 Vitória – Vou pedir inscrição de fala, mas, Lucas pode falar.

5643

5644 Lucas – Estou vendo, a partir dos comentários nossos, uma capacidade gigante de perdermos  
5645 muito mais tempo com essa nota. Eu quero, a partir de uma conversa muito boa que tive com a  
5646 Bárbara ontem, elogia-la, mostrou uma capacidade de diálogo fenomenal. Foi um prazer  
5647 conhece-la, Barbara, que mantenhamos esse diálogo, e seja estendido para o comitê. Quero  
5648 convidar o pessoal da sociedade civil à reflexão e ao diálogo, e eu questiono inicialmente qual  
5649 o encaminhamento positivo dessa nota para o comitê. Qual o ganho positivo que vamos ter  
5650 aqui? Não vejo nenhum particularmente. Talvez haja aqui uma briga de egos, cada um queira

5651 ganhar sua pauta, queira impor sua visão de mundo. Mas, para o comitê não há ganho. As  
5652 entidades da sociedade civil, se quiserem, podem propor uma nota em paralelo, em nome dos  
5653 membros das entidades da sociedade civil, nota de repúdio, vocês têm essa autonomia. Mas,  
5654 aqui, estamos falando em nome do comitê, aqui é governo, é sociedade civil. Para o comitê, o  
5655 ganho é zero. Qual é a porta, qual é o diálogo que estamos estabelecendo com o governo, a  
5656 partir dessa nota de repúdio? Nenhum. Só estamos fechando portas. Quero convidar vocês ao  
5657 diálogo. Eu acho que temos avançado muito, da primeira reunião para cá. É impressionante  
5658 quantas votações unânimes tivemos. Eu convido vocês para que continuemos nesse espírito de  
5659 cooperação e reflitam, por gentileza, se essa nota vai auxiliar, ou não, ou vai atrapalhar essa  
5660 capacidade que estamos tendo de dialogar, de conversar, de encontrar pontos em comum. Para  
5661 mim, ela fecha portas, não vai colaborar em nada, não vai somar em nada o comitê, talvez até  
5662 politize o comitê, coisa que não é nossa intenção. Eu até questiono aos colegas se vocês, em  
5663 algum momento, viram algum comentário de natureza política nosso, dos membros de governo.  
5664 Jamais. Temos mantido uma postura institucional, respeitado os colegas, respeitado o comitê.  
5665 Acho que o nível do comitê tem que ser mais elevado que isso. Aqui, estamos rebaixando – me  
5666 desculpe o termo – o nível, estamos politizando. E temos que elevar, na verdade. O comitê é  
5667 institucional, tem natureza institucional. É isso. Convido os colegas ao diálogo e à reflexão.

5668

5669 Vitória – Matheus.

5670

5671 Matheus – Semana que vem, na terapia, eu trabalho a questão do ego. Agora, estamos fazendo  
5672 um debate republicano. Como a presidência falou, no caso a vice-presidência preside, votamos  
5673 na reunião passada a sugestão do Frei Davi, que representa a sociedade civil. Nesse sentido,  
5674 passou-se aproximadamente quarenta dias. A Carolina, a Vitória, o pessoal da mesa e o Caio,  
5675 podem me ajudar que, pelo que eu entendi, não foi enviada nenhuma contribuição. É como se  
5676 tivéssemos montado o GT, debatemos na pauta anterior, nem o Lucas, nem o Marcelo, pessoal  
5677 que estava no GT, nem o Felipe, salvo engano, não façam o que foi combinado. Tinha um prazo  
5678 para isso, ninguém deu sugestão. O que seria mais obvio, era aprovar o que foi deliberado, já  
5679 que nenhuma sugestão veio. Eu acho que o que temos que colocar é que a sociedade civil, hoje  
5680 e ontem, foi minoria. Houve alguns consensos, mas outros perdemos, acabamos de perder  
5681 votação. O Henrique veio aqui, falou, ficou indignado, eu estava calado, mas estava indignado

5682 junto com ele, depois de dez meses sem comitê, vamos prorrogar ainda. O governo ganhou, o  
5683 governo acabou de ganhar. Ninguém apontou o dedo na cara de ninguém para falar que o  
5684 governo tinha problema com ego. Perdemos. Estamos aqui, sentados, calmamente debatendo  
5685 um tema de forma republicana. Perdemos. A sociedade falou: que pena, tem dois da sociedade  
5686 civil que não estão vindo aqui. Os caras não estão vindo aqui. Se inscreveram, o rapaz até  
5687 comprou passagem, e o cara não veio. E nós perdemos. Pois bem, segue o jogo, democracia.  
5688 Eu acho que o que fecha portas, com todo respeito, é um posicionamento que não está  
5689 respeitando o que foi deliberado na reunião passado. A gente está respeitando, o governo  
5690 ganhou hoje, ganhou ontem, alguns consensos tiveram, verdade, achei ótimo, todo mundo  
5691 achou ótimo, otimiza o trabalho, saímos daqui mais cedo. Quando se fala de politizar o trabalho,  
5692 como ontem usaram o termo “ideologia”, isso é política. Estamos na “polis”, na cidade, como  
5693 era na Grécia Antiga, só que estamos no Brasil, desigual, falando de tortura. Isso é política. Eu  
5694 não entendo quando alguém fala de ideologia, todo mundo tem a sua ideologia, todo mundo  
5695 tem a sua política, alguns num sentido ou outro, sem querer ser maniqueísta. Falar que estamos  
5696 politizando o debate, é obvio, é um debate público, político, não é um debate particular,  
5697 familiar, é um debate público, político. Temos que começar a entender o que estamos fazendo  
5698 aqui. Estamos rebaixando o comitê, fechando portas? Não. Acho que fechar portas, é igual  
5699 ontem, que foi apresentado um PL para matar negro e pobre. O Frei Davi está aqui, faz um  
5700 trabalho nesse sentido, o pessoal do MNU está aqui também, que faz um trabalho nesse sentido.  
5701 Quarta feira foi dia da consciência negra, vem a presidência da república, apresenta um PL que  
5702 fala que tem que matar preto e pobre. Acho que isso fecha porta, não é o debate republicano  
5703 aqui.

5704

5705 Lucas – Qual PL, Matheus? Eu quero encontrar exatamente esse PL. vou ser o primeiro a me  
5706 colocar contra. Matar preto e pobre.

5707

5708 Matheus – O Frei Davi sabe mais do que eu sobre isso. (Intervenção simultânea). (Inaudível)  
5709 eu não vou falar do tema. Vamos aceitar, porque a sociedade está aceitando, está perdendo, está  
5710 empatando ou está perdendo, quando não tem consenso. Aceitemos isso. Estamos reacendendo  
5711 um debate que ficamos, durante não sei se mais de hora, no mês passado.

5712

5713 Vitória – Henrique.

5714

5715 Henrique – Ele saiu. Eu não estava aqui, estava outro representante da CONECTAS, falando  
5716 em consenso, está aqui na pauta, na ata, foi aprovada, o sumário executivo ontem, no começo  
5717 da manhã, dois pontos dois ponto um: elaboração de nota de repúdio, aprovado por  
5718 unanimidade. Está aqui. Quanto à questão institucional, fechar porta, foi por um decreto, a  
5719 questão está judicializada. Esse decreto está judicializado. Fechar portas, as portas foram  
5720 fechadas, tivemos que ir para a justiça, já foram fechadas as portas, estamos aqui tentando  
5721 reabri-las. Não entendo qual seria o prejuízo para o comitê, inclusive, eu vejo até lutando em  
5722 favor do Ministério, pensando na questão institucional, porque o Ministério perdeu doze cargos  
5723 par ao Ministério da Economia, nessa brincadeira. Como isso é bom para o Ministério? Como  
5724 os membros do Ministério veem isso? Como foi o debate, o Ministério foi incluído nesse debate,  
5725 de perder doze cargos para o Ministério da Economia, isso foi bem discutido aqui? Não sei.  
5726 Quanto à nota, foi aprovada por unanimidade. Repúdio. Realmente, é peculiar a situação, me  
5727 parece uma questão muito republicana, ela não foi aprovada em sua integralidade, quando  
5728 tínhamos unanimidade, estou vendo que só a sociedade civil votou, não sei onde estavam os  
5729 membros do governo, como eu disse, eu não estava aqui. Mas, acho que é até bem republicano  
5730 não ter tentado aprovar uma nota com qualquer coisa, com qualquer teor, na última reunião.  
5731 Aprovou uma nota de repúdio, abriu para sugestões, não houve nenhuma, a nota está aqui, uma  
5732 nota de repúdio, se tiver algum palavreado muito forte, podemos acertar isso. Mas, foi aprovado  
5733 por unanimidade, não tem como revermos o que foi aprovado por unanimidade na última  
5734 reunião. É isso que eu acho. Não sei se você ouviu, Lucas, o que estava dizendo sobre as  
5735 questões republicanas, institucionais, mas acho que estamos lutando pela força desse  
5736 Ministério. Acho que a ministra, certamente, gostaria de contar com doze cargos sob seu poder.  
5737 É isso que eu acho. Onze cargos.

5738

5739 Silvia – Eu faço coro, basicamente, ao que disse o Henrique. Eu estava aqui, a APT estava aqui  
5740 na reunião passada, foi aprovada uma nota. Acho que repeti isso nem sei quantas vezes, na  
5741 reunião passada. Porque, depois que tinha sido aprovada, por unanimidade, voltou-se a

5742 discussão, não sei quantas vezes o debate. Eu entendo, Sávio, o que você falou, um pouco  
5743 peculiar. Peculiar pelo seguinte, que foi discutido na reunião passada. Nas outras reuniões que  
5744 eu tive, dos biênios anteriores, que eu lembro é que era aprovada, muitas vezes a nota não está,  
5745 porque é um encaminhamento, sai a discussão encaminhamento, nota de repúdio, na hora não  
5746 temos. Muitas vezes, lembro nas reuniões passadas, depois que aprovamos nota de repúdio  
5747 sobre x, o pessoal trabalhava, saia a nota e, ali mesmo se trabalhava na nota. (Intervenção fora  
5748 do microfone). Foi tão difícil acontecer isso na reunião passada, porque houve tantas tentativas  
5749 de derrubar, que não foi aprovado, que não foi possível nem fazer isso como se fazia, de uma  
5750 maneira, como vocês falou, natural. Na reunião passada foi aprovada a elaboração de uma nota  
5751 de repúdio, não conseguimos nem trabalhar no texto, porque houve tantas manobras, tantas  
5752 tentativas de cair o que havia sido votado e decidido, que não se conseguiu, fez-se então o  
5753 perecimento, abriu-se essa nota, muito bem, não teve nenhum comentário, então parece que não  
5754 teve tanto interesse. Não teve comentário, ninguém mandou nada, nenhuma palavra. O que cabe  
5755 discutir, realmente, é o teor, quer olhar, ver se alguma palavra. Mas, que o comitê aprovou uma  
5756 nota de repúdio ao decreto, está sedimentado. Não vejo porque estamos de novo voltando a essa  
5757 discussão. Outra vez, eu volto para entender o que o comitê ganha. Interessante. Eu acho que  
5758 um comitê de privação e combate à tortura, saiu um decreto que não foi discutido, nunca houve  
5759 uma discussão, esse decreto saiu simplesmente. Alguém foi convocado, chamado para discutir:  
5760 vamos pensar algum outro modelo. Não, que eu saiba o decreto saiu sem nenhum aviso, sem  
5761 chamar uma reunião do comitê, para discutir. Poderia até: vamos convocar o comitê. Saiu um  
5762 decreto de debilita. Porque é claro, se você tira onze pessoas que trabalhavam na privação de  
5763 combate a tortura, você exonera dos cargos, perde toda uma estrutura, não é muito difícil dizer  
5764 que isso debilita, no mínimo, toda uma política de privação e combate à tortura. Um comitê,  
5765 que tem como fim, vamos de novo, porque estamos reunidos, porque temos um comitê? Vamos  
5766 olhar o artigo sexto. No mínimo, uma legitimidade de atuação. Acho que era um pouco isso,  
5767 não vou me alongar mais, desculpa. É porque, realmente...

5768

5769 Cândida Souza – Eu queria fazer uma questão de ordem, sobre o encerramento desse turno da  
5770 manhã, se pudesse deliberarmos rapidamente, até que horas ficamos nessa discussão.

5771

5772 Vitória – Nosso teto é meio dia e meia. Caio, por favor.

5773

5774 Caio – Lucas, também acho ótimo que e sejamos dialogando, mas onde estava a vontade de  
5775 diálogo do governo, quando extinguiu os cargos do mecanismo? Onde estava a vontade de  
5776 diálogo do governo quando, semanas atrás, emitiu um decreto que alterou, que criou um cargo  
5777 de suplência da ministra? Onde estava a vontade de diálogo do governo, na última reunião, se  
5778 vocês observarem o sumário executivo, vocês vão ver que, quem votou isso foi só a sociedade  
5779 civil, porque quem estava aqui se lembra, estávamos calorosamente discutindo essa questão,  
5780 qual era o procedimento, como faria, como não faria, e todos os membros do governo se  
5781 levantaram e saíram em fila indiana dessa sala. Vocês se lembram disso. Os colegas do governo  
5782 estavam aqui, vocês se retiraram da discussão, naquele momento, vocês não quiseram dialogar.  
5783 Nessa última reunião, parece que está melhorando, já estamos conseguindo dialogar mais,  
5784 estamos nos conhecendo, ainda daquela primeira vez os astros não estavam tão alinhados. Mas,  
5785 agora é inegável que aprovamos uma nota, Silvia, de repúdio, dizendo de novo. O governo tem  
5786 alguma sugestão? Porque a mesa não recebeu nenhuma sugestão. Quando tempo faz a última  
5787 reunião, não recebemos uma virgula de sugestão sobre esse teor, e essa nota foi enviada no dia  
5788 seguinte, foi enviada no segundo dia de reunião o teor dessa nota aqui. Dado o calendário que  
5789 estávamos, o cronograma, não conseguíamos ler a nota, porque estávamos em muitas  
5790 discussões. Por favor, sejam objetivos, qual é o problema com essa nota? É o repúdio, é o teor?  
5791 O repúdio já foi aprovado, que é de repúdio, não é de apoio. A resolução diz quais são os tipos  
5792 de nota, e essa é uma nota de repúdio. Apontem, por favor, destaquem qual é o problema? São  
5793 os dados? Os dados estão errados? É o palavreado? O que é? Por favor, digam. A última  
5794 questão. O que acontece se, hoje, a sociedade civil está em minoria. Só podemos votar agora o  
5795 teor da nota. (Intervenção fora do microfone). É a sua posição. Está claro que divergimos disso.  
5796 Mas, voltando, para desconstituir uma decisão da última reunião, o governo teria que ir ao  
5797 judiciário para fazer isso, não dá para refazer isso aqui dentro. Se isso aqui não for aprovado,  
5798 só podemos votar o conteúdo. O que acontece? Escrevemos outra nota? Ou fazemos, como a  
5799 Vitória disse, a nota de repúdio de um parágrafo: o comitê repudia o decreto tal, ponto final. É  
5800 isso? Qual a sugestão do governo?

5801

5802 Carolina – O próximo da lista é Guilherme.

5803

5804 Guilherme – Obvio que buscarmos consenso, buscarmos dialogo, é sempre mais saudável. Mas,  
5805 acho que não podemos ter a ilusão que vamos ter consenso o tempo inteiro. Isso está colocado  
5806 e isso é saudável também, porque a divergência é saudável nas democracias. Até segunda  
5807 ordem, vivemos uma democracia e temos o dever constitucional de defende-la. Acho  
5808 lamentável que seja mobilizado uma autoridade para tentar rever um documento, dizer que a  
5809 nossa posição aqui é de forçar a barra e fechar dialogo. Acho lamentável. É obvio que o que  
5810 discutimos aqui é política. Politizar o debate não pode ser tratado de forma pejorativa dessa  
5811 forma, porque o que estamos fazendo aqui é, há dois dias, debatendo a política de prevenção e  
5812 combate à tortura no Brasil. É disso que se trata esse comitê. Não somos amigos, e resolvemos  
5813 passar dois dias juntos. Nós compomos esse comitê, e esse comitê é parte da política nacional  
5814 de prevenção e combate à tortura. Sinceramente, essa nota, o conteúdo nela expressos, não faz  
5815 ataques ao presidente da república, à pessoa do presidente da república, ao governo, é uma nota  
5816 que se direciona a fazer um debate política sobre um decreto que, ao ver das organizações da  
5817 sociedade civil que compõem esse comitê, é um ataque direto a política de prevenção e combate  
5818 à tortura. Representa um desmonte do mecanismo nacional d e prevenção e combate à tortura,  
5819 que é um órgão fundamental para a execução da política de combate à tortura, que foi  
5820 implementada no Brasil com participação de várias das organizações que compõem esse  
5821 comitê. Houve muito trabalho das organizações que aqui estão, de incidência, para que os  
5822 parâmetros internacionais de direitos humanos fossem cumpridos no Brasil, e o mecanismo  
5823 fosse criado. Tem uma história a ser respeitada, porque não se trata de gostar ou não gostar  
5824 desse governo, mas se trata de um compromisso com o combate e prevenção à tortura, que data  
5825 de muito ates, e passa por muitos outros governos. Me inscrevi para dizer que, com a devida  
5826 vênia, o que rebaixa o comitê é que essa nota não seja consenso, que essa nota não seja um  
5827 consenso no comitê de prevenção e combate à tortura. É isso que rebaixa o comitê e, não, pauta-  
5828 la.

5829

5830 Lucas – Quero questionar a mesa diretora, em relação ao sumário executivo, que trata da nota  
5831 de repúdio, o dois pontos dois ponto um. Tem algum outro ponto?

5832

5833 Vitória – O sumário executivo da nossa última reunião? Vou resgatar.

5834

5835 Lucas – Por gentileza, quero levantar um ponto. Dois dois um. É esse mesmo? Elaboração da  
5836 nota de repúdio em relação ao teor do decreto nove oito três um, inicialmente, pelo  
5837 representante da ANADEP, depois, articulado pelo representante da organização EDUCAFRO.  
5838 O encaminhamento foi adotado por unanimidade dos presentes. Entendo que já cumprimos esse  
5839 encaminhamento. Ela foi elaborada. Vamos votar agora pela aprovação ou rejeição da nota.  
5840 Essa é a minha sugestão.

5841

5842 Sávio – Isso está muito claro no sumário executivo: elaboração de nota. Não está “aprovação”.  
5843 (Intervenção fora do microfone). Matheus, o que está aqui é isso, estamos seguindo o que foi  
5844 aprovado. (Intervenção fora do microfone).

5845

5846 Marcos – O que está escrito ali não é fiel? Estou perguntando porque eu não estava. Não retrata  
5847 a fidelidade? (Intervenção fora do microfone).

5848

5849 Vitória – Esse sumário executivo, até hoje, não foi aprovado. Estamos com essa pendência,  
5850 porque não temos a degravação.

5851

5852 Cândida Souza – Então, significa dizer que o encaminhamento não e é exatamente com esse  
5853 texto.

5854

5855 Vitória – Que esperamos a degravação para fazer a conferência. Eu vou só dar segmento às  
5856 falas. Tem gente inscrita. Lucas, se você terminou, vou passar para o Frei Davi.

5857

5858 Lucas – Só uma questão de ordem, último questionamento. Foi aprovado pela mesa diretora, o  
5859 sumário executivo?

5860

5861 Vitória – Não, só com a degravação. Aprovamos que daríamos continuidade à aprovação de  
5862 sumários executivo junto com a degravação. Foi esse o nosso encaminhamento de mesa  
5863 diretora, justamente para não entrarmos nesse tipo de debate.

5864

5865 Lucas – Acho importante isso, seguir o que foi deliberado: elaboração da nota. Está elaborada,  
5866 vamos pautar se ela vai ser aprovada ou não. Simples assim.

5867

5868 Vitória – Frei Davi, por favor.

5869

5870 Frei Davi – Por mais que não queiramos falar abertamente, a nota vai no âmago do governo  
5871 federal, com referência à situação do combate à tortura. A nota deixa bem evidenciado que,  
5872 transformar o mecanismo em trabalho voluntário, é injusto, é desonesto, é matar com o trabalho.  
5873 No fundo, o governo perdeu na justiça. A nota, portanto, bate de frente com toda a proposta que  
5874 o governo tem para esse comitê e, o que nós temos para esse comitê. A segunda questão, é dizer  
5875 que, infelizmente, o Matheus tem razão, sobre a matança de pobres e negros. Agora, a Folha de  
5876 São Paulo, dia vinte e um do onze, dias atrás, tem a seguinte manchete: Bolsonaro envia ao  
5877 congresso projeto para isentar de punição militares e policiais que matam, que fazem o que bem  
5878 entendem. O Fórum Brasileiro de segurança pública, mandou para mim, a letalidade policial,  
5879 em dois mil e onze, foi de vinte e cinco por cento. A letalidade policial, em dois mil e dezoito,  
5880 subiu para vinte e sete ponto cinco por cento. A nossa entidade, já vivendo isso no dia a dia, é  
5881 difícil a semana que pessoas ligadas à EDUCAFRO, não me telefone chorando por ter pessoas  
5882 mortas pela polícia, nos quatro cantos do Brasil. A entidade conseguiu entrar no STF, com uma  
5883 ação contra o governo federal e outros governos estaduais, em vista da morte da juventude  
5884 negra. A ação caiu na mão do ministro Faquim, nos até solicitamos às entidades presentes,  
5885 aquelas que puderem colocar em suas reuniões a possibilidade de vocês entrarem como amigo

5886 da corte, nessa ação que eu posso depois passar ao nome para vocês, o número da ação. O  
5887 ministro Faquim é o relator e, quem atendeu a comunidade negra, cedendo seu nome para esse  
5888 processo ser aberto, que é um partido político, foi o PSB. Resumindo, para a nossa tristeza, não  
5889 só isso, mas se olharmos a série de ações do governo, com referência a medidas provisórias, a  
5890 matança de negros acontecem em vários setores, especialmente com as medidas provisórias que  
5891 ele está lançando, especialmente essa última: Bolsonaro envia ao congresso projeto para isentar  
5892 de punição policiais e militares que matam e prejudicam o povo.

5893

5894 Vitória – Ezequiel, por favor.

5895

5896 Ezequiel – Primeiramente, sou preto e não me sinto rico, mas rico da graça de Deus. Como  
5897 houve manifestação política, por parte do Henrique, como por parte do Frei, gostaria de fazer  
5898 minha manifestação política também, porque foi feito. E, como secretário da secretaria de  
5899 política de igualdade racial, dizer que é um equívoco dizer que esse PL foi criado para matar  
5900 preto e pobre. É ilógico, não tem lógica, deixa eu completar, por favor, porque respeitei sua  
5901 fala. Há um equívoco, eu acompanho várias legislações Brasileiras, e lembro que o Estatuto da  
5902 Criança e Adolescente, quando foi criado foi muito criticado por parte de muita gente. Todas  
5903 as críticas que eram feitas, não estavam realmente contidas no Estatuto da Criança e do  
5904 Adolescente. Que o estatuto era para proteger bandido e tudo mais. Foram críticas feitas de  
5905 forma infundada. Quero afirmar que este PL não tem esse sentido, este governo não tem essa  
5906 intenção. Se tivesse, minha secretaria não existiria, eu não estaria aqui represando o governo  
5907 federal como secretário de promoção de igualdade racial. Não tem lógica eu estar presente,  
5908 representando uma secretaria, se essa é a vontade do governo, matar preto e pobre. Eles me  
5909 matariam antecipadamente, e acabou qualquer política de ações afirmativas e igualdade racial.  
5910 Eu faço uma resposta, quero que fique registrado, que sou contra a fala do Henrique, sou contra  
5911 a fala do Frei Davi. E acho que nós não deveríamos partir para esse viés político no comitê,  
5912 porque se formos manifestar politicamente contra o governo, isso vai virar um debate muito  
5913 ruim e vai perder o nível do nosso debate. Temos que trabalharmos a execução da política de  
5914 prevenção e combate à tortura. Eu quero me manifestar, que eu acho que essa nota tem  
5915 realmente um viés político, ela tem um problema realmente sério. Não tem consenso, e não vai  
5916 haver consenso nunca, e vamos obstruir todo o nosso trabalho, se continuarmos assim. Se

5917 formos trabalhar ponto por ponto, o que vamos mudar ou não na nota, se for esse o caminho,  
5918 vai atrapalhar o nosso trabalho e não vamos conseguir executar a política. Vamos ficar  
5919 discutindo isso, como discutimos na reunião passada, a vida toda, e não vamos andar. Vamos  
5920 ter bom senso, vamos andar, temos mil coisas para serem resolvidas aqui para a execução dessa  
5921 política. É só ter bom senso. Um cede aqui, outro cede ali, e continuamos caminhando junto.  
5922 Senão, vai ficar essa briga e não vai ter resultado. Eu faço um apelo, vamos ter bom senso, e  
5923 vamos trabalhar com respeito ao que falou ideologia ou não ideologia, mas sem ataques  
5924 políticos, senão vai virar um debate que não vai acabar nunca.

5925

5926 Vitória – Débora, por favor. Acho que a Cândida, depois.

5927

5928 Débora – Eu tenho três considerações a fazer. A primeira delas é como todos estão ressaltando  
5929 a importância de serem fieis ao registro da última reunião, eu gostaria de corrigir o Caio, que  
5930 disse que todos os órgãos do governo teriam abandonado a discussão da nota no meio do debate.  
5931 Eu não sei o que aconteceu, porque eu não estava aqui. Eu era representante do MRE, e tive  
5932 que sair antes sequer que fosse levantado esse assunto de nota, por outros motivos. Então,  
5933 gostaria que essa informação fosse corrigida, por favor. Segundo ponto, pediria a todos que se  
5934 abstivessem de entrar em debate, em discussão, sobre temas que não são objeto da pauta, como  
5935 esse projeto de lei que fosse mencionado, independentemente da importância do debate, isso  
5936 não está na pauta, já estamos atrasados. Eu pediria a todos que enviassem entrar nesses temas.  
5937 Um terceiro ponto, sei que já houve um momento para que fossem apresentadas sugestões à  
5938 nota, não apresentei porque não sei nem se seria o caso de apresentarmos uma sugestão, porque  
5939 nós, do MRE, teríamos problemas sérios com vários parágrafos. Mas, como tem sido debatido  
5940 o conteúdo, vou pontuar só para o registro, da linha oito, da linha trinta e cinco, e as três últimas  
5941 linhas seriam, para nós, inadmissíveis, impensáveis. Porque, independentemente do que vamos  
5942 debater sobre os efeitos internos da revogação dos peritos, não entendemos que, de modo  
5943 algum, isso viole as obrigações internacionais do Brasil. No protocolo não consta que os peritos  
5944 devem ser remunerados. Entendo as considerações que são levantadas, mas isso não está lá, não  
5945 está explícito, não está escrito. Há países que tem peritos que não são remunerados e, que não  
5946 foram considerados como violadores desse protocolo, então, não faria sentido colocarmos que  
5947 o Brasil viola isso. Eu dei uma olhada também nas diretrizes, elas estão mencionadas aqui

5948 mesmo na nota. O que consta é que devem ser fornecidos os meios financeiros para que o  
5949 mecanismo funcione. Também discordamos que a exoneração do perito seria uma violação a  
5950 esses *guide-lines*, esqueci a palavra que está aqui, linhas diretrizes relativas ao mecanismo,  
5951 porque não é isso que diz, não é isso que está colocado, mesmo nos parágrafos que estão  
5952 mencionados. Mas, se o objetivo não for entrar na discussão de conteúdo, eu endossaria o  
5953 encaminhamento de partir para votação do conteúdo da nota como está apresentada hoje.

5954

5955 Vitória – Depois da Débora, Silvia.

5956

5957 Silvia – Sinceramente, estou sem palavras, porque fico repetindo a mesma coisa. Eu concordo,  
5958 Ezequiel. Ezequiel foi embora, se retirou. Exatamente, estamos aqui, o comitê, porque eu não  
5959 sou do comitê, como entidade internacional que tem acompanhado o trabalho do comitê, há  
5960 anos trabalhado, colaborado para a construção desse sistema. Tive reunião, em dois mil e seis,  
5961 com o Itamaraty, na época em que o Itamaraty foi um parceiro na ratificação do protocolo  
5962 facultativo. Inclusive, membros do Itamaraty trabalharam no grupo de trabalho que chegou ao  
5963 modelo do mecanismo nacional, com membros remunerados. Outra vez, ficamos tentando  
5964 desvencilhar, a lei doze mil oitocentos e quarenta e sete, saiu conjuntamente, um mês depois,  
5965 acompanhada da lei doze mil oitocentos e cinquenta e sete, que cria os cargos com remuneração.  
5966 Porque, a decisão do colegiado, naquele momento, seguindo os princípios de Paris, os  
5967 princípios de Paris estão mencionados no protocolo facultativo, que os estados devem ser  
5968 orientar pelos princípios de Paris, e os princípios de Paris falam em garantir recursos necessário  
5969 para que possam trabalhar com os meios, com recursos, com remuneração para garantir  
5970 independência. A ONU publicou um manual, interpretando o protocolo facultativo, é diretriz  
5971 específica da ONU, foi que os membros deveriam ser remunerados. Além disso, temos que  
5972 pensar em meios que sejam suficientes e necessários, em relação a cada país. O Brasil tem  
5973 oitocentas mil pessoas privadas de liberdade. Não podemos comparar, pegar um modelo na  
5974 Áustria, que tem trinta pessoas privada de liberdade – estou exagerando obviamente – e, dizer  
5975 que, na Áustria os membros recebem por consultoria, o que seja, e dizer que isso pode ser  
5976 aplicado no Brasil, porque o panorama é completamente diferente. Nós, como APT, nós nos  
5977 habilitamos como amigos da corte, nas intervenções judiciais. Eu compartilho, posso  
5978 compartilhar, não tem nenhum problema compartilhar, aliás é público, está no processo, o nosso

5979 parecer como amicus curi. Fazemos todo um desenvolvimento das razões jurídicas, a  
5980 interpretação do princípio de Paris, do protocolo facultativo, as diretrizes da ONU. Inclusive,  
5981 já há um parecer jurídico do subcomitê da ONU de prevenção à tortura, um parecer jurídico, a  
5982 primeira opinião jurídica que é o subcomitê dá no mundo, o primeiro caso realmente, porque  
5983 também foi algo que nunca aconteceu. A APT acompanha a construção de mecanismos no  
5984 mundo inteiro, e é o primeiro retrocesso dessa natureza em todo o mundo. Acho que isso  
5985 também manda uma mensagem importante. É um parecer jurídico que está na ADPF, que está  
5986 no STF, parecer jurídico do subcomitê falando que sim, esse decreto viola os preceitos do  
5987 protocolo facultativo, exatamente porque, no contexto Brasileiro, tendo em vista a realidade  
5988 Brasileira, ele tira os recursos que provêm as condições necessárias para o mecanismo funcionar  
5989 de forma adequada. Eu posso encaminhar tudo isso para vocês, sem o menor problema. Minha  
5990 fala nem era sobre isso. Outra vez, como organização internacional que acompanha os trabalhos  
5991 do comitê, nosso posicionamento, essa nota de repúdio foi aprovada. É um posicionamento  
5992 APT, estamos aqui como convidado permanente, eu não tenho voto. Essa nota foi aprovada,  
5993 uma nota de repúdio. Essa nota de repúdio vai exatamente no que o Ezequiel falou, o comitê  
5994 trabalha a execução da política de prevenção e combate à tortura. Esse decreto debilita, quer  
5995 dizer minimamente, a política de prevenção e combate à tortura. Acho que a nota é sobre isso.  
5996 Estão pedindo bom senso, eu também acho que é bom senso, dizer que algo foi discutido e  
5997 aprovado. Não entendo porque o bom senso vem só de um lado. É bom senso para todos, eu  
5998 acho, foi discutido e aprovado, na reunião passada, uma nota de repúdio. Se não se chegou ao  
5999 texto, foi por inúmeras razões que não foi possível, mas se aprovou uma nota de repúdio nesse  
6000 Comitê que, inclusive, são reuniões abertas, públicas, como falei, até o que foi discutido aqui é  
6001 tudo público e aberta. Foi aprovada, na reunião passada, uma nota de repúdio ao decreto.

6002

6003 Vitória – A próxima é Márcia.

6004

6005 Márcia – É difícil, porque acho que as falas cooperam, convergem. Discutir o óbvio, mais uma  
6006 vez, reafirmando o nosso compromisso na defesa do sistema nacional de prevenção e combate  
6007 à tortura. A nossa responsabilidade, enquanto entidade da sociedade civil, que passou por um  
6008 processo seletivo, que foi votado, que o nosso papel aqui é um papel, para nós, sociedade civil,  
6009 é muito claro, muito objetivo, e não vamos fugir desse papel. Fugirmos desse papel, seja de que

6010 forma for, em forma de consenso, não faz sentido estarmos aqui. Mais uma vez, reafirmamos o  
6011 nosso compromisso na defesa do sistema nacional de prevenção e combate à tortura,  
6012 respeitando todos os ritos, regulamentos, normativas desse comitê, do sistema nacional de  
6013 prevenção e combate à tortura. E, por respeitar essas normativas, estamos aqui, mais uma vez  
6014 reunidos. No momento em que houve a exoneração de todos os peritos, a ausência das reuniões,  
6015 lutamos para que fosse retomado todo o processo de debate, de luta, de defesa do sistema  
6016 nacional de prevenção e combate à tortura, e se deve, na sua máxima, à sociedade civil, que se  
6017 organizou, que se mobilizou para que estivéssemos aqui novamente. Me parece que, não sei se  
6018 o consenso vai ferir o nosso papel. O nosso papel converge para a defesa, como vamos convergir  
6019 em algo que, de repente, não converge com o que foi proposto pelo decreto? Se o decreto fere,  
6020 viola as prerrogativas, e o nosso papel enquanto comitê do sistema nacional de prevenção e  
6021 combate à tortura, com podemos entrar em consenso em relação a isso? É até contraditório para  
6022 nós. Mas uma vez, reafirmamos, respeitando as normativas, prerrogativas desse sistema, que  
6023 houve um processo legítimo de votação de uma nota, que isso fique claro e registre em ata.  
6024 Houve um processo normativo de votação de uma nota, essa nota foi votada e aprovada. Em  
6025 outros momentos, como o Sávio falou, participei daqui também em outros momentos, as notas  
6026 eram propostas, construíamos o texto no mesmo dia, na hora do almoço, sentávamos no  
6027 cantinho, pedia apoio inclusive da sociedade civil, alguém do governo chegava e contribuía  
6028 também, mesmo, muitas vezes, perdendo na votação. Quantas vezes o governo, aconteceu isso,  
6029 talvez perdeu na votação. Mas, na hora da construção estávamos sentados construindo essa  
6030 nota, sabendo que ela já tinha sido votada, já tinha sido aprovada, que ia ser apresentada no  
6031 pleno para algumas correções de palavras, de vírgulas. Eu me vejo hoje, nesse momento, é até  
6032 difícil passarmos por um processo em que houve uma normativa, fomos respeitados, não  
6033 desrespeitamos em nenhum momento esse comitê, porque passamos por um processo de  
6034 votação, e temos que respeitar essa legitimidade. Houve uma legitimidade do comitê nacional  
6035 de prevenção e combate à tortura, em relação a uma votação e temos que respeitar isso. Me  
6036 preocupa muito, me preocupo demais, fico aqui pensando, de repente, por que não aprovar o  
6037 texto, é uma manobra – eu vejo isso como uma proposta de que saiu do tema. Para resumir e  
6038 fechar, fazemos a defesa da nota, ela foi votada, aprovada, vai ser apresentada. Se tiver alguma  
6039 correção que essa correção não possa, em nenhum aspecto, ir de encontro, no sentido de ser  
6040 contraditório ao conteúdo, porque foi aprovado o mérito da nota.

6041

6042 Sávio – Eu tenho certeza que não vamos fechar, está dando teto ali. Como todo mundo vai sair  
6043 para o almoço, para uma reflexão, eu quero trazer a fala dos colegas, de tentarmos achar uma  
6044 solução, uma composição. Esse comitê é um novo comitê, temos que começar a andar lado a  
6045 lado, ombro a ombro, não peito a peito, senão novamente não vamos construir, não vou nem  
6046 colocar a política, porque a política cada um vai ter suas convicções, ninguém está aqui para  
6047 convencer politicamente os outros integrantes. Eu acho que esse comitê é um comitê de  
6048 construção de ações públicas, e nós temos que construir ações públicas. Não acho que essa nota  
6049 vai agregar. Meu colega está ali, o Magnata, eu sou um fã do trabalho do colega e de outros,  
6050 mas acho que essa nota não vai agregar. Temos que ter construção de ações concretas nesse  
6051 comitê, tratar de fatos concretos. Até a fala do Frei, ela entra na minha área do Ministério da  
6052 Defesa, com relação à GLO. Eu teria várias ponderações a colocar aqui, mas não vou entrar  
6053 nesse mérito, porque esse debate não vai agregar às questões do comitê. Mas, com relação à  
6054 nota, eu até já antecipo para a vice-presidência, nós temos que seguir a legalidade, não tem  
6055 como fugir à legalidade. Na época foi levantado que o desconhecimento da resolução quatro,  
6056 que a resolução quatro coloca um procedimento muito claro que deve ser feito e não foi feito.  
6057 Dentro do enfrentamento, seria legal aprovarmos aqui agora uma nota de aprovação. Tudo bem,  
6058 tem uma nota de repúdio, vamos aprovar agora uma nota de aprovação. O que estamos  
6059 ganhando com isso? Repúdio e aprovação, para que? Vamos partir para as questões concretas  
6060 do comitê. Essa é a minha fala.

6061

6062 Vitória – Eu vou pedir desculpas aos demais colegas inscritos, mas atingimos nosso teto de  
6063 meio dia e meia, proposto para o nosso debate da reunião. Usando minha prerrogativa de  
6064 presidente em exercício desse comitê, eu vou propor a inversão na ordem dos trabalhos, vou  
6065 retirar esse item de pauta da nossa pauta de hoje, vou colocar para a nossa próxima reunião, e  
6066 vou esperar os debates das pessoas nos e-mails e, na próxima reunião, retomamos esse item.  
6067 Isso é prerrogativa de presidência da mesa, segundo o nosso regimento interno.

6068

6069 Lucas – Qual o fundamento, Vitória, pode citar por gentileza, para consultarmos?

6070

6071 Vitória – Artigo quatorze: cabe ao presidente do comitê...

6072

6073 Matheus – Conseguimos chegar num consenso de vinte dias mais ou menos, em relação ao GT.

6074 Podemos chegar num consenso de dar quinze, vinte dias, para sugestões. A Debora tem

6075 sugestões. Senão vamos ficar num cabo de guerra infinito.

6076

6077 Débora – Eu não tenho sugestões. Eu entendi que havia sido terminado (intervenção

6078 simultânea). Como você decidiu se pronunciar, eu queria ter um direito de resposta muito breve

6079 ao que a Silvia colocou.

6080

6081 Matheus – Eu só estou sugerindo, Débora, de forma muito tranquila para colocarmos um prazo,

6082 igual foi feito. (Intervenção simultânea).

6083

6084 Lucas – Dez segundos. Você disse que haverá novas contribuições. Então, está reaberto aquele

6085 prazo inicial, de acordo com a resolução número quatro, para que possam ser apresentadas

6086 contribuições?

6087

6088 Vitória – A essa nota? Aquele prazo nunca encerrou.

6089

6090 Lucas – Teria sido sete dias, inicialmente.

6091

6092 Vitória – Não foi aprovado esse encaminhamento. Na última reunião está isso, porque o

6093 governo resolveu que não aprovaria inclusive esse encaminhamento de sete dias. E eu falei: o

6094 que vamos fazer então? Ninguém propôs nada e ficou por isso. Estou usando minha

6095 prerrogativa, conforme artigo quatorze, inciso segundo, estou encerrando essa discussão, estou  
6096 retirando esse item de pauta, estou passando esse item para a pauta da nossa próxima reunião.  
6097 Estou dando por encerrada a nossa reunião da manhã.

6098

6099 Lucas - Seguindo a resolução quatro, em relação a notas públicas.

6100

6101 Vitoria – Sempre, não tem nem como não seguir essa resolução. Dou por encerrada essa  
6102 reunião.

6103

6104 Matheus – Presidente, nós deliberamos em relação à seleção dos peritos, que fevereiro era muito  
6105 longe. Do mesmo jeito, acho que é muito longe para os colegas darem sugestões, poderíamos  
6106 colocar um prazo, quinze, vinte dias, como o Lucas e a Cândida chegaram, em relação à seleção.  
6107 Senão vai ficar para a copa de dois mil e trinta.

6108

6109 Sávio – O único problema disso é porque precisa deliberar, e não tem uma previsão de  
6110 deliberação eletrônica, se pegar o regimento. Não conseguimos fazer isso.

6111

6112 Matheus – mas, pelo menos, chegaríamos, Sávio, com todas as deliberações maduras para isso.  
6113 Na verdade, não precisaríamos nem falar isso. Era mais para o pessoal ficar alerta, porque  
6114 (inaudível). Senão vamos chegar aqui...

6115

6116 Vitória – Posição da mesa diretora, deliberação, segundo o nosso procedimento para aprovação  
6117 de nota pública. (Intervenção fora do microfone). Da mesa diretora. Podemos levar para a mesa  
6118 diretora. Depois eu conversei com a mesa diretora sobre isso. (Intervenção simultânea). Segundo

6119 a nossa sugestão, é às quatorze horas. (Intervenção fora do microfone). Mecanismo, pauta  
6120 temática. Muito obrigada.

6121

6122 (Fim da manhã do dia 22/11/2019)

6123

6124 Vitória – Boa tarde a todas e todos. Com quórum suficiente iniciamos com quarenta e cinco  
6125 minutos de atraso a nossa reunião, já avisando que será levado em consideração para estabelecer  
6126 o teto de termino dessa reunião da tarde. Vou abrir a nossa...

6127

6128 Cândida Souza – Fazendo ressalva da questão das votações, porque tem gente que vai embora  
6129 antes.

6130

6131 Vitória – Por uma questão de emissão de passagem. Mas, só para não atrasarmos mais ainda,  
6132 vou dar a fala para o Ribamar, para passarmos ao nosso primeiro ponto de pauta da tarde.  
6133 Ribamar, fique à vontade.

6134

6135 Ribamar – Boa tarde. Nos foi pedido um tempo de trinta minutos para fazermos uma  
6136 apresentação, e ainda reservar tempo para o profícuo debate e análise das recomendações. Eu  
6137 acho um pouco impraticável. Sinceramente, vou tentar fazer a apresentação em dez minutos e  
6138 deixar os outros vinte para o nosso debate. Como é do nosso mandato, temos um relatório  
6139 consubstanciado. É um relatório que teve como chamamento diversos setores da sociedade, a  
6140 exemplo do Ceará, em face da convulsão e da chacina que houve em Altamira, no Pará. Por  
6141 isso essa viagem, que ocorreu de dezessete a vinte e um de setembro, começou por Altamira.  
6142 Há uma questão comum, entre o que nós discutimos no dia de ontem, e o que pudemos perceber  
6143 no modelo de gestão no Pará. Eu vou pedir a ajuda da Carol, que vai passando algumas fotos  
6144 que são ilustrativas do que vamos falar. Concretamente, nós visitamos o Centro de Recuperação  
6145 Regional de Altamira, a Cadeia Pública de Jovens e Adultos, Centro de Recuperação Prisional

6146 do Pará, e o Centro de Reeducação Feminismo. Os três últimos, na região da capital de Belém.  
6147 Queria saudar, nessa oportunidade, o companheiro Daniel, que está na ponta, que também é  
6148 perito do mecanismo, que esteve conosco nessa missão, além do Gustavo e do Bruno. Adriana,  
6149 que não está aqui no momento, porque o pai dela está em fase de vida vegetativa, teve um  
6150 problema esses dias, e teve que se ausentar. O Bruno, esteve conosco no Pará, ele tem problema  
6151 de saúde, também não pode estar aqui agora. Queria fazer um registro de que, parte da chacina  
6152 que vivemos no Pará, tem a ver com uma visita que o mecanismo fez, em dois mil e dezesseis.  
6153 Entre as recomendações que estava na primeira visita que o mecanismo fez, em dois mil e  
6154 dezesseis, simbolicamente eu estava nela, nosso companheiro Lúcio e a Bárbara, que aqui está,  
6155 e a Fernanda, se não me falha a memória, me ajuda. Estivemos lá, e uma das recomendações  
6156 que não foi cumprida e tem tudo a ver com a chacina que vimos agora, foi o isolamento das  
6157 celas containers. Não foi por acaso que a chacina do cinquenta e oito e, depois, dos outros quatro  
6158 que morreram, a serem investigados no traslado, se deu dentro de uma cela container. A cela  
6159 container é, por natureza, um incinerador, ela não tem respirador e, por si só, no estado do Pará,  
6160 onde a temperatura oscila do jeito que todos nós sabemos, é um vetor de tortura. Quando  
6161 falamos de tortura, nós queremos ver sinais, marcas, machucados, no Pará, como no Ceará, o  
6162 calor aonde é submetido um espaço onde não deviam estar dez, e existem vinte, trinta, se  
6163 converte em vetor de tortura. Guardem esse simbolismo, conforme expresseo no relatório, na  
6164 página... aliás, é ilustrativo mostrar as fotos. Podemos ir para a página dezesseis, dezessete?  
6165 Ali, temos os vestígios, ou seja, se nada tivesse acontecido de externo, todas as condições já  
6166 estariam dadas para a chacina que aconteceu lá no Pará. A página dezessete ilustra melhor isso,  
6167 no rodapé. Por isso o nosso relatório começa na página dezoito, realçando a ausência do  
6168 cumprimento daquela recomendação de dois mil e dezesseis, que versava sobre a interdição das  
6169 celas containers. Avançando no tempo, bem ali nos deparamos com o modelo de gestão  
6170 prisional. Detalhe importante que nós nos deparamos, no Pará, com a FTIP. A FTIP também  
6171 estava no Pará. Estranho é que o decreto que vocês podem localizar com calma dentro do  
6172 relatório, espero que tenham tido oportunidade de ler, os que não tiveram podem fazer, a  
6173 delegação originaria da estada da FTIP no estado do Pará, dizia respeito ao enfrentamento da  
6174 convulsão, da rebelião, do massacre, na contenção de crise que aconteceu em Altamira. O  
6175 estranho é que a FTIP não estava em Altamira, ela estava em toda Belém, região metropolitana  
6176 do Pará, mas não estava em Altamira. Quais outros aspectos que queremos chamar atenção  
6177 nesse recorrido tempo que temos? Aqui, vimos o exemplo do que vimos em outros lugares do  
6178 estado, a ausência da classificação das pessoas, conforme previsto na LEP, lei de mil

6179 novecentos e oitenta e quatro, é preciso que se diga. Nós tínhamos ali, não só o problema da  
6180 superpopulação, mas tínhamos o problema da ausência de classificação, separação de presos  
6181 que estivessem condenados e presos que tinham vida estruturada no crime. Ou seja, isso, na  
6182 nossa avaliação, é um serviço prestado às organizações criminosas, para que dizem que querem  
6183 combatê-lo. O mais simbólico de tudo isso, acontece na triagem que nós visitamos, na delegacia  
6184 de polícia de Altamira. Se quiser percorrer a página vinte e sete, vinte e oito. Porque ali, na  
6185 triagem, você tinha a porta de entrada de todo o sistema prisional, ou seja, tinham pessoas que  
6186 não havia passado pela audiência de custódia, você tinha um espaço contíguo, que ninguém  
6187 sabia quem era de ninguém, simbolicamente, dois adolescentes que padeciam de fome, porque  
6188 foram trazidos do interior do estado e, como ninguém sabia quem é que gerenciava aquele  
6189 espaço que tinha treze provisórios, onde tinha gente aguardando audiência de custódia, e onde  
6190 tinha adolescentes, simplesmente não sabiam quem os alimentava. Naquele espaço, como em  
6191 muitos outros, a alimentação era um vetor de tratamento cruel, desumano e degradante. Se você  
6192 pegar a página vinte e nove, revelo essa situação. Se você avançar, ali está a situação. Eles só  
6193 foram alimentados... quer dizer, o mais óbvio, o mais elementar dos direitos humanos, de se  
6194 alimentar, pelo qual o Brasil é reconhecido na sua política, hoje também ameaçada, de  
6195 segurança alimentar e nutricional, não era cumprido. Porque, num espaço em que tinha  
6196 delegados – aliás, ali funciona a superintendência regional... Tarsila está aqui presente também.  
6197 Tarsila, nossa perita que eu não havia apresentado. Avançado no CPJA, que já é outra unidade,  
6198 se você quiser mostrar a página trinta, eu queria dizer que houve uma série de probleminhas,  
6199 inclusive os slides que estavam prontos, gravados, não quiserem abrir hoje, por isso estou  
6200 recorrendo a essa situação aqui. Esse é o padrão convencional do aprisionamento, de que você  
6201 não tem sequer... já era pouco admissível que as pessoas não tivessem colchão, já é pouco  
6202 admissível que as pessoas não tivessem a pedra para deitar-se, ali elas não têm, sequer, o espaço  
6203 para respirar. Aqui, como já disse, preso sem nenhuma classificação e com toda natureza de  
6204 afronta. Avançando no tempo que é muito pouco, vamos para a página trinta e três. Na página  
6205 trinta e três, a partir da página trinta e três, começamos a ver aquilo que não gostamos de  
6206 mostrar, sinais visíveis de pessoas que sofreram lesões, que denunciavam ter sido – essas lesões  
6207 -, realizadas por agente pública, portanto, tipificado no crime de tortura, a ser investigado  
6208 conforme encaminhamento que nós fizemos. E qual é o diferencial, já registrado ontem, e vale  
6209 a pena lembrar de novo, hoje, no Pará? Que aqui encontramos o Ministério Público Federal,  
6210 para não dizer que não falei das flores, altamente atuante. Não participou, que não é previsto  
6211 que participe da nossa visita, mas esteve todo o tempo a nossa disposição, inclusive no sábado,

6212 vinte e um de setembro, quando ele já queria receber os encaminhamentos, que ele só veio a  
6213 receber na terça-feira, dia vinte e quatro, vinte e cinco, e no dia seguinte ele já tinha todas as  
6214 ações prontas, inclusive o afastamento cautelar, aí sim devido, aí sim previsto em lei, dos  
6215 responsáveis. Uma outra coisa que é importante dizer: não há aqui nenhuma paixão, nenhum  
6216 afã de fazer qualquer tipo de confronto, condenação prévia, nada. Aliás, quem tiver cuidado de  
6217 ler o relatório com o carinho e os olhos técnicos devido, vai ver que aqui está também defesa  
6218 das condições de trabalho dos agentes, alguns deles até em conflito, porque é da natureza, como  
6219 já falamos ontem, não é demais repetir, diante da tomada da unidade pela FTIP - estou em uma  
6220 unidade e outra, porque o tempo é muito pouco e a minha capacidade de síntese também,  
6221 confesso -, você tem duplo comando, tem triplo comando. Ao contrário da necessária  
6222 harmonização, aquilo que tanto estamos tentando buscar aqui, você já cria na partida, em todo  
6223 lugar que tem duplo comando, conflitos, tensões. Às vezes, as pessoas se iludem que grande  
6224 parte das nossas denúncias venham somente das vítimas. Não, aqui também vítimas são os  
6225 agentes públicos que lá trabalham, que se sentem permanentemente desautorizados,  
6226 deslegitimados, que se sentem permanentemente violados no seu direito de gestor. Por isso, não  
6227 é da nossa competência, mas, felizmente, a lei que nos cria, nos cria numa perspectiva  
6228 multidisciplinar, interdisciplinar, mesmo não tendo, naquela viagem não tinha nenhum  
6229 psicólogo, tinha uma assistente social, dois advogados e eu, que insisto na área da filosofia e  
6230 teologia, tivemos que fazer terapia. Porque, ao entrevistar, como é de praxe na nossa lógica que  
6231 é de triangulação, você encontra agentes, você encontra técnicos de enfermagem, aos prantos.  
6232 Aliás, se fossemos poder aprofundar o tanto de licenças médicas que essa pessoa tem, em  
6233 função, já é comum que o espaço de privação de liberdade seja um espaço de adoecimento,  
6234 inclusive para nós, no entanto, mais para quem trabalha lá. Se essa pessoa ainda está mal paga,  
6235 sem as cargas horárias cumpridas, com a sua autoridade permanentemente desrespeitada, num  
6236 duplo comando, tem todas as crises que é de se prever. Eu avanço rapidamente porque já estou  
6237 avançando no tempo. Algumas coisas que são simbólicas, se você for à página quarenta, não  
6238 mostramos rostos e não mostramos nomes, mas é um simbolismo ali. Há um modo de  
6239 procedimento obrigatório para toda unidade que é tomada pela FTIP, pela intervenção  
6240 penitenciária. Isso cria um procedimento tal que as pessoas sequer podem olhar. É um serviço  
6241 público sem transparência, sem publicidade. Isso é proibido de olhar. Essa é a postura, e elas  
6242 são obrigadas a permanecerem de cócoras, de costas, com a mão à cabeça. Isso, para  
6243 desmontarmos, até mesmo nós, que não trabalhamos nessa metodologia, e fazemos impor nossa  
6244 metodologia, precisamos dar muitos comandos. Essa é uma pessoa com visível doença mental,

6245 reconhecida pela unidade, diagnosticada pela unidade, com prontuário sem atendimento  
6246 médico, e ele simplesmente não obedecia ao comando. Quando eu me apresentava,  
6247 simbolicamente foi o que eu entrevistei, eu dizia: você pode virar para mim, qual é o seu nome?  
6248 Ele não obedecia ao comando. Ele não podia, nem podia obedecer, porque era uma pessoa que,  
6249 quando ele... eu precisei da mediação. Não, é porque ele é doente menta. Ele é doente mental e  
6250 está nessas condições? Estava sob procedimento. Quando ele virou para mim, eu percebi que  
6251 ele sequer podia estar ali. Ele não só estava ali, como era submetido ao famoso procedimento.  
6252 Outra coisa, voltando a falar da FTIP, nós podemos percorrer... esse procedimento, era justo  
6253 esse que eu estava procurando, é um procedimento que, depois, aprofundando, vimos que é  
6254 uma mimetização, de tal forma a pessoa é obrigada a postar nessa posição. Eles só estão nessa  
6255 posição, até o quanto pudemos registrar, porque em seguida nós intervimos, diante da  
6256 intervenção da FTIP, para dizer que eles não podiam estar daquele jeito, mas eles estavam há  
6257 tempos assim, as vezes com fome, as vezes com sede. Na figura dezoito, tem o mesmo modus  
6258 operandos que encontramos no Ceará, a fratura do metacarpo, dessa vertebra, (intervenção fora  
6259 do microfone). A unidade, acho que foi na capital, está dito nessa página, acho que foi na CPJA.  
6260 Começa lá na página vinte e nove. Saudando a presença simbólica do Frei Davi e do Anderson,  
6261 que estão vindo de um evento da consciência negra, eu queria finalizar com uma coisa, que nem  
6262 fizemos pensando nessa semana da consciência negra. Nós havíamos feito, pensando, fazendo  
6263 um estudo, como é exigido do nosso (inaudível), um relatório consubstanciado. Veja, nós nos  
6264 deparamos com a seguinte situação (inaudível). Um triste simbolismo aqui, o famoso  
6265 procedimento, entre outras afrontas do procedimento – esse é do Ceará, mas é a mesma coisa -  
6266 , (inaudível). (Inaudível) não por acaso é reeditada até os dias de hoje. O fato é o seguinte: isso  
6267 faz parte de um procedimento. Se, para os povos mulçumanos e árabes, submeter as pessoas à  
6268 nudez, é uma violência gravíssima – aliás, para nós também -, eu quero fazer um comparativo:  
6269 imagine para nós, nordestinos, machistas, homens - Não estou fazendo defesa do machismo,  
6270 estou fazendo análise – encaixados um dentro do outro, da forma como eles são postos, com o  
6271 corpo suado, em alta temperatura. Com isso, queria encerrar, agradecendo a tolerância e,  
6272 saudando a memória dos nossos ancestrais negros que, hoje, estão condenados a viver essas  
6273 velhas práticas nas nossas novas senzalas, infelizmente, o sistema prisional Brasileiro também.

6274

6275 Vitória – Ribamar, agradeço sua exposição. Me desculpo por ter cortado o seu tempo em mais  
6276 da metade, quando reorganizamos a nossa pauta de hoje, foi por isso que ele teve que fazer a

6277 apresentação mais rápida do que ele havia previsto anteriormente. Vou abrir para debates.  
6278 Espero que tenhamos, nos debates, encaminhamentos sobre o relatório.

6279

6280 Sávio – Vou fazer algumas considerações. Parabéns Ribamar, pelas considerações, que pena  
6281 que os colegas que lá estiveram, não puderam acompanhar. Mais uma vez, vejo que tem  
6282 problema estrutural. Como foi colocado, sempre batemos nessa questão das estruturas dos  
6283 presídios. Trago, novamente, por causa do pacto federativo, que eu acho que é um grande  
6284 empecilho para evoluirmos nessa questão estrutural. Uma pergunta, o MPF que foi atuante, foi  
6285 o MPF de Marabá? Você citou a atuação do MPF, foi Marabá?

6286

6287 Ribamar – Altamira. Todo o estado do Pará, mas faço destaque a Altamira.

6288

6289 Sávio – A questão do duplo comando, talvez o DPEN possa tratar melhor sobre isso aí. Porque,  
6290 no próprio convenio, fica muito claro que, quando tem uma intervenção, o comando que está  
6291 atuando é o governo federal. Foi relatado sobre um duplo comando que gerou várias  
6292 consequências lá, incide nos agentes, isso pode ter sido alguma questão pontual que, talvez,  
6293 tenha algum esclarecimento. Não sei se você tem essa informação. Parabéns por você ter  
6294 levantado essa questão do “sistêmica”. Nas visitas que participei, cheguei a colocar isso com  
6295 os colegas do mecanismo. Acho que o sistema todo só vai estar saudável, se todos que atuam  
6296 no sistema estiverem com condições mínimas de trabalho. Temos que vem o fim da tortura, é  
6297 claro que é o nosso objetivo. Mas, se os agentes estão doentes, se os técnicos, os peritos,  
6298 médicos, estão também com problemas, o sistema está doente. Parabéns por ter levantado essa  
6299 questão também. Temos que ter um foco em toda estrutura para conseguirmos um resultado  
6300 melhor.

6301

6302 Cinthia – Primeiro, queria parabeniza-los. Eu estive no Pará. O Pará tem particularidades  
6303 absurdas. O Pará, até este ano, não tinha nenhum servidor concursado, todas as pessoas que  
6304 trabalhavam no sistema prisional, são contratos precários, são contratos terceirizados. Foi

6305 realizado o primeiro concurso público e, a expectativa é que haja, ainda até o final desse ano, a  
6306 nomeação de servidores. Há houve a primeira etapa, há uma segunda etapa de nomeação de  
6307 servidores, para que se possa a ocupação por agentes públicos com vínculo estatutário, que  
6308 passem a trabalhar dentro do sistema prisional. Eu reforço, e não quero fazer nenhum tipo de  
6309 crítica, vou tentar reproduzir uma situação que me foi apresentada pelo diretor geral, que eu  
6310 gostaria que tivéssemos um cuidado nisso para ver. primeiro, ficamos sabendo do relatório do  
6311 Pará, pela imprensa. O DPEN somente foi avisado três dias depois, e só ficou ciente da  
6312 existência do relatório porque um jornalista da Globo ligou perguntando se nós tínhamos o que  
6313 pronunciar em relação às medidas que estão sendo feitas. Isso é facilmente esclarecido, o ofício  
6314 de encaminhamento do relatório se deu apenas no dia oito, às dez e cinquenta e cinco, porque  
6315 nós ligamos aqui para a coordenação, para o comitê, solicitando o envio do relatório. Eu acho  
6316 que isso não significa, eu não sou contra, de forma alguma, à divulgação. O mecanismo tem  
6317 esse direito, inclusive está previsto que pode dar plena divulgação. Mas, os incisos anteriores  
6318 pedem que haja a comunicação às autoridades, para que possamos inclusive caminhar de uma  
6319 forma muito tranquila, uma vez que as autoridades precisam ser instadas justamente a  
6320 apresentar justificativas a isso. Em relação ao que nós vemos, as cenas terríveis, eu acho que  
6321 ontem o corregedor teve a oportunidade de falar, ele oficiou o mecanismo, acho importante que  
6322 se tenha esse canal, inclusive para a preservação de nomes, de testemunhas, identificação de  
6323 agentes. Há, por parte, total interesse – estou falando aqui, não como (inaudível), estou falando  
6324 como cidadã, que trabalhar, que é uma servidora pública, que trabalha dentro do sistema  
6325 prisional – absoluto de apuração de todas essas violações. Isso precisa ser feito no menor tempo  
6326 possível, para que possamos identificar, dessas situações, possamos afastar esses violadores  
6327 desse convívio, para que não possam inclusive intimidar testemunhas. E para que possamos  
6328 também tratar essas pessoas que foram vítimas de violência. Eu faço isso de uma forma muito  
6329 clara, porque sabemos que o tempo para apuração dessas responsabilidades, é crucial, faz com  
6330 que haja intimidação, com que os sinais da violência desapareçam e isso se perca. Nós  
6331 precisamos ter isso muito claramente. Eu sugiro que, todas as vezes que houver relatório,  
6332 estabeleçamos um canal de comunicação, para que nós possamos fazer as medidas necessárias,  
6333 colocar em prática as medidas necessárias, instauração de procedimento, atendimento as  
6334 vítimas, e afastamento administrativo dessas pessoas. Em relação ao caso da superlotação, de  
6335 fato, você colocou muito bem, Sávio, nós percebemos que a falta de estruturas e a  
6336 superpopulação carcerária leva a uma série de problemas. Primeiro, as estruturas que eu tenho  
6337 disponíveis passam a ser, não sei se a palavra correta, utilizadas de uma forma equivocada.

6338 Você leva a trazer situações insalubres, as instalações hidro sanitárias daquela unidade, que é  
6339 feita para atender quatrocentas pessoas, passa a receber mil e duzentas. As equipes de  
6340 atendimento, que são muito difíceis, de saúde, sabemos disso, não tem condições de dar pleno  
6341 atendimento a todas essas pessoas. Estávamos tentando, inclusive no caso do Pará, a nossa  
6342 preocupação era em relação aos casos de tuberculoses. Os exames, hoje o departamento está  
6343 em desenvolvimento, junto com a FIOCRUZ, a aquisição e kits e equipamentos, para que  
6344 possamos ter, no menor tempo possível, os testes e a comprovação para que se entre com o  
6345 tratamento. No caso do Pará, processos licitatórios dessa natureza, são equipamentos  
6346 internacionais, são difíceis. No caso do Pará, vimos que a rede pública levava em torno de dois  
6347 meses para dar um resultado, e tinha um limite de cem amostras por mês. Era difícil fazer isso,  
6348 tivemos que contar inclusive com o Ministério Público Federal, que foi extremamente parceiro  
6349 nisso, determinando ao estado que disponibilizasse a rede, o maior número de profissionais para  
6350 que pudéssemos atender àquela vazão. A segunda colocação que eu coloco, é em relação à  
6351 questão da superlotação, que foi, de alguma forma, essas estruturas. Houve, por parte da FTIP,  
6352 eu busquei essa informação, o (inaudível), que foi uma unidade que foi vistoriada no primeiro  
6353 relatório do Pará, que havia uma indicação de que ele fosse desativado, ele foi desativado, foi  
6354 o (inaudível). O que acontece? Com a desativação, porque não tinha a menor condição, as fotos  
6355 e o primeiro relatório do Pará, mostram isso. Ao desativar, não tem estrutura para colocar outra.  
6356 Nós tínhamos uma expectativa, foi inaugurada agora, semana passada houve a inauguração de  
6357 uma unidade prisional para setecentas vagas, dentro do sistema prisional do Pará. Com isso, até  
6358 janeiro, serão novecentas e oitenta vagas. A ideia é haja, de alguma forma, não a resolução,  
6359 porque sabemos que há uma carga, o déficit de vagas hoje, no sistema prisional do Pará, chega  
6360 a quase dez mil vagas. É muito alto. O que estamos tentando – até faço uma boa notícia -, no  
6361 dia dezanove de setembro, nós tivemos uma reunião com o tribunal de justiça do Pará, porque  
6362 nós trouxemos para esses atores, também a sua carga de responsabilidade. Eu volto a repetir,  
6363 tratar o sistema prisional, atribuindo responsabilidade apenas ao poder executivo, não tem  
6364 sentido. Falar sobre superlotação, sem que o poder judiciário dê a sua contribuição, não é  
6365 possível. Foi criado, no dia dezanove de setembro, formalizado no dia dezoito de outubro, uma  
6366 portaria criando um grupo institucional dentro do Pará, envolvendo todas as instituições que  
6367 integram o sistema de justiça criminal, inclusive com a participação da sociedade civil, com  
6368 grupos de direitos humanos dentro do Pará, a OAB, para que se possa trabalhar com medidas  
6369 de curto e médio prazo, para o enfrentamento dessas questões. Eu acabei de receber também  
6370 uma boa notícia, que é a questão do hospital de custódia, o Ribamar viu, quem conheceu aquele

6371 hospital, sabe que o processo de desinternação, o processo Antimanicomial hoje está usando o  
6372 sistema prisional como a sua porta. Pessoas que cometerem crimes básicos, leves, que possuem  
6373 problemas mentais, estão sendo internadas em hospitais de custódia. Há uma decisão que foi  
6374 feita, inicialmente, pelo juiz da vara de execuções penais, em setembro, criando como ele chama:  
6375 uma intervenção branca. A partir de agora, só entraria naquele hospital de custódia, pessoas que  
6376 efetivamente tivessem essa necessidade. A decisão que, agora há pouco foi informado, há por  
6377 parte da secretaria, em construção com o Ministério Público, a desativação absoluta do hospital  
6378 de custódia. A ideia é que aquelas pessoas sejam levadas às suas casas, que haja alguma medida,  
6379 porque não tem a menor condição de continuar daquele jeito. São medidas que precisam desses  
6380 ajustes. Há também uma questão, Ribamar, que eu gostaria de colocar – não estou fazendo  
6381 nenhuma defesa da FTIP, nem nada disso -, queria deixar registrado e vocês fizeram questão,  
6382 justiça, de colocar no relatório, que não houve nenhum tipo de impedimento de acesso,  
6383 diferentemente do que aconteceu no Ceará. No caso do Pará, na medida do possível, queria essa  
6384 compreensão e, também, essa disposição por parte do departamento que, sempre que for – não  
6385 temos o direito de acompanhá-los -, mas se pudermos auxiliar nos arranjos institucionais para  
6386 que haja efetiva entrada, sem qualquer tipo de impedimento em relação às prerrogativas do  
6387 mecanismo, inclusive com os instrumentos de trabalho, que são as câmeras fotográficas, nós  
6388 estamos à disposição. Queria fazer esse registro, no caso do Pará, não houve impedimento.  
6389 Queria também me colocar à disposição, para que possamos acompanhar e colocar esse comitê  
6390 ciente de todos os monitoramentos, os desdobramentos em relação aos procedimentos  
6391 administrativos que foram instaurados. Também, por uma questão de justiça, preciso fazer um  
6392 outro registro. Houve o afastamento do coordenador. Mas, houve também a recondução dele  
6393 pelo tribunal de justiça. A liminar que determinou seu afastamento foi caçada pelo TRF1.  
6394 Inclusive, quero fazer a leitura de que as provas apresentadas para a suspensão da liminar, eram  
6395 suficientes para dizer que havia indícios suficientes de dúvida em relação à sua autoria como  
6396 responsável pelas torturas que estavam sendo alegadas. Faço questão desse registro, porque  
6397 estamos falando, de fato houve a liminar do MPF e, no dia dezessete de outubro, o TRF se  
6398 manifestou pela suspensão da liminar. Isso não significa que a ação civil foi extinta. Ela  
6399 continua e isso é necessário. Há, por parte do departamento e, por parte até mesmo do Ministério  
6400 Público Federal, que haja plena apuração desses fatos. Nós não podemos temer nenhum tipo de  
6401 verificação e de apreciação. Os órgãos de controle são fundamentais, inclusive para o  
6402 aprimoramento das ações. São essas as minhas colaborações. Queria, novamente, colocar à  
6403 disposição, dizer que está tramitando, junto à consultoria jurídica, já falei hoje para a Silvia,

6404 são dois normativos. Um já foi apreciado, está só aguardando a mudança de nomenclatura da  
6405 FTIP, que passa a ser Força de Cooperação Penitenciária. E, já está tramitando, na consultoria  
6406 jurídica, o normativo em relação à atuação da Força Penitenciária. Você viu, Silvia, te passei  
6407 quais seriam todos os elementos que estão sendo abordados nessa portaria, para que tenhamos  
6408 algo que, verdadeiramente, o mecanismo tem nos cobrado há muito tempo, e o Ministério  
6409 Público Federal também tem sido enfático nessa cobrança, que tenhamos um normativo para  
6410 regular a atuação da força de uma forma clara para os órgãos de fiscalização e de controle. A  
6411 portaria pretende estabelecer os objetivos da força, inclusive, estabelecendo aquelas metas de  
6412 primeira, segunda e terceira fase, muito claramente. As competências de atuação e como se dará  
6413 essa coordenação, justamente para que não haja essa ideia de duplo comando. A relação dos  
6414 órgãos de execução penal. Entendemos que nenhuma atuação pode ser feita dentro do sistema  
6415 prisional, sem que não haja a conjugação de esforços, e consenso por parte dos outros atores.  
6416 Os critérios para o emprego da segurança operacional. A mobilização e a desmobilização desses  
6417 servidores, como se dará. As normas de conduta, em relação aos deveres, vedações e atividades  
6418 correcionais. E as disposições finais. Deixei bem claro para a Silvia, que nós fazemos questão,  
6419 já que isso está dentro da consultoria tramitando. Hoje, parar, significa, a consultoria jurídica  
6420 já emitiu, só aprecia os processos até o dia cinco de dezembro, por que tem a questão do recesso.  
6421 Hoje, a consultoria jurídica do Ministério da Justiça, responde por toda a apreciação de processos  
6422 da polícia federal, da PRF, do departamento, da SENASP e também da estrutura do Ministério.  
6423 Eles estabelecem marcos, até para que eu possa responder dentro daquelas situações de  
6424 processo. É tudo: de processos licitatórios a normas de portarias. Mas, eu deixei bem claro,  
6425 Silvia, havendo a publicação dessas portarias para que tenhamos, ainda em alguma medida,  
6426 resolver esse vácuo, não está afastada a possibilidade de aperfeiçoamento desses normativos.

6427

6428 Carolina – Boa tarde a todos e todas. Minha manifestação agora é a metade coordenação geral  
6429 de combate à tortura e violência institucional. Gostaria de elogiar os colegas do mecanismo,  
6430 pelo relatório e pelo esforço de sintetizar o relatório em menos de cem páginas, ainda que o  
6431 espaçamento seja simples, mas sei que isso não é uma tarefa fácil. Isso facilita para quem está  
6432 lendo, encoraja até: tem menos de cem páginas, conseguimos vencer mais rápido. Elogiar pelo  
6433 registro e pela seriedade em relação à discussão desse tema. Eu tenho várias questões, imagino  
6434 que o mecanismo não tem nem condições de responder tudo agora, até porque o nosso tempo  
6435 de discussão é limitado. Primeiro, gostaria de fazer algumas sugestões em relação ao relatório,

6436 mas muito pontual e, que não ocupasse muito tempo do trabalho do mecanismo que, de fato, é  
6437 hercúleo. Se é possível incluir o relato das reuniões que são feitas, no relatório, no sentido de  
6438 que: no início, conversamos com fulano, beltrano, entidades da sociedade civil tal e tal, no final,  
6439 conversamos com o diretor, com o TJ, com o Ministério Público. Comentar – eu sei que é difícil  
6440 fazer relato de reunião, cá estou fazendo a relatoria do comitê -, de forma que possamos  
6441 conhecer também o trabalho que o mecanismo faz na hora. Não sei se foi nesse relatório ou se  
6442 foi no passado, em que o mecanismo conseguiu fechar uma cela de isolamento, se não me  
6443 engano. Fica o registro, ao longo do relatório: o mecanismo teve uma intervenção. Mas, eu acho  
6444 que essa é uma informação que merece destaque da atuação do mecanismo: o que foi possível  
6445 fazer naquele momento. Preso, com transtorno de saúde mental, conseguimos que ele fosse  
6446 encaminhado para um tratamento adequado da condição dele. Ainda que eu esteja elogiando o  
6447 falta do relatório estar mais curto, mas estou pedindo um pouco mais de informação, é para  
6448 conhecermos o trabalho do mecanismo que é feito após as inspeções e o que o mecanismo  
6449 consegue avançar de imediato, e de pronto. Uma outra questão seria, se possível – sublinho o  
6450 “se possível” -, uma indicação de quantas pessoas são entrevistadas por unidade, no sentido de  
6451 que o mecanismo faz apontado: algumas pessoas indicaram alguma coisa, poucos relataram não  
6452 sei o que lá, todo mundo relatou não sei o que. Só para termos uma noção da distribuição que  
6453 isso atinge, no sentido de termos um acompanhamento, termos um pouco mais de informação  
6454 sobre quantas pessoas de fato estão sofrendo aquela situação. Claro que, numa situação de  
6455 superpopulação, todo mundo sofre. Mas, em uma cela, de vinte pessoas, dez comentaram sobre  
6456 situação de saúde, coisa e tal. Não estou falando para ser assim, tão cartesiano, mas é só no que  
6457 for possível, que tenhamos um pouco mais de ideia de quantas pessoas se tratam nessas  
6458 situações. Um outro ponto também, seria importante, no início, há um registro em relação à  
6459 situação do andamento do comitê local, que não está em andamento e, se foi abordada a situação  
6460 de criação de comitê ou mecanismo, quais foram os encaminhamentos, quais foram as  
6461 discussões, os impedimentos. Não vamos criar mecanismo, porque não tem cargo, o estado não  
6462 quer criar cargo. De forma que isso auxilie a tarefa do comitê na criação de comitês e  
6463 mecanismos e, obvio, que essa é uma informação que muito me interessa, enquanto  
6464 coordenação. Outro pedido, se possível, é se pode ter o registro dos encaminhamentos da  
6465 denúncia. Eu já esclareço que eu não estou falando para ter os nomes, as pessoas. Eu só estou  
6466 pedindo assim: nós mandamos vinte nomes para avaliação do Ministério Público. Nós  
6467 mandamos trinta nomes para a defensoria pública. De forma que a informação desse trabalho  
6468 que o mecanismo já faz naturalmente, possa também aparecer aqui no relatório. Isso fica

6469 subentendido, mas não tem a informação objetiva. Entrando no mérito e, pensando qual a  
6470 atuação que eu gostaria de sugerir para os colegas do comitê, de fato é muito perturbadora essa  
6471 transferência de unidades sem a menor avaliação e autorização. Eu gostaria de perguntar: o que  
6472 a VEP falou dessas transferências? Já caminhando para as minhas considerações finais, eu acho  
6473 que tem duas questões que me chamam muito atenção, que são: nessa transferência, perderam  
6474 os prontuários e as pessoas ficaram sem acesso à saúde. Isso é um ponto que eu acho que é  
6475 central nessa discussão. E, também, o preso que tem o relato com transtorno mental. Eu estou  
6476 insistindo nessa questão de saúde e, talvez, quem ficar para a minha apresentação, vai entender  
6477 um pouco mais porque estou reforçando essa questão, porque é um dos elementos  
6478 superimportantes para avaliação da tortura. Por fim, eu queria saber qual foi a recepção das  
6479 autoridades na devolutiva do relatório do mecanismo, ao final da reunião. Eu acho que esse é  
6480 um elemento importante, principalmente para avaliar as possibilidades de cooperação que o  
6481 mecanismo estabelece com as autoridades locais e, de fato, cumprir, dar cumprimento ao  
6482 espírito do protocolo facultativo. Sei que foram muitas questões, sei que está todo mundo  
6483 cansado, mas gostaria de pedir atenção para essas questões que eu coloquei, no sentido de que  
6484 eu acho que são importantes, não só para o trabalho do mecanismo, mas são importantes para  
6485 o trabalho do comitê, enquanto acompanhamento das suas recomendações. Se fosse possível,  
6486 priorizar algumas recomendações, certamente, as recomendações relativas à questão de saúde  
6487 estariam para além das questões estruturais, são de suma importância nessa perspectiva da  
6488 definição da tortura. Obrigada.

6489

6490 Vitória – Vou passar a palavra rapidamente ao Caio, porque ele quer sair, e quer fazer uma fala  
6491 antes de se retirar. Depois, passo para o Guilherme.

6492

6493 Caio – Pessoal, peço desculpas, vou ter que sair mais cedo, antes do final da reunião. É uma  
6494 questão meio operacional, minha passagem foi comprada para um horário que não me  
6495 possibilita ficar até o final, acompanhar até o final. Eu queria agradecer ao trabalho dos colegas  
6496 do mecanismo, agradecer a apresentação do Ribamar. Acabou com o meu dia, estou indo  
6497 embora meio mal, meio afetado, por isso acho que é impossível não nos afetarmos quando  
6498 trabalhamos com essas questões. Eu anotei umas coisas. Gostei bastante das contribuições da  
6499 colega do DPEN, que eu conheci nessa reunião, quero ter mais dialogo. Eu entendo quando ela

6500 diz que algumas estruturas são levadas, são utilizadas, as condições das estruturas são levadas  
6501 a se transformarem em vetores de tortura. Essa expressão que o Ribamar usa é ótima, é um vetor  
6502 de tortura. Mas, algumas são pensadas para ser assim, é de per si. Container é sempre  
6503 instrumento de tortura. Não existem condições objetivas de encarcerar pessoas em contêineres,  
6504 que não seja um método de tortura. Encarcerar pessoas dentro de veículos, como tem acontecido  
6505 no Rio Grande do Sul, de deixar pessoas algemadas a barras, dentro de veículos. É de per si,  
6506 isso é sempre, em si isso é tortura. Quando pensamos em levar as denúncias à frente e, obrigado  
6507 à colega do DPEN, por colocar o interesse do DPEN e dos órgãos correccionais, de apurar quem  
6508 são os responsáveis, mas não estamos denunciando, nesses dias, apenas pessoas. Muitas vezes,  
6509 não sabemos quem são as pessoas. Estamos denunciando um método, e esse método não é só a  
6510 FTIP, esse método tem nome em outros lugares do Brasil também. Como denunciemos pessoas,  
6511 quando o procedimento diz que a pessoa presa tem que olhar para baixo, ela não sabe o rosto  
6512 da pessoa. Quais são as unidades em que o agente penitenciário anda com um crachá e seu  
6513 nome, para que a pessoa tenha direito de acessar a informação? Os grupos de intervenção  
6514 rápida, em vários lugares que eu conheci, usam máscaras. Eu já participei de entrevistas com  
6515 pessoas que eu não sabia quem estava ali, segurando a arma do meu lado. Não sei quem é aquela  
6516 pessoa. Se aquela pessoa tivesse feito alguma coisa contra mim ou contra a pessoa, como eu ia  
6517 denunciar? Eu ia dizer o mascarado, foi um dos seus capangas mascarados. É mais do que as  
6518 pessoas, é uma racionalidade violenta que trabalhamos todos os dias para desconstruir, para  
6519 combater. É uma racionalidade que, em alguns lugares, tem tomado o tom de militarização. As  
6520 pessoas que trabalham no sistema carcerário, trabalham com tratamento penal. Elas não podem  
6521 começar a serem doutrinadas – eu estou usando essa palavra – ou, capacitadas, a partir desse  
6522 tipo de racionalidade. É serviço público, é tratar ser humano. Eu tenho percebido que, mesmo  
6523 com as dificuldades, muitas vezes, de diálogo, entre a sociedade civil e o governo, as pessoas,  
6524 os colegas deste comitê que representam órgãos do governo, que já tiveram a experiência do  
6525 sistema carcerário, são mais sensíveis. Por isso, eu convido que os companheiros do governo  
6526 façam alguma missão, vá a uma casa, vá a uma prisão, preste atenção na reunião, olhe para os  
6527 slides. Basicamente é isso. Estou bem baixo astral e, agora, vou para minha casa. Quem quiser  
6528 me encontrar novamente, vou reforçar o convite, estarei aqui, terça-feira, na câmara dos  
6529 deputados, na audiência pública sobre a situação dos LGBTs no Brasil. Não estarei no evento  
6530 dia vinte e oito, mas, por favor, acompanhem, que é um evento com a divulgação dos dados  
6531 desse relatório produzido pelo Ministério, um dado quantitativo muito consistente. Obrigado a  
6532 todos.

6533

6534 Cinthia – Eu queria só fazer uma fala par ao Caio, especificamente. Caio, você coloca muito  
6535 bem. Eu acho que é um dever nosso, como seres humanos, não olhar isso como algo normal. E  
6536 não tentar, de alguma forma, se eu passei essa impressão de tentar lustrar, de forma alguma. Eu  
6537 queria te dizer que há, por parte da nossa definição, estabelecemos... inclusive, quero o Ribamar  
6538 me esclarecendo algumas coisas. Nós recomendamos a desativação de todas as unidades em  
6539 contêineres, dentro do Pará. Isso é uma coisa lógica, até mesmo econômica. Ter contêineres  
6540 num estado com oitenta por cento de umidade, não tem condições de manter aquilo. Há uma  
6541 desativação gradual, com a substituição de construções de estabelecimentos penais. O uso de  
6542 bala clava, eu queria deixar bem claro, há uma determinação por parte da corregedoria e da  
6543 ouvidoria do DPEN, que os agentes da FTIP não façam uso de bala clava. Eu queria perguntar:  
6544 algum dos agentes estavam usando bala clava? Não estavam usando. Justamente por isso.  
6545 (Intervenção simultânea). Essa é uma preocupação nossa que colocamos até para o servidor: se  
6546 você não tem nada a esconder, se as suas ações estão dentro dos parâmetros legais, não há  
6547 porque você usar bala clava. Em relação à identificação de pessoas, quero deixar também  
6548 Ribamar, o reeducando, se não tiver condições de identificar, tem condições de dizer o dia, o  
6549 horário, e há também procedimentos em que conseguimos verificar, porque quem estava de  
6550 plantão, qual era a unidade responsável, quem estava cuidando. Para encerrar, para o Caio,  
6551 estamos tentando iniciar no Pará, já começamos em três unidades, alas específicas para LGBT,  
6552 com direito a ao corte de cabelo, direito ao uso do vestido e ao uso do nome social. É um  
6553 caminho, ainda não conseguimos, admito para vocês, a ideia de que não conseguimos fazer a  
6554 ideia de orientação de gênero dentro de um estabelecimento próprio para aquele gênero o qual  
6555 ele sente ainda. Mas, já estamos caminhando para a questão das alas específicas. Inclusive, falei  
6556 com a Silvia, estamos numa construção, e vamos construir com vocês, podemos trazer inclusive  
6557 para o comitê. O DPEN está construindo cartilhas orientativa, orientando os gestores em relação  
6558 à questão LGBT dentro do sistema prisional e, também, a questão indígena, em relação  
6559 principalmente depois da resolução do CNJ. Eu te digo, isso é muito difícil de quem trabalha  
6560 no sistema há doze anos, mas não vamos desistir.

6561

6562 Vitória – Eu passo a palavra ao Guilherme.

6563

6564 Guilherme – Primeiramente, saudar o mecanismo. É nesses momentos que é necessário  
6565 reafirmar a importância da existência e da autonomia desse órgão, em poder nos oferecer um  
6566 relatório tão substancial, sobre o que acontece onde ninguém vem. Saudar, pessoalmente, o  
6567 Ribamar, por não só ter conseguido apresentar o relatório num tempo muito sucinto, mas  
6568 conseguir apresentar a barbárie sem perder a sensibilidade. Fiquei pensando, que bom que ainda  
6569 há juízes em Berlim e, por força de uma liminar, vocês continuam trabalhando e o órgão  
6570 continua a existir. É isso, não restam dúvidas de que estamos diante de, mais uma vez, um crime  
6571 de lesa à humanidade, que demanda responsabilização não só dos agentes torturadores  
6572 diretamente envolvidos, mas também da cadeia de comando, quem são as pessoas que orientam,  
6573 autorizam ou, no mínimo, se omitem frente a esse tipo de situação. Acho que, para além da  
6574 responsabilização, é imperioso que se olhe para esses episódios pensando quais são as medidas  
6575 de não repetição. Não basta só a responsabilização. Sem meias palavras, não há outro caminho  
6576 para pensar medidas de não repetição do que a redução da população prisional no Brasil. Há  
6577 alguns anos, sobretudo nos espaços de litígio internacional, o Brasil – eu digo o Brasil, o estado  
6578 Brasileiro, não estou me dirigindo ao governo, Cinthia, não só ao poder executivo, mas ao  
6579 estado do Brasil como um todo -, a resposta é sempre a mesma, construção de vagas, ampliação  
6580 do sistema, o olhar para a questão da superlotação como: temos um déficit de vagas, temos que  
6581 construir mais vagas para dar conta desse déficit. Não se trata de ampliar o número de vagas. O  
6582 estado precisa se comprometer – o estado, nas suas dimensões todas – a desencarcerar a  
6583 população Brasileira. Temos quase um milhão de pessoas presas. Nós não vamos superar essa  
6584 situação estrutural de tortura, também é preciso dizer isso, a tortura não é episódica no Brasil,  
6585 é uma realidade cotidiana em todas as unidades de privação de liberdade desse país, quem faz  
6586 visita a unidade de privação de liberdade, eu desafio a me contar uma onde não houve relato de  
6587 tortura, isso não acontece. É complexo porque, sem dúvida, é necessário que os três poderes se  
6588 impliquem no desafio de reduzir a população carcerária. No entanto, é também necessário se  
6589 colocar, é obvio que o judiciário tem um papel muito determinante sobre o encarceramento em  
6590 massa no Brasil, concordo com você, Cinthia, em número, gênero e grau. No entanto, temos  
6591 que pensar qual é o papel do legislativo, que segue ampliando o número de tipos penais,  
6592 legislando sem qualquer responsabilidade político criminal. E também do executivo. O que a  
6593 proposta de alterações na legislação penal apresentada pelo governo federal, no sentido de  
6594 enrijecer a legislação, propondo o endurecimento penal, e qual o impacto disso na população  
6595 prisional. É sistêmico, por isso não dirijo minha fala ao governo. É por isso que eu me refiro à

6596 necessidade de que o estado Brasileiro se comprometa com o desencarceramento da nossa  
6597 população.

6598

6599 Vitória – O Ribamar me pediu para fazer dois blocos de perguntas, porque ele disse que já tem  
6600 muita coisa para falar. Vou passar para ele, depois recomeço com as inscrições de fala.

6601

6602 Ribamar – Eu tenho uma timidez que me atrapalha sempre, e uma capacidade de síntese.  
6603 Primeiro, o Sávio remontou muito do que é a nossa missão, do simbolismo de estarmos aqui  
6604 reunidos diversos órgãos. Aliás, convidado permanente desse conselho, que nós devemos  
6605 insistir de estar aqui, é o CNMP, CNJ. Felizmente, a defensoria pública estadual está muito bem  
6606 representada. Mas, nesse movimento que fazemos de diálogo, fazemos também nos estados.  
6607 Aliás, coincidentemente, nós nos subdividimos, mas ao que sei, você estava lá também Cinthia,  
6608 você participou (intervenção fora do microfone). No sistema de justiça. É porque nos  
6609 subdividimos, e eu não estava nessa (intervenção fora do microfone). Isso, para dizer que esse  
6610 esforço é feito de imediato. (Intervenção fora do microfone). Nossa subdivisão é da equipe,  
6611 porque somos poucos e, sendo poucos, temos que nos subdividir. Qual o simbolismo disso? É  
6612 de agirmos como sistema. Agindo como sistema, cobrar as responsabilidades em todos os  
6613 níveis, de todos os atores, de todo o sistema. É aquilo que fazemos também. No nosso relatório  
6614 tem sempre uma sessão... boa viagem Caio, que a certeza de que continuamos lutando, firmes  
6615 e fortes, possa lhe possibilitar uma boa viagem e um alento. Força na luta e foco na vitória, não  
6616 só nessa. Vamos adiante. Isso foi feito lá, há uma sessão de recomendações dirigida ao  
6617 Ministério Público. Há um diagnóstico de que há um abandono da estratégia de audiência de  
6618 custódia. E olha que nós, que tanto lutamos por audiência de custódia, temos críticas a elas,  
6619 porque ela está ao contrário do que nós lutamos para que ela acontecesse, desde o tempo que  
6620 eu não tinha cabelo branco. Ela está encarcerando e está aferindo pouco as questões de tortura.  
6621 Isso temos dito de imediato, temos registrado no relatório. No Pará, como no Ceará, na  
6622 estratégia de reconcentração, foi abandonada a estratégia de audiência de custódia. Havia  
6623 muitas situações onde já havia interiorização de audiência de custódia e, como falamos, todos  
6624 concentrados, isso foi abandonado. Poderíamos falar mais sobre isso. Nós saudamos a questão  
6625 da desativação do hospital de custódia, como do (inaudível), para ver que falamos a mesma  
6626 língua em muitos aspectos, porque era nossa recomendação também. Qual é o problema? É um

6627 problema que é, muitas vezes, da cultura e do sistema público: falta planejamento, para garantir  
6628 qualificação na porta de entrada e na porta de saída. Quais as alternativas penais? Encontramos  
6629 um exército de pessoas que nem deviam estar lá. Eu dei exemplo dos de insanidade mental –  
6630 me fogem um pouco os números aqui -, tentando responder à Carol, só no setor de enfermagem,  
6631 havia caso de centenas de pessoas diagnosticadas com tuberculose e, algumas que, se fosse  
6632 fazer o cruzamento, algumas até presas provisórias e, se for fazer o cruzamento com o processo  
6633 e a condenação dela, algum senso judicial já devia ter convertido a pena delas. Tem foto que  
6634 ilustra isso, de cadeirante em isolamento. Foi nessa unidade mesmo, talvez esteja misturando  
6635 as respostas, que nós simplesmente não tivemos condição de entrevistar algumas pessoas,  
6636 porque elas simplesmente eram pessoas que estavam em isolamento em condições de saúde  
6637 precaríssima, dentro de um espaço totalmente alagado. Dentro da nossa prerrogativa, é  
6638 importante que você faça esse registro, isso está dito aqui, fazendo justiça está dito aqui, naquela  
6639 ali, nós nos recusamos a entrevistar pessoas que estavam bebendo água da privada. Esses nós  
6640 nem entrevistamos, imediatamente fizemos ela... como quem diz: é o cumulo do cumulo, não  
6641 vamos nem sequer entrevistar, vocês tirem daí para entrevistarmos. Em outras condições, isso  
6642 nem seria feito, porque não teríamos poder para isso. Mas, porque, a cadeia de comando  
6643 lembrada daria a eles... eles não sentiram a cadeia de comando, o respaldo que sentiram no  
6644 Ceará. Porque o Ceará nos obstruiu em todos os níveis. Aqui, eles não sentiram. A força do  
6645 sistema de justiça e da ação sistêmica, que falava o Sávio. Eles não sentiram respaldo. Se eles  
6646 tinham respaldo do governo, tinham do sistema de justiça. Por isso, imediatamente, nós nos  
6647 subdividimos, e éramos só quatro. Uma unidade que exigiria muito. Eu fiquei com a outra  
6648 companheira Adriana, acompanhando que fossem todos transferidos, e eles foram transferidos  
6649 de forma mimetizadas, como robô, que não vou encenar, me recuso a encenar. Eles andam todos  
6650 encurvados, é um novo procedimento. Estou evitando até usar a palavra procedimento. Carol,  
6651 migrando rapidamente, as reuniões instituições, muitas vezes, não temos total governabilidade  
6652 sobre ela. Ali, como você sabe e, já participou, tem diversas autoridades que recusam, muitas  
6653 vezes, até a documentação fotográfica. Ali não é uma reunião do mecanismo só com as  
6654 autoridades, é uma reunião de autoridades e, algumas delas, muito tensas. Aquelas que estão  
6655 possíveis, até fotografar, as fotos vão para ali. Tem umas que tem foto do evento, tem outras,  
6656 que não pomos foto, porque não é permitido. O que é importante extrair daqui e está dito no  
6657 relatório? Em algumas situações somos perguntados: tudo que vocês estão dizendo ai como,  
6658 por exemplo, esse dedo decepado, que ele acusa de ter sido decepado por um dos tantos  
6659 procedimentos. Eles dizem: você tem como comprovar isso. Eu digo: doutor, o poder de

6660 investigação é vosso. Em alguns lugares, apresentando esse mesmo relatório, a representante  
6661 do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais, perguntou: o Ministério Público está  
6662 visitando essas unidades. Eu respondi com a mesma franqueza que eu respondo em todo lugar,  
6663 e vou responder para vocês agora: eu prefiro acreditar que não. Porque, se ele está visitando,  
6664 cumprindo sua obrigação constitucional e não está vendo o que nós vimos, é mais grave do que  
6665 ele não estar visitando. Mas, lá, entre outras triangulações de informações, vamos ao livro de  
6666 ocorrências, e os livros de ocorrências registram que eles estão lá. Então, chegam só até a sala  
6667 da direção? Com a mesma franqueza que eu estou falando com vocês, com a mesma franqueza  
6668 que as vezes nos estressamos entre nós, nos estressamos entre eles, porque dizemos do mesmo  
6669 jeitinho. Temos, em geral, duas reuniões com as autoridades, é um pouco a cobrança que a  
6670 Carol fez. Começamos dialogando com eles e, terminamos dando uma devolutiva para eles, e  
6671 essa devolutiva vem com uma serie de encaminhamentos. Felizmente, tem uma diferença de  
6672 estado para estado. Do Ceará, até hoje estamos aguardando resposta, não só de vocês, isso foi  
6673 dito aqui ontem. Fomos muito bem recebidos, ficamos até altas horas da noite no Ministério  
6674 Público. (Intervenção fora do microfone). De vocês já falamos aqui ontem, vou pular esse  
6675 capítulo. Mas, informações do andamento, para não falar procedimento, que foi dado. Porque,  
6676 é o que disse o Guilherme, ao final, a lógica de todo o nosso trabalho aqui. Não estamos só  
6677 buscando a responsabilização. Aliás, a responsabilização... não tenho tempo para elucubrar  
6678 sobre isso. Não só a responsabilização, estamos buscando a reparação e as medidas de não  
6679 repetição. A reparação está proposta aqui. Por exemplo, no caso do Pará, foi possível detectar  
6680 que, muitos casos, a investigação não caminhou com a velocidade que precisaria.  
6681 Consequentemente, sequer você tem todos os casos investigados. Paira a suspeita de que, quais  
6682 as condições e morte daqueles que morreram no translado? Botamos tudo no mesmo pacote,  
6683 mas foram cinquenta e oito incinerados. (Intervenção fora do microfone). Por falar nisso,  
6684 preciso apressar numas coisas. Essa amostragem, Carol, nem sempre é possível aferir, porque  
6685 alguns... na entrevista é feita de forma coletiva, sempre com o cuidado de não identificar as  
6686 pessoas. Em outras é possível, quando singularizamos. Algumas vezes, a singularização nos  
6687 oferece a materialização, que me ajude os da área do direito, a minha área é lógica. A  
6688 materialização, o nome dele vai para as autoridades imediatas competentes. Sobre isso, temos  
6689 que falar, aprofundar depois como vamos encaminhar. Nossas dignas representantes do gênero  
6690 feminino não me cobraram, mas, talvez tropeçando no tempo, no meu machismo, não abri o  
6691 capítulo sobre as violações contra as mulheres. Aquela boa notícia do HC coletivo, não chegou  
6692 no Pará, como também não chegou no Ceará. Você tem mães que não foram mães, nas

6693 condições previstas no HC coletivo, que sequer foram... entre elas, simbolicamente, não sei se  
6694 vou poder até lá. Na página trinta e nove, (inaudível), o Brasil inteiro gritando pela prevenção  
6695 do câncer de mama, tem uma mãe com câncer de mama que, possivelmente, podia estar  
6696 cumprindo prisão domiciliar. Ao contrário disso, pesa outras acusações sobre a violação que  
6697 ela está vivendo. Encaminhamento que fizemos na hora. Teria muito mais a fala. (Intervenção  
6698 fora do microfone).

6699

6700 Vitória – Cinthia, eu vou pedir para ir concluindo. Só para começarmos a próxima rodada e,  
6701 também, para não colocarmos nas suas costas a responsabilidade de justificar, não é essa a  
6702 intenção de forma alguma. Mas, esclarecimentos importantes, com certeza.

6703

6704 Ribamar – Eu fiquei devendo uma pergunta fundamental, e não pode parecer que tenha fugido  
6705 dela, porque não sou homem de fugir disso. Fugi daqui, para pedir ajuda da Bárbara, que foi  
6706 pedir ajuda para a Tarsila, que foi lá embaixo pegar o ofício de encaminhamento do nosso  
6707 relatório. Me assusta muito essa informação, mas vivemos um assédio permanente. Agora  
6708 mesmo, às vezes, estou ali, assédio de imprensa. E nós nos recusamos a dar coletiva, entrevista  
6709 de imprensa. Qual o problema? Nos reunimos com diversas instancias lá. Essas diversas  
6710 instancias, às vezes, falam por nós, publicando coisas que, às vezes, até procedem, já se  
6711 antecipando ao nosso relatório. Depois da devolutiva em geral, já tem um juízo formado de  
6712 muitas pessoas, às vezes, da própria autoridade. Detalhe: em alguns lugares, aquilo que não  
6713 fazemos, autoridades fazem. O nome de alguns periciados, foram para o site. Meu Deus, onde  
6714 isso era possível? Eu vivo o drama de ouvidor. Eu fui ouvidor do sistema, penitenciário de  
6715 Pedrinhas. Tem coisas que eu preciso ouvir dez vezes para acreditar que é verdade. Está no site  
6716 da secretaria. Essa é outra presa mordida de rato, que estava lá, sem... para lhe dizer, de fato,  
6717 nós saímos da unidade, dia vinte de setembro. Vinte e um de setembro. Tivemos um mês para  
6718 concluir, houve atraso na conclusão, mas esse relatório deve ter ficado pronto dia trinta de  
6719 outubro, de dois a cinco de novembro, e ele foi mandado para vocês dia oito. Precisamos cruzar,  
6720 porque essa informação que você me deu é uma acusação gravíssima, e eu tomo a sério. Porque,  
6721 eu estando coordenador, passando a faixa para a Bárbara, ela vai fazer do mesmo jeito, me  
6722 interessa saber isso. Agora, que sofremos um assédio muito grande, eles querem saber o dia e  
6723 a hora da publicação. Precisamos cruzar essa informação, porque não estou fugindo a

6724 responsabilidade. O meu ofício confirma que mandamos dia oito de novembro. E esse relatório  
6725 deve ter ficado pronto ali mesmo. E houve um atraso. O famoso trinta dias, nem sempre é tão  
6726 religiosamente cumprido. Mas, veja que concluímos a missão praticamente dia vinte e cinco,  
6727 porque aguardamos informação de lá. Digamos que concluímos dia trinta de setembro, trinta  
6728 de outubro ele foi feito, publicado lá para o dia dois, três, que é essa demora. Dia oito, que é...  
6729 (Intervenção fora do microfone). Mas é um ponto que eu quero voltar a falar.

6730

6731 Cinthia – Eu só quero deixar claro, e faço questão que esclareçamos isso porque, temos um e-  
6732 mail no dia cinco, que foi encaminhado pela secretaria de comunicação do Ministério da Justiça,  
6733 no qual o repórter do Globo pergunta sobre a página trinta e cinco e trinta e oito, do relatório.  
6734 Eu digo bem claramente, não sou contra a divulgação, mas que possamos dar vista primeiro,  
6735 seguindo aquela ordem, até para que possamos também implementar. Eu faço, Ribamar,  
6736 importante, não estou tentando de forma alguma tornar, mascarar realidades tão brutais. Mas, é  
6737 importante, e acho que o mecanismo deveria fazer, e faço esse lançamento, desafio para a  
6738 Bárbara, voltar ao Pará, após a inauguração das unidades, voltar ao Pará para apreciação do  
6739 plano de contingenciamento, que vai ser concluído em março, pelo tribunal de justiça. Voltar  
6740 ao Pará para ver, exatamente, se aquelas resoluções foram atendidas e em que medida aquilo  
6741 foi de fato implementado. Pode contar comigo.

6742

6743 Vitória – Só para ficarem cientes da lista completa: Silvia, Henrique, Francisco, Bárbara,  
6744 Marcia. Vamos longe se todo mundo fizer grandes explicações sobre cada fala. Silvia, por favor.

6745

6746 Silvia – Obrigada, Ribamar. Cumprimento, reitero o que já foi dito. Esse trabalho, a excelência  
6747 do trabalho, da documentação que vocês fazem, detalhamento técnico, como tudo é tão bem  
6748 consubstanciado e demonstrado no relatório de vocês. E, mais uma vez, isso demonstra,  
6749 reafirma a importância realmente do trabalho do mecanismo nacional de prevenção e combate  
6750 à tortura, e das prerrogativas que esse órgão tem para poder sair com um produto, com algo  
6751 assim, poder dar visibilidade a esse tipo de violação. Eu acho que o exemplo que você  
6752 mencionou na sua fala, de cooperação com o Ministério Público Federal, é um grande exemplo

6753 dessa ideia do sistema, do diálogo. Vocês saíram de lá com alguns achados, com denúncias,  
6754 imediatamente falaram com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Federal estava  
6755 atuando, e deu umas repostas rápida. Isso é o exemplo do que é a ideia do sistema. É isso, é que  
6756 as entidades possam dialogar e, como você bem fala, cada um tem sua competência e sua  
6757 atribuição. Quando conseguirmos que haja essa melhor articulação, o sistema, cada vez mais,  
6758 vai se fortalecer e vai ter maior impacto. Acho que é importante, não lembro quem falou, talvez  
6759 tenha sido o próprio Ribamar, a questão de reforçar o convite para as entidades do sistema de  
6760 justiça, do CNJ. É um encaminhamento que poderia ser importante, CNJ, CNMP. Em algum  
6761 momento o CNJ estava vindo, parou de vir, não lembro. Mas, acho que vale a pena reforçar.  
6762 Mas acho essencial, é um tema que voltou agora muito à pauta do CNJ. Sereia muito importante  
6763 contar com essa representação nas reuniões do comitê nacional. Também queria fazer, não sei  
6764 se é um encaminhamento, uma ideia, uma proposta, que começamos a falar agora na questão  
6765 dos dados de encarceramento das mulheres, e a questão do HC coletivo, qual o impacto real  
6766 que esse HC coletivo tem. Até coloco a pergunta, aqui: não sei se tem entendidas trabalhando  
6767 com isso. Temos algum tipo de diagnostico nacional? Porque, outro dia, estava num diálogo  
6768 com o relator para pessoas privadas de liberdade, da comissão interamericana, e ele tinha essa  
6769 pergunta. Ele falou: qual foi o impacto, no final das contas, do HC coletivo, há dados? Quantas  
6770 mulheres foram efetivamente desencarceradas, vocês têm monitoramento sobre isso? Não sei.  
6771 Temos? Se não temos, será que poderíamos, de alguma maneira, propor? Será que o mecanismo  
6772 fizesse pelo menos um levantamento, nas visitas aos estados, termos pelo menos um diagnóstico  
6773 parcial, seria algo bem interessante para trabalharmos. Porque falamos tanto do papel do  
6774 mecanismo, que acho muito interessante de ir a tantos estados, é exatamente poder identificar  
6775 certas situações, práticas, que são muitas vezes nacionais, como a FTIP, que começamos a ver  
6776 que é algo que vai a tantos estados e, são situações, questões que, na verdade, transcendem  
6777 fronteiras, são questões nacionais. O HC coletivo é algo nacional. Não sei se poderíamos, de  
6778 alguma maneira, tentar ter um diagnóstico, levantamento, quantas são essas mulheres. É algo  
6779 que eu coloco na pauta para discussão do comitê nacional de prevenção e combate à tortura.  
6780 Por último, reforçar o que a Cinthia disse, e que discutimos um pouco no final do dia, a  
6781 importância do canal de comunicação entre o DPEN e mecanismo. Que haja realmente esse  
6782 canal de comunicação para diversas matérias. E reforço algo que o Caio disse, a importância  
6783 que se entrem nas unidades. Acho que, quem nunca entrou numa unidade prisional e quer  
6784 discutir prevenção e combate à tortura, tem que entrar. É algo que, só você realmente entrando,  
6785 estando lá dentro, entrando numa cela, entrando numa ala, se consegue ver aqueles horrores

6786 que vemos. Eu fiz alguns cursos de formação com promotores de justiça, que era a primeira vez  
6787 que eles entraram numa unidade, foi durante a nossa formação. Tinha promotor de justiça, há  
6788 muitos anos, que nunca tinha entrado numa unidade prisional. Não dá, é assustador. Se houve  
6789 um momento, nessas visitas às vezes conjunta, mecanismo e comitê, que membros do comitê  
6790 que talvez não conheçam a realidade prisional de dentro, possam participar.

6791

6792 Henrique – Serei breve. Parabenizo o mecanismo pelo trabalho excelente novamente, já  
6793 acompanhei as inspeções do mecanismo, conheço de perto os procedimentos que são feitos.  
6794 Sobretudo nesse ano, onde houve uma descontinuação do trabalho do mecanismo, demonstra o  
6795 quanto é importante. Pensando que é muito necessário voltar ao Pará, como em outros estados.  
6796 Para mim, fica muito claro como a demora na escolha dos peritos tem resultados concreto,  
6797 inclusive sobre a vida de muitas pessoas. Vou focar em encaminhamentos. Não sei se chegamos  
6798 a encaminhar ontem, as questões do DPEN, a Cinthia trouxe que os protocolos estão sendo  
6799 feitos, eles são muito urgentes. Acho que encaminhamos de não tentar colaborar ainda, esperar  
6800 eles chegarem. Mas, acho que vale, depois do relatório, se não foi aprovado ontem, um  
6801 encaminhamento para requerer esses protocolos, essas normas, que seja para chegar lá e, às  
6802 vezes, até ajuda a adiantar o processo, que essas normas sobre a atuação da FTIP venham de  
6803 forma mais clara. Não sei se foi aprovado isso, mas algo nesse sentido. Especificamente, me  
6804 chamou muito atenção a página trinta e cinco, aquele procedimento dos reeducando, com o  
6805 joelho na parede, a cabeça na parede. Aquilo era procedimento da FTIP ou do estado do Pará?  
6806 FTIP. Quem treinou isso? Vou deixar claro meu ver, meu parecer jurídico sobre a questão. Isso  
6807 é tortura, você ser colocado naquela posição, com o joelho dobrado, por mais de trinta segundos,  
6808 isso é tortura, é caracterizado como tortura, ser colocado em posições desconfortáveis por longo  
6809 período de tempo, isso é uma característica clara, hoje em dia, no entendimento dos melhores  
6810 padrões internacionais, de uma prática de tortura, ou pode ser tratamento cruel, degradante. Os  
6811 encaminhamentos são mais genéricos, mas eu fico muito à vontade de mandar aquela foto e  
6812 requerer, especificamente, para o coordenador da FTIP, o que ele entende daquilo, se aquilo é  
6813 uma prática comum para ele, se não é, se alguém fez à sua revelia. Mas, a página trinta e cinco,  
6814 se puder colocar, só para saber do que estou falando, acho que todo mundo lembra. Essa foto.  
6815 Eu quero perguntar o que acha disso. É um procedimento, não foi o ocasional, ninguém  
6816 improvisou esse procedimento, alguém treinou isso e emprega isso com as pessoas. Olha o  
6817 joelho encostado na parede. Eu não sei se vocês percebem, o tornozelo tem que ficar um pouco

6818 levantado. Eu desafio chegar em casa hoje e ficar assim, na parede, por mais de trinta segundo.  
6819 Encaminhamentos. Acho que o fechamento das celas contêineres, o DPEN já encomendou. Eu  
6820 sou do Espírito Santo. Em dois mil e onze, antes até, tivemos um HC coletivo no STJ, para  
6821 fechamento das celas de container. Não é nem algo que tem que ser discutido, nem com os  
6822 mecanismos. Já foi judicializado isso, não é tolerado no Brasil, onde tem, tem que ser fechado,  
6823 já tem ordem judicial sobre isso. Sobre o procedimento no MPF, que adiantou, teve até o  
6824 afastamento cautelar do servidor. Não acho que esse seja o objetivo do procedimento, ele é  
6825 muito mais profundo. Acho que devemos abrir, via CNPCT, uma forma de estarmos mais  
6826 próximos desse procedimento, não sei se requerer do MPF o andamento, uma coisa bem para  
6827 nos colocar à par. Como temos essa prerrogativa de acompanhar as recomendações, até me  
6828 coloco para ser relator disso, de ter essa comunicação direta com o MPF sobre esse caso. Fico  
6829 até na dúvida como é o procedimento, se seria possível isso, essa comunicação direta com o  
6830 MPF. Eu vou fazer via CONECTAS. O encaminhamento é abrir um canal de diálogo com o  
6831 MPF, especificamente sobre esse procedimento de apuração, do que foi informado tanto pelo  
6832 mecanismo, quanto o que os próprios procuradores colheram diretamente, eles estavam bem  
6833 próximos ali. Quanto ao MP estadual tinha pensado uma comunicação direta para eles, pedindo  
6834 o que eles fazem, mas acho que o encaminhamento possa ser requerer, do CNMP, os relatórios  
6835 de visita do mecanismo estadual do Pará. (Intervenção fora do microfone). Do Ministério  
6836 Público Estadual do Pará. O CNMP, o mistério pulico vai, eles assinam, tomam um cafezinho  
6837 com o diretor da unidade. Eu ia pedir para o MP do Pará, mas acho que já foi pedido via  
6838 mecanismo, acho que temos que oficial diretamente o CNMP, para que encaminhe esses  
6839 relatórios para nós, para vermos o tamanho da omissão do Ministério Público do Pará, nesse  
6840 sentido. A partir daí, deliberamos o que fazer. (Intervenção fora do microfone). Eu estou  
6841 pensando também se qual o período, ou se precisa de todas, digo de todos os estabelecimentos,  
6842 também ficando em dúvida, do Pará ou só os que o mecanismo foi. (Intervenção fora do  
6843 microfone). Concordo. Desses locais, nos últimos dois, três anos. São quantos locais, três locais,  
6844 eles vão a cada três meses, não são tantos. Dois anos, sou muito razoável. Porque, se vier um  
6845 ano só, não vai vir nada, é capaz. Temos que perder para o CNMP. Muito obrigado. Novamente  
6846 parabêniso. Gostaria de notar e lamentar a diminuição do quórum dessa reunião. Claro que tem  
6847 alguns problemas, as pessoas têm que ir embora, o Caio teve que ir embora, sexta feria à tarde,  
6848 é embasado. Mas, me parece também que há uma ausência de priorização nas pautas que se  
6849 relacionam ao acompanhamento das denúncias, fica bem claro para mim que não é uma  
6850 prioridade para muitos dos membros estarem aqui essa tarde, verem os relatos e realmente

6851 batalhar contra a tortura. Na hora de votar algumas pautas que são de interesse, estão aqui, mas  
6852 agora muitas pessoas têm outras prioridades, não sei quais.

6853

6854 Vitória – Henrique, fazendo um adendo à sua fala, em relação à nossa missão no Rio Grande  
6855 do Sul, que foi votada a missão conjunta, somente a sociedade civil indicou um membro para  
6856 ir. Nós fizemos indicação paritária, um da sociedade civil, um do governo, e não houve ninguém  
6857 do governo, não sei se interessado ou com agenda para fazer essa missão conosco.

6858

6859 Lucas – Qual vai ser a data, Vitória?

6860

6861 Lucas – Nove a treze.

6862

6863 Marcos – Eu havia me candidato, o Lucas me falou disso. Mas, dia nove, tenho uma audiência  
6864 em São Paulo, porque também presido a comissão especial sobre mortos e desaparecidos, e tenho  
6865 uma audiência lá em São Paulo, de conciliação.

6866

6867 Vitória – Inclusive, agradeço seu esclarecimento, mas são onze membros do governo. Claro  
6868 que, enquanto a sociedade civil (intervenção fora do microfone). Junto com suplentes. Enquanto  
6869 nós, todo mundo, é uma semana de missão, é longa, foi um desafio conseguir conciliar as  
6870 agendas. E também não é a intenção aqui, só apontar um desconforto meu com essa questão.

6871

6872 Marcos – De toda forma, minha audiência normalmente lá é à tarde, se eu puder partir de São  
6873 Paulo para lá, continuo à disposição.

6874

6875 Vitória – Pelo que a coordenação informou, não haveria mais tempo hábil para emissão de  
6876 passagens.

6877

6878 Marcos – Hoje é o último dia.

6879

6880 Vitória – Pelo que me informaram, segunda feira foi o último dia. eu fico feliz com essa  
6881 disponibilização.

6882

6883 Marcos – Dá uma verificada, se for possível.

6884

6885 Vitória – Eu não entendo de tramite interno do Ministério. Estou repetindo o que me  
6886 informaram.

6887

6888 Marcos – É porque eu acabei de descer na comissão, que eles me informaram que, o último dia  
6889 para a emissão da minha passagem para São Paulo, era hoje. Por isso que estou com essa  
6890 informação, que acabei de pegar na minha comissão agora.

6891

6892 Vitória – Se você for, eu agradeço muito sua participação na missão, Marcos, vai ser muito  
6893 importante ter a nossa paridade na missão.

6894

6895 Marcos - estou à disposição. Fica o pessoal do gabinete, da secretaria, que formalmente me  
6896 coloco à disposição.

6897

6898 Vitória – A próxima a falar é a Márcia.

6899

6900 Márcia – Primeiramente, parabenizar a equipe de peritos, pelo relatório, pela apresentação. E  
6901 reafirmar a importância do exercício, do trabalho dos peritos. Nesse momento, é importante não  
6902 banalizarmos essas imagens, apesar de termos essa vivência de visita às unidades de privação  
6903 de liberdade. Mas, a cada momento que é apresentado um relatório, é importante que isso na  
6904 impacte, que isso nos afete de alguma forma, enquanto sujeitos, enquanto pessoas. Quando eu  
6905 vejo, principalmente, as situações relacionadas ao campo da saúde. Olhar essas imagens dessas  
6906 mulheres, dessas pessoas, com diversos tipos de adoecimentos e a falta de acesso a um direito  
6907 que é fundamental, que é o direito à saúde, dentro de uma unidade prisional, me afeta demais.  
6908 Eu queria perguntar ao Ribamar, aproveitar a super oportuna a presença do Ministério da Saúde  
6909 aqui, e daí a importância das minhas considerações e, já numa proposta de encaminhamento  
6910 também. Ribamar, quando falamos no campo da saúde, em dois mil e quatro, foi instituída a  
6911 política nacional de atenção integral à saúde às pessoas privadas de liberdade no sistema  
6912 prisional. Percebemos que, nos relatórios, quando vocês indagam, quando vocês solicitam os  
6913 relatórios às instituições, em relação a um diagnóstico situacional no campo da saúde, dos  
6914 presos, das pessoas que estão em privação de liberdade, muitas vezes, vocês não recebem essas  
6915 informações. No que diz respeito à política, como a política está sendo implementada, se está  
6916 sendo implementada, se existem equipes de atenção em saúde, que tipo de equipes são essas,  
6917 se é tipo um, dois, três? Porque, cada habilitação de uma equipe de saúde dessa, dentro de uma  
6918 unidade prisional, é habilitada em relação à questão de recursos públicos para a implantação de  
6919 atenção integral e assistência às pessoas em privação de liberdade, no campo da saúde. É  
6920 possível se estruturar enquanto equipe: médico, enfermeiro, psicólogo. A equipe técnica, que  
6921 precisa ser capacitada, habilitada. Mas que não é só para a equipe, é um recurso que diz respeito  
6922 à assistência farmacêutica, assistência em todos os âmbitos. Quando percebemos essas  
6923 situações, não só no Pará, mas no Ceará, todos os espaços que vamos vemos a total ausência de  
6924 uma política de saúde prisional. Os estados não priorizam, os estados não pensam na perspectiva  
6925 de uma atenção em assistência em saúde das pessoas privadas de liberdade, não existe uma  
6926 política para essa atenção. Não existe, muitas vezes, equipes habilitadas. Daí a importância, que  
6927 eu acho, de nós, enquanto comitê, entender como está sendo implementado ou, se não está  
6928 sendo implementado. Porque, no estado do Ceará, quando nós rebemos o diagnóstico, depois  
6929 de muito tempo, vimos que quatro unidades, num município, que é Aquiraz, nenhuma unidade

6930 está recebendo recurso do Ministério da Saúde. O recurso foi recusado, por falta de  
6931 informações, de organização da própria unidade, do estado, em relação às informações que  
6932 precisam ser encaminhadas para o Ministério da Saúde, para que o recurso possa ser  
6933 encaminhado para o estado. É um processo de desorganização total, e isso impacta no dia a dia,  
6934 no cotidiano das pessoas. Não temos esse diagnóstico. Eu acho que, no relatório, isso não é  
6935 apresentado. Se essas equipes estão recebendo recurso, se não estão. Acho que o  
6936 encaminhamento ao comitê, a possibilidade de oficiar ao Ministério da Saúde, talvez  
6937 especificamente ao Pará, que equipes existem, que são habilitadas, que recebem recursos no  
6938 campo da saúde, das equipes habilitadas, se existe essas equipes, se estão recebendo recursos,  
6939 e o teto desse recurso. Porque, a política de atenção é bem clara nos seus princípios e diretrizes.  
6940 Ela considera a necessidade de reintegração social de pessoas privadas de liberdade, por meio  
6941 da educação, do trabalho, da saúde, de acordo com a própria LEP e, levando em consideração  
6942 a lei oitenta e oito, que é a lei que preconiza a implantação do Sistema Único de Saúde. E ela  
6943 também considera a lei dez mil duzentos e dezesseis, que é a lei que dispõe sobre os direitos  
6944 das pessoas com transtornos mentais. Na medida em que é necessária assistência no campo da  
6945 saúde, para as pessoas com transtornos mentais que estão em conflito com a lei, segundo a  
6946 política, tem que ser considerada a lei dez mil duzentos e dezesseis, que é a atenção através do  
6947 cuidado integral a pessoas com transtornos mentais, que esse cuidado possa ser, de preferência,  
6948 em serviços ambulatoriais, priorizando a desinstitucionalização, fortalecendo o  
6949 acompanhamento dessas pessoas na rede psicossocial. Se é para considerar a lei dez mil  
6950 duzentos e dezesseis, é para considerar no que diz respeito a todos os seus princípios, se for  
6951 algum aspecto, se a pessoa estiver cumprindo alguma medida de segurança, para o tratamento,  
6952 que seja um tratamento ambulatorial, em liberdade. E, não em serviços nessa modalidade asilar.  
6953 Eu super apoio todo o processo de desinstitucionalização. Se o Pará teve essa prerrogativa de  
6954 fechamento do manicômio judiciário, no caso, não sei como se identifica o nome específico no  
6955 Pará. (Intervenção fora do microfone). De custódia. Em outros estados é diferente. Super  
6956 parabênico. Os estados precisam pensar numa política de desinstitucionalização das pessoas  
6957 que estão privadas de liberdade, e tem algum quadro relacionado a algum transtorno mental.  
6958 Enquanto comitê de prevenção e combate à tortura, eu sempre trago essa questão. Tem que ser  
6959 encaminhamento claro para o nosso planejamento, Vitória, conseguirmos fazer esse diagnóstico,  
6960 esse levantamento, no Brasil, em relação às pessoas com transtornos mentais, que estão em  
6961 conflito com a lei. Que tipo de tratamento, que tipo de medida de segurança é essa que, a própria  
6962 LEP considera o tratamento, mas, se for considerada a lei dez mil duzentos e dezesseis, tem que

6963 ser um tratamento ambulatorial, na rede psicossocial. Se houver alguma perspectiva de  
6964 internamento, que seja curta permanência, que seja priorizado o vínculo familiar. Caso as  
6965 pessoas tenham perdido esse vínculo familiar, que seja pensada política pública no campo  
6966 através do Ministério da Saúde, através das residências terapêuticas. Tem uma serie de  
6967 possibilidades, a implantação das equipes de atenção psicossocial que, inclusive, algumas  
6968 portarias que os estados poderiam ser habilitados pelo Ministério da Saúde, para o processo de  
6969 desinstitucionalização. É um recurso específico que o ministério da saúde possibilita aos estados  
6970 que optam pela implantação dessas equipes, que auxiliam na desinstitucionalização dessas  
6971 pessoas que estão encarceradas e que tem transtorno mental. São possibilidades que eu acho  
6972 que, como recomendação, é importante termos esse diagnóstico no Brasil, de como essas  
6973 pessoas estão, são invisíveis, não sabemos dados, não temos indicadores. É impossível, sem  
6974 indicadores não podemos pensar em políticas públicas. A política, dentro do seu princípio,  
6975 promover ações de promoção de doenças e prevenção de doenças, no que diz respeito aos seus  
6976 agravos. Às vezes, doenças simples tem um processo de agravamento em decorrência da falta  
6977 de assistência e de atenção. Alguns casos, pessoas com transtornos mentais, que estão nas  
6978 unidades prisionais, como nesse caso, quando você olha o prontuário dela, como o Ribamar  
6979 falou, não acontece só no Pará, acontece nos outros estados, não existe prescrição nenhuma de  
6980 medicamento. A pessoa espera o psiquiatra há quatro meses. Eu já vi relatórios, prontuários, de  
6981 mulheres presas na enfermaria, nas unidades prisionais, que há quatro meses estavam nessa  
6982 condição, esperando duma consulta com o psiquiatra. Existindo médico nas enfermarias, mas  
6983 o médico, como não era psiquiatra, não podia prestar nenhum tipo de assistência, e a pessoa  
6984 totalmente desorientada, em crise. É um quadro que se cronifica pela falta de assistência. É isso.  
6985 Eu acho que é importante termos em mãos a necessidade, no caso do Pará, de perceber como  
6986 estão relacionadas a questão da assistência à saúde, nesses locais específicos, através de um  
6987 diagnóstico, que podemos solicitar, e podemos requerer, Ribamar. Acho importante, o comitê  
6988 poderia solicitar um diagnóstico em relação a como está sendo implantada a política nacional  
6989 de atenção integral á saúde das pessoas provas de liberdade no sistema prisional, no âmbito do  
6990 Sistema Único de Saúde. Solicitar um diagnóstico de implantação da política da PNAISP –  
6991 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. (Intervenção  
6992 fora do microfone).

6993

6994 Vitória – Finalizou, Márcia.

6995

6996 Márcia – Finalizei. Minha questão para o Ministério da Saúde, é se o Ministério da Saúde tem  
6997 essa informação, em relação à implantação dessa política nos estados, seria interessante  
6998 discutirmos, dialogarmos.

6999

7000 Vitória – Próxima fala, senhor Francisco, do Ministério da Saúde.

7001

7002 Francisco – Hoje é o meu primeiro dia aqui, fui designado pelo secretário executivo do  
7003 Ministério da Saúde, Joao Gabardo, que é o titular. Hoje foi o último encontro dele aqui, por  
7004 impossibilidade de agenda, por essa questão de dois dias, que praticamente para a administração  
7005 para os membros do governo. Temos outras atividades, todos aqui são gestores, as vezes... para  
7006 mim, foi o primeiro dia, não como crítica, mas como observação. Questão do horário, cheguei  
7007 quinze para as nove da manhã, a reunião começou nove e meia. De tarde, cheguei às quatorze  
7008 horas, a reunião começou as quatorze e quarenta e cinco. Os assuntos. Muitas vezes, não tem o  
7009 horário, é livre, fala quinze minutos, dez. A pauta tem um segmento e modificação de três,  
7010 quatro vezes, na pauta...

7011

7012 Vitória – Senhor Francisco, vou pedir para o senhor se ater ao período específico da pauta. Eu  
7013 entendo todas as críticas que já foram postas em diversos outros momentos.

7014

7015 Francisco – Exatamente por isso o que, no próximo, já venho investido como titular. Essa é  
7016 questão de observação e gostaria de falar. Conversei também com os outros colegas do governo,  
7017 colocar a nossa situação perante o conjunto. Queria aproveitar isso, embora tenha a única  
7018 questão técnica que foi colocada em relação ao Ministério da Saúde. Eu vou me adiantar, fazer  
7019 rapidinho essas respostas, para depois entrar numa outra situação que também acho que devo  
7020 reportar como membro do gênero. A primeira, em relação à saúde. A saúde é descentralizada. O  
7021 SUS é descentralizado. O Ministério da Saúde é estratégico, os estados e municípios é que

7022 fazem a gestão. Os municípios, com a gestão plena, eles que tem autonomia, recebendo recurso  
7023 através do estado ou através do fundo a fundo, no fundo municipal. Há estratégias do Ministério  
7024 que ele lidera, o processo vacinal, por exemplo, transplantes, questões que interagem com o  
7025 próprio estado, não diretamente com o município, e sim com as regiões de saúde que, muitas  
7026 vezes, tem questões peculiares em cada estado, e depende da iniciativa dos municípios. Por  
7027 exemplo, o que eu conheço bem é o Rio Grande do Sul, fui secretário adjunto de saúde, e há  
7028 regiões que se organizaram, nos últimos dez anos, que tem gestão plena praticamente em cem  
7029 por cento de municípios de algumas regiões, outras não. Não significa se é município de médio  
7030 porte ou pequeno porte. Significa organização. Essa organização vem da sociedade, dos órgãos  
7031 do controle social, dos órgãos de controle, da facilitação, da liderança de prefeitos e secretários  
7032 municipais. Na questão das habilitações, esse sim, o ministério é provocado pelos municípios e  
7033 pelas comunidades, e analisa, de acordo com os critérios, as habilitações. Essas habilitações são  
7034 registradas, analisadas e tem que ter um outro caminho, o próprio prefeito ou alguém da região  
7035 que venha provocar o encaminhamento daquele processo. São centenas de pedidos de  
7036 habilitação, e eles dependem muitas vezes de orçamentação. Esse é um caminho que não tem  
7037 um fluxo normal, natural, vai pedir a habilitação e ela simplesmente vai acontecer. Ela é  
7038 provocada por um dos lados e, até pela necessidade local. Isso tem um caminho de duas mãos,  
7039 que é aquele regional, municipal, via prefeito ou os setores, muitas vezes, envolvidos nessas  
7040 áreas. Isso, recebemos todos os dias, no Ministério, os pedidos de habilitação. Muitas vezes,  
7041 não é o curso que gostaríamos que fosse, porque é via o processo político e deve ser pelo  
7042 processo técnico regional. Temos evitado, o próprio ministro atual, Henrique Mandetta, tem nos  
7043 orientado que os critérios têm que ser técnicos, analisados pelos órgãos internos do suporte  
7044 técnico e submetido ao conselho gestor do Ministério. Essas questões que envolvem  
7045 habilitações, eu posso dar o testemunho para vocês. Há quatro, cinco anos atrás, no presídio  
7046 central de Porto Alegre, que posso comparar com essa situação do Pará, não tem muita coisa  
7047 diferente. Hoje, até melhorou um pouquinho, vocês vão se defrontar com situações, conforme  
7048 forem as alas que vocês vão visitar lá, que são horripilantes, uma coisa subumana. Lá mesmo,  
7049 no presídio central, eu estava de secretário adjunto, e fui provocado pelo presidente do  
7050 Supremo, fomos provocados via governador pelo presidente do Supremo Tribunal Federal,  
7051 pedindo que estendêssemos aos presidiários, aos apenados, a vacinação. Foi montado um  
7052 mutirão, e teve setores da sociedade que cobrar. Disseram: policial não tem a vacina, o militar  
7053 não tem a vacina, o professor não tinha a vacina, vai dar para o apenado? Tem um acordo e  
7054 acho que hoje, felizmente, todas essas áreas recebem a vacina antigripal. Lá no presídio central,

7055 mesmo ofertando o quantitativo de cem por cento ao número de apenados, a campanha vacinal  
7056 só atingiu naquele ano, trinta e cinco por cento. Não pensa que não tiveram acesso, não teve o  
7057 profissional da saúde para aplicar a vacina? Teve. Eles achavam que aquilo ali era uma forma  
7058 do estado, de forma direta ou indireta, de estar aplicando neles um veneno que ia acelerar o  
7059 processo de alguma doença, a própria gripe, que poderia... isso é uma coisa impressionante. É  
7060 uma realidade que se defronta dentro de um presídio. Se vivenciou isso há quatro, cinco anos  
7061 atrás. Hoje, felizmente, avançou mais, melhorou mais, mas naquele primeiro... para você ver  
7062 que a coisa é complexa, e não é no sentido que olhamos, tiramos uma fotografia e fazemos uma  
7063 interpretação estanque de uma situação analisada em um relatório que é produzido, não é. A  
7064 situação é muito mais complexa, como quero avançar um pouquinho em algumas áreas. Desde  
7065 a manhã tenho ouvido algumas situações que levam para o aspecto técnico, é ideológico como  
7066 alguém falou de manhã, e é, não deixa de ser, mas, o viés político, em algumas situações, dá a  
7067 sua estocada como se fosse uma realidade. Hoje, o que nós vivenciamos? Reflexo de uma  
7068 atitude de hoje, sem olhar para o passado, um passado recente, seja o recente imediato, de  
7069 cinco, seis anos atrás, ou atrás, dez, quinze, vinte anos atrás, ou algumas décadas. Esse sistema  
7070 prisional Brasileiro é de décadas de omissão da sociedade, décadas de omissão do judiciário,  
7071 décadas de omissão do legislativo, e sucessivamente dos executivos. Não me venham com essa  
7072 história. Os presidentes anteriores, o que fizeram em relação a isso? O que os prefeitos,  
7073 governadores, fizeram em relação a isso? O que os deputados e senadores fazem? Vão dizer: o  
7074 que eles poderiam fazer? Muito. Eu assisto e vejo, na saúde hoje, temos dezessete bilhões de  
7075 reais que estão sendo distribuídos por emendas parlamentares impositivas para a área da saúde,  
7076 da educação, não tem nada para o sistema prisional. É uma coisa que não dá voto, que não tem  
7077 repercussão social. O que, muitas vezes, o deputado, líder político, não quer se expor. Essa é  
7078 uma situação que vivenciamos. E, porque que um conselho como esse, não sai com uma nota  
7079 de repúdio quanto a essa situação? Porque um conselho como esse não vai lá pressionar os  
7080 deputados, senadores, seus líderes, presidentes de partidos, para que as emendas parlamentares  
7081 possam alcançar o sistema prisional? Dinheiro não falta, basta tirar um pouquinho, um  
7082 percentual mínimo das emendas parlamentares, nós fazemos dezenas e dezenas de presídios por  
7083 esse Brasil. É uma situação que não vemos nenhum líder mexer, ninguém quer falar. Felizmente  
7084 o que se fala aqui parece que está gravado, felizmente o que eu digo aqui eu repito para outros  
7085 gestores. Essa é uma situação que temos que vivenciar. Hoje, é o primeiro encontro nosso, entre  
7086 os colegas do governo, acho que isso tem que ser levado adiante, esse debate tem que ir adiante.  
7087 Só vemos chantagem política, chantagem do decreto, chantagem da emenda que não vai passar,

7088 da medida provisória que vão expirar o seu prazo porque, se não passar a emenda, se não  
7089 pagarem isso, não pagarem aquilo. Uma persistente chantagem que é feita contra o executivo.  
7090 Alguém falou aqui, onde fica o judiciário? Não só o judiciário, o legislativo. Eu digo, em alguns  
7091 momentos, principalmente, o legislativo. A outra questão, essa de falar dos presídios do resto  
7092 do Brasil, vamos fazer várias visitas e vão ver que a situação é semelhante. Desgoverno,  
7093 descaso, omissão nossa da sociedade que, muitas vezes, ficamos perdendo tempo em algumas  
7094 discussões estéreis, e não é objetivo em levar adiante coisas que vão levar o resultado. Isso é  
7095 uma visão pessoal minha, e tenho o direito de aqui externar. A questão que falou, há pouco,  
7096 outro colega, o déficit prisional não é o problema do Brasil. O Brasil tem um problema seríssimo  
7097 de déficit prisional. O que existe no Brasil é a aplicação da lei que é extremamente injusta na  
7098 sua execução. Aqueles amontoados que estão ali, certamente tem gente ali que tem apenas uma  
7099 (inaudível) da prisão, não tem acompanhamento nenhum, nem da defensoria pública, de  
7100 ninguém. Vai ficar dois, três anos, quando não ficar doente e morrer no caminho. O sistema do  
7101 Brasil, hoje, é para beneficiar o crime daqueles que mais tem. O benefício hoje, que compensa  
7102 a situação em que o apenado pode usar o subterfúgio da lei de execução penal, para se dar bem,  
7103 em pouco tempo ele está em liberdade. Tudo é facilitado para que ele encontre a liberdade. E o  
7104 crime, realmente, sob um aspecto, compensa, porque entre aqueles presidiários empilhados, não  
7105 tem nenhum rico, não tem nenhum ali que tenha condição de pagar o habeas corpus, centenas,  
7106 dezenas de habeas corpus, empilhados no próprio processo, chegando até o Supremo, e o  
7107 Supremo para fazer o julgamento que for necessário. Parem, se for o caso, encerra a pauta, que  
7108 já está prevista, e vamos analisar o daquele poderoso que pode gerar uma liberdade. Nem que,  
7109 com isso, tenhamos que libertar milhões de outros presidiários. Essa é a situação que  
7110 vivenciamos. Essa é uma situação que precisamos ter a corregem, no mínimo, ou aqueles que  
7111 pensam dessa forma, externar esse raciocínio. Eu falei para vocês sobre as emendas  
7112 parlamentares, falei sobre a situação injusta no Brasil, em encarar o sistema prisional, e não tem  
7113 investimento. Se fossemos olhar para trás, anos e anos para trás, em que as medidas contra a  
7114 corrupção tivesse o mínimo de canalizado os valores para o sistema prisional, tenho certeza  
7115 absoluta que hoje não estaríamos vivenciando nem cinquenta por cento dessa grande  
7116 dificuldade. Como alguém disse, de uma outra forma, que devemos fazer aquilo que não foi  
7117 feito, realmente, devemos fazer o que não foi feito no passado recente e longínquo. Temos que  
7118 modificar e, eu tenho orgulho, nesse aspecto, com meus pares do governo, de que esse governo  
7119 tem olhado com esse olhar de querer mudar as coisas, vivenciando a dificuldade do passado  
7120 recente e longínquo, mas projetando um futuro melhor. Muito obrigado.

7121

7122 Vitória – Eu agradeço a contribuição. Eu vou perguntar para os colegas que ainda estão  
7123 inscritos, Bárbara, Fernanda e Cinthia novamente, se fazem questão das colocações, se estão  
7124 contempladas, porque estamos completamente atrasadas na nossa pauta. Na verdade,  
7125 deveríamos encerrar a reunião em vinte minutos, e demos conta de um ponto. Se quiserem falar,  
7126 não sou eu a tolher o direito de fala das pessoas, mas não começamos nem a votar os  
7127 encaminhamentos do primeiro ponto de pauta. Queria pedir a compreensão porque não vamos  
7128 conseguir terminar novamente e pontos administrativos vão ficar para a reunião que vem,  
7129 novamente.

7130

7131 Cinthia – Eu só queria fazer a colocação, bem rápida. Primeiro, por coisas que foram  
7132 encaminhadas. Em relação ao questionamento que foi feito sobre o Pará, da questão de saúde,  
7133 sugiro que ele seja direcionado à própria secretaria de administração prisional. O PNAISP  
7134 precisa da adesão do estado e do município, e habilitação. Temos um caso específico que é  
7135 Plácido de Sá, no Rio de Janeiro, que é um estabelecimento penal, que não há adesão do  
7136 município ao PNAISP, e a questão da saúde, da própria política, fica completamente aberta.  
7137 Segundo ponto, a situação da questão LGBT. Silvia, o DPEN vai participar da reunião do dia  
7138 vinte e seis, da audiência pública, vai apresentar nota técnica, e vai haver sujeição a uma  
7139 consulta pública. A questão das mulheres beneficiadas pelo HC, nós temos o levantamento até  
7140 agosto, vamos fazer o levantamento, que tem que ser via tribunais, em Janeiro e fevereiro, que  
7141 é por semestre. Mas eu consigo na próxima reunião, não vou estar como membro, mas vou estar  
7142 como participante, eu consigo trazer os números, ao menos até agora, das mulheres que foram  
7143 beneficiadas na questão do HC. A última situação, rapidinho, a questão da saúde mental, porta  
7144 de entrada é judiciário.

7145

7146 Silvia – Desculpa. Só me despedir, agradecer, por causa do meu voo. Agradeço a todos. Espero  
7147 vê-los na próxima reunião. Depois, gostaria, quando saírem as datas da próxima reunião, se  
7148 puderem informar aos convidados permanentes, agradeço. Estamos em contato. Um abraço.

7149

7150 Vitoria – Silvia, agradecemos a sua presença. Boa viagem.

7151

7152 Fernanda – Só fazer uma fala, porque foi mencionada a defensoria pública e não poderia deixar  
7153 de falar. Foi mencionada a atuação da defensoria pública, em especial, no estado do Pará, que  
7154 é aqui objeto da nossa reunião. É importante registrar que não desfoquemos o que foi colocado  
7155 aqui. O relatório foi muito claro, e o Ribamar foi muito preciso, até aproveitou para parabenizar  
7156 o trabalho do mecanismo, que é sensacional. Mas o Ribamar foi muito preciso sobre situações  
7157 de tortura, gravíssimas. Nesse contexto, a defensoria pública não pode estar na linha do fogo,  
7158 porque a defensoria pública faz parte do sistema de proteção e, também, de certa forma, faz  
7159 parte dessa tendência que vemos de precarização do sistema de proteção, no qual ela está  
7160 inserida. Como a Cinthia citou, o número de duzentos defensores públicos que, em tese  
7161 (intervenção fora do microfone). Exatamente. Eu fiz uma pesquisa rápida, Cinthia, a nível de  
7162 comparação, para justificar esse argumento de precarização, no estado do Pará, só em primeira  
7163 instância do Ministério Público, temos cento e setenta e nove promotores de justiça. Em  
7164 segunda instância, são cento e sessenta e quatro. Em terceira entrância, na verdade, cento e vinte  
7165 e sete. Se formos ver, e tenho certeza se pegarmos o orçamento da defensoria pública, falo pelo  
7166 estado de Goiás, que é um décimo do Ministério Público recebe. O que precisamos fazer é  
7167 fortalecer a defensoria pública, e não a colocas na linha de fogo. Porque a defensoria pública  
7168 hoje faz parte, de forma inegável, dessa tendência de precarização como integrante do sistema  
7169 de precarização, infelizmente. Falo na qualidade de defensora, porque eu mesma estou me  
7170 desdobrando para estar aqui, fazendo parte desse debate democrático, também me orgulhando  
7171 obviamente de estar aqui. A título de contribuição, acho que temos que focar nessas questões  
7172 da tortura. Entendo que o sistema de justiça, de uma forma em geral, está muito falho. Mas, o  
7173 que considero que, o que foi trazido aqui, foi trazido de uma forma muito especial, quanto à  
7174 atuação da FTIP, quanto às questões de tortura, e quanto às situações dos presídios do Pará, que  
7175 não destoa muito do presídio do Ceará, mas que tem considerações específicas. Faça a sugestão  
7176 de haver novamente uma audiência pública em relação ao estado do Pará, chamando os  
7177 integrantes do sistema de justiça, o governo do estado do Pará, para que apresentem a seu  
7178 respeito em relação ao que foi narrado, mas em especial, para que apresentem um cronograma  
7179 de cessação de violência e violações que foram aqui colocadas. Inclusive, que abranja a  
7180 capacitação dos seus próprios agentes, e a sua inclusão nessa questão do sistema de proteção  
7181 de direitos humanos. Concordo com o Sávio, quando falou da questão dos enfermeiros, dos

7182 próprios funcionários. Isso é uma coisa que eu vejo em Goiás, nas unidades prisionais onde  
7183 comparecemos, estamos percebendo que os agentes penitenciários e prisionais, estão  
7184 extremamente adoecidos. No estado do Goiás, nós também não temos concurso pública ainda  
7185 para agente penitenciário (intervenção fora do microfone). Exatamente. Esses mais novos não  
7186 têm absolutamente nenhuma capacitação. Eles têm uma capacitação mínima de umas duas  
7187 semanas. São pessoas extremamente novas, vinte e dois, vinte e três anos, e vão para uma  
7188 unidade prisional, onde tem um nível de tensão muito grande, sem nenhum apoio psicológico,  
7189 psiquiátrico, portanto uma arma de fogo na cintura, para lidar com conflitos muito graves. Acho  
7190 que o estado do Pará também tem que ser questionado em relação a essa própria capacitação  
7191 dos agentes, das pessoas, dos funcionários que integram as unidades prisionais, mas,  
7192 principalmente, no tema de direitos humanos, para que asseguremos que esse tipo de pratica  
7193 não se repita E, para que eles saibam da eventual responsabilização. Eu acho que é essa a  
7194 sugestão, espero ter contribuído de forma positiva.

7195

7196 Vitória – Bárbara. Depois, a Márcia vai propor encaminhamento. (Intervenção fora do  
7197 microfone). Entendi. Márcia, proposta de encaminhamento.

7198

7199 Bárbara – Meu encaminhamento era a audiência, mas a colega já colocou a importância de  
7200 darmos continuidade a esse processo de monitoramento após cada momento de apresentação  
7201 de um relatório. É lógico que vamos oficializar com algumas informações, vamos esperar esses  
7202 ofícios e, em seguida, esse momento de audiência. Só uma questão: o SUS é regionalizado. A  
7203 operacionalização da política do SUS, é municipalizada, é o município que recebe recursos do  
7204 estado, mas também tem fonte do Ministério da Saúde, que é fonte a fonte, fonte zero zero.  
7205 Alguma medida, algumas políticas, inclusive as PNAEs, estão vinculadas sim ao Ministério da  
7206 Saúde. A operacionalização é do município, mas a fonte do recurso é federal também. É isso  
7207 que eu queria dizer, não é apenas estadual, não é apenas municipal, ela é federal. Por isso que  
7208 a habilitação é do Ministério da Saúde, porque ele precisa habilitar, precisa saber dos critérios  
7209 e condições do encaminhamento desse recurso que é federal, para que o município possa ser  
7210 operacionalizado.

7211

7212 Cinthia – Eu queria esclarecer, porque há uma dificuldade que enfrentamos no DPEN: o  
7213 desinteresse dos municípios em aderir à política, total. A partir do momento em que não há  
7214 adesão, eu não consigo implementar a política. É nesse sentido.

7215

7216 Vitória – Eu estou sintetizando os encaminhamentos para irmos para as votações. Carol, pode  
7217 colocar na tela?

7218

7219 Carolina – Já coloquei na tela, quero pedir desculpas porque estou comendo na reunião. Eu  
7220 tenho um nenenzinho de três meses para alimentar na barriga. (Intervenção fora do microfone).  
7221 Só para pedir desculpas, estou sendo mal-educada, só nesse período agora. Agradeço a  
7222 compreensão dos colegas. Encaminhamento seis ponto um, reforçar os convites para os  
7223 convidados permanentes, eu entendo que é o CNJ, CNMP, CONDEJ e ANADEP. Em anos  
7224 anteriores, já consultamos o CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério  
7225 Público. Podemos incluir com uma outra categoria, de convidado. Inclusive, o CNPG participou  
7226 do antigo comitê que criou a lei. Você quer que eu leia todos? Ou vamos um por um?  
7227 (Intervenção simultânea). Seis pontos dois, solicitar ao DPEN as normas de atuação da FTIP.

7228

7229 Vitória – Essa colocação já é minha, porque o nosso encaminhamento, posso ler aqui, é  
7230 exatamente esse, na nossa votação anterior.

7231

7232 Carolina – O Henrique que propôs.

7233

7234 Vitória – O nosso encaminhamento três ponto cinco, aprovado por unanimidade: solicitar ao  
7235 DPEN cópia do protocolo do uso da força e material didático da formação. (Intervenção fora  
7236 do microfone. Está aprovado. Esse eu vou retirar Henrique.

7237

7238 Carolina – Abrir canal de diálogo com o MPF para colher informações sobre as denúncias  
7239 (intervenção fora do microfone). Em relação às denúncias. O português está meio ruim, mas  
7240 depois ajeitamos.

7241

7242 Sávio – Mas, que caso específico? Eu acho que tinha que ficar um pouco mais específico.  
7243 (Intervenção fora do microfone). Mas, no caso do Ceará. Eu acho que deveríamos colocar,  
7244 específico no caso do Pará, com relação ao procedimento aberto.

7245

7246 Vitória – Não saímos com a redação pronta, mas, pelo menos, com a ideia do teor do ofício. É  
7247 bom que fique tudo isso claro também. (Intervenção fora do microfone).

7248

7249 Carolina – Abrir canal de diálogo seria o que? Fazer reunião, mandar e-mail, ofício?

7250

7251 Vitória – É a minha colocação de pensar bastante no encaminhamento antes de sugeri-lo, senão  
7252 vamos abrir para todo mundo debater o que seria esse canal de diálogo.

7253

7254 Sávio – Nesse primeiro momento, uma consulta formal, mandar um ofício, uma consulta  
7255 formal. (Intervenção fora do microfone).

7256

7257 Carolina – Talvez, uma reunião da vice-presidência com MPF.

7258

7259 Vitória – Da mesa com o PFDC. Pode ser? (Intervenção fora do microfone). Isso que você  
7260 falou, Ribamar, exatamente. (Intervenção fora do microfone). Qual a sugestão? Reunião da  
7261 mesa diretora com a sétima câmara e, não com o MP federal específico do Pará. Ou, então, qual

7262 seria a abertura de canal de diálogo com eles. (Intervenção fora do microfone). Mas, como a  
7263 mesa diretora vai se reunir no Pará? (Intervenção fora do microfone).

7264

7265 Carolina - o Ministério Público tem sistema de videoconferência também.

7266

7267 Vitória – Pode ser uma reunião com a sétima câmara e com o PRDC, do Pará? (Intervenção  
7268 fora do microfone). O encaminhamento seria: oficiar, pedindo informações sobre os  
7269 procedimentos e solicitando agendamento de data para a reunião. (Intervenção fora do  
7270 microfone). Oficiar a sétima câmara para colher informações sobre os procedimentos do  
7271 Ministério Público Federal, em relação às denúncias encaminhadas pelo mecanismo, no caso  
7272 do Pará. E, requisitar o agendamento de audiência entre mesa diretora e aquelas entidades.  
7273 (Intervenção fora do microfone). Mas, isso não exclui a PRDC?

7274

7275 Carolina – A sétima câmara que iria eventualmente convidar a PRDC.

7276

7277 Vitória – Mas acho que podemos fazer a sugestão que gostaríamos que eles estivessem  
7278 presentes. Se estarão, é outra história. (Intervenção fora do microfone). Fechou o seis ponto  
7279 dois.

7280

7281 Sávio – Solicitar indicativo de data para a reunião, porque não vamos colocar uma data, eles  
7282 que vão ter que apresentar um indicativo. (Intervenção fora do microfone). Isso fica aberto lá,  
7283 fim do ano. Se eles derem um indicativo da data, nós confirmamos, encaminhamos a resposta.  
7284 Pode ser em fevereiro? Pode ser em janeiro? Acatamos e sincronizamos.

7285

7286 Vitória – Coloquei: solicitar indicativo de data para a reunião. Seis ponto três: oficiar, pedindo  
7287 ao CNMP os relatórios das visitas do MP Pará, nos locais visitados pelo mecanismo, nos  
7288 últimos dois anos. Quem fez essa proposta de encaminhamento. Seis ponto quatro: oficiar  
7289 consulta na secretaria de saúde do Pará, sobre as equipes habilitadas no Pará, e se estão  
7290 recebendo recursos.

7291

7292 Carolina – Essa foi a ponderação da Cinthia, em relação que é mais interessante saber da  
7293 secretaria de saúde local essa informação do que, necessariamente do Ministério da Saúde.

7294

7295 Márcia – No meu encaminhamento, eu tinha solicitado ao estado e ao Ministério da Saúde. Fica  
7296 melhor, Carol, se você colocar no texto informações sobre a implantação da política nacional,  
7297 e um diagnóstico da implantação dessa política, no que diz respeito à implantação das equipes.

7298

7299 Vitória – Os seis pontos cinco é: oficiar, consultando – coloquei quem, porque não sabia quem  
7300 era – diagnóstico de implementação dessa política, ao Ministério da Saúde. Aqui está o  
7301 Ministério da Saúde. (Intervenção fora do microfone). Oficiar, consultando a secretaria de  
7302 saúde do Pará e Ministério da Saúde, sobre a implantação da (intervenção simultânea).

7303

7304 Carolina – Tinham duas questões que você tinha mencionado, Márcia. Uma, sobre a atuação  
7305 do Pará, especificamente e, uma outra, que você falou: um grande diagnóstico sobre a  
7306 implementação da PNAISP, que é o Ministério da Saúde.

7307

7308 Márcia – A implantação da equipe é da política nacional. Quando você fala em implantação da  
7309 equipe, de qualquer maneira a implantação das equipes, que precisamos saber se existem ou  
7310 não, dizem respeito à política nacional, porque é uma coisa só.

7311

7312 Carolina – Então, Marcia, o que você quer? Quer uma informação específica do Pará, ou você  
7313 quer uma informação do Brasil?

7314

7315 Márcia – Posso dizer o texto para você redigir? Solicitar informações sobre a implantação da  
7316 política nacional (inaudível). Essa implantação da política diz respeito ao diagnóstico das  
7317 equipes de atenção em saúde, nas unidades de privação de liberdade. Essa informação, podemos  
7318 requerer de quem? Do estado do Pará. Ficou mais claro?

7319

7320 Carolina – Eu achei que você queria coisa de Brasil. Mas, é só Pará.

7321

7322 Vitória – Eu só vou ajeitar a redação completa.

7323

7324 Carolina – É só tirar o seis ponto quatro, e colocar: oficial à secretaria de estado do Pará.  
7325 (Intervenção fora do microfone). Oficial à secretaria de saúde do Pará, diagnóstico da  
7326 implementação da PNAISP.

7327

7328 Vitória – O seis ponto quatro é outro encaminhamento?

7329

7330 Carolina – Esse caiu. Eu tinha entendido que era uma informação sobre o Pará e uma  
7331 informação sobre a política no Brasil. (Intervenção fora do microfone). A redação não está  
7332 pronta. (Intervenção fora do microfone).

7333

7334 Márcia – Do Pará, específico. Quando eu falei do Pará, eu problematizei isso a nível de Brasil,  
7335 porque não sabemos, não temos ideia de como está a implementação da política nos outros

7336 estados, não sabemos. Essa informação sim pode proceder do Ministério da Saúde. Eu acho que  
7337 ela colocou, redigindo na hora, do Brasil. No momento eu problematizei isso, assim como não  
7338 sabemos do Pará, não sabemos de estado nenhum. Uma proposta de encaminhamento, não  
7339 especificamente do Pará, mas que fiquemos atentos como está a implementação dessa política  
7340 nos outros estados, que podemos requerer essa informação do Ministério da Saúde.

7341

7342 Vitória – Por favor, a redação do encaminhamento. Me dita o encaminhamento. (Intervenção  
7343 fora do microfone). No Brasil. Oficiar ao MS para solicitar diagnóstico de implementação dessa  
7344 política, no Brasil. (Intervenção fora do microfone). São dois encaminhamentos distintos. Os  
7345 seis ponto sete, seria: oficiar essas entidades citadas no relatório do mecanismo, com as  
7346 respostas à realização de audiência. Seria uma proposta de audiência pública em relação ao  
7347 estado do Pará, governo e sistema de justiça, para que apresentem cronograma do fim das  
7348 violações apontadas no relatório do mecanismo, que é uma audiência pública, nos moldes que  
7349 fizemos ontem.

7350

7351 Sávio – com relação a esse do MS, consultar o colega do MS se é exatamente isso, se esses  
7352 dados são consolidados, se tem alguma informação, se é fácil acesso.

7353

7354 Francisco – Claro que os dados nós temos em geral, eles não são iguais nos estados. Não sei  
7355 como é a situação do Pará. Certamente, com esses episódios, eles foram analisados. Em geral,  
7356 o que ocorre muitas vezes tem, paralelo a isso, convênios. Como eu estava dizendo para a  
7357 colega, há convênios que, muitas vezes, não andam, por falta de prestação de contas do  
7358 convenio anterior. Nós temos o recurso, esse recurso não falta, tem reservado no orçamento e  
7359 ele não consegue ir adiante. Nesse sistema é a mesma situação que temos em relação aos  
7360 presídios, aos municípios, aos estados, verbas que não chegam porque não tem prestação de  
7361 contas, do próprio convenio ou do anterior, porque tranca. Isso não adianta, porque é órgão de  
7362 controle, temos que seguir. Tem que ver caso a caso. Acho que é interessante, dá para pedir o  
7363 diagnóstico, vamos mandar par ao escalão.

7364

7365 Vitória – Eu vou abrir para votação, peço que ninguém mais interrompa, estamos no meio de  
7366 uma votação. Encaminhamento seis ponto um, reforçar os convites para os convidados  
7367 permanentes: CNJ, CNMP, CONDEJ, ANADEP, CNPG. Como vocês sugeriram a votação,  
7368 abrir para cada um ir falando se é favorável ou contra? (Intervenção fora do microfone). Seria  
7369 mais simples? Os contrários, se manifestem no microfone, por favor. Abstenções, se  
7370 manifestem por favor. Aprovado por unanimidade. Seis pontos dois: oficial a sétima câmara  
7371 para recolher informações sobre os procedimentos do MPF, em relação às denúncias  
7372 encaminhadas pelo mecanismo, no caso do Pará, e solicitar indicativo de data para reunião entre  
7373 a mesa diretora, sétima câmara do MPF e PRDC do Pará, com a presença dos procuradores  
7374 naturais, se possível. Todos contrários a esse encaminhamento, se manifestem no microfone.  
7375 Abstenções. Aprovado por unanimidade. Seis ponto três: oficial, pedindo ao CNMP os  
7376 relatórios das visitas do MP.

7377

7378 Interlocutor não se identificou – Me lembraram aqui: fizemos encaminhamento semelhante ao  
7379 relatório do Ceará?

7380

7381 Vitória – Eu não lembro, e não é o momento. Oficial, pedindo ao CNMP os relatórios da visita  
7382 do MP Pará, nos locais visitados pelos mecanismos, nos últimos dois anos. Todos contrários,  
7383 se manifestem no microfone. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Oficial à secretaria de  
7384 saúde do Pará, para solicitar diagnóstico de implementação da PNAISP no Pará. Contrários, se  
7385 manifestem. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Oficial ao Ministério da Saúde para  
7386 solicitar diagnóstico de implementação da PNAISP no Brasil. Contrários, por favor.  
7387 Abstenções. Aprovado por unanimidade. Oficial as entidades citadas no relatório do  
7388 mecanismo e, com as respostas, convidar para audiência pública em relação ao estado do Pará,  
7389 governo e sistema de justiça, para que apresentem cronograma do fim das violações apontadas  
7390 no relatório do mecanismo. Proposta de audiência pública para a próxima reunião, na verdade,  
7391 com o retorno dos ofícios. Contrários? Abstenções? Audiência pública aprovada por  
7392 unanimidade.

7393

7394 Sávio – Só uma dúvida, estamos solicitando várias informações. Temos que ter uma estratégia  
7395 de processamento disso. Porque vai chegar, como vamos processar isso? (Intervenção fora do  
7396 microfone).

7397

7398 Vitória – O retorno desses ofícios, fazemos os convidados para audiência, e seria o momento  
7399 do debate dessas informações prestadas. Vencido esse nosso ponto, o próximo ponto que  
7400 teríamos que tratar agora, é a pauta da coordenação do mecanismo. Vou passar a palavra para  
7401 a Bárbara, que está presente aqui. Peço, se for possível, rapidez. Bárbara, com a palavra.

7402

7403 Bárbara – Posso até ler um negócio que dá vinte segundos, e nem ficar falando. Vocês não me  
7404 deixaram falar a reunião inteira, queria registrar isso, fui obediente. Eu vou falar, porque escrevi  
7405 agora e ficou legal. “Considerando que somos frutos do compromisso do Brasil com a ONU, e  
7406 que os preceitos da ONU consistem em criar uma interface de diálogos construtivos para  
7407 elaboração das políticas de prevenção e combate à tortura, eu gostaria de lembrarmos de que  
7408 fomos criados nas bases de diálogo, porque esse é o preceito fundamental da ONU. Nesse  
7409 sentido, gostaria de pedir a todos e a todas, que mantenham a construção de respeito a  
7410 autonomia do mecanismo ao escolher sua coordenação”. Hoje foi um dia diferente, me senti  
7411 feliz de tantas conversas, tantos consensos. Queria lembrar que eu acho que é importante nós,  
7412 em todos os momentos, nesse espaço de construção de dialogo, criarmos pontes ao invés de  
7413 muros. Muitas vezes, acabamos nos isolando, e a perspectiva desse espaço é contemplar essa  
7414 diversidade no mesmo barco, na mesma política, com o mesmo afinco. Eu gostaria de pedir,  
7415 foram tantas coisas que aconteceram hoje, gostei muito da fala do Sávio, bem rapidamente, que  
7416 ele fala: vamos querer ombro a ombro, ou peito a peito? Quando puder ser ombro a ombro...  
7417 sei que tem coisas inegociáveis, e já falei quais são as minhas. Quando pudermos ombro a  
7418 ombro, vamos lá. Encerrando esse momento nesse sentido, porque a coordenação, não sei qual  
7419 a visão das pessoas em relação à coordenação. Nós, que nos conhecemos, que nós adoramos,  
7420 Ribamar, o tempo todo no mecanismo, em todas as demandas de lutas juntos e juntas, sabemos  
7421 que tem o perfil, naquele momento, para fazer alguma coisa, conseguimos avaliar isso de  
7422 maneira mais profícua do que, de repente, alguém de fora fazer a indicação dessa maneira como  
7423 está posta. Como trabalhamos com recolhimento de denúncias e quando acabamos vendo as  
7424 situações de tortura, temos que lembrar da anuência. Não conseguimos nem fazer, nem levar

7425 adiante uma denúncia de tortura, se não tivermos anuência da vítima. Nesse sentido, fazer uma  
7426 analogia de que, imagina uma pessoa ser escolhida sem anuência? Parece que não dialoga com  
7427 nada do que trabalhamos e acreditamos. Lembrando nossas bases de diálogo, fazer um apelo,  
7428 até como o companheiro que saiu, Ezequiel que, nesse momento, finalizando os trabalhos, um  
7429 pouco nesse espírito dos astros, como disse o Caio também, gostaria de pedir a compreensão  
7430 de todos e o respeito a essa construção tão bonita que foi feita, em relação à nossa autonomia  
7431 de escolha da coordenação.

7432

7433 Vitória – Bárbara, agradeço a sua fala. A minha indagação agora, é se cabe um  
7434 encaminhamento. A Carol abriu uma resolução na tela. E, só como, para mim, não ficou clara  
7435 o que seria essa pauta administrativa, é para designarmos a nova coordenação geral do  
7436 mecanismo? Ratificar a escolha do mecanismo.

7437

7438 Carolina – O mecanismo é composto por onze peritos, os cargos são todos iguais. No decreto,  
7439 foi feita a previsão que haveria uma coordenação geral do mecanismo, de forma que essa  
7440 coordenação pudesse assinar ofício, fazer os encaminhamentos, cuidar da “burocra”. Firmamos  
7441 o entendimento no comitê, nos últimos anos, que essa definição do mecanismo, acatada pelo  
7442 comitê, seria feita por meio de uma resolução do comitê, que se indica o coordenador geral, a  
7443 coordenadora geral, e o seu suplente. O período dessa resolução é por um ano. (Intervenção  
7444 fora do microfone). Aprovaríamos a resolução agora.

7445

7446 Marcos – Um esclarecimento que eu gostaria de ouvir. Quem faz a indicação é o comitê? A  
7447 previsão legal, somos nós que indicamos? É isso?

7448

7449 Carolina – Está no decreto oito um cinco quatro, não vou lembrar os artigos, mas é um dos  
7450 artigos finais, artigo dez.

7451

7452 Sávio – Está faltando o nome do suplente. Porque são os dois. Quem seria suplente?

7453

7454 Ribamar – Esse cara sou eu.

7455

7456 Vitória – É o Ribamar. (Intervenção fora do microfone).

7457

7458 Marcos - Aqui está dizendo que o presidente do comitê nacional definirá anualmente o perito  
7459 responsável pela coordenação, admitida uma recondução. Não fala que é o comitê, fala que é o  
7460 presidente.

7461

7462 Vitória – No caso, eu teria que aprovar a resolução sozinha, em cargo de...

7463

7464 Marcos – Acho que deveria ser o presidente mesmo, nem caberia deliberação.

7465

7466 Vitória – Vamos achar o artigo para todos fazerem a leitura. (Intervenção fora do microfone).

7467

7468 Carolina – Aqui embaixo sai a assinatura da vice-presidente.

7469

7470 Marcos – Se esse é o momento de fazer a escolha, há que se perguntar se isso se faz aqui, nesse  
7471 momento, ou se fica a cargo da ministra, como presidente. Porque diz que, quem faz, é o  
7472 presidente, não fala que é no momento de reunião do colegiado. Fica essa dúvida.

7473

7474 Sávio – Podemos deliberar também o encaminhamento dessa minuta de resolução para a  
7475 ministra, para ela referendar. Nos termos do parágrafo quarto, a artigo decimo.

7476

7477 Marcos – Porque o presidente do comitê é, de fato, a ministra. Aqui não fala que será quem  
7478 preside a reunião do colegiado. Essa diferenciação tem que ser feita. Se bem que eu acho que  
7479 não haveria problema nenhuma de encaminhar a Bárbara. Mas, como aqui estou representando  
7480 a ministra, eu faria esse encaminhamento para conversar com ela a esse respeito, do que foi  
7481 conversado aqui.

7482

7483 Sávio – O pleno, na reunião ordinária, em atenção ao dispositivo do artigo decimo, parágrafo  
7484 quarto, encaminha...

7485

7486 Marcos - Para apreciação da ministra. Faria um encaminhamento nosso para a ministra, com o  
7487 nome da Bárbara.

7488

7489 Bárbara – Eu agradeceria e pediria, dentro das possibilidades obviamente, um pouquinho de  
7490 celeridade, porque eu já assumir, preciso assinar. Já estou com demanda, é surreal, porque em  
7491 sete nós viramos em um milhão. Estou acolhendo tudo, sem poder ter oficialmente a questão  
7492 da assinatura. É um pedido que parece simples, mas é surreal a demanda que temos. Eu pediria,  
7493 por gentileza isso, agradeço a compreensão de todos.

7494

7495 Vitória – Eu vou fazer a minha deliberação, e fiquem livres para discordar, mas, como isso é  
7496 ponto da nossa pauta e estava pautado para discussão hoje e, como hoje sou presidente do  
7497 comitê, na ausência da ministra, a vice-presidente é a presidente do comitê e, como nosso  
7498 regimento expressamente prevê isso, eu vou aprovar essa resolução hoje.

7499

7500 Marcos – Eu vou discordar e vou pedir pedido de vista.

7501

7502 Vitória – Em relação à aprovação. (Intervenção fora do microfone). Não sei, porque não está  
7503 aberto para debate de plenária para fazermos a votação por unanimidade, no caso.

7504

7505 Sávio – Só um detalhe informal, que acho que podemos ir na literalidade, até para evitar uma  
7506 extensão. Nós temos um representante do gabinete, que poderia assumir esse compromisso,  
7507 segunda, terça feira, buscar essa assinatura para não termos muito tempo.

7508

7509 Marcos – Eu não vejo problema nenhum disso acontecer. Mas, só penso que a decisão deveria  
7510 ser da ministra de estado, não de quem preside a comissão agora.

7511

7512 Vitória – Eu entendo, acho que podemos ficar debatendo a interpretação da lei até amanhã.  
7513 (Intervenção fora do microfone). Na verdade, pergunto para os peritos, jogo para vocês, o que  
7514 fica mais interessante.

7515

7516 Ribamar – Eu vou na linha dos apelos, mas já que houve uma consideração jurídica, e eu que  
7517 não sou da área jurídica, mas da área da lógica, entendendo de direitos humanos, faço apelo à  
7518 lógica do *civil law* como *law*. Ou seja, da lei como legalidade e como costume. Aqui há também  
7519 uma precedência do costume, que sempre foi assim. E, tendo sido assim, o costume geral  
7520 precedência. O que estamos fazendo um apelo é pela precedência e pela urgência da temática.  
7521 Nós estamos em poucos, efetivamente sobrecarregados. Em função disso, até considerando as  
7522 decisões anteriores, eu aquiesceria na linha do que a Bárbara propôs, que tomássemos a decisão  
7523 o mais célere possível. Na minha interpretação do que aqui está posto, quem assume a suplente,  
7524 na condição de vice-presidência, assume plenamente, e assume para prestar a este pleno toda a  
7525 decisão e encaminhamento que lhe for confiado. Assim eu, tendo participado, desde que fui  
7526 empossado, de todas as reuniões, porque sempre fui a ponte, o representante nesse contexto,

7527 advogo que se tome essa decisão agora, sem postergação. Essa formalização foi feita, doutor  
7528 Marcos Vinicius, já formalizamos junto ao Ministério, há no SEI um ofício que formaliza isso.  
7529 Nós estamos pedindo que consagre aquilo que está no rito de fluxo obrigatório.

7530

7531 Marcos – Acho que não haveria problema nenhum. Só resguardando a decisão de quem cabe  
7532 decidir. Se aqui é uma matéria para ser deliberada e votada, o artigo dezesseis do nosso  
7533 regimento fala que cabe aos membros pedir vistas de matéria não votada.

7534

7535 Vitória – Mas acredito que vocês fizeram a leitura de que esse tipo de deliberação da  
7536 coordenação geral não cabe votação à plenária. Foi a leitura que vocês fizeram do regimento.

7537

7538 Marcos – Mas, se não cabe votação, então não cabe a quem está presidindo agora decidir, cabe  
7539 só à presidente natural do colegiado, que é a ministeral.

7540

7541 Vitória – Em relação a isso estar na nossa pauta. Nós estamos em reunião, esse é o item nove  
7542 da nossa pauta.

7543

7544 Marcos – Se está na pauta, cabe eu pedir vista. Ou está na pauta, ou não está? Se não está na  
7545 pauta, cabe à ministra, se está na pauta, cabe pedir vistas.

7546

7547 Vitória – Acho que a premissa e a conclusão não são essas. Nem tudo que está na pauta está  
7548 aberta a votação, inclusive o relatório do mecanismo não está aberto à votação, é uma  
7549 apresentação de relatório. Votamos os encaminhamentos a partir disso.

7550

7551 Henrique – Como tem sido isso?

7552

7553 Marcos – A proposta do Sávio é bem interessante, de fazermos essa deliberação de encaminhar  
7554 a recomendação da Bárbara para a ministra, e a ministra simplesmente referendar.

7555

7556 Sávio – A minha sugestão é até atendendo o que o mecanismo colocou, sobre a importância de  
7557 que esse ato saia com celeridade, porque qualquer dúvida de interpretação, necessariamente  
7558 temos que mandar para a consultoria jurídica, e vai demorar mais um mês até sair um parecer.  
7559 Acho que nós não... tem a lei, cada um vai fazer uma leitura, mas temos que ser práticos. Se  
7560 podemos encaminhar... você pode fazer esse compromisso, doutor Marcos? Até terça feira,  
7561 buscar essa assinatura. (Intervenção simultânea). Tem um processo no SEI aberto, até facilita  
7562 encaminhar pelo SEI. (Intervenção simultânea).

7563

7564 Marcos – Eu despacho hoje ainda com ela, sobre isso. Talvez ela não tenha como assinar hoje,  
7565 porque talvez não saia daqui hoje. Mas, o assunto será despachado com ela hoje inda.

7566

7567 Vitória – Eu coloco novamente para deliberação dos peritos e peritas, se é do interesse de vocês  
7568 isso.

7569

7570 Ribamar – Confiamos nesse empenho. (Intervenção simultânea). Ratificando essa indicação de  
7571 que será imediatamente homologado, acho que podemos, pacificamente...

7572

7573 Cândida Souza – Eu posso sugerir um encaminhamento: enviar à ministra a minuta que designa  
7574 Bárbara para coordenadora do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura.

7575 (Intervenção fora do microfone). E Ribamar. Bárbara e Ribamar, e as coisas que estão aí.  
7576 (Intervenção fora do microfone).

7577

7578 Vitoria – O encaminhamento sugerido pela Cândida, contempla a todos os presentes. Cândida,  
7579 vou pedir para olhar na tela, a Carol vai fazer a redação. O pleno encaminha a proposta de  
7580 resolução para ... eu não sei se era apreciação e aprovação, pelo que eu entendi era ratificação  
7581 da ministra.

7582

7583 Cândida – Minuta de resolução que indica, que aprova, que decide, que resolve, com o nome  
7584 de Bárbara e Ribamar. (Intervenção fora do microfone).

7585

7586 Sávio – Aproveito, doutor Marcos, se tiver oportunidade de a Bárbara acompanhar, para  
7587 conhecer a ministra já. Porque é importante que essa construção exista entre os órgãos internos.  
7588 Se puder acompanhar a ministra conhece a representante do mecanismo.

7589

7590 Vitória – Eu coloquei com a indicação do nome da coordenadora geral e suplente. (Intervenção  
7591 simultânea). A Carol vai colocar. Vou colocar essa proposta de encaminhamento para votação.  
7592 Todos de acordo. Encaminhamento sobre o nosso item nove da pauta. O pleno encaminha a  
7593 resolução com indicação com o nome da coordenadora geral Bárbara e, suplente, Ribamar,  
7594 escolhidos pelo mecanismo para ratificação da ministra. Vou colocar em votação. Aqueles  
7595 contrários se manifestem no microfone. Abstenções. Foi aprovado por unanimidade. Nosso  
7596 próximo item de pauta, dez, é pauta temática da coordenação geral. Vou pedir para a Carolina  
7597 assumir o microfone.

7598

7599 Carolina – Eu gostaria de consultar os colegas sobre o interesse de fazer essa apresentação nesse  
7600 momento, é um momento em que, entre outras questões, eu trago informação dos estados. Por  
7601 exemplo, o Caio está no Rio Grande do Sul, poderia nos auxiliar com contados locais. O Pedro

7602 Paulo, está no Rio, poderia trazer informação do Rio. A minha sugestão é que isso fosse  
7603 indicado como um ponto de pauta para uma próxima reunião. Mas, se quiser, está aqui a  
7604 apresentação, faço agora.

7605

7606 Guilherme – Estou de acordo com colocar para a próxima pauta.

7607

7608 Vitória – Retirar dessa pauta, incluir para a pauta da próxima reunião.

7609

7610 Carolina – Com essa observação, porque acho que algumas pessoas da sociedade civil já foram  
7611 embora. Entendo que a sociedade civil, principalmente, por essa composição de vários estados  
7612 do Brasil, tem esse potencial de estimular, de fazer o acompanhamento.

7613

7614 Cândida Souza – Eu ia sugerir isso, mesmo que não fique como um encaminhamento oficial,  
7615 para quem está aqui, já fica a dica para vermos como estão as situações nos estados. Claro que  
7616 isso pode entrar como encaminhamento formal, mas o bom senso nos diz que nosso dever...

7617

7618 Vitória – Carol, você faz por favor a redação desse encaminhamento. Na verdade, é um  
7619 encaminhamento de supressão no ponto de pauta. Vamos fazer a deliberação disso na próxima  
7620 reunião, com o anterior envio dos documentos por e-mail.

7621

7622 Fernanda – Só um minuto. Vai ser sobre o ponto dez inteiro?

7623

7624 Vitória – Sobre o ponto dez, item dez, da temática.

7625

7626 Fernanda – Inclusive esses subitens, do acompanhamento dos estados?

7627

7628 Vitória – A Carol já fez a ponderação de que muita da presença da sociedade civil já foi embora,  
7629 e seria interessante...

7630

7631 Fernanda – Queria fazer uma consideração em relação a isso, se for possível. O Matheus tinha  
7632 apresentado, na última reunião, a situação do estado de São Paulo, quanto à criação do comitê  
7633 e do mecanismo estaduais de prevenção e combate à tortura. Na reunião passada, ele trouxe a  
7634 preocupação do estado de São Paulo e, obviamente, da criação desses sistemas estaduais em  
7635 todos os entes federativos. Mas, ele trouxe um elemento muito importante, em especial, no  
7636 estado de São Paulo, sobre o procedimento legal, que ainda está em andamento e, agora, em  
7637 fase de veto. E um pedido dele para que fosse encaminhado, pelo comitê, um ofício à assembleia  
7638 legislativa local, para que não sustentasse o veto que foi apresentado no âmbito daquele estado.  
7639 Nesse aspecto, eu trago aqui ainda à consideração dos senhores, não sei se isso já tinha sido  
7640 levado em consideração, a carta de Brasília, de julho, de dois mil e dezoito, decorrente do  
7641 terceiro encontro nacional de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura. Nessa  
7642 carta, que resultou em algumas recomendações e diretrizes sobre a atuação do comitê nacional  
7643 e de mecanismos, está expressamente previsto que o comitê crie comissões para fomentar a  
7644 criação de comitês e mecanismos nos estados que não dispõem desses órgãos.

7645

7646 Carolina – Fernanda, eu tinha feito a sugestão, mas, se vocês quiserem, eu posso passar ponto  
7647 a ponto dos estados.

7648

7649 Fernanda – Só em relação a esse pedido, que é uma coisa pontual. O item dez ponto dois,  
7650 mobilizar os órgãos do sistema de justiça, PGR, assembleia legislativa, em nível nacional, para  
7651 verificar a incidência desses na efetivação dos comitês e mecanismos de prevenção e combate

7652 à tortura, nas unidades federativas, com devolutivas nos ofícios para os pontos focais nos  
7653 estados. Como temos o ponto específico do estado de São Paulo, para que não percamos esse  
7654 tempo, que é o tempo de tramitação legislativa, que está agora numa fase superimportante e,  
7655 considerando essa obrigação do comitê, não sei se essa questão pode ser abordada nesse ponto,  
7656 ainda que as demais, que são sobre a minuta e, eventualmente, levariam mais tempo, ficassem  
7657 para a próxima reunião. Mas, pelo menos, esse ponto fosse avaliado, sobre a criação das  
7658 comissões, em especial, sobre ser oficiado o estado de São Paulo, na verdade, assembleia  
7659 legislativa, como prevê o item dez pontos dois, dessa carta de Brasília, sobre a criação do comitê  
7660 e mecanismo estaduais.

7661

7662 Márcia – Importante esse ponto que a Carol tem a trazer, porque em relação ao Ceará, até  
7663 conversando com a Lúcia Bertini, que estava aqui, ela trouxe até como uma tarefa. Eu faço  
7664 parte do comitê estadual de prevenção e combate à tortura, no Ceará. E, lá, foi assinado um  
7665 pacto federativo de compromisso do estado do Ceará para a implantação do mecanismo estadual  
7666 de prevenção e combate à tortura. O comitê estadual criou uma resolução para que seja aprovada  
7667 e apreciada em portaria, mas o governo do estado não tomou nenhuma decisão em relação a  
7668 implantação do mecanismo. Uma das solicitações de encaminhamento era que o comitê  
7669 nacional de prevenção e combate à tortura pudesse oficial o governo do estado do Ceará,  
7670 reforçando, reafirmando a importância do compromisso firmado através do pacto federativo  
7671 para a implantação do mecanismo. Inclusive, é atribuição nossa, enquanto comitê, de fomentar  
7672 a implantação tanto dos comitês estaduais, como dos mecanismos estaduais.

7673

7674 Vitória – Acho que isso está contemplado pela fala da Fernanda, porque ela leu especificamente  
7675 o parágrafo em que tínhamos que oficial todos os estados para que fizessem implementação,  
7676 que é do nosso interesse enquanto comitê nacional. Eu vou falar para a Carol fazer, porque  
7677 estamos fazendo falas sobre um item que não deixamos ela falar.

7678

7679 Carolina – Hoje, temos vinte comitês criados por algum instrumento normativo, seja lei, decreto  
7680 ou portaria. Portaria, ao que me conste, só tem um registro, que é exatamente no estado do Pará.  
7681 Dois comitês criados por iniciativa da sociedade civil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

7682

7683 Sávio – Pela ordem. Desculpa, Carol, esse assunto eu sei que é um assunto extenso, da criação  
7684 dos comitês e dos mecanismos, importantíssimos. Lembrando que essa é a última reunião do  
7685 ano. Temos uma pauta, não sei o teto, nós temos o planejamento para a próxima reunião. Tem  
7686 gente que vai ter que sair daqui há pouco. Eu acho que não vamos concluir essa questão de  
7687 comitê, de mecanismo. Mas, a próxima pauta do ano que está aí, não temos como fazer, senão  
7688 vai ficar três pessoas para fazer a pauta.

7689

7690 Vitória – Só para esclarecer, Sávio, quem faz as pautas das reuniões, é sempre a mesa diretora.  
7691 (Intervenção fora do microfone). O planejamento, na verdade, seria quase uma avaliação  
7692 coletiva do que nós queremos para o ano que vem. Se queremos, desde já, deixar audiência  
7693 pública marcada, porque a nossa coordenação geral pede que isso seja avaliado com  
7694 antecedência, inclusive para passagens. Mas, não vamos sentar para planejar a pauta da próxima  
7695 reunião. (Intervenção fora do microfone). Não. (Intervenção simultânea). Nós trouxemos o  
7696 calendário que já está aprovado pela mesa diretora, só para informar a vocês. Não vamos  
7697 aprovar isso. (Intervenção fora do microfone). Só para informar que não temos que pensar muito  
7698 sobre nada. Esse aqui é o maior item que vamos tratar agora. (Intervenção fora do microfone).  
7699 Esse calendário está aprovado com a ressalva de que, se tivermos orçamento já disponível em  
7700 fevereiro, a reunião inicia em fevereiro e março, seguido. Se não houver para fevereiro, nossa  
7701 primeira reunião é em março. Esse calendário já está aprovado, é só para informar a vocês do  
7702 calendário já aprovado pela mesa diretora. Carol, por favor.

7703

7704 Carolina – Temos dois estados com comitês criados por iniciativa da sociedade civil: Santa  
7705 Catarina e Rio Grande do Sul. Estados sem comitê, temos cinco, a destacar: Roraima, Mato  
7706 Grosso, Tocantins, Distrito Federal, São Paulo. Em funcionamento, que registramos ainda no  
7707 terceiro encontro, ano passado, dezessete. Essa questão do “em funcionamento”, é algo que

7708 preocupa bastante a coordenação, no sentido de como podemos, minimamente, estabelecer  
7709 critérios justos, respeitando as situações particulares de cada estado, de forma que possamos,  
7710 minimamente, trazer ao conhecimento do comitê o que vem funcionando e o que não vem. Por  
7711 exemplo, temos notícias antigas, ainda da época do terceiro encontro, em que tínhamos registro  
7712 de duas pessoas que trabalhavam no comitê, e estava conseguindo levar a pauta. Por um lado,  
7713 eu fico pensando: quem sou eu para falar que essas duas pessoas não estão fazendo um trabalho  
7714 significativo no tema da prevenção e combate à tortura. Por outro lado, sabemos que duas  
7715 pessoas também indicam um grave sinal do estado em que se dá a atenção, ou não, a esse tema.  
7716 Esse é um ponto que, particularmente, não vejo uma grande definição, mas acho que um dos  
7717 nossos trabalhos para o ano que vem, é pensarmos com mais carinho quais seriam esses critérios  
7718 e, depois, trazer para uma discussão no colegiado, do que consideramos ou não. No mesmo  
7719 sentido de uma avaliação de uma política pública. Da mesma forma que a Márcia mencionou a  
7720 questão da PNAISP, quem está habilitado, quem recebe recurso, quem não sei o que, é algo que  
7721 gostaríamos de pensar, no acompanhamento dos comitês estaduais. Eu tinha umas  
7722 considerações para fazer, mas vou focar especificamente nesse quadro geral dos comitês. São  
7723 Paulo, que a Fernanda comentou, teve um projeto de lei que foi aprovado no ano passado, que  
7724 foi vetado pelo governador e está em tramitação a derrubada do veto. No Mato Grosso, tem um  
7725 projeto em tramitação, mas esse projeto não avançou nos últimos anos. Em Tocantins, há um  
7726 diálogo apara a criação do comitê e mecanismo local. Só voltando a São Paulo, é em relação à  
7727 instalação do comitê, mecanismo, se não me engano, pela assembleia legislativa. Numa  
7728 eventual manifestação do comitê, eu acho que seria interessante até reforçar as próprias  
7729 recomendações do comitê nacional, as diretrizes para a criação de comitês e mecanismos,  
7730 reforçando qual é o lugar desse comitê, que as recomendações abarcam essa questão.  
7731 Recomendação número cinco. Justamente no sentido de argumentar, até uma das questões que  
7732 foi mencionada para a publicação do veto. Eu entendo que é interessante, pelo comitê, não só  
7733 uma manifestação, mas uma manifestação fundamentada, do porque seria interessante, quais os  
7734 instrumentos estamos utilizando para a criação de comitês e mecanismos. Essa seria minha  
7735 contribuição em relação ao estado de São Paulo. Por fim, em relação aos comitês, hoje temos  
7736 um questionário para fazer justamente esse levantamento da situação dos comitês estaduais.  
7737 Uma proposta para conhecer a produção do comitê, onde eles focam a sua atuação. paralelo a  
7738 isso, já que não vou fazer toda a apresentação, um dos pontos que identificamos, ainda no  
7739 segundo encontro nacional, em dois mil e quinze, se não me engano, acho que foi até um  
7740 representante de Goiás que tinha mencionado, da necessidade de capacitação para os membros

7741 de comitê, no sentido que conhecemos o funcionamento de colegiado, sabemos que algumas  
7742 pessoas caem de paraquedas, nunca trataram do tema de prevenção e combate à tortura, e que  
7743 é importante subsidiarmos essas pessoas nesse debate, de forma que o comitê tenha um bom  
7744 andamento. Inclusive, tenha uma perspectiva da sua atuação, onde ele pode contribuir e onde,  
7745 por exemplo, é mais interessante acionar o Ministério Público, defensoria pública. Pensando  
7746 nisso, assinamos, em contato com a coordenação de educação em direitos humanos, preparamos  
7747 um documento para criar um curso à distância, na plataforma da ENAP – Escola Nacional de  
7748 Administração Pública, justamente sobre o tema prevenção e combate à tortura. Esse curso já  
7749 está finalizado. A nossa perspectiva é que ele entre em funcionamento ainda esse ano que,  
7750 obviamente, vai passar por um teste piloto, mas ano que vem, que seja aberto para todos e todas  
7751 que tenham interesse nessa temática. É um curso que pensamos para os membros de comitês,  
7752 mas, é claro que quem tiver interesse, pode fazer os cursos. Mas, a nossa ideia era justamente  
7753 dar ferramentas para as pessoas dos comitês fazerem a discussão sobre o tema. Um curso de  
7754 trinta horas, na plataforma da ENAP. Em relação à criação de mecanismos, temos bem mais  
7755 dificuldades. Hoje, temos quatro estados com mecanismos instalados: Rio de Janeiro, em dois  
7756 mil e onze, Pernambuco, em dois mil e quatorze, Rondônia, em dois mil e dezessete, Paraíba,  
7757 em dois mil e dezoito. O Maranhão realizou seleção para os peritos do mecanismo, no ano  
7758 passado. E, desde o ano passado, se não me engano, meados do ano passado, esses peritos estão  
7759 aguardando nomeação do governador. É um caso, para mim, *suigeneris*, porque já estou há um  
7760 ano praticamente registrando estados com mecanismo em processo seletivo. Na verdade, só tem  
7761 um, que a guarda a nomeação do governador. Temos estados em que foram criados os  
7762 mecanismos, mas que eles não foram implementados, como é a situação do Amapá, Mato  
7763 Grosso do Sul, Espírito Santo, Sergipe e Alagoas. Destacando que, tanto o Amapá, quanto o  
7764 Espírito Santo, são mecanismos voluntários, mas que não entraram em funcionamento ainda.  
7765 Outras discussões também em relação a PLs, tínhamos notícia do PL do Mato Grosso, uma  
7766 proposta no Tocantins, uma proposta no Distrito Federal. Em Goiás, foi feito o encaminhamento  
7767 da lei para criar comitê e mecanismo, mas o governo à época encaminhou só a criação do  
7768 comitê. Nos outros estados, no Rio Grande do Sul, particularmente, houve uma mobilização  
7769 para criar um grupo de trabalho local para elaborar uma lei para criar um mecanismo, mas esse  
7770 grupo de trabalho nunca teve um produto. E tem também uma lei em tramitação em Santa  
7771 Catarina, se não me engano, também com uma proposta para a criação de comitês e  
7772 mecanismos. Acho que, de modo geral, é isso, para além obviamente do comitê nacional.

7773

7774 Vitória – Temos Cinthia e Bárbara, inscritas.

7775

7776 Cinthia – Só duas orientações, aliás, sugestões que eu acho, não sei, se são pertinentes. Já que  
7777 vamos encaminhar ofícios sobre a criação de mecanismos e comitês, que nós também  
7778 pensemos, estou pensando também na minha alçada, na questão de constituição de ouvidorias  
7779 e corregedorias próprias para o sistema prisional, que são flagrantemente hoje os locais que tem  
7780 mais ocorrência de prática de tortura, pelos próprios relatórios que estão sendo apresentados  
7781 pelo mecanismo. Uma outra sugestão é que já estamos, a nível de DPEN, fazendo essa política  
7782 de criação de ouvidorias e corregedorias. Vou ser bem rápida, Vitória. Eu tenho uma  
7783 preocupação, Carol, estabelecer critérios mínimos, como número de servidores, estrutura tal,  
7784 faz com seja usado justamente pelos estados, pelas estruturas estatais, como justificativa para  
7785 não o fazer em função dos seus problemas econômicos. Vimos isso em relação às ouvidorias,  
7786 quando tentamos estabelecer padrões mínimos de quantos servidores, qual era a estrutura  
7787 necessária. Eu tenho muito receio disso, porque termina inviabilizando. Hoje é muito fácil você  
7788 colocar no papel e dizer: não tenho condições de lotar servidores nessas condições.

7789

7790 Carolina – Desculpa, Cinthia, eu não entendi, eu não tinha comentado isso.

7791

7792 Cinthia – Quando você faz uma exemplificação dos dois, de criar critérios mínimos, que teriam  
7793 dois servidores num determinado estado. E você disse: talvez tenhamos que pensar em critérios  
7794 mínimos para constituição dessas estruturas.

7795

7796 Carolina – Temos as diretrizes, que foram publicadas por meio... (intervenção fora do  
7797 microfone). Carta de Brasília, foi a partir de um evento do terceiro encontro do comitê nacional.  
7798 As diretrizes não (intervenção simultânea). Para criação de comitês e mecanismos, basicamente  
7799 eu considero obviamente o (inaudível), a lei e as recomendações do comitê, para além – tenho  
7800 que puxar a sardinha para mim – da minha experiência do Ministério.

7801

7802 Bárbara – Só falar rapidinho que, eu acho que dessa pauta, tínhamos que pensar um  
7803 encaminhamento. Claro que, criar diretrizes é essencial. Como eu participa do coletivo em  
7804 Santa Catarina, gostaria que pensássemos muito em articulação política eficaz. Por exemplo, lá  
7805 temos muita dificuldade, mandando ofício à coordenação geral, de ter um tipo de respaldo,  
7806 resposta, conversa, dialogo, Skype. Temos sentido isso durante anos. De pedir a participação  
7807 de vocês, enquanto governo, para nos ajudar, porque cada estado tem suas particularidades. Eu  
7808 acho que é muito legal fazer manuais, acho essencial, na verdade, o ponto de partida. Mas, o  
7809 que eu sinto é que, depois, fica um monte de manual, pacto, assinatura, que não leva a nada.  
7810 Acho que seria interessante pensarmos proficuamente em ações conjuntas. Porque, se há um  
7811 convencimento da coordenação geral de combate à tortura, obviamente deve haver porque,  
7812 senão não existiria essa coordenação. Se há um convencimento da estação de todos esses  
7813 sistemas estaduais, precisamos de uma parceria mais *face to face*. Porque, eu acho bacana essas  
7814 iniciativas, eu não quero desmerecer, mas elas acabam sendo mais do mesmo, mais um  
7815 documento, mais um manual, mais um. Queria que pudéssemos encaminhar alguma coisa de  
7816 criar, não sei que modelo, de GT, discussão, mas não perdermos essa ideia de encaminhar uma  
7817 articulação política próxima com os estados. Porque, em Santa Catarina, não sabemos onde  
7818 enfiar o sistema estadual. Batemos na Casa Civil, na Assembleia, voltamos, batemos de novo  
7819 num lugar, mudamos tudo, vamos de novo, o PL está do zero de novo, vamos ter que levar de  
7820 novo porta em porta. Não temos nada, temos um coletivo que me orgulho muito de ter feito  
7821 parte, continuo contribuindo com o pessoal, muito organizados, muito guerreiros e guerreiras,  
7822 mas na guerreiragem. Porque não temos tido, nos últimos anos, um apoio de diálogo com a  
7823 coordenação. Eu gostaria de saber o que aconteceu com esses encontros. Lembro que houve  
7824 encaminhamentos muito legais. Às vezes, queremos inventar a roda e temos a roda guardada  
7825 em algum lugar. Acho que podíamos pensar uma espécie de monitoramento de ações dos  
7826 encaminhamentos, que façamos de novo um encontro. O mecanismo sempre está falando:  
7827 temos que pensar no próximo encontro. Fazemos encontros incríveis, com debates riquíssimos,  
7828 que acabam se perdendo em alguma gaveta. Sugiro, como encaminhamento, tentarmos fazer  
7829 uma espécie, não sei se seria o termo, mas um monitoramento de ações dos encaminhamentos  
7830 já recolhidos nesses três encontros, que eu tive o prazer de participar, realmente foram muito  
7831 importantes, e saíram coisas muito interessantes. São essas duas sugestões.

7832

7833 Vitória – Fernanda.

7834

7835 Fernanda – Eu vou reiterar os pedidos que eu tinha feito inicialmente, para reiterar o  
7836 encaminhamento como a Bárbara falou, do que foi deliberado no terceiro encontro. Na carta de  
7837 Brasília reitera quantas propostas foram aprovadas por unanimidade, com representantes dos  
7838 direitos humanos dos comitês, e mecanismos estaduais e nacionais. Realmente é uma carta que  
7839 merece ser implementada. Mas, em especial, para que o item dez ponto dois seja cumprido, no  
7840 sentido que sejam mandados ofícios para as assembleias legislativas, verificar a incidência  
7841 desses na efetivação dos comitês e mecanismos, em especial, para o estado de São Paulo, para  
7842 vermos se há possibilidade do comitê (intervenção simultânea). Isso. A efetivação e  
7843 implementação dos comitês e mecanismos estaduais, em especial, no estado de São Paulo, onde  
7844 o processo legislativo está em andamento e há uma possibilidade de influência direta quanto á  
7845 efetivação. Segundo (intervenção fora do microfone). Eu acho que você tem a lista dos que não  
7846 tem.

7847

7848 Carolina – Era isso que eu queria saber. Vamos mandar para todos os estados? Porque temos  
7849 dez estados que criaram, por meio de lei, mas não foram implementados. Eu entendo que é um  
7850 encaminhamento à parte. Enquanto para os outros dezessete, obviamente, mandaríamos para  
7851 todas as assembleias legislativas.

7852

7853 Fernanda – Confesso que não entendi a diferença.

7854

7855 Carolina – Temos dez mecanismos que foram criados por meio de lei. Todos esses passaram  
7856 pela assembleia legislativa, inclusive o do Rio funciona na assembleia legislativa. Então, se  
7857 mandarmos para todo mundo, cobrando a instalação de mecanismos, vamos receber uma  
7858 resposta inócua, no sentido de que...

7859

7860 Fernanda – Eu falei o sentido daqueles que não tenham.

7861

7862 Vitória – Vamos oficializar as assembleias dos estados que não tem mecanismo estadual.  
7863 (Intervenção fora do microfone).

7864

7865 Fernanda – E, do item dez ponto quatorze, que fala que o próprio comitê nacional, na verdade,  
7866 é quase que imperativa a redação para que o comitê nacional crie comissões para fomentar a  
7867 criação e mecanismos nos estados que não dispõe desses órgãos. São duas medidas, primeiro,  
7868 oficializar e, depois, criar uma comissão no âmbito do comitê nacional. dez ponto quatorze, e o  
7869 outro é dez ponto dois. (Intervenção simultânea). Isso. Criar comissão para fomentar a criação  
7870 de comitês e mecanismos nos estados que não dispõe desses órgãos. Até reiterando o que a  
7871 Bárbara falou por último, essa própria carta traz algumas soluções para a problemática que ela  
7872 apresentou. No item dez ponto cinco, por exemplo, tem: implantar estratégia de permanente  
7873 comunicação entre os mecanismos, por meio virtual. Tem umas soluções bem ponderadas. Não  
7874 sei se seria o caso de criar um grupo de trabalho, para acompanhar, para fazer sugestões de  
7875 ações em relação às propostas do último encontro, da carta de Brasília.

7876

7877 Carolina – Particularmente, acho muito oportuna essa intervenção em relação aos estados, que  
7878 eu acho que casa muito bem com uma das questões que precisamos decidir, enquanto comitê,  
7879 sobre o planejamento. Na minha vivência, enquanto comitê, recebemos situações urgentes e  
7880 mais urgentes. Claro que temos o ímpeto de trabalhar todas as pautas. A reunião passada, foi  
7881 Ceará, essa reunião foi Ceará e Pará. Na próxima reunião, infelizmente, sabemos que vai ter  
7882 alguma crise para conversarmos também. Uma questão que eu gostaria de puxar a sardinha para  
7883 o lado do planejamento, é justamente para nos organizarmos nessas atividades. Por exemplo, a  
7884 própria pauta política foi adiada de uma reunião para outra, a pauta política da prevenção e  
7885 combate à tortura. Uma questão para avaliarmos em conjunto, em relação ao planejamento, já  
7886 puxando mais para a frente, é justamente quais são as nossas prioridades. Temos recursos bem  
7887 limitados e, infelizmente, temos que escolher quais são as ações em que precisamos depositar

7888 as nossas energias. Por favor, não entenda como uma crítica, é só uma questão das questões  
7889 urgentes que aparecem no comitê que, muitas vezes, atropelam essas outras que são relevantes.

7890

7891 Vitória – Bárbara está inscrita novamente?

7892

7893 Bárbara – Bem rapidinho. Eu fiquei pensando, não sei se vocês estão visualizando a perspectiva  
7894 de um outro encontro, mas se tiver uma perspectiva de fazer o encontro novamente, que  
7895 trabalhem isso conjuntamente, porque aquele último teve algumas questões de um  
7896 mapeamento dos estados, que foi meio esquisito, para não me delongar. E em Santa Catarina,  
7897 nós não fomos convidados, teve toda aquela situação de que foi um convite para o conselho  
7898 estadual de direitos humanos, que tem várias questões. Não que não fosse convidado, mas o  
7899 coletivo que representa efetivamente o comitê estadual, é o nosso. E sempre tivemos esse  
7900 diálogo porque, desde dois mil e quinze, fizemos algumas dobradinhas, eu e Carol. Fazer isso  
7901 de maneira mais coletiva, nos dispomos a dialogar e também apresentar nos estados umas  
7902 figuras interessantes, para fazermos um debate bem equilibrado. Só isso. Acho que poderia ser  
7903 um encaminhamento, que fizemos conjunto esse mapeamento.

7904

7905 Carolina – Só para informarmos que pedimos, na planilha de eventos do ano que vem, o quarto  
7906 encontro. Pedimos.

7907

7908 Vitória – Márcia, a última fala, e eu vou para a votação dos encaminhamentos.

7909

7910 Márcia – É porque eu tinha entendido que tinha saído como encaminhamento, eu não vi depois,  
7911 pode ser que esteja ali e eu não tenha visto, por conta da tela. O encaminhamento da  
7912 possibilidade de oficial os governos dos estados, em relação à importância da implantação dos  
7913 mecanismos e comitês.

7914

7915 Vitória – Está aqui. Oito ponto dois. Os que não possuem, foi o encaminhamento da Fernanda.

7916

7917 Márcia – O que a Carol coloca, a possibilidade de monitoramento desses encaminhamentos, no  
7918 que diz respeito ao acompanhamento. Seria isso, Carol? (Intervenção fora do microfone). Você  
7919 coloca e, acho que comunga com o que a Bárbara fala, no sentido de um processo de  
7920 acompanhamento e monitoramento dessas questões, dessa ação específica, que seria a  
7921 implantação de mecanismo e comitê. Seria isso?

7922

7923 Carolina – Do meu ponto de vista, isso é atribuição da coordenação, mas eu acho que é muito  
7924 importante, do ponto de vista do comitê, fazer esse acompanhamento também, até porque está  
7925 nas competências, pela lei.

7926

7927 Márcia – Nós não pensamos como seria isso, ficou só como possibilidade para o planejamento.  
7928 É isso? Entendi. Porque, uma proposta, não sei isso tem a ver com o que Caio coloca que, de  
7929 repente, em alguns estados, Caio, no Rio Grande do Sul, estou no Ceará, acho que nós, em  
7930 alguma medida, já poderíamos acompanhar esse processo. Não esperar a criação de uma  
7931 comissão. Se um ofício for para o Rio Grande do Sul, da possibilidade de criação de comitê,  
7932 mecanismo, se o Caio está no Rio Grande do Sul, de repente, ele pode estar acompanhando esse  
7933 processo enquanto comitê. Seria uma deliberação desse coletivo. Na medida em que as pessoas  
7934 se colocam enquanto membros do comitê e, nos seus estados existe esse processo e há  
7935 possibilidade de acompanhamento, não vejo porque não encaminharmos isso como uma ação,  
7936 uma possibilidade de acompanhamento, monitoramento.

7937

7938 Carolina – Eu acho, Márcia, que isso que você está propondo é bem importante, mas eu  
7939 sugeriria que fizéssemos uma análise com todo o coletivo, nem que seja por e-mail. Por  
7940 exemplo, você está em Fortaleza, o Marcelo está na Bahia. Identificarmos onde cada membro

7941 da sociedade civil atual, inclusive a rede que se representa aqui, tanto a rede da RENILA, a  
7942 OAB, o CFP, como eles podem pensar em pontos focais para nos auxiliar com esse acesso aos  
7943 estados, essa capilarizada. Eu concordo com você, mas acho que precisamos fazer um  
7944 levantamento primeiro, tipo uma tarefa de casa primeiro, de como essas redes poderiam auxiliar  
7945 com essa capilaridade.

7946

7947 Vitória – Eu queria entender melhor qual a proposta de encaminhamento, para fazermos o  
7948 encaminhamento. Eu tenho que alterar algum que está aqui?

7949

7950 Fernanda – Não sei se é útil, em relação a essa questão do acompanhamento específico. Porque,  
7951 primeiro, foi a questão da implementação e criação, agora, do acompanhamento e  
7952 fortalecimento. A própria carta de Brasília fala em fomentar visitas. Mas, coitados, o pessoal  
7953 do mecanismo não tem nem perito. Mas, fala: fomentar visitas de monitoramento do mecanismo  
7954 nacional, com vistas ao fortalecimento dos comitês e mecanismos estaduais. E a outra, é:  
7955 realizar reunião com os comitês estaduais para construção do segundo plano de ações  
7956 integradas. Não sei se pode ser um encaminhamento realizar uma reunião com os representantes  
7957 dos comitês estaduais, para pensar eventualmente num plano de ação integrada, numa forma de  
7958 fortalecimento.

7959

7960 Carolina – Esse é uma a mais.

7961

7962 Fernanda – Em razão desse anseio que a Márcia e a Bárbara apresentaram.

7963

7964 Vitória – Eu queria muito tentar fazer a votação dos encaminhamentos. Estamos com sete  
7965 encaminhamentos já. O primeiro encaminhamento, de oficiar a ALESP, sobre... eu peço para a  
7966 Cândida falar, porque eu cortei a fala dela.

7967

7968 Cândida Souza – Só para reforçar essa questão da reunião com os comitês estaduais. Próxima  
7969 semana, eu sou representante do conselho estadual de direitos humanos, e o CNDH está  
7970 convocando uma reunião específica, justamente tentando fomentar. A exemplo, poderíamos  
7971 pensar nisso mesmo. (Intervenção fora do microfone). É uma reunião do CNDH específica com  
7972 os representantes dos conselhos estaduais, para fomento dos conselhos estaduais, das ações e  
7973 tal. É específica.

7974

7975 Vitória – O item oito ponto um, que é: oficialiar a ALESP sobre a suspensão do veto da  
7976 governadoria, que tratou sobre a criação, (intervenção fora do microfone). É o veto sobre a  
7977 criação do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura, seguindo as recomendações  
7978 da carta de Brasília, especificamente o item dez ponto dois. Compreendido por todos? Vou  
7979 colocar em votação. Fernanda, você pode ler, rapidamente, o item dez ponto dois, só para ficar  
7980 claro?

7981

7982 Fernanda – Mobilizar os órgãos do sistema de justiça, PGR, Assembleias Legislativas, em nível  
7983 nacional, para verificar a incidência desses na efetivação dos comitês e mecanismos de  
7984 prevenção e combate à tortura, nas unidades federativas, com devolutiva dos ofícios para os  
7985 pontos focais nos estados.

7986

7987 Vitória – Eu acho que aqui seria pedindo o cumprimento do item dez ponto dois, da carta de  
7988 Brasília. Acho que assim fica mais claro. Oficialiar à ALESP sobre a suspensão do voto da  
7989 governadoria sobre a criação do mecanismo estadual de São Paulo, pedindo o cumprimento do  
7990 item dez ponto dois, da carta de Brasília. Todos aqueles que são contrários a esse  
7991 encaminhamento, se manifestem no microfone. Abstencões. Esta aprovada por unanimidade.  
7992 Oito ponto dois: oficialiar as assembleias legislativas dos estados que não possuem comitês e  
7993 mecanismos estaduais, solicitando o cumprimento do item dez ponto dois - acho que eu errei  
7994 o item, acho que se item é outro, depois, me corrijam se eu tiver errado o item – da carta de  
7995 Brasília, pedindo para verificarem a efetivação e implementação dos mecanismos estaduais,

7996 essencialmente no estado de São Paulo. (Intervenção fora do microfone). Acho que do estado  
7997 de São Paulo não precisa, porque foi para cima.

7998

7999 Marco – Faria um adendo, que existe uma entidade que associa todos os deputados estaduais,  
8000 que tem sede em Brasília, que é a UNALLE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos  
8001 Estaduais. Poderia mandar para eles também.

8002

8003 Vitória – Aqui está falando oficializar as Assembleias, que não possuem o comitê. (Intervenção  
8004 fora do microfone). Podemos oficializar assembleias e governos estaduais. Não tem problema.  
8005 Oficializar as assembleias legislativas dos estados e governos estaduais. Marco, por favor, qual  
8006 era? (Intervenção fora do microfone). Assim como escrevi na tela? UNALLE?

8007

8008 Marco – Porque é uma entidade que congrega todos os parlamentares. Tem mais de mil  
8009 parlamentares associados, estaduais. Se quiser colocar o que significa UNALLE, para depois  
8010 dar um Google. União Nacional dos Legisladores e Legislativos estaduais.

8011

8012 Vitória – O oito ponto dois, é: oficializar as assembleias legislativas dos estados e governos  
8013 estaduais, que não possuem mecanismos e comitês estaduais, e UNALLE – coloquei no final,  
8014 porque ela não possui mecanismo estadual. Depois fica só isso para conhecimento – solicitando  
8015 o cumprimento do item dez ponto dois, da carta de Brasília, e pedindo para verificarem a  
8016 efetivação e implementação dos mecanismos estaduais. Aqueles contrários se manifestem.  
8017 Abstenções. Aprovado por unanimidade. Oito ponto três: comitê nacional, que crie comissão  
8018 para fomentar a criação de comitês e mecanismos nos estados que não dispõem dos mesmos,  
8019 em cumprimento do item dez ponto quatorze, da carta de Brasília. Aqui é uma deliberação para  
8020 a criação de uma comissão, no nosso comitê. Essa proposta foi alterada? É da Fernanda.  
8021 Fernanda, essa é a proposta oito ponto três, que foi o pedido de cumprimento do item dez ponto  
8022 quatorze, da carta de Brasília. Nós estaríamos fazendo uma deliberação pela criação de uma

8023 comissão. Eu vou colocar em votação, só para todo mundo ter claro, a criação de uma comissão,  
8024 onde pede para cada sociedade civil e, depois, governo, encaminhar os três nomes.

8025

8026 Sávio – Talvez, incluir esse ponto na pauta da próxima reunião. Definir a criação de uma  
8027 comissão permanente, nós temos previsão no regimento. Porque precisa definir membros. Acho  
8028 que incluir o ponto na próxima pauta.

8029

8030 Vitória – Vou (inaudível) o encaminhamento e, na próxima pauta, definimos nomes.

8031

8032 Lucas – Acho que mesmo a criação da (intervenção fora do microfone).

8033

8034 Vitória – Eu vou colocar a proposta de encaminhamento em votação, porque ela está aqui, oito  
8035 ponto três. O comitê nacional vai criar uma comissão – se chama comissão permanente? -  
8036 (intervenção fora do microfone). Seria comissão permanente ou GT. (intervenção fora do  
8037 microfone). Para fomentar a criação de comitês e mecanismos dos estados que não dispõe dos  
8038 mesmos, em cumprimento ao item dez ponto quatorze, da carta de Brasília. Aqueles contrários,  
8039 se manifestem no microfone.

8040

8041 Lucas – Eu sou pela proposta do Sávio, para que deixemos para a próxima reunião essa  
8042 deliberação.

8043

8044 Vitória – Eu vou colocar essa em votação, e vou fazer a proposta dele um outro  
8045 encaminhamento.

8046

8047 Lucas – Então, sou contraio.

8048

8049 Vitória – Aqui, estamos votando o encaminhamento da criação.

8050

8051 Sávio – Acho que precisa de maiores debates, até os membros... eu sou contrário.

8052

8053 Vitória – Sávio, contrário, Lucas e Marcos. Abstenções. Felipe, pode falar, que a Carol não  
8054 anotou. E Felipe. (Intervenção fora do microfone). Cinthia, quer votar com eles, contrário? O  
8055 encaminhamento que sair daqui é para a criar essa comissão permanente. Os nomes, não vamos  
8056 tirar aqui, de jeito nenhum, porque não tem tempo. Iriamos para a próxima reunião tirar esses  
8057 nomes. É só para aprovar uma comissão ou grupo de trabalho. Temos que seguir o regimento.  
8058 (Intervenção fora do microfone). Mas, Marcos, vai trocar o voto ou deixa o contrário?  
8059 (Intervenção simultânea). Eu não queria abrir para debate no meio da votação.

8060

8061 Marcos – Se, na próxima, formos definir os critérios, tudo certinho, eu sou favorável.

8062

8063 Sávio – Mas, aqui está colocando a necessidade.

8064

8065 Vitória – Vamos criar uma comissão e, na próxima reunião, nós temos que deliberar sobre os  
8066 nomes que estão nessa comissão, a função específica da comissão. (Intervenção fora do  
8067 microfone). Os contrários, até agora... não? Apagou. Então, vou colocar em votação. Aqueles  
8068 contrários, por favor, se manifestem no microfone. Vocês estão mudando de posicionamento.  
8069 Aprovado por unanimidade. Está ótimo. Oito ponto quatro: pensar em ações conjuntas efetivas,  
8070 estado CGCT. Quem fez essa proposta, por favor, ao microfone, para entender melhor.

8071

8072 Bárbara – Criação de manuais, diretrizes, tudo isso é muito legal, importante e essencial. Eu fiz  
8073 a proposta de criarmos um laço do governo, de apoio do governo efetivo. Eu falo desde Santa  
8074 Catarina.

8075

8076 Vitória – Qual a proposta específica de encaminhamento?

8077

8078 Bárbara – Eu não sei como definir ainda, mas pensar ações conjuntas de apoio efetivas de apoio  
8079 de governo à criação nos estados. Porque, só documentos acabam sendo pouco, acabam não  
8080 tendo efeito. Algo que seja mais contundente, de apoio do governo. Porque, se começar a sair  
8081 diretrizes, apoio in loco, ir lá, conversar com as autoridades temos mais chance, do que do jeito  
8082 que é genérico.

8083

8084 Vitória – Só pensando num encaminhamento. O encaminhamento é pensar. Isso não é  
8085 encaminhamento: pensar em ações. A efetividade do encaminhamento. (Intervenção fora do  
8086 microfone).

8087

8088 Bárbara – Incidência, eu tinha pensado bem na coordenação geral de combate à tortura. Não  
8089 que o comitê não possa, obvio. Mas, da coordenação porque tem um laço direto, anteriormente  
8090 era um pouco mais robusto, daí foi perdendo um pouco a força. Acho que é importante envolver  
8091 o CGCT.

8092

8093 Marcos – Teria que ser o comitê, porque a coordenação é órgão do Ministério.

8094

8095 Vitória – O encaminhamento estava com a coordenação. Aqui estava CGCT.

8096

8097 Bárbara – Vai ser absorvido. Se colocar comitê, ela faz parte do comitê. Mas, é diferente  
8098 trabalhar isso no comitê. Porque, anteriormente, a nossa experiência era mais profícua, com a  
8099 participação da CGCT. É um chamamento de um apoio político mais contundente, do que só  
8100 manuais e diretrizes. É um chamamento para a coordenação, porque no comitê fica diferente, o  
8101 comitê já vai fazer isso, eu tenho entendido que é até atribuição do comitê, incentiva. A minha  
8102 ideia era um apoio político, eficaz, verdadeiro, direto. Por exemplo, vamos fazer reunião lá, na  
8103 Casa Civil, se a Carol pudesse estar presente, ou alguém representando, é outro dialogo.

8104

8105 Vitória – Isso seria quase uma criação de agenda nos estados, para pensar em ações conjuntas,  
8106 junto aos estados.

8107

8108 Bárbara – Sair com esse compromisso, porque tem muitas ideias maravilhosas que se perdem  
8109 com o tempo.

8110

8111 Vitória - Daniel.

8112

8113 Daniel – Já com esclarecimento para a Fernanda, em toda inspeção que fazemos, colocamos  
8114 como prerrogativa uma das primeiras conversas com o comitê, que já é a estratégia do  
8115 mecanismo de fazer esse fortalecimento. Concordo que não tem como tirarmos um  
8116 encaminhado para a coordenação, mas, acho que ter isso no planejamento do comitê é  
8117 fundamental de fazer essa incidência in loco, que é algo que já fazemos. Se vocês pegarem  
8118 todos os relatórios tem um dos primeiros, se não for o tópico dois, é o três, que é a política local  
8119 de prevenção e combate à tortura. É algo que já fazemos quando vamos, quando existe, tentando  
8120 provocar e, quando não existe, isso está como recomendação.

8121

8122 Vitória – A oito ponto quatro, ficou: formulação de agenda para incidência política do comitê  
8123 e coordenação geral nos estados, para pensar em ações conjuntas efetivas de apoio, por parte

8124 do estado. (Intervenção fora do microfone). Vamos acabar só essa frase. Pensar em ações  
8125 conjuntas efetivas de apoio do estado, para criação de comitês. (Intervenção fora do microfone).  
8126 Dúvidas, em relação a esse encaminhamento específico.

8127

8128 Cinthia – Tenho uma dúvida, no seguinte: Carol, dos estados que criaram os comitês e os  
8129 mecanismos, eu penso que muito mais é necessário arranjos institucionais das forças locais do  
8130 que, propriamente, o governo federal. Se não houver mobilização do Ministério Público, da  
8131 defensoria pública, das instituições locais, não adianta fazer pressão de cima para baixo, não  
8132 vai. Essa é a minha experiência. Acho que a formulação era: arranjos institucionais, dentro das  
8133 instituições estaduais, para criação do mecanismo.

8134

8135 Vitória – Bárbara, por favor.

8136

8137 Bárbara – Vou falar de Santa Catarina, que acompanho muito. Lá eu já tenho tudo isso, tenho  
8138 a defensoria, tenho o estado, tenho tudo. Só não tenho o apoio do governo, que temos tentado.  
8139 Eu tenho um coletivo incrível lá, muito organizado, de muito tempo, temos dossiês que posso  
8140 até trazer para compartilhar digital com vocês, de mais de mil páginas, incrível, mostrando tudo  
8141 que temos feito lá, durante quatro, cinco anos. O que queremos mesmo é o apoio do governo.  
8142 É uma pauta de governo, temos uma coordenação, já temos, em Santa Catarina e outros estados.  
8143 O que está faltando é um apoio efetivo, de estar junto, de um convencimento, de uma convulsão  
8144 política.

8145

8146 Lucas – Bárbara, governo estadual ou federal, você diz?

8147

8148 Bárbara – Eu pensei no federal, penso muito na coordenação.

8149

8150 Lucas – Estou tentando entender a participação da coordenação aí. Não temos como nos  
8151 comprometer na formulação de uma agenda com a coordenação, não faria muito sentido, acho  
8152 que é meio inócuo, esse oito ponto quatro, porque está CGCT.

8153

8154 Márcia – Eu concordo com a Bárbara, em alguns estados já existe esse processo de movimento  
8155 e organização já instituído. (Intervenção fora do microfone). Inclusive, com questões concretas  
8156 já construídas, faltando só o apoio. Isso, na lei, nos compete, na lei doze mil, nos compete  
8157 fomentar, fortalecer ações de implantação de mecanismos e comitês no estado. É uma coisa que  
8158 é atribuição do comitê.

8159

8160 Sávio – Minha sugestão é juntar com o item oito ponto três. Além de colocar criação e  
8161 fortalecimento de comitês e mecanismos. Atende os dois. A ideia do oito ponto quatro é  
8162 fortalecer a estrutura que está lá. Se fizermos a junção.

8163

8164 Vitória – Mas, o oito ponto três, é nos estados que não dispõem dos mecanismos. (Intervenção  
8165 fora do microfone). Bárbara, que fez a proposta do oito ponto quatro, vou perguntar se teve  
8166 alguma alteração da forma como está escrito, e vou pôr para votação. Formulação de agenda  
8167 para incidência política do comitê e coordenação geral nos estados, para pensar em ações  
8168 conjuntas efetivas de apoio ao estado à criação de comitês e mecanismos estaduais. Bárbara, é  
8169 essa a redação? Eu vou colocar para votação. Aqueles contrários a esse encaminhamento, se  
8170 manifestem no microfone.

8171

8172 Lucas – SNPG.

8173

8174 Vitória – Abstenções.

8175

8176 Lucas – Vitória, só um destaque, não em relação ao mérito da proposta. Só a participação da  
8177 coordenação, que não podemos nos comprometer. Não posso, a nível de secretaria, me  
8178 comprometer com essa participação. Mas, nada impede que o comitê e o próprio mecanismo,  
8179 enviem convites para nós para articularmos eventualmente.

8180

8181 Vitória – Abstenções? Eu vou pedir para que se manifestem no microfone, aqueles que são  
8182 favoráveis, porque não foi unânime e temos que fazer o registro oral. Favoráveis, conselho  
8183 federal da OAB.

8184

8185 Guilherme – Justiça Global.

8186

8187 Interlocutor não se identificou – CUT.

8188

8189 Márcia – RENILA

8190

8191 Cândida Sousa - UFRN

8192

8193 Frei Davi – EDUCAFRO

8194

8195 Interlocutor não se identificou – MNU

8196

8197 Henrique – CONECTAS

8198

8199 Vitória – tem gente que nem está no contrário, nem na abstenção, nem no favorável. Eu queria  
8200 que me explicassem onde eu colocaria vocês, na votação. (Intervenção fora do microfone).  
8201 Sávio, abstenção, Cinthia, abstenção e Felipe, abstenção.

8202

8203 Sávio – Eu só fico preocupado realmente com a execução. A proposta é importante, mas ela  
8204 está linkado com a de cima. Prefiro não me manifestar.

8205

8206 Vitória – Perfeito. Ficamos de abstenções. (Intervenção fora do microfone). Ficou ótimo. Para  
8207 não esquecermos de agirmos enquanto comitê. Oito ponto cinco: monitoramento dos  
8208 encaminhamentos dos encontros. Carol, quem propôs essa?

8209

8210 Bárbara – Me ajudem na redação. Não sei se monitoramento.

8211

8212 Carolina – O comitê realizar monitoramento dos encaminhamentos dos encontros nacionais.

8213

8214 Bárbara – É mais um acompanhamento, porque saíram muitas coisas legais que acho que valem  
8215 a pena resgatar e olharmos para elas. Já tem muita coisa desenvolvida. (Intervenção fora do  
8216 microfone).

8217

8218 Sávio – É importante, mas de que forma? Temos que detalhar de que forma.

8219

8220 Vitória – A metodologia não está clara no encaminhamento.

8221

8222 Fernanda – Não pode ser inclusão no planejamento, que a Carol falou? Porque o planejamento  
8223 vai ser feito. Análise das recomendações feitas, no primeiro, segundo e terceiro encontros, para  
8224 que sejam incluídas no planejamento.

8225

8226 Bárbara – Eu acho que é importante fazer esse resgate para olhar para elas. Tem muita coisa já  
8227 para trabalharmos e ficamos inventando novas coisas.

8228

8229 Vitória – Quando formos fazer nosso planejamento do próximo ano, isso poderia constar na  
8230 nossa pauta do planejamento.

8231

8232 Carolina – Analisar os encaminhamentos dos encontros, no planejamento. Ou, fazer o  
8233 acompanhamento dos encaminhamentos, como um item do planejamento? (Intervenção fora do  
8234 microfone).

8235

8236 Vitória – Bárbara, analisar os encaminhamentos dos encontros, na avaliação do nosso  
8237 planejamento, que vai ser na primeira reunião do ano que vem, em fevereiro provavelmente.  
8238 Assim, fica suficiente?

8239

8240 Bárbara – O mais importante, analisar é importante, mas o mais importante é resgatar mesmo.  
8241 Para dar uma olhada para eles, de repente, pensar sobre...

8242

8243 Vitória – Objetivamente, resgatar o que é? É cada um levar para casa, para sua leitura individual,  
8244 ou vamos trazer para o comitê, para uma leitura coletiva?

8245

8246 Bárbara – O que vocês acham?

8247

8248 Marcia – Para esclarecer, Bárbara, vou dar um exemplo concreto. Esses encaminhamentos em  
8249 relação ao Pará, os ofícios que foram encaminhados e, depois, termos um monitoramento do  
8250 retorno dessas respostas. É isso?

8251

8252 Bárbara – É por isso que usei a palavra monitoramento, mas achei que ficou meio pesada, meio  
8253 esquisita, mas não deixa de ser um acompanhamento. (Intervenção simultânea). Contemplada.

8254

8255 Cândida Souza – Coloca acompanhamento e monitoramento, acho que não faz muita diferença,  
8256 se for especificamente acompanhamento e monitoramento.

8257

8258 Guilherme – Acho que a ideia, o que vamos fazer, a luz desses encaminhamentos dos encontros,  
8259 é exatamente o que vamos discutir no planejamento. Vamos nos planejar à luz desses  
8260 encaminhamentos.

8261

8262 Vitória – Seria: acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos dos encontros, no  
8263 planejamento do biênio. Esta é a redação proposta, se alguém quer alterar a redação, fale no  
8264 microfone. Vou colocar em votação. Todos aqueles contrários à oito ponto cinco, se manifestem  
8265 no microfone. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Oito ponto seis: CNPCT participar da  
8266 organização do quarto encontro. Já está sendo organizado o quarto encontro? Isso não tem nem  
8267 data para acontecer, pelo que está passando aqui. (Intervenção fora do microfone). Eu vou  
8268 sugerir a supressão desse item da votação. (Intervenção fora do microfone). Bárbara, posso?  
8269 (Intervenção fora do microfone). Vocês nos convidam parar participar.

8270

8271 Bárbara – Eu falei em auxiliar no mapeamento dos atores, porque o último encontro não  
8272 contemplou muito.

8273

8274 Vitória – Acho que, quando tiver uma agenda, poderíamos pensar nessa colaboração.  
8275 (Intervenção simultânea). Oito ponto sete: os membros do comitê vão mapear redes para  
8276 aumentar a capilaridade da implementação e fomento de comitês e mecanismos, nos estados.

8277

8278 Fernanda – Essa é minha, já está difícil. Eu também estou achando difícil. Mas, a ideia é a  
8279 seguinte: que cada membro do comitê faça um levantamento junto à sua rede de atuação, de  
8280 como acompanhar a implementação e o fomento de comitês e mecanismos nos estados. Por  
8281 exemplo: a OAB tem seccionais em todos os estados. Estou dando a OAB, porque é um  
8282 exemplo mais fácil, mas não é obrigatório, apesar que poderia ser. Como a OAB, o conselho  
8283 federal, poderia articular com as seccionais, esse tema de prevenção e combate à tortura, em  
8284 especial, a criação de comitês e mecanismos. E, na presença de outros atores, como a própria  
8285 ANADEP, CONDEJ, CNPG e afins, como esses atores também podem se inserir nesse debate,  
8286 no sentido de não termos como estarmos em todos os estados. Temos um orçamento limitado,  
8287 não temos como estar em todos os estados. É contar com essa rede para nos dar notícia e auxiliar  
8288 nessa articulação nos estados. (Intervenção fora do microfone). Mapear redes e arranjos  
8289 institucionais. (Intervenção fora do microfone).

8290

8291 Vitória – Mapear, em seus estados, redes para aumentar a capilaridade da implementação e  
8292 fomento de comitês e mecanismos nos estados. O mapeamento é tarefa de cada um, na verdade  
8293 levar para o seu estado e procurar apoio para fazer a implementação. (Intervenção fora do  
8294 microfone). Vamos colocar para enviar por e-mail esse mapeamento feito. Vou colocar para  
8295 votação. Aqueles contrários a esse encaminhamento, se manifestem no microfone. Abstenções.  
8296 Aprovado por unanimidade. Em relação – vou fazer rapidamente isso – à nossa pauta  
8297 administrativa, que está número onze, para mim, de informes institucionais, vou coloca-la para  
8298 a nossa próxima reunião. (Intervenção fora do microfone).

8299

8300 Carolina – A Maria José fez um levantamento em relação a denúncias que chegam para o  
8301 comitê. Esse ponto de pauta seria uma oportunidade para fazer uma apresentação desse  
8302 levantamento. Mas, para além disso, também tem uma questão do da atuação da secretaria  
8303 executiva no apoio à sociedade civil. Eu sei que, às vezes, são muitos e-mails, esse trabalho é  
8304 um trabalho voluntário, todos têm suas agendas. Mas, pedimos o apoio da sociedade civil,  
8305 principalmente, nesse momento de emissão de passagens. Temos regras do governo federal para  
8306 emissão de passagens, temos as regras internas para tramitação desses pedidos no Ministério e,  
8307 muitas vezes, ligamos, às vezes, mandamos mensagem, e não temos retorno. Não é de  
8308 sacanagem. Mas, é que precisamos muito dessa resposta para instruir os nossos processos. É  
8309 um aviso que vamos fazer de novo na próxima reunião, mas pedimos o auxílio dos colegas e a  
8310 compreensão. Eu sei que, às vezes, o pessoal está em reunião, está em missão, está fora, mas a  
8311 compreensão para receber os nossos pedidos, as nossas demandas, em relação à emissão de  
8312 passagens principalmente.

8313

8314 Lucas – Trinta segundos, porque vou ter que ir. Confirmando a participação do Marco,  
8315 informando a mesa diretora, ele vai estar na missão conjunta. Houve uma divergência, vocês  
8316 tinham falado do prazo, e ambos estão corretos. Carol tinha comunicado que venciam na segunda,  
8317 e realmente venceu, que é o prazo do gabinete, que pedimos com um pouco mais de  
8318 antecedência para enviar para a secretaria executiva. E, hoje, vence o prazo para autoridade  
8319 superior, mediante justificativa, lá no gabinete nós aceitamos o descumprimento desse prazo,  
8320 excepcionalmente. Quero agradecer a todos pela participação, dizer que foi um prazer estar com  
8321 vocês novamente. Evoluímos muito da reunião passada para cá, temos construído pontes, isso  
8322 está sendo muito bom. Quero parabenizar publicamente o trabalho da Carol, da Jusley, da Zezé,  
8323 toda a equipe da coordenação, vocês tem feito um trabalho excepcional, obrigado por tudo,  
8324 conseguiram organizar com sucesso, realizar mais uma reunião. Pouco tempo tivemos entre  
8325 uma reunião e outra, foi mais ou menos um mês e meio, ou menos que isso. Parabéns. Bom  
8326 final de semana a todos. Valeu.

8327

8328 Vitória – Valeu, Lucas, obrigada.

8329

8330 Guilherme – Carol, gostaria de pedir uma gentileza, se fosse possível, que a demanda viesse  
8331 com um pouquinho mais de prazo. Uma coisa que tem que responder até hoje, até o fim do dia  
8332 ou, até amanhã, ao meio dia. pelo menos, para nós, às vezes, na dinâmica do nosso trabalho,  
8333 estou fora, não consigo olhar agenda, olhar e-mail no dia. que sejam dois dias para responder.

8334

8335 Carolina – A perspectiva é que isso fique melhor o ano que vem, com as datas já  
8336 preestabelecidas das reuniões. Mas, esse, ficamos na confirmação da data vinte ou vinte e um,  
8337 vinte e um e vinte e dois. Isso, de fato, atrasou o tempo. Nesse período, para cumprir as regras  
8338 internas do Ministério, ficou pouquíssimo tempo de fato para vocês responderem. Pedimos  
8339 compreensão nesse caso especificamente, mas a nossa expectativa é que isso melhore o ano que  
8340 vem, por conta do calendário, maravilhoso calendário aprovado pela mesa diretora.

8341

8342 Vitória – Carol, minha pergunta seria em relação ao item onze, se eu tenho que adiar para a  
8343 próxima reunião o informe sobre fluxo de tratamento de denúncias, e os informes da secretaria,  
8344 sim ou não?

8345

8346 Carol – Sim, de novo, porque não está todo mundo aqui.

8347

8348 Vitória – Os informes da secretaria executiva, é verdade Zezé, é uma excelente, fazer disso uma  
8349 pauta permanente. (Intervenção fora do microfone). E o informe sobre o fluxo de tratamento de  
8350 denúncias, que são as denúncias que chegam aqui, de violações, etc. temos que saber o fluxo  
8351 que segue.

8352

8353 Márcia – Vai para a mesa diretora? (Intervenção simultânea). Tem ido. Já que a pauta é essa,  
8354 vou registrar só que foi encaminhado ontem um relatório da sociedade civil, do estado do Ceará,

8355 relatório do grave cenário de violações de direitos humanos das pessoas encarceradas no Ceará.  
8356 Só para fazer esse registro e, um esclarecimento, esse relatório vai para a mesa diretora para  
8357 que, na próxima reunião possa ser pautado.

8358

8359 Interlocutor não se identificou – Só para falar rapidinho. Tínhamos feito uma análise das  
8360 denúncias, preparado para apresentar, não vamos ter tempo. Só para dizer que, quando a  
8361 denúncia chega por ofício, por e-mail, seja lá o que for, o estado que vem, que vem de algum  
8362 comitê, de imediato mandamos para a ouvidoria. Tem que mandar. Seguindo a resolução  
8363 quatro, submetemos à mesa diretora. Na reunião da mesa diretora, ficou decidido que a mesa  
8364 vai se reunir mensalmente e vai fica melhor para acompanhar as denúncias. Não tem condições  
8365 de passar todas as denúncias para o comitê de imediato, mas para a mesa diretora está sendo  
8366 enviado sim, aquelas que vem por e-mail. (Intervenção fora do microfone). No  
8367 encaminhamento da ouvidoria, a ouvidoria nos responde os encaminhamentos, abrimos um  
8368 processo no SEI. Mesmo que chegue por e-mail, pegamos essa correspondência, abrimos um  
8369 processo e começamos a acompanhar e vamos vendo o acompanhamento. Discutir fluxo de  
8370 denúncia é uma coisa que pode ficar par ao planejamento, para vermos como o comitê quer  
8371 atuar. Isso não está fechado, tem uma resolução para isso, mas precisamos discutir isso ano que  
8372 vem. (Intervenção fora do microfone). A partir dessas denúncias e, também, para identificar os  
8373 estados. Era só isso, mas era para dizer que, independente de mandarmos para a mesa diretora,  
8374 precisamos mandar para a ouvidoria, porque tem que registrar no disque Cem e dar os devidos  
8375 encaminhamentos.

8376

8377 Vitória – Esse item onze, da pauta administrativa, informes institucionais, foi adiado para a  
8378 próxima reunião. Já fizemos considerações, mas ele está adiado para a próxima reunião. Em  
8379 relação à avaliação para planejamento do biênio, sugiro que façamos isso na primeira reunião  
8380 do ano que vem, está onze, mas é item doze. (Intervenção fora do microfone). Essa avaliação  
8381 ficaria, Carol, esse item, esse primeiro item do item onze, avaliação para planejamento do  
8382 biênio, ficaria para a primeira reunião do ano que vem.

8383

8384 Carolina – A avaliação de planejamento pode ser feita por uma metodologia de planejamento.  
8385 Temos uma pessoa no Ministério que poderia fazer uma oficina, durante um dia, para organizar  
8386 o nosso planejamento. A consulta que a secretaria executiva traz para a plenária é se querem  
8387 fazer um momento de planejamento no ano que vem. Porque, deliberando pela realização do  
8388 planejamento, vamos mandar os instrumentos, acho que todo mundo já fez planejamento,  
8389 análise SWOT / FOFA, já com algumas indicações de quais seriam as prioridades.  
8390 Mandaríamos isso por e-mail e já recolheríamos os subsídios para fazer essa avaliação em um  
8391 dia de oficina, numa próxima reunião.

8392

8393 Vitória – Seria a avaliação se nós queremos, em algum momento, a oficina no fazer o  
8394 planejamento.

8395

8396 Carolina – Qual é a proposta da coordenação? Podemos oferecer uma oficina de um dia para  
8397 planejamento.

8398

8399 Vitória – Eu sugeriria, na nossa próxima reunião, vão me achar absurda, mas ser três dias de  
8400 reunião, um de oficina, dois de reunião, porque vemos que em dois dias não damos conta da  
8401 nossa pauta. Eu sugeriria isso. Reunião extraordinária quando? Dezembro? Não vai rolar.  
8402 Janeiro? Não tem como. Seria a de fevereiro, seria uma reunião extra de fevereiro,  
8403 especificamente.

8404

8405 Carolina – Eu acho que a mesa diretora faz a avaliação do período, o plenário recomenda três  
8406 dias, a mesa diretora avalia se vai conseguir ou não.

8407

8408 Vitória – Qual é a dificuldade do período de três dias? Só para eu entender.

8409

8410 Carolina – O tempo mesmo. Porque, particularmente, vou contar a minha experiência enquanto  
8411 governo em um colegiado. Dois dias é muito puxado, imagino para vocês também, porque para  
8412 a vida. Três dias parados, ainda que sejam muito produtivos aqui na discussão, é puxado.

8413

8414 Cândida Souza – Na verdade, nós meio que paramos a semana. Porque viemos de fora, já temos  
8415 que vir no dia anterior, sai de Natal seis horas da manhã de ontem, cheguei não sei que horas  
8416 da noite do dia que eu vim. Para a semana. Entendo que a secretaria pode não dar conta, mas  
8417 acredito que para nós, da sociedade civil, nos ajeitamos. Porque já nos organizamos, perdemos  
8418 uma semana para vir para cá.

8419

8420 Vitória – Eu colocaria proposta de encaminhamento?

8421

8422 Henrique – Se tiver a reunião de fevereiro, talvez não precise, se não tiver...

8423

8424 Interlocutor não se identificou – Tem também a questão de alguns prejuízos que a sociedade  
8425 civil tem experimentado, principalmente nessa reunião em específico, tendo em vista a  
8426 aquisição de passagens. A política que está sendo utilizada, muitas vezes, prejudicou algumas  
8427 instituições de participarem do regimento de votação em razão de horários de voos. Pedir para  
8428 que, a partir do próximo calendário, sejam observadas essas perspectivas, para que não tenha  
8429 tanto prejuízo para a sociedade civil. Porque, já temos um quadro de entidades faltantes, e não  
8430 prestigiar os que estão presentes em razão de cronograma de viagem, acredito que seja um  
8431 prejuízo muito grande.

8432

8433 Cândida Souza – Reiterando que esse é um pedido que já foi feito na última reunião.

8434

8435 Carolina – Quando trazemos os informes da secretaria executiva, gostaríamos de ter tratado  
8436 com um pouco mais de profundidade, sobre como são feitas essas escolhas.

8437

8438 Vitória – Em relação específica à proposta de encaminhamento de que a próxima reunião seja  
8439 feita em três dias, eu posso colocar isso para votação como uma proposta de encaminhamento  
8440 desse item? Porque o informe do calendário, eu já aviso, é o calendário que está na pastinha de  
8441 vocês, que já está aprovado. É o informe pura e simples, para apresentar para vocês o calendário  
8442 do ano que vem, não é para aprovar calendário nenhum, já foi aprovado pela mesa diretora.  
8443 Conseguiríamos encerrar esse item. Proposta de encaminhamento.

8444

8445 Felipe – Vitória, só um aparte. A oficina de planejamento não poderia ser feita com um grupo  
8446 menor? Teria que envolver todo... (intervenção fora do microfone). Seria um planejamento de  
8447 médio, longo prazo, para o comitê?

8448

8449 Carolina – Planejamento para o biênio?

8450

8451 Felipe – Porque isso não pode ser feito com uma comissão específica? Simplificar, porque  
8452 sabemos que...

8453

8454 Carolina – Da minha experiência pessoal, não estou falando enquanto governo, quanto mais  
8455 pessoas participarem, melhor, porque, quem define a ação auxilia a você se sentir mais  
8456 responsável pelo cumprimento daquela ação. Mas, isso é do meu ponto de vista pessoal, eu não  
8457 tenho orientação ou respaldo institucional para decidir sobre esse ponto. Pessoal. Na minha  
8458 compreensão, quem está envolvido no planejamento, tem uma maior tendência a se engajar  
8459 nessas ações. Mas, podemos avaliar isso com os responsáveis pela oficina, na secretaria  
8460 executiva, se isso poderia ser feito ou não. Eu traria de volta essa resposta, se for necessário.

8461

8462 Felipe – Só estou sugerindo, não estou encaminhando nada. Só acho que seria mais simples.  
8463 Como sabemos da tendência que esse colegiado tem de entender as discussões, me parece que  
8464 talvez um dia não fosse suficiente, atrapalhássemos pauta. Deixa isso colado na reunião  
8465 ordinária, talvez não seja tão interessante, de repente, uma extraordinária, para uma comissão  
8466 específica, com menos gente, acarretaria menos gasto de passagem. É só uma ideia.

8467

8468 Cândida Souza – Eu acho que, desse jeito que está o encaminhamento, contempla o que você  
8469 está dizendo, se especificarmos que vai ser um dia de ofício e dois dias de reunião. Limitamos  
8470 a não passar do primeiro dia. desonera o estado, por não fazer duas coisas separadas, e mais  
8471 gente participa com mais possibilidade de viabilizar o planejamento. Vários colegiados fazem  
8472 planejamento e não conseguem executar.

8473

8474 Vitória – Em relação a esse encaminhamento, posso colocar para votação, todo mundo fez a  
8475 leitura? Todos aqueles contrários a esse encaminhamento, falem no microfone. Abstencões.  
8476 Aprovado por unanimidade. Para fechar a reunião, temos que aprovar os encaminhamentos  
8477 dessa reunião. Eu peço a paciência para fazermos isso e não ficar a pendência que ficou na  
8478 última reunião, de que os encaminhamentos não foram aprovados. Carol, agora é com você.  
8479 Não é a leitura integral, é só a aprovação, na verdade, lembrando nossos encaminhamentos.  
8480 A aprovação, estou imaginando Carol, com base no que fizemos na reunião da mesa diretora, é  
8481 que a aprovação do sumário executivo, fica vinculado à degravação ainda. (Intervenção fora do  
8482 microfone). Ótimo. Só para não dar problema.

8483

8484 Guilherme – Vou pedir desculpa, mas vou ter que sair, estou com horário do voo. Obrigado a  
8485 todos. A quem eu não conhecia, foi um prazer conhecer, até a próxima.

8486

8487 Vitória – Temos que fazer a aprovação desse último item. (Intervenção fora do microfone).

8488

8489 Carolina – A leitura dos encaminhamentos acordados na reunião.

8490

8491 Vitória – É isso que temos que fazer agora. Não é a leitura integral, é a leitura dos  
8492 encaminhamentos. Falta isso. Carol.

8493

8494 Carolina – Encaminhamento um ponto um: aprovação da pauta da vigésima quinta reunião  
8495 ordinária, todos de acordo?

8496

8497 Vitória – Eu acho que já está aprovado isso. Só vai lendo para tomarmos ciência.

8498

8499 Carolina – Encaminhamento dois ponto um, que foi rejeitado. Encaminhamento dos três ofícios  
8500 do mecanismo, para colher subsídios para responder as autoridades provocadas, no prazo de  
8501 quinze dias, com retorno da resposta do mecanismo, a mesa diretora fazer os encaminhamentos  
8502 fundamentados para esses órgãos que requisitaram. Esse caiu. Aprovado, dois ponto dois: em  
8503 relação ao ofício do MPF, comitê enviar para o mecanismo, para colher subsidio, com prazo de  
8504 resposta de quinze dias. Com a resposta, encaminhar para o MPF. Dois ponto três: em relação  
8505 ao ofício da ABP e CRM DF, CNPCT enviar ofício para o mecanismo, para ciência e, CNPCT  
8506 responder os ofícios ao gabinete do Ministério, com cópia para a ABP e CRM, dizendo que  
8507 somos competentes para o afastamento cautelar, de acordo com o parágrafo tal, e que não  
8508 encontramos indícios para tanto. Para o MMFDH, o CNPCT pede para ser notificado sobre  
8509 eventuais encaminhamentos dessas denúncias, abertura de sindicâncias, etc. aprovado por  
8510 unanimidade. Audiência Ceará. Encaminhamentos da audiência do Ceará, três ponto um:  
8511 oficiar o Ministério Público do Ceará, defensoria pública do Ceará, e a sétima câmara, para  
8512 pedir retorno às denúncias e recomendações encaminhadas pelo MNPCT. O mecanismo vai  
8513 passar as referências do ofício encaminhado às autoridades. Oficiar ao governo do Ceará,  
8514 considerando as novas situações apresentadas durante a audiência pública do Ceará. A partir da

8515 resposta do Ceará, ver encaminhamento três pontos um, e três ponto dois, realizar missão  
8516 conjunta, comitê e mecanismo, com agenda com o governo local, federal e órgãos de controle  
8517 social, em dois mil e vinte. Três ponto quatro: solicitar resposta oficial e escrita do DPEN, sobre  
8518 o cumprimento das cinco recomendações do mecanismo que estão no relatório. Três ponto  
8519 cinco: solicitar ao DPEN, cópia do protocolo do uso da força e material didático da formação  
8520 da FTIP. Três ponto seis: comitê e mecanismo apresentar avaliação e sugestão sobre a  
8521 utilização dos recursos do FUNPEN, quais temas, políticas e programas. Esse três ponto seis,  
8522 foi suprimido por unanimidade. Três ponto sete: oficial comitê estadual e conselho estadual,  
8523 como tem feito o monitoramento do relatório. (Intervenção fora do microfone). Próximo ponto  
8524 de pauta: seleção do mecanismo, encaminhamento quatro ponto um, que foi rejeitado: aprovar  
8525 o quinto edital com base na redação do quarto edital com atualização de datas, sem ter GT.  
8526 Rejeitado. Quatro ponto dois: GT apresenta nova proposta de edital, até dia dezesseis de  
8527 dezembro, à presidência, vice-presidência. Com a decisão, a presidência, vice-presidência,  
8528 adotaria em caráter de urgência, ad referendum, inciso x, edital e resolução para comissão de  
8529 seleção. Aprovação por unanimidade. Pauta política. Encaminhamento da nota pública.  
8530 Deliberação para adiar o ponto de pauta para a próxima reunião, conforme inciso dois da  
8531 resolução do regimento interno. Abre-se prazo para novas contribuições ao texto.  
8532 Encaminhamentos da apresentação do relatório do Pará. Reforçar os convites para os  
8533 convidados permanentes: CNJ, CNMP, CONDEJ, ANADEP, CNPG. Seis ponto dois: oficial a  
8534 sétima câmara para colher informações sobre os procedimentos do MPF, em relação às  
8535 denúncias encaminhadas pelo MNPCT, no caso do Pará. Solicitar indicativo de data para  
8536 reunião com a mesa diretora, incluindo sétima câmara e PRDC Pará, com a presença de  
8537 procuradores naturais, se possível. Por unanimidade. Seis ponto três: oficial, pedindo ao CNMP  
8538 pedindo os relatórios das visitas do Ministério Público do Pará, nos locais visitados pelo  
8539 MNPCT, nos últimos dois anos. Seis ponto quatro: oficial a secretaria de saúde do Pará, para  
8540 solicitar diagnóstico de implementação da PNAISP. Seis ponto cinco: oficial ao Ministério da  
8541 Saúde para solicitar diagnóstica da implementação da PNAISP, no Brasil. Seis ponto seis:  
8542 oficial as entidades citadas no relatório do mecanismo e, com as respostas, convidar para  
8543 audiência pública em relação ao estado do Pará, governo e sistema de justiça, para que  
8544 apresentem um cronograma do fim das violações apontadas no relatório do mecanismo. Ponto  
8545 em relação à coordenação geral do mecanismo. Sete ponto um. O pleno encaminha resolução  
8546 com indicação do nome da coordenadora geral Bárbara, e suplente Ribamar, escolhidos pelo  
8547 mecanismo, para ratificação pela ministra dos direitos humanos. Pauta prevenção e combate à

8548 tortura. Esse aqui, todos foram aprovados por unanimidade. Oito pontos um: oficialiar a ALESP  
8549 sobre a suspensão do voto da governadoria, sobre a criação do mecanismo estadual de  
8550 prevenção e combate à tortura, no estado de São Paulo, pedindo o cumprimento do item dez  
8551 ponto dois, da carta de Brasília. Oito ponto dois: oficialiar as assembleias legislativas dos estados  
8552 e os governos estaduais, que não possuem mecanismos e comitês estaduais, e a UNALLE –  
8553 União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, para conhecimento. No caso desta,  
8554 solicitando cumprimento do item dez ponto dois da carta de Brasília, pedindo para verificarem  
8555 a efetivação e implementação dos mecanismos estaduais. Oito ponto três: comitê nacional criar  
8556 comissão permanente ou GT, para fomentar a criação de comitês e mecanismos nos estados,  
8557 que não dispõe dos meses, em cumprimento ao item dez ponto quatorze, da carta de Brasília.  
8558 Aprovado por unanimidade. Oito ponto dois: formulação de agenda para incidência política do  
8559 comitê e da coordenação nos estados, para pensarem em ações conjuntas e efetivas de apoio do  
8560 estado à criação de comitês e mecanismos estaduais. Contrários: SNPG. Abstencões: Ministério  
8561 da Defesa, Ministério da Justiça, SEGOV. Favoráveis: CFOAB, Justiça Global, CUT,  
8562 RENILA, UFRN, EDUCAFRO, MNU, CONECTAS. Encaminhamento aprovado. Oito ponto  
8563 cinco: acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos dos encontros no  
8564 planejamento do biênio. Aprovado por unanimidade. Oito ponto sete: membros do comitê vão  
8565 mapear em seus estados rede para aumentar a capilaridade da implantação e fomento de comitês  
8566 e mecanismos nos estados, a ser enviado por e-mail para a secretaria executiva do comitê para  
8567 compilação. Aprovado por unanimidade. Informes institucionais fica como ponto de pauta  
8568 adiado para a próxima reunião. Informes da secretaria executiva, informes sobre fluxo de  
8569 tratamento de denúncias.

8570

8571 Vitória – Carol, pode colocar com a sugestão de que, em toda reunião, tenha. Vocês, que vão  
8572 acabar redigindo a pauta, toda reunião tem esse informe da secretaria executiva, quinze minutos.  
8573 Não nos atrasamos nisso, não fica tudo para uma reunião só.

8574

8575 Carolina – Planejamento do biênio. Realizar oficina de planejamento com duração de um dia.  
8576 proposta de que a próxima reunião dure três dias, sendo uma de oficina, com o CNPCT e, dois  
8577 dias de reunião ordinária. Aprovado por unanimidade.

8578

8579 Vitória - É isso. Se ninguém tem comentários a fazer sobre os encaminhamentos aprovados, eu  
8580 dou aprovado novamente os encaminhamentos. Dou por encerrada a vigésima quinta reunião, e  
8581 agradeço todo mundo que ficou até o final. Muito obrigada.

8582

8583 (Fim da reunião – dia 22/11/2019)